Sumário

Prefácio

As experiências pessoais e intelectuais que me levaram a escrever este livro tiveram início há mais de uma década, e se estenderam por toda a minha carreira, desde os tempos de bolsista da “Fulbright” até a etapa acadêmica. Sem dúvida, o argumento central amadureceu nestes últimos anos, da mesma forma que o Brasil, ele próprio, sofreu uma mudança significativa. No entanto, perdura até hoje um conjunto de impressões iniciais.

As primeiras dessas impressões são de estradas de roça e pontes de corda, do vinho de São Julião, de linguiça e erva mate, de alegria gaúcha e de sua hospitalidade quando eu viajava de carona através dos pampas e das serras do Rio Grande do Sul, no verão de 1961. Primeiro eu era bolsista da “National Defense Foreign Language” estudando na Universidade do Rio Grande do Sul. No ano seguinte, permaneci como bolsista da “Fulbright”. Foi a época da renúncia de Jânio Quadros, das primeiras manobras óbvias dos militares, da posse de João Goulart e de sua curta presidência.

As impressões daquele ano agitado foram recolhidas em um artigo bastante ingênuo, “Up from the parrot’s perch”, publicado no livro apropriadamente intitulado *Young Americans Abroad.* Muitos colegas, bolsistas da “Fulbright” que depois se tornaram professores, compartilharam e contribuíram para a formação de algumas destas impressões iniciais. Patricia Bildner foi a bondosa, dedicada e solidária administradora do programa que incentivou as minhas andanças. Aqueles foram os anos do Zi-Cartola e da Estudantina, clubes populares onde se podia absorver muito do estilo e do ritmo brasileiro na alegria do samba, ou do balanço de uma aconchegante gafieira. Fiquei intoxicado pelo samba urbano de Ismael Silva, pela nostalgia de Dolores Duran, pelo samba-canção de Herivelto Martins, e pela batucada da Escola de Samba de Mangueira à medida que ela descia o morro e penetrava nos clubes populares do Centro do Rio de Janeiro.

Se não me engano, foi num daqueles clubes, ou passeando pela Avenida Atlântica, que encontrei Charles Wagley pela segunda vez. O primeiro encontro foi na Universidade de Nova York, onde eu fazia o meu mestrado em estudos brasileiros e história. Foi no seu curso de Antropologia Social que, pela primeira vez, o Brasil como nação despertou

o meu interesse, e foi também Charles Wagley quem ajudou a me situar no Brasil *in loco*, convidando-me para passar uns meses com ele e a Cecília, sua esposa e colaboradora na Bahia.

A Bahia era um outro universo. Estudei antropologia na Universidade da Bahia com o Dr. Thales de Azevedo, cuja mulher, D. Maná, e seus filhos, me apresentaram ao folclore brasileiro. Foi em companhia deles que soltei o meu primeiro balão e comi um bolo de mandioca na festa de São João. Maria David e Paulo Brandão me levaram várias vezes ao interior e discutiam comigo economia e política brasileiras. Conheci Russel e Cherie Hamilton, que me apresentaram à colônia artística e literária da Bahia, ao candomblé e à capoeira. Eu costumava vagar pelo Pelourinho, pelo Mercado Modelo, e pela ruas e vielas da cidade alta e da cidade baixa em companhia de Antonio Vieira e de Clóvis de Sá. Elena Bremgartner e Herman Naiser me mostraram praticamente todas as igrejas da cidade. Hans Greve, Sr. Damião e o Miudinho descortinaram um mundo inteiramente novo em Armação Saraiva, onde eu ia frequentemente ver a pesca do xaréu e Damião dançar para Iemanjá, a Rainha do Mar.

Durante quase dois meses viajei pela Transnordestina com o casal Wagley na sua Rural Willys. Fizemos piqueniques no sertão, à base de quitute, sardinhas e guaraná, visitamos as feiras, os santuários de peregrinação, inúmeros povoados e todos os centros urbanos importantes do Nordeste. Descobri o campesinato e fiquei conhecendo os seus organizadores num confronto sangrento em Surubim no Estado de Pernambuco (Forman, 1963). Velejei em uma jangada e comecei a formular o projeto de pesquisa, que culminaria em minha tese de doutorado (Forman, 1970).

Nesse meio tempo, Charles Wagley sugeriu que eu me candidatasse ao Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia, onde, segundo ele, eu poderia aprender um pouco de Antropologia, o que me ajudaria a organizar o apanhado de impressões recolhidas. Voltei para Columbia no outono de 1962 para iniciar o meu doutorado, primeiro com uma bolsa da "Korvette Fellowship" e, mais tarde, com diversas bolsas da "National Defense Foreign Language Fellowships". Ali convivi com diversos professores e colegas de pós-graduação cuja influência será encontrada nas páginas deste livro. Obviamente, e espero que seja de seu agrado, este livro é um tributo aos ensinamentos e à obra de Charles

Wagley. O seu aluno e amigo, Marvin Harris, tornou-se meu professor e amigo e muito aprendi com ele. Participei do Seminário sobre Organização Social dado por Abe Rossman, e este era o assunto de longos papos com Ralph Hollaway no "West End Bar". Muitos colegas, entre os quais vários conhecidos "brasilianistas" compartilharam do meu interesse por Antropologia ou pelo Brasil nos dois anos de residência em Columbia. Também tive o privilégio de conhecer três eminentes cientistas sociais brasileiros na Columbia — Anísio Teixeira Octavio Ianni e Florestan Fernandes, que me ajudaram a entender o Brasil.

No verão de 1962, fui convidado a ensinar sobre o Brasil num programa de treinamento do "Peace Corps" na Universidade da Flórida, em Gainesville. Russel e Cherie Hamilton também estavam lá e enriqueceram a minha primeira experiência de ensino, bem como reavivaram muitas boas recordações da Bahia. O sociólogo Fábio Barbosa da Silva ajudou-me a colocar uma série de ideias na perspectiva correta. Também sou grato aos alunos do Peace Corps, daquele e de outros programas subsequentes na Universidade de Wisconsin (Milw aukee), e no "Experiment in International Living", em Brattleboro, Vermont, pelas reflexões de caráter prático sobre as minhas experiências no Brasil.

Voltei ao Brasil no verão de 1963 como assistente de campo do "Columbia-Cornell-Harvard-Illinois Summer Field Studies Program". Com um grupo de universitários, fizemos três meses de pesquisas em cidades litorâneas ao norte de Salvador. Vivi em Arembepe, uma comunidade que já conhecia através dos trabalhos do meu colega e amigo Conrad Kottak e de sua esposa Betty. Tive o privilégio de trabalhar junto com Joseph Kotta, Niles Eldridge e Janice Pearlman. Libby Thompson viveu e pesquisou na cidade vizinha de Jauá, fornecendo-me dados comparativos que foram incorporados na formulação da minha tese. Foi durante aquele verão que ganhei a minha primeira afilhada, batizada com o nome de Maria do Passeio, já que nascera a caminho do hospital, no meu jipe. No dia seguinte conheci o ritual do luto quando um homem, que eu também havia concordado em transportar ao hospital, faleceu no caminho.

De 1964 a 1965, fiz pesquisa de campo no nordeste de Alagoas, voltando à Universidade de Columbia para escrever a minha tese (1965-1966). Embora já tenha nela expressado meus agradecimentos (Forman 1966) bem como no livro subsequente (Forman 1970), gostaria de repetir

alguns nomes e adicionar outros. O Dr. Theo Brandão continua merecendo a minha mais profunda admiração como pessoa e como intelectual. Pudesse todo pesquisador — enquanto dedicado a seu trabalho de campo — contar com a ajuda de uma pessoa tão prestativa. Não será demais repetir que nem esta nem a pesquisa subsequente, realizada no Nordeste, teria sido possível sem a hospitalidade da família Tércio Wanderley. Serei sempre agradecido pela sua ajuda e amizade. Meus colegas Christopher Tavener e Diana Brown também influenciaram minhas ideias sobre a vida no Brasil rural. A Professora Rosemary Messick contribuiu bastante para o meu conhecimento da política brasileira. Daniel Gross foi um crítico estimulante e encorajador. Com base em minha pesquisa a "Columbia University Press" me convidou a escrever o presente livro e eu gostaria de agradecer a Robert Tilley, na época Diretor-Assistente daquela Editora, pelo seu estímulo.

Em 1966 comecei a lecionar no Departamento de Antropologia da Universidade de Indiana. Sou grato a inúmeros colegas de lá, pelos comentários e criticas à medida em que este livro ia tomando forma. Muitos de seus contornos originais foram desenvolvidos nas aulas que dei sobre sociedade camponesa e cultura brasileira, e sou grato aos meus alunos por terem sido indulgentes comigo. Um deles merece menção especial: Marc Hoffnagel, um correto historiador brasileiro, participou na pesquisa de campo sobre sistemas de comercialização no Nordeste, realizada juntamente com Joyce Riegelhappt no verão de 1967, com uma bolsa do "Agricultural Development Council" e do "International Affairs Center" da Universidade de Indiana. Em_Indiana conheci Eric Wolf que veio dar uma conferência sobre revoluções camponesas. Espero que ele possa reconhecer a sua influência e a minha admiração por ele. Na mesma época, conheci Paulo Freire, cuja amizade tenho em alta conta. Graças a ele minhas ideias sobre o Brasil transformaram-se de maneira significativa.

Joyce Riegelhaupt certamente encontrará algumas de suas ideias neste livro. Há muito tempo que somos amigos, compadres, colegas e colaboradores. A nossa intensa correspondência data de meados dos anos sessenta, e a partir daí muitas de minhas ideias foram germinando. Nós pesquisamos juntos no Nordeste do Brasil em 1967, e muitos pensamentos meus amadureceram ao longo daquele esforço comum. Os resultados dessa pesquisa apareceram em forma de artigo na revista "Comparative Studies on Society and History" (Forman and Riegelhaupt 1970), e constituem a

primeira parte do capítulo IV deste livro. Uma versão anterior do capítulo II também foi escrita conjuntamente (Riegelhaupt and Forman 1970). Este livro, como um todo, é um tributo ao seu bom senso e à sua crítica sempre bem fundamentada. Na verdade, eu gostaria de que este livro – assim como o próximo livro de Riegelhaupt sobre o campesinato português – representasse parte de um esforço contínuo de colaboração. Quanto a Edward Riegelhaupt, foi sempre uma fonte de energia para todos nós.

O manuscrito foi posto de lado em 1969, quando deixei a Universidade de Indiana e fui fazer estudos de pós-doutoramento no "Institute for Development Studies" da Universidade de Sussex, com uma bolsa do "Social Science Research Council". Embora não tenha trabalhado no manuscrito naquele ano, muitas ideias nascidas de minhas leituras de Economia e de Antropologia incorporaram-se ao que depois escrevi. Muitas destas ideias resultaram dos diálogos com Jeremy Swift — ecólogo, economista e humanista, homem culto, e cuja amizade prezo muito.

Voltando da Inglaterra, comecei a lecionar na Universidade de Chicago, onde acabei de escrever este livro em junho de 1973. Duas bolsas — uma da "University's Committee for the Comparative Studies of New Nations" e outra do "Committee on Latin American Studies" possibilitaram não somente a realização de uma outra pesquisa sobre a política rural no Brasil, no verão de 1971, como também passar uma parte do verão de 1972 escrevendo este manuscrito. John Coatsworth, Friedrich Katz e Philip Schmitter discutiram muitas partes do manuscrito comigo e fizeram comentários excelentes. Também me beneficiei da interação com colegas mais jovens da "Workshop on Comparative Social History". Entre os estudantes de diversos cursos e de vários seminários que ouviram e discutiram o manuscrito comigo, especialmente Stephen Soiffer, crítico sofisticado e perspicaz, o qual certamente estenderá o nosso conhecimento muito além do presente estágio com a sua própria pesquisa sobre as ideologias camponesas no Nordeste brasileiro. Robin Schoemaker foi um assistente de pesquisa diligente e altamente competente, e me ajudou na preparação da bibliografia.

Finalmente, quero ressalvar o quanto apreciei a oportunidade de ensinar no "Programa de Pós-Graduação em Antropologia" do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, durante o verão de 1971, e expressar o meu reconhecimento ao Professor Roberto Da Matta

que a tornou possível. Os estudantes do “Programa” estão fazendo uma pesquisa séria e importante, e as discussões que tiveram comigo a respeito do meu trabalho foram muito valiosas. Sou grato aos Professores Moacir Palmeira, Neuma Aguiar e Amaury de Souza por inúmeras sugestões e esclarecimentos. Moss Blackman assistiu a nossas discussões, e sua contribuição foi importante em inúmeros pontos.

Uma aluna de pós-graduação em História da Arte Oriental, na época desempregada, foi conduzida pelas circunstâncias a aceitar um trabalho totalmente inadequado ao seu verdadeiro talento. Ela datilografou este manuscrito com muita paciência e eficiência e faz jus ao mérito, senão à glória. Agradeço a Maria Margarida Moura por ter aceito a tarefa da revisão técnica do manuscrito em Português. Leona Shluger Forman copidescou a presente versão e lhe deu os últimos toques editoriais. Não há palavras para dizer quanto lhe devo, não apenas pelos seus talentos de redatora, mas por ter me acompanhado na busca da realidade brasileira.

Uma nota adicional: terminei de escrever este livro em 1973. Ele foi publicado em inglês em 1975. Muita coisa, é óbvio, aconteceu no Brasil e no setor agrícola nestes últimos anos. No entanto, resolvi que o livro deve sair em português como está — isto é, como uma simples e fiel tradução — em vez de tentar atualizá-lo. Assim, acho que serve a dois propósitos. Primeiro, é uma história do desenvolvimento do campesinato brasileiro até 1971. O que deve ser estudado agora é a política governamental da década dos setenta e as mudanças consequentes no cenário rural. Segundo, acredito eu, após as observações dos últimos anos que acabo de viver no Brasil, que apesar das mudanças no setor agrícola o quadro aqui apresentado continua a ser válido. Por exemplo, o livro foi escrito antes do impressionante crescimento da economia da soja, mas creio que os efeitos deste aumento no comércio exterior dos produtos agrícolas apenas estendem e intensificam os problemas relacionados às outras culturas de exportação: concentração das propriedades de terra; proletarização da força o trabalho; e falhas no suprimento de produtos básicos de alimentação.

Embora não escrito na linguagem moderna de relacionamento entre sistemas capitalistas e não-capitalistas, acredito também que o livro antecipa, de certa forma, o problema de reprodução da crise que agora marca as grandes fronteiras agrícolas no Brasil. É preciso notar que numerosos estudos brasileiros — entre os quais os excelentes trabalhos de

Otávio Velho e José de Souza Martins — estão aprofundando de maneira sagaz este importante e relevante debate. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do sistema interno de comercialização através da “racionalização” das feiras-livres e dos mercados locais não deixa de ter um efeito profundo sobre sistemas de produção no campo. Este aspecto da economia política — a relação entre o sistema camponês de produção e o desencadeamento de um sistema comercial que o liga à economia capitalista desenvolvida precisa ser mais nitidamente pesquisado em estudos de campo em várias regiões do Brasil.

Percebe-se também que a argumentação do livro sobre a situação sócio-política e cultural dos camponeses no Brasil não perdeu o seu valor analítico. O “homem-do-campo” continua a viver num regime de dependência em que a qualidade a sua vida relaciona-se de maneira substancial à “noblesse” relaciona-se do patrão – muitas vezes representada em forma *super* pelo próprio Estado. A ideologia decorrente destas relações e patrão-dependente ligada às crenças da religião popular, continua a informar o comportamento político do camponês. O histórico que no capítulo V descreve a política de dependência e o faccionalismo da política partidária competitiva nos anos anteriores à revolução de 1964 tem então, um certo valor explicativo quanto às últimas eleições e à “vitória” da Arena nas áreas rurais e mais tradicionais do país, bem como para o reaparecimento da violência que novamente marca as desavenças políticas em muitos municípios. Alem do mais, o livro levanta uma questão da maior relevância na conjuntura atual brasileira, isto é, a diferença fundamental entre a extensão e a significação da participação popular nos processos decisórios nacionais. No momento em que o Brasil se encaminha, esperamos, para uma abertura ampla e irreversível, maior entendimento do papel histórico do camponês na vida nacional é vital. Espero que este livro contribua de alguma forma para esta finalidade.

Shepard Forman

Rio de Janeiro, março de 1979.

1. Introdução

Em abril de 1962 compareci a uma reunião das Ligas Camponesas na periferia de uma pequena cidade castigada pela seca, no interior do Nordeste brasileiro. Antes de a reunião começar, entrevistei um velho camponês, na esperança de compreender alguns dos seus problemas e de discernir a amplitude e o significado do então muito falado movimento político do campesinato, que começara a levantar temores sobre a possibilidade de uma revolução ao estilo cubano no interior do Brasil. “Sim, Senhor”, respondeu o ancião quando perguntei se ele já tinha ouvido falar de Francisco Julião, o famoso líder das Ligas Camponesas. “Ele é o Príncipe da Vida que vai nos dar o nosso ganha-pão”. “O Senhor já ouviu falar de Fidel Castro?”, perguntei ao pobre parceiro. “Não, Senhor”, respondeu. “O Senhor já ouviu falar de Cuba?”, insisti. “Sim, Senhor. O meu vizinho tem um rádio transistor que disse que havia uma guerra lá. Afinal quem venceu a guerra?”

Durante a reunião, os capangas dos proprietários abriram fogo sobre o grupo de camponeses e camponesas aglomerados na praça principal para ouvir os jovens organizadores da Liga Camponesa. No tiroteio indiscriminado, várias pessoas saíram feridas e um garoto de doze anos morreu com uma bala na cabeça. Desde aquela época, e durante os dez anos de estudo e ensino sobre o Brasil, tenho refletido sobre as respostas daquele velho camponês. Tenho pensado sobre quem poderia vencer a guerra brasileira contra a pobreza, o analfabetismo e as moléstias que afligem a maioria esmagadora da população rural. Tenho pensado se os camponeses, num fervor revolucionário, se colocariam contra uma estrutura agrária que domina o Brasil há quatro séculos e continua a exercer uma extraordinária influência nos assuntos governamentais até hoje. Em outras palavras, eu me pergunto se os muitos esquemas de desenvolvimento e programas de ajuda estrangeira têm condições de levantar o nível de vida das massas antes que elas próprias se decidam a sublevar-se a um custo muito grande — e provavelmente com resultados sem muito efeito.

É lógico que esta última consideração é pouco provável num momento em que uma ditadura militar bem fincada mantém as massas sob rédeas curtas, e procura atrelá-las ao objetivo nacional do “desenvolvimento

transamazônico”. Esta panaceia desenvolvimentista, assim como outras apresentadas como paliativos para as massas da nação, oferece atrativos maiores para as elites agrárias e industriais – do que para os camponeses e trabalhadores rurais. Minhas viagens e minhas pesquisas no Brasil em 1971 me levam a crer que, sete anos após o golpe militar que prometera reintegrar a nação nos moldes de “Ordem e Progresso”, a integração do campesinato ainda não foi realizada, se considerarmos a participação das massas nos assuntos políticos e econômicos do país. O camponês que trabalha arduamente nos campos ou que caminha pelas longas estradas empoeiradas em busca de um novo campo para trabalhar está seguramente consciente das realizações do desenvolvimento e do crescimento econômico que marcaram a época pós-revolução de 1964. Por outro lado, ele também tem consciência das crescentes disparidades que tornam ainda mais duras as realidades da vida no campo brasileiro.

Existe na sociedade brasileira um “dualismo” peculiar, não de sistemas separados e isolados, ou em confrontação tensa, mas sim de segmentos ligados simbioticamente através dos tempos que torna o camponês parte integrante da vida nacional, embora limite ao mesmo tempo sua participação integral naquela vida boa. Isto não é apenas uma maneira complicada de dizer que o camponês brasileiro é essencialmente um cidadão de segunda categoria. É a forma de definir o dilema que estou tentando esclarecer, e nos capítulos subsequentes, sobre a maneira pela qual o camponês é obrigado a produzir um sistema do qual na realidade ele não participa.

Neste ou explorar as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais deste dilema, com vistas a colocar os diversos tipos de camponeses na perspectiva correta do Brasil contemporâneo. Quero tirá-los das sombras da história brasileira, às quais têm sido relegados, e esclarecer seu papel no desenvolvimento da nação. Para tal serão necessárias uma perspectiva peculiar e uma estratégia especial. Isto significa, para começar, que devo apresentar o campesinato brasileiro, em todas as suas diferentes manifestações como sendo simplesmente um conjunto de elementos constituintes, dentre muitos outros, de um sistema social complexo mas unitário. Os múltiplos elementos, ou segmentos, que constituem este sistema estão relacionados de maneiras que determinam tanto o seu caráter individual quanto o caráter do sistema como um todo. Além do mais, as

relações entre estes conjuntos de elementos e determinados fatos históricos redefinem e condicionam o caráter dos segmentos e *o todo* em determinados pontos no tempo, fornecendo, deste modo, uma série de novas configurações isto é, "sistemas-de-época", tais como o colonial, o imperial, e o republicano que, em determinadas circunstâncias, ajudam a salientar o aspecto temporal de nosso estudo. Mais importante para a presente tarefa é o fato de que a dinâmica destas complexas inter-relações altera a própria natureza da relação da parte com o todo neste caso a relação do campesinato, tanto diferencialmente quanto definido de maneira geral, com cada um desses sistemas constituindo assim um conjunto de *processos integrativos* que são receptivos tanto à pesquisa histórica quanto etnográfica, como espero demonstrar nos capítulos seguintes.[1]

Não tenho a pretensão de poder examinar neste livro a totalidade dos processos integrativos do complexo sistema social. Nos capítulos que se seguem, tentarei focalizar exclusivamente a maneira pela qual segmentos da população que eu designei coletivamente de campesinato[2] têm-se

[1] Além dos materiais antropológicos de natureza geral sobre a sociedade e a cultura camponesas, o excelente estudo de Eric Wolf "The Mexican Bajío in the 18th Century: an Analysis of Cultural Integration" (1955) e o livro de Clifford Geertz intitulado *Agricultural Involution: The Processes of Ecological Change in Indonesia* (1966a), forneceram-me modelos importantes para este empreendimento. Embora o rigoroso exame feito por Wolf das variáveis econômicas que influem no desenvolvimento de um complexo regional sociopolítico apresente profundas divergências em relação à visão abrangente de Geertz sobre os efeitos que teve o sistema colonial holandês sobre os processos ecológicos e econômicos de Java, os dois trabalhos influenciaram de modo crucial o meu próprio pensamento a respeito do estudo do campesinato brasileiro.

[2] Embora eu esteja obviamente preocupado neste volume com uma variedade de tipos socioeconômicos rurais, a designação de um "campesinato" serve tanto como uma síntese quanto como uma referência clara a um amplo corpo de trabalhos antropológicos e de outras ciências sociais sobre o assunto.

A definição antropológica básica de um camponês se encontra na já clássica afirmação de Alfred Kroeber:

"Os camponeses são decididamente rurais – no entanto vivem em relação com as cidades-mercados: eles formam um segmento de classe de uma população maior que geralmente compreende também centros urbanos, às vezes capitais metropolitanas. Eles constituem sociedades parciais com culturas parciais. Não têm o isolamento, nem a autonomia política e a autossuficiência das populações tribais; mas suas unidades locais retêm muito de sua antiga identidade, integração e ligações com solos e cultos" (1948:284).

Os componentes desta definição básica foram muito ampliados e aprimorados por diferentes escritores que enfatizaram, em graus variados, os critérios culturais, estruturais, sociais,

econômicos ou políticos mencionados na breve definição de Kroeber. Muitos autores generalizaram suas discussões a fim de incluir os artesãos e os intermediários do mercado, que também integram a sociedade camponesa. Todas as definições antropológicas de camponeses, ou de sociedades camponesas, podem ser classificadas em dois grupos principais: aquelas que enfatizam os aspectos culturais do modo de vida rural e aquelas que se concentram nos atributos socioestruturais e econômicos do sistema.

A escola cultural teve início e é ainda mais bem representada pelos escritos de Robert Redfield (1906). Embora nunca houvesse excluído as relações sociais características que ajudam a definir uma sociedade camponesa, Redfield preferiu salientar o componente cultural na descrição do modo de vida do camponês. Ele se preocupou primordialmente com os aspectos tradicionais da sociedade camponesa, centrando sua atenção nos sistemas de ideias, *ethos*, e na visão do mundo que para ele melhor identificariam este grupo social. Era bem consciente das ligações sociais simbióticas que existem entre os segmentos rurais e urbanos da sociedade e incluiu "camponês" como uma categoria intermediária no processo de mudança social que vai do "folclórico" ao "urbano". No entanto, subordinou suas perguntas relativas à estrutura destas relações a uma discussão mais geral sobre a participação restrita do camponês nas tradições culturais do grupo social dominante. Redfield nunca teve a intenção de estimular uma geração de antropólogos a focalizarem apenas a "pequena comunidade" com exclusão da unidade social mais ampla da qual o povoado é uma parte intrínseca, e não pode ser acusado de negligência na qual muitas vezes caiu este aspecto de seu trabalho. Ao contrário, suas discussões gerais e ecléticas sobre as múltiplas facetas da sociedade camponesa, serviram para nos lembrar da complexidade do sistema social que estamos estudando.

Uma abordagem socioestrutural bem mais rigorosa pode ser encontrada na obra de Eric Wolf, que define os camponeses como cultivadores rurais em um sistema estatal no qual uma classe social dominante retém sobre sua produção. Um aspecto significativo da dependência do camponês é o pagamento do *fundo de renda* em dinheiro ou em espécie, pelo uso da terra a alguém que se coloca numa posição de superioridade (1966:9-10). Segundo Wolf, os camponeses são "... cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida e para distribuir o restante entre os grupos da sociedade que não cultivam a terra mas devem ser alimentados, dando em troca bens ou serviços específicos" *(ibid.,* 3-4).

Na sua obra anterior, "Types of Latin American Peasantry", Wolf limitou sua pesquisa ao produtor agrícola com controle efetivo da terra e cuja finalidade é a subsistência e não o reinvestimento (1966:453-54). Ele nos forneceu importantes critérios organizacionais e apropriados processos decisórios para se distinguirem os diversos tipos de camponeses mas propositalmente estreitou o seu campo de pesquisa, excluindo os parceiros ou meeiros, os arrendatários, os pescadores e uma gama de artesãos e de artífices que compõem uma parte integrante da sociedade camponesa. Raymond Firth, por outro lado, oferece uma definição de camponês extremamente ampla. Ele afirma que a palavra camponês se refere a um "... sistema sócio-econômico de produtores de pequena escala que dispõem de uma tecnologia não-industrial relativamente simples" (1964:17). O sistema é essencialmente rural e depende da existência de um mercado. O conceito de Firth envolve portanto "um conjunto de relações estruturais e sociais e não uma categoria tecnológica de pessoas envolvidas na mesma

relacionado com os outros segmentos da população, e sua relação com determinados fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais ao longo do tempo. Em outras palavras, o meu objetivo neste livro foi conhecer o modo pelo qual o campesinato tornou-se uma parte do sistema social brasileiro e não a totalidade do sistema em si.[3]

Para facilitar esta tarefa, vou examinar separadamente os processos de integração em cada um destes diversos aspectos. Isto é, tratarei separadamente das dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais da integração camponesa no sistema social brasileiro. Estrategicamente, e usando o artifício heurístico, poderei acompanhar as transformações na realidade camponesa, observar o seu modo de integração nos sistemas regionais e nacionais ao longo de diversos eixos, podendo assim simplificar e, portanto, contribuir para clarificar o que realmente significam estes processos históricos. Obviamente, a separação destes aspectos é artificial, já que as dimensões ao longo das quais se processa a integração estão articuladas, de inúmeras maneiras, em um processo unitário.[4] Assim, por exemplo, na realidade do sistema sociocultural brasileiro, é impossível examinar a política sem refletir sobre estratificação social e ideologia; assim como o estudo da estratificacão social e da ideologia exige um embasamento na economia e na estrutura agrária. Estes dois campos, conjuntamente, um sistema de "feedback" extremamente complexo, do qual faremos apenas uma breve abordagem.

A complexidade deste sistema, como veremos, transcende as limitações de tempo e lugar. Ela exige que este estudo não seja limitado a comunidades ou grupos de pessoas estritamente definidas como entidades e sim que seja adotado um enfoque fluido dos processos de interação entre os setores da população num sistema extremamente vasto. Isto conduz, evidentemente, a um distanciamento significativo da costumeira escolha antropológica de unidade de estudo tanto temporal quanto espacial. Para começar, já que o objetivo de estudo – o campesinato brasileiro – emerge, numa variedade de formas, de um conjunto de processos identificáveis no registro histórico, e é posteriormente diferenciado e modificado na medida em que os próprios processos sofrem transformação, não pode ele ser definido *a priori*, nem mesmo situado em um tempo e lugar específicos. Isto não quer dizer que uma história local e limitada não possa fornecer uma válida visão de alguma expressão particular deste complexo fenômeno social, nem que um simples caso etnográfico não possa ser ilustrativo, ou mesmo permitir alguma explicação do fenômeno mais geral.

O que ocorre é que a diversidade de tipos de camponeses que aparece no panorama brasileiro constitui uma parte do sistema socioeconômico e político rural que é, por sua vez, parte de um sistema social e mais amplo. Estudos contemporâneos de sociedades camponesas reconhecem este fato explicitamente. É, assim, cada vez mais reconhecido que a história local e a história nacional não são a mesma coisa, e que frequentemente é preciso avaliar os acontecimentos de uma nos termos da outra. Por exemplo, é concebível que um acontecimento de vulto nacional não tenha repercussão direta e imediatamente na vida dos habitantes de pequenas cidades – muito embora isso seja improvável, como pretendo demonstrar nos capítulos que se seguem. É bem mais provável que um acontecimento local, digamos uma revolta efêmera, como aquela das vendedoras de peixe na remota vila de

---

atividade" *(ibid.*, 18). Assim sendo, um camponês é um camponês não em decorrência do tipo de trabalho que ele faz, mas devido ao visível conjunto de relações que o ligam à sociedade mais ampla.

Em um estudo anterior sobre inovações e mudança em uma pequena comunidade do Nordeste brasileiro, usei definições amplas de camponês e de sociedade camponesa que incluíam os pescadores e os artesãos. Na minha opinião, os pescadores são estrutural e funcionalmente análogos aos agricultores vis-à-vis à sociedade mais ampla da qual fazem parte. Os pescadores também pagam um tipo de aluguel, sob a forma de partilha do produto diário da pesca ou sob a forma de porcentagem regular paga às agências locais da colônia dos pescadores. Ao mesmo tempo, a produção artesanal contribui de tal modo para a manutenção da economia tradicional que os artesãos não poderiam ser excluídos da definição de sociedade camponesa. A necessidade de diferenciar internamente a categoria geral de um campesinato tornar-se-á clara nos capítulos 3 e 5.

[3] Schmitter (1971a), da mesma maneira que Smelser, aplicou o conceito de integração ao Brasil no sentido do empregado por Durkheim de diferenciação estrutural ampliada e de reconstelação das partes, a fusão dos elementos de uma nova configuração. Embora eu me interesse pelo caráter destas novas configurações, estou especificamente interessado, neste volume, pelo lugar ocupado pelo campesinato em cada uma delas.

[4] Leonard Binder escreveu que "a relação política entre uma elite modernizante e a massa tradicional, uma das questões políticas principais em todos os países em desenvolvimento.., é a questão da integração nacional" (1964:624). Mas a questão da integração nacional, a relação entre a elite modernizante e a massa tradicional, não pode ser discutida em relação à política e exclusivamente em termos culturais, como observou Chandra Jayawardena (1964:907) no comentário que escreveu sobre a obra de Geertz et al., *Old Societies and New States.* Os processos de integração ocorrem ao longo de múltiplas dimensões – econômicas, sociais, políticas, culturais-ideológicas e devem ser examinados sob tais aspectos.

Coqueiral, Alagoas, no século dezenove, jamais entre nas páginas da história nacional, mesmo que a história seja gravada na imaginação das populações locais e seja transmitida de geração a geração. O ponto que quero estabelecer aqui é que, além do âmbito de sua importância e significado para a comunidade local,[5] estas ocorrências locais precisam ser consideradas em relação a outras ocorrências de nível regional, nacional ou mesmo internacional.

As relações socioeconômicas e políticas que definem variedade de tipos de camponeses ao decorrer do tempo são, acionadas de um lado em localidades específicas. Por outro lado, estas relações devem ser compreendidas na perspectiva histórica mais ampla. Assim sendo, a reconstituição do enredo da revolta das vendedoras ambulantes de peixe na qual se diz que elas deceparam as cabeças de oito policiais da municipalidade, chamados para reforçar as novas repressoras regulamentações sobre a venda do peixe teria pouca utilidade no presente contexto. É uma história deliciosa: de como Maria Maloquia comandou o ataque das vendedoras de peixe e, segundo a lenda local, agachou-se e urinou na boca do sargento quando este implorou água. O acontecimento em si nos revela muito pouco, e sua análise apenas um pouco mais. Poderíamos extrair deste caso algumas afirmações sobre a estrutura das relações na comunidade local e sobre as reações aos decretos administrativos referentes ao aumento dos impostos e à localização da praça de mercado. Poderíamos extrair algumas outras generalizações, ainda que limitadas. Entretanto, não estaríamos esclarecendo o problema em consideração, que é precisamente o de definir a natureza do sistema dentro do qual se deu o ato, aparentemente isolado.

[5] Ver, por exemplo, a excelente discussão sobre os "múltiplos" passados de uma aldeia especifica na Índia de autoria de Cohn (1961), na qual ele indica dois tipos: 1) o passado tradicional, que é mitológico, legendário e origina-se das "tradições sagradas" do povo; e 2) o passado histórico, que são as ideias sobre os acontecimentos lembrados pelo povo da região. Ambos têm de ser examinados, por sua vez, em termos dos vários segmentos da sociedade atual, isto é, as castas no caso indiano. Segundo Cohn, "o passado tradicional funciona para legitimar a uma posição social atual e para fornecer um esquema de manutenção daquela posição ou para tentativas de melhorá-la. Fornece uma estrutura muito mais ampla do que os passados históricos locais. O passado tradicional relaciona grupos específicos a uma extensa rede social... o passado histórico explica, dá apoio ou fornece uma base para ação no sistema social local".

Para obter a resposta a esta questão mais ampla teremos examinar a estrutura global da produção e as relações do mercado no país como um todo. Somente depois de ter feito será possível analisar como estas realidades mais amplas podem afetar a extensão e o significado da ação política em localidades específicas do Brasil rural. Em outras palavras, primeiro devemos definir as verdadeiras relações do poder, codificadas no Estado e modificadas no nível local, e só depois podemos avaliar como acontecimentos locais, tais como a revolta das vendedoras de peixe, são gerados, e o que significam. Em suma, para compreender a natureza da integração camponesa na sociedade brasileira temos que fazer a História trabalhar para nós, não apenas provendo o pano de fundo para uma cidadezinha específica ou para um grupo de pessoas em particular, nem pela elaboração de uma série de acontecimentos específicos, mas desvendando o campo dinâmico no qual se desenvolvem acontecimentos e relações concretas.

É exatamente isto que eu vou tentar fazer, nos três capítulos explicitamente históricos deste livro. No capítulo Dois, por exemplo, descrevo a emergência de um campesinato diversificado, consequência de relações socioeconômicas locais geradas no contexto de caráter comercial orientado para a exportação, e, baseado no sistema de sesmarias.[6] A questão da integração mais claramente enfocada no capítulo Quatro, onde examino uma série de processos econômicos que, ao decorrer do tempo, definem as relações de mercado e os padrões mutantes da posse e do uso da terra no Brasil. Nesses dois capítulos, tento mostrar quadros históricos locais e sua relação aos acontecimentos regionais, nacionais e internacionais que claramente os afetam, seja através de políticas deliberadas, articuladas pela administração colonial, ou pelas flutuações do preço do açúcar no mercado internacional, ou pelos processos de urbanização e industrialização no

[6] Não pretendo, absolutamente, oferecer um exame histórico definitivo. Preocupo-me com o problema da representatividade das histórias locais e de sua generalização a um sistema total, um problema evidenciado tanto no capítulo 2 quanto no capítulo 4. Além disso, muitas questões serão obviamente levantadas sobre a natureza dos dados empregados nas análises. Informações demográficas limitadas e relatos de viagem, como foram utilizados no capítulo 2, são, sem dúvida, altamente sugestivos dos padrões que acredito estivessem emergindo, ainda que uma análise mais aprofundada dos registros de impostos e de terras, de testamentos, nascimentos, casamentos e de atestados de óbito, e quaisquer outros processos legais que ocorram, teriam dado um apoio muito mais significativo à argumentação.

Brasil. No capítulo Cinco, falo da necessidade de serem examinadas as inter-relações entre acontecimentos históricos e ideologias exógenas e descontinuidades históricas específicas brasileiras, e o seu efeito sobre os vários segmentos da população e a relação entre eles. Quero demonstrar como os acontecimentos e os comportamentos políticos locais se articulam com os processos políticos regionais e nacionais em cada período histórico no qual o campesinato brasileiro teve uma participação decisiva.

Para poder realizar esta tarefa devo, naturalmente, definir um rumo bastante difícil entre o macro e o micro, o geral e o específico, o nacional e o regional, aqui delineando uma visão ampla do campesinato brasileiro e ali elaborando distinções baseadas em pormenores retirados da minha própria pesquisa de campo e de outras fontes etnográficas e documentais.[7] Para poder fornecer um quadro abrangente das classes trabalhadoras rurais brasileiras, vejo-me forçado a sair além dos limites da pequena comunidade, e a referir-me ao conjunto de dados, mais amplo e mais significativo, encontrado nos documentos oficiais e oficiosos, nas estatísticas nacionais, nos estudos sociológicos, econômicos e políticos, e até mesmo na literatura, no folclore e nas artes. Os antropólogos há muito se deram conta da futilidade de tentar compreender um segmento tão amplo e variado da população, como o campesinato, através da descrição do estilo de vida de uma única comunidade rural. Embora seja inegável a riqueza de detalhes que se pode recolher das etnografias da vida nos povoados do Brasil rural, estes estudos nos fornecem uma extraordinária coleção de tipos camponeses, tornando extremamente difícil a tarefa de se dar um sentido a tal variedade. Poder-se-ia talvez, sintetizar todos esses estudos de comunidade na esperança de estabelecer um quadro amplo do qual se

[7] É difícil para o antropólogo, treinado no método indutivo, e disciplinado em estudos *in situ* a nível local, sustentar, por um período longo, uma abordagem inteiramente *macro* de um fenômeno sócio-cultural, tal como um campesinato, que seria melhor compreendido através dos meios etnográficos. Ainda assim, o movimento entre o local e o nacional coloca um outro conjunto de problemas que deveria preocupar qualquer antropólogo envolvido no estudo de uma sociedade complexa: como podemos generalizar a partir da situação de campo específica e a partir de nossos próprios dados? Na medida em que nem a comunidade nem a região servem como um microcosmo do sistema social, como podemos justificar o uso de dados específicos como base para afirmações e generalizações? Pode-se mesmo postular uma unidade de população e de problemática que transcenda o âmbito local ou é unificável em uma única monografia abrangente sobre o campesinato brasileiro? Obviamente minha resposta a esta pergunta final é *sim*!

poderia extrair um tipo ideal da subcultura do campesinato, e ao qual se poderia fazer remissão sempre que uma referência empírica fosse necessária.[8] No entanto, a simples descrição de um tipo; ideal de camponês não faria justiça à complexidade do sistema agrário brasileiro, como descrito nas páginas deste livro. Além disto, os estudos de comunidade realizados pelo Brasil nos anos 40 e 50, informativos como possam ser, não fornecem o material necessário para um retrato claro e decisivo das condições de vida, passadas ou presentes, do campesinato brasileiro. Nem,

[8] Tem havido inúmeras tentativas antropológicas no sentido de definir um tipo subcultural camponês efetivamente distinto. Wagley e Harris (1955) chamaram a atenção um campesinato latino-americano em geral que inclui horticultores, ligados a economias regionais e nacionais e que exibem uma mistura derivada historicamente de padrões culturais europeus, indígenas e/ou africanos. Estes camponeses são claramente diferenciados dos índios modernos em virtude de seu envolvimento e sua identificação com a na "ao como uma entidade, e dos tipos citadinos de subculturas que servem de mediadores entre eles e a cultura nacional. Os camponeses também se diferenciam claramente dos trabalhadores em engenhos e usinas: "É a dependência e lealdade ao patrão, somada a característicos arranjos de propriedade fundiária, ocupação e organização comunal, peculiares ao regime de monocultura, que distingue as subculturas de engenho das subculturas camponesas" *(ibid.*, 435).
Por outro lado, o controle administrativo centralizado característico da usina resultou na ruptura das ligações personalísticas entre o patrão e o cliente, transformando o trabalhador agrícola em "proletário rural".
Em uma tentativa posterior de aprimorar a tipologia de Eric Wolf (1955) de comunidades camponesas "fechadas" e "abertas" na América Latina, Wagley (1963:159fs.) levou mais adiante a distinção entre vizinhanças camponesas e vizinhanças de grandes propriedades no Brasil, subdividindo suas categorias de acordo com a atividade de subsistência regional ou de lavoura comercial, e os respectivos padrões de propriedade da terra (açúcar, cacau, algodão, café etc.). No entanto, Wagley está primordialmente interessado na descrição do modo de vida na comunidade local, e não tenta esclarecer pormenorizadamente a natureza socioeconômica da sociedade camponesa em si mesma. Assim, por exemplo, ele acha que a comunidade camponesa é menos progressista do que a comunidade de grande propriedade rural, já que esta está ligada ao mundo exterior pela exportação da produção, enquanto a comunidade camponesa está isolada e tem comunicação limitada com o mundo exterior. Deste modo, ele procura descrever as atitudes que emanam dos diferentes princípios organizacionais subjacentes a dois tipos de estabelecimentos agrícolas, mas não consegue fazê-lo pelo fato de não explicar, de maneira sistemática, os mecanismos integrativos que definem um campesinato por oposição a um proletariado rural. Compare o seu ponto-de-vista, no entanto, com o de Furtado (1965:130-31) e com o do CIDA (1966:157), que levam em consideração os efeitos do mercado internacional sobre os trabalhadores de grandes propriedades rurais, mas que informam que esta é uma unidade bastante fechada e contida em si mesma para os seus trabalhadores, na medida em que os proprietários e os administradores desestimulam os trabalhadores de participarem do mundo exterior.

justiça seja feita, tiveram eles tais intenções. Essas etnologias estavam marcadamente voltadas para a descrição do estilo de vida dentro do tipo de comunidade selecionada para estudo (geralmente uma cidade ou povoado rural). Não estavam seus autores preocupados com os modos pelos quais os segmentos trabalhadores da população (representados parcialmente nestas pequenas comunidades) se articulam com outros segmentos da população da nação como um todo. Nos capítulos que se seguem, especialmente no terceiro, discutirei a diferenciação estrutural interna dentro do campesinato brasileiro, que resulta das numerosas formas de exploração do trabalho que, em conjunto, compõem a base para este complexo sistema agrário.[9]

Prosseguindo na interrogação acerca da unidade adequada para estudo, a complexidade do sistema agrário brasileiro nos faz confrontar outro problema importante. Além do substancial grau de diferenciação interna, o campesinato brasileiro também se revela grandemente diversificado em termos regionais, reflexo sem dúvida, da interação entre os fatores ecológicos e históricos específicos. Como já apontaram inúmeros autores, o Brasil é uma nação caracterizada por extremo regionalismo, e por extremos regionais. No entanto, o rico acervo de literatura sobre as regiões e o regionalismo brasileiros que tanta utilidade teve ao demonstrar a complexidade desta vasta nação agora contribui para obscurecer o fato de que o Brasil está passando por uma crise nacional que diz respeito a um segmento nacional de sua população. A ênfase anterior dada ao regionalismo nos estudos sociais brasileiros pode perfeitamente ter sido o reflexo de uma realidade anterior, quando as reivindicações regionais de privilégios dominavam um regime imperial fraco, e na Primeira República, quando os interesses agrários locais tinham voz preponderante numa frouxa federação de estados hegemônicos (deste assunto vou me ocupar amplamente no capítulo Cinco). Desde 1930, e certamente desde o golpe militar de 1964, o Brasil tem sido governado por uma fortalecida autoridade central, que é a medidora entre os segmentos estruturais, intimamente integrados, de uma nação moderna na qual as regiões vêm-se tornando claramente interdependentes. Sou levado desta forma, a me deter, não tanto em diferenças regionais, a partir da perspectiva de um microestudo de um pequeno segmento do campesinato brasileiro, mas sim nas semelhanças estruturais e culturais que definem o trabalho agrícola como categoria, inclusive em relação à nação como um todo, ponto ao qual voltarei nos capítulos Três e Seis.

Este livro trata, portanto, de camponeses e de trabalhadores agrícolas do Brasil todo, embora se baseie amplamente em dados recolhidos durante meu trabalho de campo na região do Nordeste.[10] A mais antiga região do

[9] Como veremos, o sistema agrário de que estou falando caracterizou-se, desde os tempos coloniais até o presente, pela produção nas grandes propriedades rurais de safras comerciais de exportação e da pecuária, sendo apoiado no abastecimento interno de gêneros alimentícios através dos mercados locais e regionais. A necessidade de mão-de-obra nos dois setores deste sistema econômico único gerou uma grande variedade de contratos econômicos e de tipos sociais rurais, incluindo camponeses, um proletariado rural assalariado, fazendeiros-colonizadores, e horticultores indígenas. Este livro versa apenas sobre um segmento da força de trabalho rural total brasileira, o campesinato. Nesta categoria, incluo parceiros, arrendatários, rendeiros e pequenos proprietários, que estão envolvidos primordialmente na produção de alimentos para o mercado interno. Como veremos, a natureza de sua ligação com o mercado interno é crucial para a nossa compreensão da sociedade camponesa e é um critério básico para distinguir os camponeses de outros trabalhadores agrícolas. A exclusão de outros trabalhadores rurais tem bom fundamento. Já esclareci que este livro trata de campesinato e não de uma descrição geral da vida no interior brasileiro. Consequentemente, discutirei os imigrantes japoneses organizados sob a forma de cooperativas produtoras e de comercialização em São Paulo, o horticultor/seringueiro de Mundurucu colocado à margem da economia amazônica, e/ou o trabalhador assalariado em propriedades de açúcar ou de café, somente quando a sua inclusão for necessária para esclarecer algum ponto a respeito da sociedade camponesa em si mesma. Através de semelhante especificidade, e pelo exame de um caso limite, espero projetar alguma luz sobre o fenômeno camponês em geral.

[10] Além da misteriosa Amazônia, da famosa cidade do Rio de Janeiro, e da imponente estrutura arquitetônica de Brasília, o Nordeste é talvez a mais conhecida das subdivisões políticas brasileiras, cujos problemas econômicos e sociais extremos o colocaram no primeiro plano da consciência internacional. Trata-se de uma região que tem recebido crescente atenção desde 1960, quando os relatos feitos pela imprensa sobre as condições ali existentes encheram as autoridades e o público americano do medo de que se repetisse uma nova Cuba, desta vez dentro da segunda maior nação do hemisfério, tanto em superfície quanto em população. O Nordeste começou a receber ajuda externa maciça depois de 1961, quando o Presidente Kennedy formalizou os canais existentes de doação na sua declaração de uma *Aliança para o Progresso.* Nos anos recentes, o Nordeste, assim como outras regiões subdesenvolvidas do mundo, atraiu a atenção dos planejadores econômicos, e ofereceu inúmeros exemplos para as análises dos teóricos do crescimento econômico. Também chamou para si a atenção de antropólogos, cientistas políticos e de inúmeros outros em busca do “tradicional” e do “folclórico”, do segmento retrógrado das sociedades humanas complexas que poderiam ser estudadas “no processo da mudança social”. A este respeito, é significativo o fato de que foi no Nordeste, assim como nos centros urbanos do Rio de Janeiro – São Paulo – Minas Gerais que formam o triângulo industrial, que as maquinações dos líderes políticos populistas e dos líderes religiosos reverberaram na consciência nacional

país e, em outra época, a mais opulenta –, o Nordeste suscita hoje preocupação nacional e mesmo internacional devido ao seu estado geral de subdesenvolvimento e de miséria humana. Região caracterizada por vastos latifúndios que reduzem ainda mais as poucas oportunidades na vida de um campesinato carente de terras, o Nordeste tipifica o problema mais sério da nação que brevemente será obrigada a uma busca, desesperada e honesta, de soluções.[11]. Pois a tragédia humana que se exibe tão cruamente no Nordeste não é um problema que se limite somente àquela região – ele se estende através do interior de todo o Brasil. A crise agrária, com seus efeitos debilitantes sobre a nação toda, não pode ser disfarçada pela afluência daqueles poucos que são privilegiados, e nem vista como crise regional. O problema camponês não é um problema exclusivo do Nordeste. É um problema nacional, intimamente ligado aos bons êxitos de várias culturas de exportação que dominaram as economias regionais e nacionais do Brasil pela maior parte de sua história, e também ao crescimento, mais recente, das cidades e da indústria, como vou analisar no capítulo Quatro. Somente quando se estabelecer as dimensões do problema nacional e houver um empenho sério de enfrentá-lo, poderão ser procuradas soluções que levem em conta as importantes diferenças regionais e locais.

Naturalmente, a crise agrária e a sua solução têm muito que ver com a maneira pela qual os vários segmentos da força de trabalho agrícola estão integrados na economia nacional no processo político. Afirmar simplesmente que devemos investigar além dos limites da pequena comunidade equivale a não compreender as dimensões deste problema. Assim agindo estaremos apenas recriando o dilema conceitual e

da classe média, estimulando ainda mais o golpe de estado militar que retirou a autoridade civil das mãos do Presidente João Goulart (Jango) em abril de 1964.

[11] O problema mais conhecido do Nordeste é, naturalmente, as secas periódicas que devastam a terra, matam o gado e as lavouras, e deslocam centenas de milhares de camponeses empobrecidos e de trabalhadores agrícolas sem terras, em migrações de massa para as cidades costeiras ou para áreas agrícolas mais viáveis em outras partes da nação. Acredita-se que a seca de 1877-78 tenha tido um total de vítimas humanas superior a quinhentos mil e tenha forçado o deslocamento de um enorme contingente de mão-de-obra para as trilhas da borracha na Amazônia. Quase cem anos mais tarde, a seca de 1970-71 matou um inestimável número de pessoas e provocou a organização de grupos de trabalhadores para a construção de poços, de açudes e de estradas, uma estratégia federal de combate à seca que deixa de reconhecer os problemas fundamentais de ordem social, econômica e política que constituem o flagelo básico deste panorama.

metodológico que tem perseguido os antropólogos que pesquisam sociedades camponesas desde que Kroeber pela primeira vez definiu o nosso universo de investigação como constituído de “sociedades parciais com culturas parciais” (1948:284) i.é., a natureza precisa da relação entre a parte e o todo. Uma geração inteira de antropólogos tentou resolver este problema focalizando vinculações – *patrões-clientes* (Wolf 1966a, 1966b; Foster 1963, 1965); *os intermediários de cultura*[*] (Wolf 1956; Geertz 1960); *articuladores* (Redfield 1960); *mediadores* (Silverman 1965); *redes* (Barnes 1954; Cohn and Marriott 1958; Beuchler e Beuchler 1971); *quase-grupos* (Mayer 1966); ou *agentes* (Nash 1965) através dos quais a localidade especifica é ligada à nação.[12] Não vou negar que as estruturas através das quais o camponês é vinculado aos assuntos nacionais estejam ligadas intersticiamente, elas próprias definindo o segmento camponês na sociedade. Isto é, politicamente, economicamente, socialmente e culturalmente existem indivíduos ou grupos de indivíduos que se interpõem entre o camponês e as instituições nacionais, exercendo posições estratégicas nas linhas de comunicação e frequentemente limitando o acesso dos camponeses às instituições nacionais.

No entanto, ao focalizar a sua atenção nestas vinculações, nestes *meios de articulação* per si, os antropólogos estavam apenas descrevendo os pontos nos quais se ligam comunidade e nação – ainda concebidos como sistemas analisáveis em separado –, assim tendendo a ignorar ou negligenciar o fato crucial, de que estas unidades de estudo recém-definidas são simplesmente agentes de forças históricas mais amplas que atuam sobre o sistema social. Por exemplo, o conceito de “patrão-clientela” provou ser instrumento útil para a descrição de um conjunto importante de relações de dependência em sociedades agrárias. Como assinalo nos capítulos Três e Cinco, este conceito fornece a essência para uma análise da dinâmica do comportamento interclasse no Brasil rural. No entanto, concentrar-se na

[*] culture-brokers, no original (N. do R.).

[12] Ver, por exemplo, a afirmação de Wolf no sentido de que “o México – ou qualquer sistema complexo – é ... a teia de relações grupais que ligam as localidades às instituições a nível nacional. O foco do estudo não são comunidades, mas os grupos de pessoas” (1956:52). Wolf prossegue para dizer que nós “... podemos atingir uma maior síntese no estudo das sociedades complexas ao focalizarmos nossa atenção nas relações entre os diferentes grupos que operam em diferentes níveis da sociedade, ao invés de nos concentrarmos em quaisquer de seus segmentos isolados” (*ibid*., 63).

dinâmica interna destas relações de troca a ponto de negligenciar o contexto, em constante fluxo e no qual elas ocorrem, obscurece o fato de que o conceito patrão-clientela é pouco mais do que um *modo de integração* entre classes sociais, cujas formas e conteúdos variam consideravelmente com o tempo (Silverman 1965; Scott 1972a, 1972b).

Basicamente, a maior parte dos estudos de agentes mediadores constitui apenas variações de filosofias incursionistas, que descrevem uma povoação ou um conjunto de povoações no presente etnográfico e então pinçam os instrumentos da mudança social – estradas, mercados, eletricidade, alfabetização –, com os quais a sociedade mais ampla começa a efetuar a transição local de "tradicional" para "moderna".[13] É desnecessário dizer que esta trajetória de "fora para dentro" das ligações que unem a comunidade à nação é demasiadamente estreita para explicar a complexidade das relações que definem o mutável sistema agrário brasileiro. Mais uma vez, não devemos olhar para comunidades ou grupos de pessoas (vistas como entidades ou unidades definidas), mas sim para processos de interação nos quais não só o camponês *recebe* conhecimentos, bens, benefícios e outros itens que o *invadem*, e aos quais ele deve adaptar-se, mas nos quais também segmentos interdependentes de um sistema social unitário agem um sobre o outro de modos reconhecíveis e recíprocos. Por exemplo, é insuficiente indicar, como é de costume nos estudos antropológicos deste tipo, que o camponês está amarrado ao mercado por uma necessidade de vender o produto em troca de dinheiro vivo, com o qual vai comprar bens de consumo e serviços necessários. Pois é nesta sua vinculação sistema de comercialização, e aos sistemas sociopolíticos mais amplos, que se encontra tanto a definição do setor campesino quanto a do sistema agrário propriamente dito.

[13] Em uma atenta investigação *Area Research*, Julian Stewart escreveu, "são poucos os estudos que procuram mostrar de que maneira a sociedade mais ampla afeta a comunidade que está sendo investigada; e não existe qualquer estudo que se proponha a conceitualizar totalmente, e em detalhe, a relação entre a comunidade e o todo mais amplo" (1950:23). Ainda assim, ele defende a abordagem do estudo de comunidade e deseja "relacionar, de maneira mais explícita e mais completa, a pequena cidade à sociedade extracomunitária mais ampla" *(ibid.,* 31). Em um estudo posterior, ele sucumbe ao acautelar os antropólogos no sentido de se aterem ao seu próprio âmbito, deixando o estudo das instituições nacionais a sociólogos, cientistas políticos e economistas, e sugeriu que a "contribuição" antropológica ao estudo de sociedades complexas pode ser feita através da descrição das "manifestações" das instituições nacionais a nível local (1955).

Está bem claro que o camponês brasileiro está integrado num sistema do qual só parcialmente participa. Ele é ao mesmo tempo um produtor de mercadorias e um consumidor de uma grande variedade de bens, alguns produzidos localmente e outros vindos dos principais centros industriais da nação. A organização da vida econômica camponesa representa uma reação cuidadosamente equilibrada ao seu duplo papel de produtor e consumidor.[14] Este equilíbrio é precário, e muda significativamente à medida em que a comercialização avança no campo. Assim, é a forma e função do seu vínculo com o mercado, e não o simples fato desse envolvimento em si, que tem consequência ao nível local.

Há várias especulações sobre o grau de envolvimento dos camponeses na economia de mercado (Wolf 1966: 41ff.; 1968: xiv; Dalton 1967a:75; 1967b:156-57; Miracle 1968; Wharton 1963). Por um lado, há os que vêem os camponeses como sendo essencialmente orientados para o mercado, formulando suas decisões de produção de acordo com

[14] O economista russo A.V. Chayanov (1966) contribuiu de maneira significativa para a nossa compreensão dos aspectos organizacionais das economias camponesas. Utilizando dados dos relatórios dos *zemstvo* pré-revolucionários, Chayanov descreve o contingente familiar de mão-de-obra russa nas "fazendas camponesas" e estabelece o contraste destas com as "fazendas comerciais" que operam como empreendimentos especulativos. A transição de uma para outra é caracterizada por uma mudança decisiva nos processos decisórios na fazenda. O chefe da "fazenda camponesa" faz uma avaliação subjetiva dos retornos marginais derivados de aumentos nos insumos de mão-de-obra por comparação com as necessidades de consumo da família, que são satisfeitas, em grande parte, pela produção em espécie. A "fazenda comercial", por outro lado, comercializa os produtos em troca de dinheiro, que é usado para satisfazer as necessidades do consumidor. Segundo Chayanov, a atividade econômica na "fazenda comercial", onde a mão-de-obra contratada recebe salários estipulados com base em uma estimada margem de lucro, leva à análise quantitativa. No entanto, os cálculos quantitativos não eram feitos no caso da "fazenda camponesa", que não contratava mão-de-obra e que não pagava salários. Como uma alternativa, Chayanov sugeriu o equilíbrio mão-de-obra-consumidor, no qual as decisões dos camponeses são feitas em termos de avaliações subjetivas da satisfação da demanda comparada com o esforço do trabalho. A consecução de tal equilíbrio – o equilíbrio interno da fazenda – permitiu a operação com êxito da "fazenda camponesa" e, segundo Chayanov, assegurou-lhe a competitividade a longo prazo com as fazendas capitalistas. "Uma análise organizacional das atividades econômicas da família camponesa é a nossa tarefa – uma família que não emprega mão-de-obra de fora, que tem disponível uma certa área de terra, tem os seus próprios meios de produção e é às vezes obrigada a gastar uma parte de sua força de trabalho em trabalhos e atividades não-agrícolas"(1966:51). Chayanov acreditava que a organização destas fazendas em cooperativas suprimia a necessidade da coletivização como a única alternativa à concentração capitalista da terra.

informações de preço, esquemas de demanda e outros fatores deste mesmo tipo. Outros argumentam que o camponês é basicamente um produtor de subsistência que interage no mercado somente para satisfazer suas necessidades domésticas imediatas. Neste último caso, presume-se que na sociedade camponesa típica-ideal, o pequeno proprietário agrícola se movimenta entre a subsistência e a produção limitada para o mercado com uma sabedoria (conhecimento de causa) que lhe garante tanto sua sobrevivência quanto sua segurança. Com a penetração da comercialização no campo ocorre, consequentemente, a quebra da estrutura institucional tradicional, resultando daí o descontentamento camponês.[15]

No caso brasileiro, os efeitos catalíticos da comercialização não são facilmente perceptíveis. Em primeiro lugar, a natureza mutável da economia brasileira torna fugidia uma definição de base de um campesinato autossuficiente. O camponês brasileiro esteve sempre atado a uma economia monetizada como vou demonstrar no capítulo Dois. Desde o período colonial, a sua produção tem sido dirigida, de um modo ou de outro, para o setor de exportação da economia, seja pelo cultivo de safras diretamente comerciais, seja pelo fornecimento de alimentos aos produtores através dos mercados rurais. Além das exigências de trabalho impostas às grandes propriedades monocultoras, havia inúmeros casos de legislação sobre a produção e a distribuição das colheitas de alimentos básicos, o que torna evidente o tipo de demanda à qual os camponeses foram forçados a se adaptar.

De fato, é difícil precisar um tempo ideal no passado histórico em que a participação dos camponeses brasileiros na arena do mercado foi determinada *puramente* pelas suas necessidades domésticas de consumo. O camponês certamente trocava ou vendia parte do que produzia a fim de poder obter aquelas mercadorias que ele próprio não tinha meios de produzir. Ele contava com o trabalho da família e com o trabalho recíproco de vizinhos e amigos para o plantio e a colheita das safras. Na medida em que a porção maior de sua produção era consumida em casa e somente o excedente era comercializado na praça de mercado, podemos dizer que "subsistia". A segurança para sua pessoa e sua propriedade, e o bem-estar

[15] Ao adotar esta última abordagem, Wolf (1968:xv, 276fs, et passim) consegue usar a comercialização como a força catalizadora da mudança revolucionária nas sociedades camponesas.

econômico de sua família, estavam garantidos na medida em que ele conseguisse manter o controle da terra que cultivava. Mesmo hoje, o camponês que cultiva alimentos em terra que ele próprio controla pode reverter a um padrão de produção de "subsistência" se necessário. Por exemplo, quando cai a demanda de uma safra comercial, quando os preços caem brutalmente no mercado internacional, ou quando a inflação diminui substancialmente o seu poder aquisitivo, o camponês pode apertar o cinto e subsistir, por algum tempo, com base na sua própria produção.

Esta possibilidade de controlar os processos de produção e de planejar as estratégias que mais adequadamente satisfazem as necessidades do camponês tornam-se mais difíceis, é claro, em situações nas quais os agricultores que se dedicam à produção de safras de exportação, tais como café ou açúcar não podem converter facilmente as suas propriedades para a produção de alimentos de consumo imediato. É precisamente nestas situações, em que a segurança do camponês é ameaçada porque ele não está mais em condições de decidir no que se refere à utilização de sua terra ou quando ele não está em condições de competir pela terra no mercado livre (o que ocorreu, como fenômeno generalizado, no Brasil nos anos 1950 e 1960, mas também em uma série de ocasiões específicas anteriores) que é mais provável a demonstração do seu descontentamento de modo público. Isto não quer dizer que a simples inclusão do camponês na economia de mercado o transforme num revolucionário. O que ocorre é que grandes tensões são geradas, e a radicalização tende a ocorrer, quando há uma ameaça explícita aos seus meios de vida e ao seu sentido de segurança. Não se trata aqui de grau de envolvimento no mercado em si, mas, é antes, o reflexo da estrutura especial das relações de produção e de troca que caracteriza uma economia local, regional ou nacional no tempo e no espaço, um processo de *integração econômica* do camponês que vou examinar mais detidamente no capítulo Quatro.

Não há dúvida de que o princípio básico organizador no setor camponês de economia é a maximização da segurança e a minimização do risco. Num trabalho anterior, analisei as estratégias que explicam as diferentes aceitações e rejeições das inovações na economia camponesa da pesca de jangada no Nordeste brasileiro (Forman 1970). Verifiquei que aqueles pescadores faziam seus cálculos em termos de um coeficiente de produção trabalho-energia que lhes oferecia o máximo de retorno pelos

esforços despendidos.[16] A energia total por eles aplicada na economia pesqueira era um reflexo de suas expectativas de retorno, calculadas de acordo com as necessidades de suas famílias, cujos membros contribuíam de maneira importante para a manutenção dos padrões econômicos tradicionais. As expectativas de retorno podiam ter, e frequentemente tinham, uma referência monetária. No entanto, as considerações sobre os retornos do trabalho despendido eram baseadas no poder aquisitivo para as necessidades do consumo doméstico, mais do que na busca de dinheiro para reinvestimento deliberado num empreendimento em expansão.

Estes camponeses brasileiros faziam cálculos racionais coerentes com os princípios do mercado, embora suas decisões fossem também baseadas num conjunto de fatores ecológicos, políticos, sociais e culturais que constituíam o seu meio ambiente global. Em lugar de operações duplas que caracterizam a empresa familiar, na qual os proprietários investem trabalho e capital em sua firma, – a qual, por sua vez, procura maximizar sua vantagem independente em termos de lucros marginais e de capital para reinvestimento – a unidade doméstica não-diferenciada do camponês voltava-se para um sistema de poupança e de crédito, que era essencial para a manutenção do sistema econômico tradicional. Estas duas modalidades econômicas, a unidade doméstica do camponês e a firma, representam modalidades diferentes de orientação de valores, obviamente determinadas pelo lugar que ocupam dentro do sistema econômico geral. Ambas estão ligadas ao mercado, de formas diferentes e com finalidades distintas. Cada modalidade tem um conjunto de padrões culturais em função dos quais a produção é, num certo sentido, dirigida, mas uma tem por finalidade a segurança, e a outra a maximização do lucro.[17]

---

[16] Compare esta afirmação à de Chayanov: "A maior vantagem ou desvantagem de qualquer iniciativa econômica específica na fazenda camponesa é decidida, não através de cálculos aritméticos de renda e de dispêndio, mas mais frequentemente, pela percepção intuitiva quanto a ser esta uma iniciativa economicamente aceitável ou não. Do mesmo modo, o planejamento organizacional da fazenda camponesa é construído não por um sistema de estruturas lógicas correlatas e de raciocínios, mas pela força de continuidade e da imitação, da experiência e da seleção, ao longo de muitos anos e não raro de modo subconsciente, de métodos de trabalho econômico bem sucedidos" (1966:119).

[17] Não pretendo dizer que a aquisitividade não seja uma característica das sociedades camponesas, mas sim que, mais frequentemente, ela toma a forma específica de posse de objetos materiais, valorizados em si próprios, usados como uma proteção contra a inflação, e manipulados como forma de poupança (Forman 1970:105fs., 126).

O camponês brasileiro acha-se enredado num sistema comercial que eventualmente vai enfraquecer o caráter do setor camponês da economia. O camponês é obrigado a vender a sua produção para obter dinheiro para a compra de inúmeros produtos manufaturados que rapidamente se tornam parte de suas necessidades de consumidor. A demanda urbana de uma crescente produção e de um contínuo suprimento de produtos agrícolas une-se às pressões domésticas que condicionam seu esforço produtivo. Para satisfazer as necessidades da nação, o camponês é solicitado a buscar o aumento de sua produtividade e é assim por vezes obrigado a contratar trabalhadores para ajudá-lo na sua produção para o mercado, fato que resulta em redução de sua renda real. Para poder satisfazer às necessidades de sua família e às suas próprias, ele é constantemente levado a procurar renda adicional, para isso assumindo muitas vezes o papel do intermediário no mercado. Frequentemente os parcos ganhos com uma agricultura de queimada e de enxada, somados ao acesso limitado a recursos de apoio, forçam o camponês a vender o seu trabalho, e o de sua família, no mercado.

Sem qualquer dúvida, estes processos de integração tornam-se mais agudos na medida em que ocorre a modernização. As populações urbanas e as indústrias submetem o setor agrícola a árduas exigências que o camponês está mal preparado para atender. Isto leva, como vou demonstrar no capítulo Quatro, a uma reestruturação das relações de mercado que provoca mudanças tanto no sistema de propriedade quanto no sistema de uso da terra. Na pior das hipóteses, ocorre uma consolidação e concentração crescentes da propriedade e o camponês perde sua terra. Na melhor, através do envolvimento com a economia de mercado, o camponês fica sujeito a uma ampla gama de controles econômicos. As suas decisões no que se refere à produção são tão afetadas pelos setores urbanos e industriais da economia quanto pela demanda local e por suas próprias necessidades de consumo.

O avanço do sempre crescente latifúndio sobre as pequenas propriedades independentes e os arranjos socioeconômicos entre o proprietário e o arrendatário ou o parceiro afetam substancialmente as estratégias produtivas do camponês. O pequeno proprietário tem que lutar para competir na arena do mercado, e frequentemente é vítima dos excessos do intermediário. O parceiro é instruído sobre que cultura deve plantar, quando e a que preços ela será vendida. O arrendatário fica sujeito à

vontade do proprietário que define sua ocupação da terra, a escolha e a localização de sua plantação, seu direito de criar gado, e o número e os tipos de árvores frutíferas que pode plantar. O camponês é, além disso, afetado pela legislação que controla a distribuição de seu produto. Ele paga impostos pesados, tem de comprar licenças e pagar taxas, e é instruído até sobre onde e a que preços deve vender o seu produto. Essas questões serão discutidas em profundidade no capítulo Três. O importante a frisar por ora é que esses controles não são meramente os caprichos do proprietário, do prefeito, ou do coletor de impostos, mas sim o resultado das decisões racionais dos homens no poder num sistema socioeconômico e político no qual a terra, o trabalho e o capital são todos bens a serem trocados no mercado e dos quais deve-se tirar o proveito máximo.

Naturalmente, é possível dar ênfase aos processos de integração econômica na definição de um campesinato, às custas de importantes critérios culturais, como observou Charles Wagley (1968:20).* Um campesinato, visto como fenômeno socioeconômico, pode ser encontrado em muitas sociedades contemporâneas e passadas, e é fácil identificar uma série de semelhanças estruturais que têm alguma validade intercultural (Bloch 1966:446; Wolf 1966a). A meu ver, entretanto, um campesinato também deve ser examinado contextualmente, isto é, dentro do meio sociocultural específico no qual se encontra encravado, e que lhe dá seu caráter peculiar. Por exemplo, o campesinato brasileiro emergiu de um conjunto específico de circunstâncias históricas, como subproduto de um sistema de comercialização, interna e externa, em desenvolvimento. Ele se integrou na nação brasileira por meio de um conjunto hierárquico de relações mantidas por sanções sociais e econômicas explícitas, assim como por exigências mais sutis de um comportamento esperado. Temos, portanto, o dever de incluir um amplo espectro de dados socioculturais em nosso estudo.

Certamente, a análise do campesinato brasileiro seria incompleta sem uma pesquisa sobre as relações de dependência que caracterizam a sociedade brasileira. Com isto não estou me referindo somente às relações

* Quando menciono "cultura" neste volume, estou me referindo aos símbolos e significados compartilhados que inspiram o comportamento (Geertz 1966b), e não simplesmente às manifestações de comportamento que geralmente têm sido o foco da atenção dos etnógrafos que trabalham na América Latina.

de exploração compreendidas nas definições usuais de campesinato, mas também, por exemplo, aos meios pelos quais o próprio camponês se utiliza da relação de dependência para com o patrão como parte de sua estratégia adaptativa de redução de risco. Qualquer discussão mais ampla sobre a conduta camponesa no Brasil requer um esclarecimento dos aspectos sócio-econômicos e culturais destas relações de dependência-do-patrão, as quais possibilitam proteção ao camponês e o expõem à cultura nacional, mas também o privam da possibilidade de crescimento individual e de participação significativa nos assuntos de Estado.

Estas relações de dependência são relações de classe às vezes relações interétnicas, cujo significado frequentemente é perdido na formalidade de muitas análises de classe e na rigidez de muitos relatos sociológicos de sistemas de estratificação. No capítulo Três vou examinar estes aspectos relacionais de classe social, em particular o componente ideológico expresso nas noções de submissão e obrigação, a fim de poder esclarecer a verdadeira natureza do comportamento interclasses no Brasil rural. No capítulo Cinco vou demonstrar como a forma e o conteúdo destas relações de dependência foram modificadas no curso da história política brasileira e examinar as várias formas que tomou a recente experiência política dos camponeses, na medida em que estes e outros trabalhadores agrícolas foram recrutados em massa para formar ligas camponesas "supralocais" e sindicatos rurais.

No entanto, precisamente porque todas estas relações encontram-se revestidas de um conjunto de entendimentos convencionalizados sobre o comportamento esperado em situações interclasse, torna-se necessária também a discussão de sua dimensão cultural, se quisermos perceber em profundidade a diferença crucial entre a extensão e o significado da ação política do campesinato. No Brasil rural, os símbolos ostensivos de *status* são óbvios; talvez não na mesma medida do que ocorre no sistema de castas da Índia, ou na marcação diacrítica da América do Sul andina. Ainda assim são reconhecíveis: a figura queimada de sol, vestido em algodão branco, de chapéu de palha, e segurando seu facão, os pés descalços riscando o chão, a cabeça baixa, o camponês brasileiro se dirige ao patrão com um "Sim, Senhor. Não, Senhor", naquele característico tom de resignação, que beira a revolta. Não obstante, além de identificar este modo de vida camponesa com seu sabor distintamente brasileiro, e de descrever as diferenças de

atitude que distinguem o camponês de outros tipos de subcultura nacional, nós devemos estar igualmente aptos a descrever as manipulações dos códigos e dos símbolos culturais pelos vários segmentos do sistema social. Somente através deste procedimento podemos começar a explicar as formas mais sutis de controle social que são aplicadas ao camponês (como, por exemplo, "conhecer o seu lugar" ou "esperar pela vontade de Deus"), ou as maneiras como os próprios camponeses transcendem os seus modelos tradicionais de comportamento e expectativas, ao se ajustarem emocionalmente e intelectualmente a contextos institucionais em fluxo.

O próprio estudo dos campesinatos no mundo foi impulsionado por ideologias nacionais distintas preocupadas principalmente com o desenvolvimento (Shanin 1971:11). No entanto, na busca de entendimento do nosso assunto como objeto, as inter-relações entre estas ideologias dominantes e os sistemas de crença das próprias massas ainda não foram exploradas em profundidade. No capítulo Seis, vou analisar o lugar ocupado pela religião popular na formação de uma ideologia camponesa, e seu significado para a ação política no Brasil rural.

A religião é um fato básico na vida do camponês. O camponês brasileiro compartilha apenas parcialmente do sistema religioso católico formal, que, aliás, adquiriu uma forma tipicamente brasileira. Não obstante, o camponês incorporou esta tradição católica, ou elementos dela, de um modo significativo ao seu próprio sistema de crença, que inclui aspectos de práticas religiosas e crenças afro-brasileiras e ameríndias, e um misticismo individual reflexivo que personaliza unia experiência religiosa coletiva ruidosa e animada em suas manifestações públicas. Isto é, o catolicismo formal fornece um conjunto de crenças e significados institucionalizados e um sistema de atos rituais que satisfazem as necessidades sociais sobre as massas rurais. Ele contribuiu também para um vasto sistema de crença popular que se interliga com a estrutura social de tal forma que dá ao camponês uma visão pessoal, profunda e frequentemente inflexível de seu relacionamento com os outros homens, com a sociedade, com os santos e com Deus, e, num certo sentido, com a vida em geral. É necessário, portanto, observar os famosos santuários, as procissões dos dias santos, as novenas familiares e as possessões por espíritos, para poder compreender totalmente a comunhão do camponês com um ideal religioso. Entre os camponeses brasileiros há um profundo senso de ressentimento e de afronta

diante da condição humilhante de suas vidas. Como veremos adiante, a resignação que permite a aceitação passiva desta condição — e a ação devastadora que às vezes ela engendra — derivam ambas sua força do sistema religioso popular. Pelo exame da variedade de processos integrativos que torna o campesinato parte vital do sistema social brasileiro, este livro também procura uma explicação tentativa daquela relação fundamental entre cultura e ação social.

2. Além da Casa-Grande e da Senzala: Um Campesinato no Brasil

A colonização portuguesa no Brasil baseou-se desde os seus primórdios no desenvolvimento de uma agricultura comercial de exportação. A produção de açúcar para o mercado europeu em expansão no século XVI estabeleceu uma economia de "plantation" que subsiste, embora com uma forma consideravelmente diferente, até o presente. A força de trabalho da agricultura foi originalmente fornecida por grandes contingentes de escravos africanos e, mais tarde, por homens livres vinculados à "plantation", por toda uma gama de contratos de arrendamento.[1] Além disso, numerosos pequenos estabelecimentos se desenvolveram em apoio aos empreendimentos comerciais maiores orientados para a exportação. O objetivo destes pequenos sítios era prover um crescente sistema de comercialização interna, com alimentos e outros produtos básicos de grande necessidade. Assim, ao lado do sistema brasileiro de "plantation", cedo desenvolveu-se um setor camponês que compreendia pequenos proletários rendeiros e parceiros, que atuavam tanto como produtores de mercadorias e como força de trabalho dentro daquele sistema, bem como fornecedores de alimentos ao mesmo.

Esta produção inicial de mercadorias (de safras de exportação para o mercado externo, e de alimentos para as "plantations" e para os crescentes centros urbanos) marca a emergência de um campesinato no Brasil. Embora certamente ofuscada pelo setor dominante da economia rural, de exportação, a produção camponesa para o mercado interno sempre foi uma atividade comercial importante desde os tempos coloniais. Na verdade, a caracterização popular da história agrária brasileira em termos de propriedades extensivas, senhores e escravos, e da produção para o mercado

[1] Ao contrário do caso dos índios do México e do Peru, que se tornaram a espinha dorsal camponesa do desenvolvimento após a conquista daqueles países, os índios pré-colombianos do Brasil, vivendo em agrupamentos muito distanciados uns dos outros, com pouca densidade populacional e acostumados à agricultura de queimada e à caça, não convinham à exploração agrícola portuguesa da sua colônia do Novo Mundo. Alguns índios foram, naturalmente, atraídos para a economia comercial, mas a grande maioria da mão-de-obra agrícola foi suprida por escravos africanos. A população portuguesa em si era demasiado pequena para fornecer um número grande de trabalhadores agrícolas à colônia.

europeu, é inadequada à compreensão da atual crise agrária no Brasil. A "plantation" escravista que foi projetada, tanto para frente como para trás, como protótipo do sistema social brasileiro desde a colonização até o início da era industrial, na verdade teve a sua expressão mais plena no século XIX (Lockhart 1972:12-13). O sistema socioeconômico colonial era muito complexo, e provavelmente a economia baseada nas sesmarias não estava primordialmente centrada na exploração do açúcar, mas sim na geração de renda para a Coroa portuguesa — qualquer que fosse a fonte.

Muito embora a fazenda monocultora escravista (o sistema brasileiro de "plantation") tenha chegado a exercer uma hegemonia econômica, política e social sobre a nação durante quatro séculos, ela não foi – e não é – um quadro total do modo de vida no Brasil rural.[2] Desde o princípio da colonização, a economia brasileira de exportação esteve entrecortada por uma rede de outros vínculos econômicos, que deram lugar a uma economia doméstica consideravelmente articulada. Nas palavras do historiador Richard Morse:

> Complementando e tornando possível este comércio (externo)... havia um movimento interno de charque e de outros alimentos, peles e outros produtos mercantilizáveis, em fluxo que ocupava somente um lugar modesto nas estatísticas coloniais, mas que, no entanto, serviu, ainda que de modo pouco visível, para articular justamente aquelas regiões que a produção para exportação parecia isolar umas das outras.(1962:168)

Sem dúvida, a instituição da escravidão deixou uma marca indelével no sistema sociocultural brasileiro. Suas resultantes tradições de patronato e de paternalismo acabaram por caracterizar todo o sistema de relações socioeconômicas do Brasil.

[2] Uma série de estudos regionais e de comunidades atestam este fato. Ver M. Harris, *Town and Country in Brazil* (New York: Columbia University Press, 1956); Harry W. Hutchinson, *Village and Plantation Life in Northeast Brazil* (Seattle: University of Washington Press, 1957); Manuel Diegues Jr., *Regiões Culturais do Brasil* (Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Educacionais, INEP, 1960); Charles Wagley, *An Introduction to Brazil* (New York: Columbia University Press, 1963); Charles Wagley, ed., *Race and Class in Rural Brazil*, 2ªed. (New York: Columbia University Press, 1963); Manuel Correia de Andrade, *Paisagens e Problemas do Brasil* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1968). Ver também Charles Wagley e Marvin Harris, "Typology of Latin American Subcultures", *American Anthropologist*, LVII, 3 (Junho de 1955), 428-51.

No entanto, é também importante compreender os tipos de relacionamento que existiram no Brasil independentemente do sistema de escravidão.[3] Escreve Canabrava:

> Embora a escravidão emprestasse à sociedade dos senhores de engenho um sentido fundamental, a força de trabalho escravo não se estendia pela totalidade do sistema produtivo. Persistiam no engenho de açúcar setores de trabalho que funcionavam à base de mão-de-obra livre. Neste sentido, a lavoura de subsistência deveria manter-se como o setor mais importante, ou, pelo menos, o que oferecia melhores condições de permanência e estabilidade, sem excluir a existência de reduzido número de escravos negros que dela podiam participar. (1967:60)

Desde o início a escravidão também começou a canalizar o seu produto para o mercado livre de trabalho. Mesmo incompletos — como aliás permanecem até hoje — os dados históricos indicam que desde os primórdios do período colonial existia uma vasta população de camponeses livres entregue a uma ativo comercio interno.[4] A mudança da lavoura escravista para um sistema de *plantation* sem escravos, entre 1888 e 1889, ocorreu com pouca – se alguma – alteração nas relações estruturais no campo brasileiro, indicando que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre já estava se dando antes da Abolição. Os padrões de trabalho

[3] Não é nosso objetivo analisar a natureza da escravidão no Brasil. Existem inúmeras descrições do comércio escravista e da vida social e econômica da fazenda de escravos baseada no açúcar, como, por exemplo, nos trabalhos de Manuel Diegues Jr., *O Bangue nas Alagoas* (Rio de Janeiro: Edição do Instituto do Açúcar e do Álcool, 1949), e Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala (The Masters and the Slaves),* traduzida para o inglês por Samuel Putnam (New York: Knopf, 1946). Stanley Stein, em *Vassouras* (Cambridge: Harvard University Press, 1957) fornece um excelente estudo da economia escravista da grande lavoura cafeeira do século XIX. A fazenda escravista brasileira representou uma adaptação ecológica radical às condições do Novo Mundo. Ela nem se baseava no modelo português anterior nem era organizada segundo princípios feudais; ela foi, desde a sua concepção, um estabelecimento agrícola comercial.

[4] Dauril Alden fornece dados que indicam uma alta proporção de homens livres entre a população brasileira em geral na era colonial, e afirma que no final do século XVIII, "apesar da falta de provas, é possível que a manumissão tenha prevalecido mais nas grandes fazendas das capitanias-gerais de Pernambuco e da Bahia de Todos os Santos do que no extremo sul do Brasil, onde a escravidão fora introduzida mais recentemente e envolvia números muito inferiores. A extensão na qual a manumissão era praticada em diferentes partes do Brasil naquela época, seu efeito sobre a estrutura social da colônia, merece ser estudada" (1963:198-99).

permaneceram quase sempre os mesmos, só que agora os negros livres estavam atados à terra por um sistema de débito e crédito (com recursos limitados e sem ter para onde ir). Depois da Abolição, o ex-escravo, já trancafiado à sociedade colonial brasileira e essencial ao seu contínuo crescimento econômico, permaneceu parte integrante da economia rural e dos ofícios artesanais urbanos em expansão.

De um modo geral, a Abolição não pareceu produzir efeitos de amplo impacto sobre a economia brasileira na época, o que me faz pensar que os historiadores devem desviar sua atenção das discussões sobre a escravidão no Brasil e voltar-se para o exame do sistema agrário no seu conjunto, do qual a escravidão era apenas uma parte. Este enfoque poderia ajudar-nos a compreender a natureza das relações socioeconômicas tanto entre senhores e escravos quanto entre proprietários e camponeses, vistas como reação a um sistema econômico complexo dominado pelo latifúndio agrário-exportador.

A muito empreendedora Coroa portuguesa tinha dois interesses principais no desenvolvimento de uma colônia brasileira no florescente mercado europeu do século XVI — a administração do território e a exploração comercial. Ambos os objetivos foram atingidos através da doação de grandes extensões de terra, chamadas *sesmarias*, a súditos favoritos da Coroa. Estas sesmarias constituíam a forma de expansão de administração territorial, tentada e testada pelos portugueses no século XIV, quando da reconquista das terras peninsulares aos mouros. Originalmente concebidas como direitos jurisdicionais e uma série de privilégios sobre terras conquistadas e suas populações residentes — e não como direitos de propriedade *per se* — estas sesmarias transformaram-se no Brasil colonial em extensos latifúndios, sujeitos a procedimentos comerciais estabelecidos pela Coroa e a regulamentos reais no que se referisse às obrigações entre os colonizadores e o beneficiário da concessão da terra (Johnson 1972:205ff). O cultivo, na sua maior parte, era dirigido para lavouras de exportação, principalmente açúcar, mercadoria com a qual os portugueses já estavam bem familiarizados. Desde 1493 havia uma economia açucareira na ilha de São Tomé, mantida por uma população composta de condenados exilados e de judeus que haviam se recusado a abjurar sua fé.

Era razoável, portanto, que Lisboa considerasse a possibilidade de transplantar um sistema de concessão de terras para o Novo Mundo sem

que a Coroa incorresse em gastos substanciais, ou sem que isto representasse uma diminuição na mão-de-obra, já escassa, de Portugal. Não se imaginou que estas unidades econômicas e políticas iriam propiciar uma transição bastante fácil para o controle local pelos proprietários da terra, em vez de um controle centralizado pelas autoridades da Coroa. Além do mais, dificilmente se poderia imaginar que o reconhecimento do direito de propriedade sobre escravos, em oposição aos direitos jurisdicionais sobre populações nativas (como em Portugal continental ou na América espanhola), estabeleceria desde logo uma relação mais econômica do que legal-política entre o proprietário da terra e o trabalhador, consequentemente estabelecendo o padrão para a forma fundamental de controle social, que, desde aquela época caracteriza a estrutura social do Brasil rural.

Portugal já estava bastante familiarizado com as vantagens econômicas da escravatura, e rapidamente se adaptou aos seus vícios sociais no Brasil. Não obstante, a sesmaria representava uma adaptação ecológica radical, sem precedentes na economia de pequenas fazendas do próprio Portugal, e com apenas ligeiras semelhanças com a plantação escravista "clássica" que se desenvolveria no Brasil no século XIX. Para começar, a riqueza principal a ser tirada do cultivo do açúcar estava no seu processamento e no seu transporte, e não no cultivo propriamente dito. No centro da instituição da sesmaria ficava o *engenho*, um moinho movido por animais para o esmagamento da cana-de-açúcar. Estas operações eram altamente capitalizadas, e frequentemente utilizavam trabalho escravo obtido através da consignação de açúcar refinado para um mercador de escravos.

Devido aos altos custos da manutenção de uma população escrava residente, o período colonial nunca sustentou fazendas muito extensivas, com centenas de escravos importados. Embora até cinquenta escravos pudessem ser empregados num só engenho, a produção de açúcar em empreendimentos satélites exigia o trabalho de apenas dez a vinte escravos, não mais do que isto. Inúmeras propriedades de menor porte que forneciam cana-de-açúcar para os moinhos frequentemente operavam com apenas um ou dois escravos, e algumas, naturalmente, operavam sem nenhum. Em todos estes casos, a verdadeira produção de cana-de-açúcar para processamento era realizada pelos cultivadores menos afortunados, que

compravam ou alugavam terras dos sesmeiros. Deste modo, as grandes propriedades não constituíam uma forma monolítica de exploração agrícola. Segundo Canabrava:

> O parcelamento das antigas sesmarias através da venda de terras pelos engenhos, possivelmente sob a pressão de dificuldades financeiras, veio proporcionar a povoadores menos aquinhoados pela fortuna a oportunidade de se alinharem entre os que subsidiavam a produção do engenho. (1967:47)

As concessões de terras foram, além disto, desmanteladas por proprietários que subdividiram suas propriedades em pequenas parcelas e as alugavam a fazendeiros individuais (Castro 1966:98). Assim é que a propriedade absenteísta ajudou a demarcar o perfil de uma sociedade camponesa desde cedo na história brasileira, como muito bem descreve o seguinte relato do século XVI:

> Começou então o sistema de arrendar a pequenos colonizadores. Temos agora o agente de Dom Álvaro subdividindo a sua concessão, criando desta forma uma classe de fazendeiros arrendatários que muito contribuiu para a prosperidade do proprietário. Foi precisamente esta classe que constituiu a primeira forma de trabalho livre no Brasil, lado a lado com o trabalho escravo... (citado por Castro 1966:96-97).

Dentro de um período relativamente curto, outras adaptações ao sistema de posse da terra tornaram-se necessárias, tanto para o abastecimento de cana-de-açúcar aos engenhos quanto para o fornecimento de alimentos a uma população em crescimento. Por volta do século XVIII, propriedades menores, que se chamavam "datas de terra", começaram a ser distribuídas, inicialmente a colonos que tinham vindo dos Açores, com o objetivo de praticar agricultura diversificada baseada no trabalho familiar.[5] Estas "datas de terra", ou fazendas camponesas, eram estimuladas com o intento de solucionar o problema de suprimento interno de alimentos num sistema agroexportador, um problema aliás que aflige o governo brasileiro até os dias de hoje.

---

[5] Diegues Jr. calcula o tamanho da sesmaria entre dez mil e treze mil hectares, e a *data de terra* em duzentos e setenta e dois hectares (1959a:16). Ver Schwartz (s.d.:3, 53n7).

Através de sua história, portanto, o sistema agrário brasileiro tem abrigado uma mão-de-obra diversificada, organizada numa variedade de formas de posse da terra.[6]

Camponeses, conhecidos por diversos nomes tais como lavradores, moradores, e foreiros, tiveram diferentes vinculações socioeconômicas com os senhores de engenho. Uma história adequada destes padrões de posse da terra ainda está para ser escrita, mas o modo pelo qual emergiu, de uma maneira geral, um campesinato brasileiro pode ser reconstituído a partir de um certo número de fontes. Escrevendo sobre as diversas modalidades de suprimento de açúcar para os engenhos no século XVII, A.P. Canabrava afirma:

> Não se podem esquecer os lavradores que entretinham as culturas de subsistência, tributários também da economia dos engenhos... Quer em terras próprias, recebidas em sesmaria, quer em áreas arrendadas ao engenho, entretinham suas roças de mandioca e criavam algum gado, suprindo com estes produtos, quando necessário, os que labutavam na manufatura do açúcar. (1967:48)

O lavrador era um cultivador pequeno e independente, com um papel importante na economia açucareira do século XVI. Ele cultivava cana-de-açúcar na sua própria terra e a vendia aos engenhos (moinhos de açúcar movidos a vapor), os quais eram obrigados por lei a processar a cana-de-açúcar (Canabrava 1967:45-47). O termo *lavrador* era alternativamente aplicado a um parceiro de uma grande "plantation" que não pagava renda ou taxas. Ele "...podia construir uma casa, manter outras terras, ocasionalmente ter um escravo, mas a sua obrigação principal era plantar cana-de-açúcar para o dono do engenho" (Diegues Júnior 1959:106-7).[7]

---

[6] Um dos problemas de difícil interpretação da história econômica do Brasil é a questão do mercado de trabalho. Esta questão é particularmente complicada pelo fator da escravidão. Por um lado, temos a compra e venda de escravos, como capital, usados na produção de uma mercadoria vendável (açúcar) por empreendedores que obtinham lucro somente no comércio de seres humanos, e, por outro lado, a prática, bem documentada, de alugar-se escravos para a produção em fazendas de outros. Deste modo, também eles representavam uma forma de capital e faziam parte, sem dúvida, do mercado de trabalho. Esta prática parece ter sido difundida não só nas fazendas, mas também nas cidades.

[7] Ver Schwartz (s.d.) para um exame fascinante dos lavradores dos séculos XVI e XVII na Bahia.

O *morador* também residia nas terras do engenho no início do período colonial.

> O *morador* não era obrigado a plantar cana; no princípio, ele era uma pessoa à qual o dono da propriedade deu um pedaço de terra, ajudando-o a construir a sua casa e a plantar roças de verduras, legumes, milho, feijão, batata doce e aipim; em troca, ele ficava sujeito ao pagamento de uma taxa, que aliás muitos proprietários acabavam por não cobrar, pois era muito pequena a quantia. Em lugar disto, o proprietário recebia do morador gêneros alimentícios que eram considerados mais um presente do que um pagamento *(ibid.*, 107).

Os moradores, no entanto, não eram apenas fornecedores de alimentos; eles constituíam uma reserva de mão-de-obra para a indústria açucareira, e eram obrigados a dar vários dias de trabalho, mediante pequena remuneração (ou, às vezes, nenhuma) ao senhor de engenho (Andrade 1964:79). Como veremos adiante, essas relações de troca tomaram um aspecto inteiramente diferente no século XX, na medida em que o mercado interno para gêneros alimentícios no Brasil tornou-se mais comercializado, e as exigências da produção para exportação determinavam uma exploração mais rigorosa do trabalho.

Os foreiros são ainda outro segmento da população camponesa brasileira com raízes profundas no passado colonial. *Os foreiros* originalmente alugavam dos senhores de engenho terras marginais, nas quais cultivavam lavouras de subsistência. Além da baixa renda que pagavam, eles faziam trabalho do tipo *corveia* durante as épocas de plantio e de colheita. A importância deste arranjo cresceu com o desenvolvimento da economia algodoeira (Andrade 1964:109), e hoje encontramos arranjos temporários de aluguel pelos quais o proprietário da terra recebe somente pequena quantia anual a título de aluguel, mas um compromisso bem importante de mão-de-obra na limpeza de terras virgens.

Além do desenvolvimento destas formas usuais de posse de terra, posseiros começaram a se mudar das regiões costeiras e se estabelecer nas vastas áreas do interior do Brasil durante os séculos XVII e XVIII (Diegues Júnior 1959a:21). O cientista social brasileiro Josué de Castro descreve a situação da seguinte maneira:

> Massas rurais, em número crescente, começaram a se deslocar para terras incultas, privadas ou públicas. Foram essas ondas de posseiros – ou de invasores, como eles eram chamados – que apressaram a queda da instituição da concessão de terra... os posseiros introduziram uma nova fase na vida agrária brasileira... A luta dos posseiros pelas terras engendrou uma nova forma *capitalista* de propriedade camponesa. (1966:103)

Castro atribui a abolição do sistema de concessão de terras em 1822 à situação criada pelos posseiros, que tornou evidente a necessidade de um sistema legal de posse, e que preparou o palco para a transição da sesmaria para a fazenda, a "plantation" de grande escala e de propriedade privada, que é a forma predominante de propriedade fundiária no Brasil de hoje.

Seria útil, neste ponto, apresentar uma história demográfica do Brasil. No entanto, o material é limitado para o período colonial pois o primeiro censo oficial para todo o Brasil só apareceu em 1872. Os historiadores ainda não examinaram os registros de impostos, os registros legislativos e os de terras; nem os testamentos e os documentos da Igreja, entre outros, para colherem dados sobre a posse da terra no período colonial. Assim o material publicado de fonte primária é ainda reduzido. Os poucos dados que possuímos são, no entanto, suficientes para atestar claramente a existência de uma expressiva população camponesa livre no Brasil colonial. Dauril Alden, descrevendo fontes para o estudo das populações no Brasil no século XVIII, fornece estatísticas parciais do número de escravos, em contraposição ao número de libertos da década de 1770, indicando que, salvo o Rio de Janeiro, a percentagem de escravos relativa à população global era, de um modo geral, de menos de um quarto (1963:197). Da mesma forma, um estudo de censos feitos no século XIX nas várias províncias aponta para uma proporção muito maior de homens livres em relação a escravos, mesmo que existam discrepâncias em algumas destas estimativas individuais em consideração (Silva 1951). No exame que empreendeu das histórias locais em várias províncias do Nordeste no mesmo período, o cientista social brasileiro Manuel Correia de Andrade observa que a percentagem de escravos na população do Nordeste nunca foi particularmente alta (1964:95-98). Dados comparativos colhidos pelo editor inglês William Scully para as províncias do Nordeste em meados do século XIX confirmam este ponto de vista (1866). Ao mesmo tempo, uma revisão do material extraído de recenseamentos na capitania de São Paulo no

princípio do século XIX demonstra uma preponderância considerável de agricultores sem escravos, em comparação com aqueles que os utilizavam (Willems 1970:34-35, 39).

Minha própria pesquisa sobre a emergência de um campesinato no estado nordestino de Alagoas também indica que no século XIX a maioria dos moradores rurais daquela região eram camponeses livres. Os números populacionais não especificam as ocupações das pessoas — se eram moradores, foreiros, ou posseiros —, mas a comparação com as fontes acima citadas sugere que meus próprios dados são representativos das condições de outras regiões do Nordeste, e, com algumas variações, do Brasil.

Em 1847, um recenseamento estadual calculou a população de Alagoas em 207.294 habitantes, dos quais 39.675 eram escravos (Diegues Júnior 1949:153). Um recenseamento mais pormenorizado feito em 1837, no distrito (comarca) de Penedo, relaciona população de 82.590 habitantes, dos quais 22.045 brancos, 32.694 mulatos livres, 4.531 mulatos escravos, 10.113 negros livres, 10.876 negros escravos, e 2.331 índios. A população da cidade de Penedo, um pequeno porto no Rio São Francisco, no qual açúcar e algodão eram embarcados para a província mais ao norte de Pernambuco, não ultrapassava 4.000 habitantes (Gardner 1849:95). A população escrava total tanto da cidade quanto do campo subia a somente 18,6 por cento, numa época em que a produção de açúcar e de algodão estava em franca ascensão naquela região, o que sugere que a vasta maioria dos habitantes do campo era constituída de camponeses. Estatísticas populacionais semelhantes para o município de Guaiamu, em Alagoas, revelam que, durante 1871 (dezoito anos antes da abolição da escravatura), havia uma população total de 17.117 habitantes, dos quais 78 por cento eram homens livres, e somente 22 por cento eram escravos. Esta maioria de homens livres estava engajada na produção de cana-de-açúcar para os engenhos e de produtos alimentícios para um mercado interno em expansão.

Durante os séculos XVI e XVII, o município de Guaiamu era satélite econômico da Província de Pernambuco onde as lavouras de cana-de-açúcar estavam em expansão. Deste satélite provinham o gado e os produtos agrícolas que eram enviados a Olinda, a capital da Província, e também as madeiras corantes e a madeira-de-lei, fornecidas à Marinha Real Portuguesa (Andrade 1959:40; Almeida Prado 1941:44546). No princípio do século

XVII, uma verdadeira "rodovia agrícola" existiu para o transporte de mercadorias da cidade de Penedo, no Rio São Francisco, ao longo da costa de Alagoas, através do município de Guaiamu, rumo norte, para Olinda, a capital provincial.

A exploração de cana-de-açúcar em grande escala começou, naquele município, no século XVIII, e se espalhou tão rapidamente que foi necessário colocar as reservas florestais sob controle real. O uso da terra pelos camponeses, em Guaiamu e nos municípios vizinhos, foi logo restrito às áridas áreas costeiras, conforme estabelecido por decreto real em 1798. Este decreto estabelecia que "as terras mais ou menos concentradas adjacentes ao mar, assim como aquelas que bordejam todas as matas julgadas inúteis para a Marinha Real, serão reservadas para a agricultura do povo" (Vilhena 1921:804-5). Os lotes com sulcos profundos nos planaltos cansados e agora abandonados são um testemunho da intensa agricultura praticada naquela época. Um relato do século XIX descreve o município como "... fertilíssimo e dotado de vários engenhos de fabricar açúcar: seus habitantes fazem anualmente ricas colheitas de todos os tipos de gêneros alimentícios e os transportam para a capital e para outras partes da província". Este mesmo relato também indica que Guaiamu era "o refúgio dos habitantes do interior durante as secas e... um dos ricos celeiros... suprindo de farinha, feijão, milho, azeite, sal e às vezes frutas..." os centros metropolitanos do norte (Espíndola 1871:236-37). Estes produtos chegavam ao seu destino através do sistema de comercialização interna do Nordeste, constituído por uma vasta rede de feiras, ou mercados semanais.

As populações camponesas, tais como aquelas brevemente descritas acima, podem ser encontradas nas páginas da História do Brasil — embora frequentemente só nas entrelinhas. Por exemplo, o eminente historiador brasileiro Caio Prado Júnior escreve, no seu importante trabalho *Formação do Brasil Contemporâneo*, que a população agrária do Brasil colonial era compreendida por três elementos: senhores, escravos e de uma "população vegetativa" que não tinha qualquer organização social e econômica e que vivia nas margens mais distantes da sociedade brasileira. Segundo Caio Prado, os senhores e os escravos

> estão bem classificados na hierarquia e na estrutura social da colônia: os primeiros serão os dirigentes da colonização nos seus vários setores; os outros, a massa trabalhadora. Entre estas duas categorias,

> nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização, comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma (1965:279-80).[8]

Esta massa de pessoas, composta por "escravos negros ou mulatos, libertos ou fugidos, índios semiaculturados, mestiços de todas as categorias e gradações de cor... até brancos, puros brancos... inclusive aqueles saídos de ilustres árvores genealógicas portuguesas", constituía um segmento grande e crescente da população. Referindo-se à obra de Couty *L'Esclavage au Brésil*, publicada em 1881, Prado escreve:

> No tempo de Couty, este o calcula, numa população total de 12 milhões, em nada menos que a metade, 6 milhões. Seria menor talvez a proporção nos três milhões de princípios do século; mas ainda assim compreenderia com certeza a grande, a imensa maioria da população livre da colônia. *(Ibid.*, 280)

Desta "vasta maioria" alguns subsistiram em áreas remotas da nação. Outros se refugiaram sob a proteção de algum proprietário poderoso. Ainda outros, "os mais degenerados", segundo Caio Prado, viviam "vadiando", ou simplesmente perambulando.

No meu ponto de vista, um exame mais profundo dos materiais históricos disponíveis revelará que esta população camponesa era altamente articulada com a sociedade brasileira em geral. No seu admirável reexame de dados de recenseamento do princípio do século XIX da Capitania de São

---

[8] Na edição em língua inglesa, conhecida como *The Colonial Background of Modern Brazil*, escreve o autor:
"Há ainda outro resultado fundamental que se precisa destacar e a que levara o processo de colonização. Correlato, aliás e intimamente ligado àquele primeiro e sempre ao mesmo sistema colonial. É a proporção considerável de populações que com o tempo vão ficando à margem da atividade produtiva normal da colonização. O círculo desta atividade se encerra quase exclusivamente com os dois termos fundamentais da organização econômica e social da colônia: senhores e escravos; os primeiros promotores e dirigentes da colonização; os outros, seus agentes. Enquanto houve apenas senhores e escravos e é o que se dá no início da colonização, tudo ia bem. Todos os povoadores do território brasileiro tinham seu lugar próprio na estrutura social da colônia e podiam normalmente desenvolver suas atividades. Mas formaram-se gradualmente outras categorias, que não eram de escravos nem podiam ser de senhores. Para elas não havia lugar no sistema produtivo da colônia. Apesar disto, seus contigentes foram crescendo..." (1967:419).

Paulo, o antropólogo Emílio Willems descreve um considerável grau de diferenciação social e ocupacional entre as populações rurais da colônia. Embora sustente a natureza de subsistência da agricultura no nível local, Willems observa que "todos esses sistemas locais produziam colheitas comerciais para mercados domésticos e estrangeiros..." (1970:32). A meu ver, não há razão para se acreditar que a massa de mão-de-obra livre empregada na agricultura no Brasil colonial se diferenciava significativamente, na sua organização social e econômica, das populações camponesas descritas na Introdução e, por esta mesma razão, daquelas que encontramos, numa situação muito mais integrada, no Brasil contemporâneo. O camponês do Brasil colonial estava organizado em regimes familiares que produziam colheitas comerciais para o mercado exportador e gêneros alimentícios para consumo doméstico vendendo os seus excedentes em feiras locais e suplementando sua renda através de uma variedade de ocupações artesanais. Vivia em pequenas vilas, povoados e cidadezinhas, em aglomerações espalhadas pelo vasto interior do país. Reconhecia a autoridade do padre, prestava suas homenagens aos santos, e oferecia trabalho e fidelidade a algum membro da classe proprietária, em troca de uma parcela de terra para cultivo. Historicamente, ele era o mesmo ser dependente.

Uma série de antigos relatos de viagens proporcionam observações de primeira mão acerca da forma de organização econômica da maioria trabalhadora livre nestas cidades rurais e vilas do Brasil colonial. Estudos mais aprofundados da história colonial poderiam, indubitavelmente, ajudar muito na reconstrução da organização social e política destas comunidades camponesas. No seu trabalho *Traveis in Brazil*, publicado em 1816, Henry Koster descreve inúmeros povoamentos rurais que produziam gêneros alimentícios para venda nas feiras locais. Por exemplo, diz ele:

> ... entrei em Paratibe, aldeia longa e isolada, com terras de mandioca, bananeiras e jardins de tabaco misturados às casas. Os habitantes são, na maioria, trabalhadores livres, brancos, mulatos e negros. As casas são construídas dos dois lados da estrada, com um certo intervalo, pela distância de uma milha. Diversos pequenos engenhos podem ser vistos, e um grande número de pequenas choupanas; a passagem da gente do campo com animais carregados levando algodão, couros, e outros artigos, a produção daquele campo, e retornando de Recife

> com muitos tipos de utensílios, sal, carne e peixe pode ser considerada como contínua. (1966:27)

Numa de suas muitas referências ao comércio interno de produtos alimentícios, Koster escreve que "o comércio com o interior é considerável, e particularmente no dia da feira, que é realizada semanalmente, a animação é excessiva" *(ibid.,* 102).

Um relato ligeiramente posterior feito pelo inglês James Henderson descreve cada província e suas principais aldeias em termos de número de habitantes e suas ocupações. O relato de Henderson demonstra que, no início do século XIX, a maioria das comunidades do interior estava cultivando gêneros alimentícios, alguns para consumo mas boa parte destinada também à rede de feiras locais. Relatando sua visita à paróquia de São Gonçalo d'Amarante, mais ao sul, Henderson explica que "seus membros produzem uma grande quantidade de farinha, de feijão e de milho, com a superabundância com que, assim como a do café, açúcar e cachaça, muita espécie é introduzida no distrito" (1821:97). Um pouco mais ao norte "... está a paróquia de São Nicolau... onde se cultivam mandioca, arroz e café, mas principalmente banana, que introduz anualmente setenta mil cruzados, provenientes da indústria dos brancos, que excedem o número de negros..." *(ibid.).* Chegando ao Nordeste, Henderson passou por Pilão Arcado, cidade criada em 1810, que é

> bem situada perto de uma pequena colina na margem do São Francisco, sendo o rio sua única fonte d'água, e cujas grandes inundações sempre deixam algum estrago. A igreja, dedicada a Santo Antônio, é nova e de construção sólida de tijolos e com lodo. As casas são geralmente feitas de barro e de madeira e muitas delas são cobertas com palha. Tem trezentas famílias, que continuam crescendo e, com aquelas do seu vasto distrito, compreendem cinco mil habitantes, que cultivam mandioca, milho, legumes, bons melões e melancias, na margem do rio *(Ibid.,* 378).

Era indubitavelmente a produção de comunidades camponesas como estas que supria as feiras semanais na cidade de Propriá, cidade às margens do Rio São Francisco, tão bem descrita por ainda outro inglês que viajou pelo Brasil colonial, George Gardner:

> Esta cidade tem uma feira semanal, aos sábados... os preparativos criavam uma grande animação, que era visível desde o dia anterior,

> especialmente no final da tarde, quando os produtos para venda chegam sem cessar, trazidos pelo rio em canoas ou por terra em cavalos, vindos do interior... (Eu fui ver) o tipo de artigos para venda, e me surpreendi com a variedade, embora fossem compostos principalmente de gêneros alimentícios e de peças de vestuário. Entre outros de importância menor, observamos uma abundância de ... farinha de mandioca, charque, grandes peixes ... rapaduras ... mel em sacolas, carne fresca, bananas, sabão, sapatos, tecidos da melhor qualidade e algodões simples, corda feita de fibras, fumo ... utensílios de barro para cozinha (1849:97-98).

Desde os primórdios da colonização o camponês brasileiro tem sido um vendedor de gêneros alimentícios em feiras locais. Enquanto que a maior parte da produção dos camponeses era certamente para consumo doméstico, o fato de se destinar os excedentes para venda marcou o princípio de uma atividade comercial interna no campo brasileiro. A entrada do campesinato nesta arena comercial foi instigada pela falta crônica de alimentos numa economia orientada para a exportação, o que o levou (e, em certas circunstâncias, ao escravo) a vender uma parte de sua safra na fazenda vizinha, na cidade mais próxima, e mesmo nas cidades costeiras em crescente desenvolvimento.

Tem-se especulado se este fluxo direto de produtos de varejo de um grande número de produtores para um número limitado de consumidores fora inicialmente constituído de uma série de transações horizontais conduzidas através de um comércio de troca. No entanto, todos os relatos de viagem da época tornam claro que a produção estava sendo vendida em troca de dinheiro vivo. Há indícios mais do que passageiros que naquela época já havia mercadores engajados na compra e no comércio por atacado de alimentos em cidades nucleares do interior. Armazéns operados por atacadistas existiam em centros urbanos ao longo da costa durante o período colonial, e podemos supor que as dificuldades de transporte e de comunicação entre estas cidades costeiras e os supridores espalhados pelo interior tornavam necessária uma multiplicidade de mercados locais.

O papel do camponês como intermediário nesta arena de mercado nunca foi muito seguro. Já em 1807, um relatório sobre o estado da agricultura e do comércio na Província da Bahia revelava que os camponeses estavam proibidos de vender nos lugares que eles julgavam mais vantajosos, e que muitos intermediários eram excluídos da

concorrência aberta no sistema de comercialização. O relatório ao Governador afirma que "consequentemente, os poucos que se podem dar ao luxo de comprar, e de vender, gozam de um monopólio *de facto* sobre este importante ramo de subsistência do povo..." (Brito s/d:77). Além do mais, as atividades comerciais dos camponeses eram rigidamente controladas, e a comercialização de certos produtos tinha legislaçao própria quanto ao local e preço. O mesmo relatório afirma que

> O infeliz cultivador de mandioca, cereais e legumes, que merece a nossa comiseração por sua pobreza, não tem a liberdade de vender a sua produção justamente onde o mercado é mais receptivo, a despeito de considerações de justiça, e do interesse público, e de leis claras... e os camponeses, por causa de seu sofrimento, e de suas perdas, perdem a vontade de retornar (ao mercado) com outro carregamento, e espalham o seu descontentamento pelo campo, assim desencorajando outros empreendedores em potencial *(Ibid.*, 60-61).

Uma discussão completa acerca do desenvolvimento destas feiras e da concomitante integração dos camponeses nos sistemas de comercialização regional e nacional se encontra no capítulo IV. Se introduzi o assunto aqui é simplesmente para esclarecer a natureza da organização econômica camponesa no Brasil colonial. É um tema constante de debate nas histórias econômicas se o sistema social do Brasil rural merece o rótulo de feudal, capitalista ou qualquer outra variação de um sistema econômico mais amplo.[9] Há mesmo desavenças se há ou não camponeses no Brasil (Caio Prado 1957; 1966:118 et passim). Em parte, a confusão provém de problemas de definição, e de projeção sobre a vida campesina brasileira, de modelos e descrições desenvolvidas para camponeses em outros tempos e outros lugares.

---

[9] Fuentes, Lambert, Sodré, Singer e Castro colocam-se do lado do feudalismo. Outros, como Simonsen, Caio Prado Jr., Furtado, Gunder Frank e Geiger assumem a posição de que a economia era basicamente capitalista. Ainda outros, como Ianni e Cardoso, procuraram formas intermediárias.
Para uma discussão mais completa destas posições, ver Andrew Gunder Frank, "The Myth of Feudalism in Brazilian Agriculture," in *Capitalism and Underdevelopment in Latin America* (New York: Monthly Review Press. 1967), p. 331-77. Sobre a questão do feudalismo na América Latina, ver também Doreen Warriner, *Land Reform in Principle and Practice* (Oxford: Clarendon Press, 1969), p. 4-10; 226-32.

Talvez seja desnecessário ressaltar que o camponês, visto como um tipo social, existiu muito antes e continua a existir muito depois do advento do feudalismo na Europa. Historicamente, campesinatos são encontrados em sistemas feudais, capitalistas, socialistas e em outros sistemas socioeconômicos.

Cada um destes sistemas é uma constelação peculiar de elementos socioeconômicos, políticos, e culturais, que dá um caráter único ao seu setor camponês. O fator crucial que distingue as sociedades camponesas do Terceiro Mundo contemporâneo daquelas do passado é precisamente o modo pelo qual o setor rural da economia se articula com a nação como um todo.[10] No caso brasileiro, o componente crítico é o efeito do comercialismo nacional e internacional no nível local. A arena na qual atua este comercialismo é o sistema de comercialização regional e nacional.

A feira rural no Nordeste do Brasil e em outros lugares ainda pode se assemelhar às feiras periódicas da Europa medieval na sua atmosfera carnavalesca, mas os arranjos institucionais pelos quais estes setores de distribuição operam são muito diferentes. Na Europa feudal, o proprietário de terras tinha hipotecas sobre a produção dos camponeses para a manutenção de sua propriedade, que operava essencialmente como um sistema fechado. No mundo capitalista, do outro lado, o sistema de comercialização é a junção crucial no qual o subsistema econômico do camponês e a economia mais ampla se encontram. Este é o complexo arranjo distributivo que faz circularem gêneros alimentícios e produtos manufaturados nas sociedades contemporâneas. O equilíbrio da propriedade fundiária como uma entidade socioeconômica delimitável deixou de ser a questão. Agora sistemas socioeconômicos nacionais e internacionais dependem de subsistemas camponeses para o seu "equilíbrio". Neste sentido, as sociedades camponesas contemporâneas já não são "sociedades parciais", "culturas parciais", ou segmentos anacronísticos de "economias duais". As sociedades camponesas são parte e parcela de sistemas

[10] Existem, naturalmente, outras características diferenciadoras, incluindo-se a submissão do servo, a possibilidade de mobilidade, a maior ou menor abertura do sistema, etc. Sobre a natureza da vida camponesa medieval, ver, entre outros, Eileen Power, "The Peasant Bodo", in *Medieval People*, (New York; Barnes and Noble, 1966), p. 18-38; P. Boissonade, *Life and Work* in *Medieval Europe* (New York: Harper & Row, 1964); Marc Bloch, *Feudal Society* (Chicago: University of Chicago Press, 1964); F. L. Ganshoff, *Feudalism* (Harper, 1961).

econômicos nacionais e internacionais, e os camponeses são produtores de produtos de base e consumidores de mercadorias vitais à continuidade destes sistemas.

Vista assim, e referindo-nos ao sistema econômico português em sua totalidade, a economia camponesa no Brasil colonial teve apenas vaga semelhança com o feudalismo.[11] A economia colonial do Brasil se desenvolveu numa adaptação especial às condições ecológicas em ambos os lados do Oceano Atlântico, numa época em que o capitalismo mercantil estava substituindo o feudalismo na Europa. No nível nacional, por exemplo, a instituição de vassalagem, isto é, o relacionamento de homenagem e de fidelidade ligando o senhor e o vassalo na Europa medieval, não é encontrado no contexto do Brasil colonial. No Brasil colonial, as concessões de terra — que constituíam apenas uma das várias formas possíveis de feudo na Europa dos séculos X ao XIII (Ganshoff 1961:112 fs) — eram concebidas para manter e explorar a terra com objetivos comerciais, e não apenas para expressar reconhecimento pela lealdade e serviços prestados à Coroa. Os proprietários de terra voltavam-se para a Corte em Lisboa mais para os prazeres da vida requintada do que para demonstrar lealdade à Coroa, ou para reiterar as obrigações de apoio militar. As sesmarias não podiam ser herdadas e, teoricamente, podiam ser retiradas no caso de não serem economicamente viáveis, muito embora a Coroa portuguesa, separada por tão larga distância, mal pudesse exercer controle sobre os territórios concedidos no Brasil. Mais uma vez, estas

[11] Segundo Marc Bloch, as feições fundamentais do feudalismo europeu são: "um campesinato submisso; amplo uso do trabalho vinculado à moradia (isto é, ao feudo) em lugar de um salário, que estava fora de questão; a supremacia de uma classe de guerreiros especializados; as ligações de obediência e de proteção que vinculam um homem a outro homem e, dentro da classe guerreira, assumem a forma distinta chamada de vassalagem; a fragmentação da autoridade levando inevitavelmente à desordem; e, em meio a isto tudo, a sobrevivência de outras formas de associação, a família e o Estado, o último dos quais iria, durante a segunda idade feudal, adquirir renovada força... Como todos os fenômenos revelados por aquela ciência da mudança eterna que é a História, a estrutura social assim caracterizada certamente apresentava o selo específico de uma era e de um meio. Ainda assim, do mesmo modo que o clã matrilinear ou agnático, ou até mesmo certos tipos de empresas econômicas, são encontradas exatamente da mesma forma em diferentes sociedades, não é impossível que sociedades completamente diferentes da nossa tenham passado por uma fase que se assemelha intimamente com aquela que acaba de ser definida. Assim sendo, é legítimo referir-se a elas como sendo feudais durante aquela fase" (1966:446).

propriedades não constituíam um sistema fechado e autossuficiente, mas eram orientadas para uma produção de exportação para o mercado externo.

Do mesmo modo, ao nível local no Brasil colonial, a relação entre o proprietário de terras e ocupante, não representava uma relação feudal. O camponês, no Brasil colonial, não estava amarrado à terra por restrições legais sobre o seu movimento, mas antes por razões de pobreza e de dependência econômica que limitavam sua liberdade. Àquela época, como agora, existiam dois aspectos distintos dos vínculos socioeconômicos que caracterizam estas relações superior-subordinado na sociedade rural brasileira: a relação patrão dependente e a relação proprietário-ocupante da terra. As duas não devem ser confundidas.

1) As relações entre o proprietário e o ocupante da terra são relações contratuais escritas ou não-escritas, baseadas em trocas monetárias ou em valores fixados na troca de trabalho por direitos na terra. Os deveres e os direitos tanto do proprietário quanto do ocupante nesta troca de terra por trabalho ficam claramente estipulados. Aspectos de troca social mais generalizados, isto é, de "noblesse oblige" e de lealdade, estão apoiadas nesta transação econômica básica. O que frequentemente aparece como arranjos sociais no Brasil rural são, na realidade, arranjos econômicos, elaborados dentro do contexto da vida na grande plantação. Ao atar os arranjos comerciais temporários com vínculos sociais,

2) A relação patrão-depedente serve para reafirmar, legitimar e justificar a autoridade entre categorias estruturais que se estendem bem além da díade econômica, individual e local. Portanto, apesar da extraordinária mobilidade do camponês, de fazenda em fazenda, certos padrões socioeconômicos gerais *parecem* persistir e predominar. Não obstante, enquanto que as relações patrão-dependente características do sistema de grande propriedade rural colonial existem e podem se assemelhar a relações feudais em certos aspectos sociais-estruturais, a base econômica para tais vínculos na sociedade camponesa brasileira encontra-se nos contratos de trabalho agrícola. Os tipos de relações proprietários/ocupante e patrão /dependente que existiram historicamente no Brasil, e que ainda hoje existem, não são absolutamente resultado de relações feudais. Eles resultam dos contratos de trabalho que prevaleceram na grande propriedade comercial rural orientada para a exportação, em oposição à propriedade feudal autossuficiente.

Em suma, o camponês brasileiro tem operado historicamente dentro de um sistema capitalista em expansão onde tudo tem um mercado: tanto a terra e o trabalho, quanto o produto. O camponês tem sido o produtor em pequena escala que supre com gêneros alimentícios e trabalho no setor dominante da economia orientada para a exportação. A descrição do camponês brasileiro como parte e parcela de um sistema comercial em expansão tem implicações óbvias para o desenvolvimento agrícola e para a mudança social no Brasil. Na minha opinião, seria uma falha interpretação da história brasileira pensar que as origens dos problemas agrários que afligem o país devem ser remontadas à existência de um sistema feudal ou à de uma escravocracia do Novo Mundo.[12] Ao contrário, o que constatamos hoje é uma crescente comercialização da agricultura e os seus efeitos, à medida que ela vai alterando o papel do campesinato de produtores de pequena escala até o proletariado rural.

Os problemas fundamentais do Brasil rural estão ligados, historicamente, à maneira pela qual uma economia capitalista orientada para a exportação tem sido abastecida pelo setor camponês. A atual tensão social resulta das pressões inerentes a um tal sistema. A mudança social não é uma novidade para o Brasil rural; nos últimos quatro séculos têm ocorrido mudanças continuamente. O peso de sua intensificação e o desenvolvimento concomitante nos transportes e na comunicação de massa apenas fizeram com que os problemas parecessem mais urgentes.

[12] Como observa Carlos Guilherme Mota em seu balanço crítico das formas de pensamento subjacentes às insurreições de 1817 no Nordeste, "aristocracia rural nativa versus mercadores portugueses; senhores versus escravos; eis, em síntese, os dois principais antagonismos básicos. Mas isto seria reduzir demasiado o quadro dos antagonismos sociais, sobretudo se se lembrar que uma população livre pobre começava a provocar tensões de natureza mais complexa..." (1972:2).

3. A Natureza da Integração 1:
As Dimensões Sociais da Crise Agrária

Há uma crise agrária de tremendas proporções no Brasil contemporâneo. De um lado, é um problema econômico que diz respeito à posse da terra, ao uso da terra e ao suprimento de produtos alimentícios e de outras mercadorias para a nação brasileira. Por outro lado, é um problema social que envolve as relações interpessoais de homem a homem. Este também é um problema político, não somente porque se trata alocação do poder e da formulação do dispositivo político com relação aos recursos, mas também porque ele clama que se ponha fim a uma condição intolerável na qual vive uma grande massa de pessoas.

A crise agrária não é absolutamente recente. Ela existe há séculos, como veremos, e apenas agora tornou-se mais premente pelo acelerado ritmo das mudanças socioeconômicas. Na medida em que a nação brasileira caminha rapidamente ao longo da via da industrialização e que os níveis de crescimento urbano ultrapassam aqueles das áreas rurais, cresce também a demanda sobre o setor agrícola. Estas demandas se refletem na economia nas esferas da produção, da distribuição e do consumo, todas elas atingidas por uma comercialização intensificada e mudanças concomitantes no perfil da estrutura agrária.

Em 1950, cerca de 33,2 milhões de pessoas, ou aproximadamente 64 por cento do total da população brasileira, viviam em áreas rurais. Destas, quase trinta milhões de pessoas, ou 57 por cento da população nacional, dependiam diretamente da agricultura para sua sobrevivência (CIDA 1966:56). Apesar de dez anos de contínuo crescimento industrial e urbano, mais de 50 por cento da população da nação estava localizada nas áreas rurais em 1960, e ainda hoje o Brasil é uma nação essencialmente agrária. Apesar destas cifras, a crise agrária que o Brasil atualmente enfrenta não é consequência nem de pressões populacionais absolutas sobre a terra, nem das limitações naturais na disponibilidade de terra que, teoricamente, é abundante. Grandes áreas da nação, tais como o Estado do Amazonas e as vastas fronteiras do Norte e do Noroeste, encontram-se, em grande parte, despovoadas e somente agora está se dando atenção significativa a sua exploração. Mesmo ao longo do litoral, onde se concentra a grande massa

da população brasileira, os recursos em terra estão frequentemente subutilizados. Por exemplo, há aproximadamente 3,8 milhões de propriedades agrícolas no Brasil, ocupando cerca de 350 milhões de hectares, o que representa apenas cerca de 40 por cento da massa de terra total brasileira. Menos de 20 por cento desta terra está sendo efetivamente utilizada na agricultura (IBRA 1967:36).

Na essência, o problema agrário brasileiro reflete a desigualdade nos padrões de distribuição de terra e a posição favorecida do latifúndio na competição por terra e trabalho dentre os diferentes setores da economia rural. O padrão dominante de posse e de uso da terra no Brasil foi, e continua sendo, o da grande propriedade engajada na produção comercial para o mercado exportador. As lavouras que experimentaram vertiginosa expansão — açúcar, café, algodão, cacau e borracha — continuam a prosperar nas regiões específicas do Brasil onde, um dia, elas já tiveram seu ápice. Suas esferas de influência podem ter diminuído no mercado internacional, mas elas ainda dominam grandes áreas do Brasil rural, e cada grande região do país orgulha-se de sua especialidade de exportação. Por exemplo, o açúcar é o principal produto dos vales úmidos do Nordeste e de São Paulo, expandindo-se constantemente em direção aos planaltos vizinhos na medida em que vai “engolindo” as pequenas fazendas no caminho. Do mesmo modo, o café é o “rei” na região oeste de São Paulo e do Paraná, e a sua fronteira de desenvolvimento agora avança pelo vizinho Paraguai. Além disso, novas lavouras comerciais tais como sisal e coco, que tiveram por objetivo democratizar o sistema agrícola, também exigem vastas propriedades e vieram a ocupar grandes extensões de terra devido a novas pressões do mercado.

A literatura disponível sobre o Brasil rural geralmente retrata este domínio da produção para exportação em grandes propriedades como sendo simplesmente uma consequência do sistema arcaico de posse e de uso da terra. Os latifúndios são vistos como um mal herdado do sistema colonial de sesmarias e a pobreza rural é explicada como um legado da escravidão. No entanto, o sistema atual de posse e de uso da terra no Brasil não representa meramente uma regressão a uma ordem socioeconômica anterior mas sim uma resposta às realidades econômicas contemporâneas. Já no período colonial, pretendia-se que as grandes propriedades de exploração agrícola constituíssem unidades economicamente viáveis num ambicioso sistema

capitalista que atendia às demandas de um mercado internacional, como vimos no capítulo precedente.

As pequenas fazendas que cresceram em torno deste setor agrícola dominante voltado para a exportação, supriam as grandes propriedades assim como os germinantes centros urbanos com produtos alimentícios e outros produtos primários, e constituíram uma parte importante da dinâmica história econômica, cujo estudo revelará o processo acelerado de integração camponesa no sistema econômico nacional e internacional através dos tempos. Na verdade, as duas tendências, atualmente correlatas, de crescente concentração de domínios agrícolas[1] (CIDA 1966 passim; Diegues Jr. 1959a: 38) e de proletarização das massas rurais acompanham as exigências da economia dos mercados nacional e internacional, um processo de racionalização que será discutido em detalhes no próximo capítulo.

O levantamento cadastral realizado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) demonstra o extremo desequilíbrio do sistema de posse e uso da terra no Brasil. Segundo o IBRA, 76 por cento das propriedades registradas no Brasil pertencem a pequenos proprietários, ou minifundiários, que operam pequenas fazendas familiares com menos terra que seria necessário para absorver a força de trabalho total de quatro membros adultos da família e, consequentemente, para garantir a subsistência da família.[2] Estas 2,5 milhões de propriedades não-econômicas estão contidas numa área total de terra de somente 40 milhões de hectares,

[1] Há algum desacordo entre a questão da "concentração" versus "atomização" das propriedades no Brasil. O desacordo é, em parte, resultado das estatísticas precárias, na medida em que leis que dizem respeito a impostos e expropriação levam à "fragmentação" em várias propriedades do registro de muitos latifúndios, que são, efetivamente, unidades integrais. A taxa de concentração versus atomização também varia entre as microrregiões brasileiras, e depende, em grande parte, da competição entre safras para exportação/pecuária e gêneros alimentícios (Prado 1960:199-209; ver também Johnson 1970).

[2] A medida de terra efetivamente usada pelo IBRA é chamada de "módulo", e não representa uma medida fixa em hectares de terra. Ao contrário, a quantidade de terra é definida como aquela necessária para utilizar a mão-de-obra total de quatro trabalhadores adultos e para mantê-los em um nível compatível com os objetivos nacionais de bem-estar (geralmente indefinidos). O tamanho varia de Estado para Estado e de região para região, de acordo com o salário-mínimo estipulado para cada região. O salário-mínimo é, no entanto, em geral consideravelmente inferior ao que os trabalhadores consideram necessário para mantê-los num padrão de vida adequado. Ver Ludwig e Taylor (1969) para uma discussão mais detalhada sobre as medidas de terra utilizadas pelo IBRA.

menos de 14 por cento da área total registrada como propriedade privada. Em acentuado contraste, um grupo de apenas 150 grandes proprietários, ou latifundistas, possui uma área total de terra de cerca de 32 milhões de hectares, sendo que cada um deles possui mais de 100.000 hectares, na sua grande parte inexplorados e mantidos apenas com objetivos especulativos (1967:vii, passim).

Contudo, a relação inversa entre a proporção de área cultivada e o tamanho da propriedade como vemos no quadro 1 não representa adequadamente a extensão da crise agrária no Brasil. Enfatizando a gravidade da situação, Frank calcula que, em 1950, 62 por cento do povo dependente da agricultura para sua subsistência eram trabalhadores rurais sem terra. Se aqueles cujas terras não são economicamente viáveis forem incluídos, o número de trabalhadores agrícolas, de fato sem terras, sobe para 81 por cento (Frank 1968:249). A situação é essencialmente a mesma hoje em dia.[3]

[3] O CIDA calculou, em 1950, o número de lavradores em situação desfavorável no Brasil, em quase sete milhões e meio, ou quase cinquenta e nove por cento dos trabalhadores empregados no campo no Brasil. Isto representa aproximadamente três milhões e meio, ou sessenta e cinco por cento das famílias de agricultores (1966:132), e alcança quase setenta por cento do Nordeste (ibid., 136). Uma discussão importante do efeito da consolidação da terra sobre o desemprego na economia cafeeira encontra-se em Margolis, 1973:77.

Quadro 1. Número, área total e área cultivada de fazendas declaradas por tamanho – 1967

Tamanho da fazenda (em hectares)	Nº de fazendas	Percentagem do total	Área total possuída (hectares	Percentagem do total	Área Cultivada (hectares 1,000)	Percentagem do total
Abaixo de 10	1,202,663	36.3	5,568	1.8	3,316	2.3
11 – 100	1,728,303	51.5	57,101	18.6	27,516	17.8
101 – 1,000	375,879	11.5	105,852	34.5	52,189	34.5
1,001 – 10,000	39,276	1.0	97,355	31.7	42,144	30.4
10,001 – 100,000	1,628		35,973	11.7	11,847	13.7
Mais de 100,000	27		5,401	17	1,854	1.3
TOTAL	3,347,776	100.0	307,250	100.0	138,866	100.0

Fonte: IBRA 1967.

Seria errôneo caracterizar o regime agrário brasileiro, na sua totalidade, em termos destas categorias tão discrepantes. Entre os dois extremos de minifúndio e de latifúndio existem inúmeras fazendas familiares de tamanho médio e muitas propriedades altamente eficientes operadas com base em trabalho assalariado e numa variedade de arranjos de parceria ou de arrendamento.[4] Não obstante, um exame do quadro 2 demonstra que o síndroma minifúndio/latifúndio ainda prevalece no Brasil, onde o sistema de posse da terra é surpreendentemente uniforme, apesar das consideráveis variações ecológicas regionais (CIDA 1966:84-85). O único contraste notável aparece na distribuição das terras fronteiriças no Norte e no Centro-Oeste, onde há, proporcionalmente, pequenas propriedades em menor quantidade. Mais de 70 por cento destas terras estão concentradas em propriedades de mais de 1.000 hectares, obviamente refletindo a exagerada extensão da especulação com a terra e da subutilização dos recursos nestas duas regiões.

Enquanto o recenseamento agrícola mostra um grande aumento no número de pequenas fazendas e, portanto, uma redução no tamanho médio das fazendas, na década que se seguiu a 1950, o padrão global permanece essencialmente o mesmo. O aumento na extensão das pequenas fazendas se explica pelo estabelecimento de muitos pequeníssimos lotes de menos de 10 hectares em terras marginais, sobretudo em áreas de novas colonizações. O fato é logo empalidecido pela concentração de áreas muito mais extensas em um número menor de grandes propriedades.[5] O quadro 3 mostra dados

---

[4] Segundo o estudo do CIDA, existem aproximadamente 647.000 proprietários de "fazendas familiares" no Brasil. Uma fazenda tipo familiar tem terra suficiente para sustentar uma família em um padrão de vida satisfatório pelo trabalho de seus membros. De duas a quatro pessoas trabalham na fazenda em regime de tempo integral, sendo que a maior parte do trabalho rotineiro é executado pelos próprios membros da família proprietária. No relatório cadastral de 1967, estas "propriedades eficientes" foram classificadas como empresas rurais, mas constituíam menos de dez por cento do número total de propriedades rurais (Ludwig e Taylor 1969:6).

[5] Entre 1950 e 1960 houve um aumento de mais de um milhão de fazendas dentro de uma área total de 33,2 milhões de hectares de terra. A maior parte delas tinha menos de dez hectares cada, e somente dois por cento tinha mais de duzentos hectares. As 788.000 novas pequenas fazendas ocuparam um adicional de 2,9 milhões de hectares, enquanto que 21.000 novas fazendas com mais de duzentos hectares controlavam outros 14,7 milhões de hectares adicionais. Sessenta e cinco novas fazendas de mais de cinco mil hectares representavam um adicional de 7,6 milhões de hectares de terra (CIDA 1966:90). Segundo o CIDA, somente

sobre as mudanças na distribuição de propriedades por tamanho entre 1920 e 1960.

É verdade que alguns autores enfatizam a tendência para a fragmentação de propriedades no Brasil (Schuh 1970:149). É, no entanto, difícil determinar até que ponto o suposto desdobramento de grandes propriedades não passa de uma ficção legal. Apesar de que algumas fazendas tenham sido indubitavelmente divididas através do tempo, há uma tendência prevalecente, na classe proprietária de terras brasileira, para operar as propriedades como unidades econômicas inteiras depois da herança, apesar de que, para efeito de impostos, estas são frequentemente registradas como fazendas separadas, pertencentes a vários herdeiros individuais. Além disso, a propriedade de múltiplas fazendas nas mãos de uma só família não é levada em conta no censo agrícola (CIDA 1966:90ff.), especialmente quando as propriedades estão localizadas nas divisas dos municípios. Se alguma tendência de fragmentação for evidente no Brasil, ela pressagia um processo ainda muito demorado, e como o estudo do CIDA observa: "Não é consolo para um parceiro ou para um trabalhador sem terra em 1963 saber que dentro de 250 anos todas as fazendas poderão ter se tornado substancialmente menores"*(ibid.*, 101).

O plano trienal elaborado pelo Governo brasileiro em 1962 reconhecia que o maior impedimento para o desenvolvimento agrícola estava justamente na distribuição desigual da propriedade e na consequente subutilização dos recursos agrícolas (Brasil: Presidência da República, 1962). Na verdade, um sistema socioeconômico no qual o acesso aos recursos estratégicos tais como terra, trabalho e crédito é função da capacidade que um proprietário de terra tem de manipular o meio social e natural, simplesmente perpetua a discrepância entre os que têm e os que não têm.

A maioria de pequenos proprietários no Brasil opera com recursos inadequados e, consequentemente, sua produtividade torna-se agudamente limitada. Como já se observou anteriormente, algumas das grandes fazendas no Brasil são operações altamente comercializadas, que utilizam os métodos agrícolas mais modernos. Não obstante, 73 por cento de todas as fazendas em 1950 empregavam exclusivamente o trabalho humano. Elas usavam enxadas, facões e machados como seus únicos equipamentos. Naquele tempo somente 27 por cento de todas as fazendas usavam animais de tração, e 82 por cento destas fazendas estavam localizadas mais ao sul do país, evidenciando a extensão da paleontecnologia (Wolf 1966) que caracteriza a maior parte da agricultura praticada por camponeses brasileiros. Um total de 78 por cento de todas as fazendas não tinham arados, e 98 por cento não tinha tratores (CIDA 1966: 76-77). Somente 116.000 estabelecimentos agrícolas tinham energia elétrica, gerada, na metade destes, por motores a diesel especialmente adaptados (Schuh 1970: 170). A maior porção de terra em cultivo era limpa pela técnica de queimada, frequentemente acusada de ser predatória ao solo e que, de qualquer modo, não consegue efetivamente limpar um lote de tocos e de outros empecilhos, tornando difíceis tanto o plantio quanto a colheita. Poucas produções camponesas utilizam fertilizantes ou novas sementes, ambos geralmente não disponíveis.

---

dois por cento da terra é usado para lavoura, e oitenta por cento é conservado na forma de floresta em propriedades de mais de 100.000 hectares. Em propriedades de dez hectares, mais de sessenta por cento da terra é utilizado na agricultura. Ver as páginas 333-34 (passim) sobre a viabilidade de pequenas fazendas no Brasil, em face de sua contribuição agregada à dieta doméstica, da intensidade do uso da terra, de insumos por hectares e do uso da poupança para investimento (relação entre a posse da terra e o uso da terra).

Quadro 2. Número e área total percentual possuída pelas fazendas declaradas por tamanho e região – 1967.

Tamanho da fazenda (em hectares)	Norte		Nordeste		Leste		Sul		Centro-Oeste	
	Número de fazendas	Área total possuída (%)	Número de fazendas	Área total possuída (%)	Número de fazendas	Área total possuída (%)	Número de fazendas	Área total possuída (%)	Número de fazendas	Área total possuída (%)
Abaixo de 10	10,209	0.2	321,373	2.3	387,573	2.5	467,089	3.4	16,419	0.1
11 - 100	32,559	5.4	292,223	18.4	504,001	25.8	823,562	34.2	75,958	3.8
101 - 10000	11,622	17.4	89,021	43.6	125,501	46.1	94,696	35.9	55,039	22.4
1000 - 10000	3,668	41.1	7,606	29.3	7,145	21.5	7,413	22.1	13,444	46.9
10001 - 100000	223	21.7	185	6.2	156	4.1	142	4.3	922	25.0
Acima de 100000	16	14.2	1	0.2			1	0.1	9	1.8
TOTAL	58,297	100.0	710,409	100.0	1,024,376	100.0	1,392,903	100.0	161,791	100.0

Quadro 3. Mudanças na Distribuição de Propriedades por tamanho e número, 1920-1960

Tamanho da fazenda (em hectares)	1920		1940		1950		1960	
	Número (1 milhão)	Área (hectares 1 milhão)	Número (1 milhão)	Área (hectares 1 milhão)	Número (1 milhão)	Área (hectares 1 milhão)	Número (1 milhão)	Área (hectares 1 milhão)
Abaixo de 10	–	–	654.6	2.9	710.9	3.0	1.499.5	5.9
10-100	463.9	15.7	957.4	33.1	1.052.6	35.6	1,494.5	47.7
100-10,000	158.0	48.4	243.8	66.2	268.2	75.5	315.1	86.
1,000-10,000	24.6	65.5	26.5	62.0	31.0	73.1	31.2	72.8
Acima de 10,000	1.7	45.5	1.3	33.5	1.6	45.0	1.7	52.7
TOTAL	648.2	175.1	1,904.6	197.7	2,064.6	232.2	3,349.5	265.5

Fonte: IBRA 1967

Quando um camponês se propõe a aumentar sua produtividade, ele tenta fazê-lo através do emprego adicional de trabalho sobre uma área maior, em lugar de tentar empregar o capital para intensificar a produção nas terras disponíveis. Naturalmente, ele dispõe de pouco capital para investimento, e praticamente não há crédito para a substituição de equipamentos ou para inovações. Existem algumas associações de fomento agrícola estaduais ou federais, tais como a ABCER (Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural),[6] mas de maneira geral elas oferecem sementes e demonstrações técnicas aos fazendeiros maiores, e não concedem virtualmente nenhum empréstimo em dinheiro ou equipamento. Até hoje, elas têm trabalhado sobretudo com fazendeiros de boa situação financeira ou com colônias agrícolas; o setor camponês praticamente não se beneficiou de sua experiência.

Durante o ano em que realizei meu trabalho de campo, nunca vi aberto o escritório da associação estadual de fomento no município em que residia. Os agentes de extensão mantinham uma fazenda para demonstração da utilização de fertilizantes nas maiores plantações de coco, mas não havia fertilizante à venda num raio de oitenta quilômetros. Havia algumas agências de crédito, mas as limitadas quantias de dinheiro que controlavam eram concedidas apenas às elites. Por exemplo, o Banco da Produção de Alagoas anunciou, em 1967, que concederia empréstimos a pequenos e médios fazendeiros no Nordeste brasileiro a uma taxa de juros de um por cento ao mês. Quando um fazendeiro iniciava o processo necessário para a concessão do empréstimo, o funcionário do banco fazia um estudo de seus recursos, e determinava a sua possibilidade de saldar o empréstimo com base nos seus rendimentos sobre o dinheiro adiantado, e *não* com base em outras fontes de renda. Teoricamente, nenhuma garantia era exigida, e donos de propriedades de qualquer tamanho podiam fazer o pedido, desde que fossem proprietários de terra. Esta estipulação eliminou imediatamente os parceiros e arrendários, e a maior parte do campesinato que operava minifúndios e que não poderiam garantir um retorno imediato do empréstimo. Na realidade, os únicos empréstimos disponíveis para estes camponeses eram aqueles concedidos por um patrão ou por associações cooperativas de poupança e crédito, que às vezes operavam em nível

[6] Para uma análise das agências brasileiras de fomento, ver Schuh (1970:240fs.), Ribeiro e Wharton (1969) e CIDA (1966).

municipal, mas que limitavam seus desembolsos a “fundos de reposição” (Wolf 1966) e a doações em casos de falecimento.

Não é apenas o tamanho dos lotes e a falta de tecnologia moderna que cerceiam a produtividade nas fazendas de camponeses; a qualidade do solo e a duração da ocupação também causam problemas. O solo no Brasil não é geralmente de qualidade excepcional, sendo pequeno o teor de nutrientes e muito alto o teor de acidez. As melhores terras são aquelas das grandes propriedades altamente subutilizadas, mantidas sob a forma de pastagens ou de florestas como uma garantia especulativa contra a inflação. A agricultura intensiva é realizada pelos minifundiários, que ficam, portanto, com a carga e concentram a produção de gêneros alimentícios nas terras marginais suprindo uma nação cuja população global cresce mais do que três por cento anualmente. Mesmo que a produção de gêneros alimentícios pareça estar acompanhando o ritmo do crescimento da população, os aumentos na verdade derivam da expansão de pequenos lotes em áreas recém-colonizadas, em vez de resultar das melhorias do rendimento nas fazendas existentes. Essa situação aumenta as dificuldades logísticas do suprimento de alimentos, na medida em que essas novas áreas frequentemente não estão integradas nas existentes estruturas de comercialização. Nos casos em que se coloca terra de boa qualidade à disposição dos camponeses, geralmente para abrir áreas florestais desejadas por proprietários para produção de safras comerciais, os contratos de ocupação temporária oferecidos aos camponeses não incentivam o investimento sistemático nem de trabalho nem de capital (problema que será discutido em maior detalhe mais adiante).

O aspecto mais saliente da crise agrária no Brasil, é, no entanto, o conjunto de relações de dependência engendradas pelas desigualdades do sistema de distribuição de terras; isto é, o acesso diferencial ao recurso mais estratégico do sistema econômico. A predominância de lavouras de exportação em grandes fazendas nas várias regiões da nação proporcionou o surgimento de toda uma gama de padrões de posse da terra e de diferentes ajustes de produção pelos quais o trabalhador sem terras ou o pequeno arrendatário se sujeita à hegemonia do grande proprietário.

Historicamente, e sob pressões ecológicas diversas, desenvolveu-se na paisagem brasileira uma interminável variedade de tipos camponeses

engajados num grande espectro de atividades econômicas.[7] Há, por exemplo, consideráveis divergências aparentes nos estilos de vida do vaqueiro do Nordeste, do criador de gado dos pampas do Sul, do seringueiro da Amazônia, do pequeno proprietário do Agreste, do jangadeiro e do apanhador de cocos ao longo do litoral. Não obstante, do ponto de vista sociocultural, também há muitas semelhanças entre esses tipos rurais; cada um deles trabalha como produtor de bens, e, ao mesmo tempo, como trabalhador para um membro da classe alta dominante: e compartilham, eles todos, da mesma visão sobre suas possibilidades no sistema agrário predominante. Como observa Bernard Siegel:

> Seja qual for a região, cada um é uma variação do *caboclo* rural. Cada um tem um *status* no conjunto tradicional de relações interpessoais cuja estrutura é determinada pela natureza da atividade econômica à qual ele se dedica. A forma que isto toma varia de região para região e de atividade econômica para atividade econômica. Todos estes vários arranjos regionais são, de modo geral, similares (1955:399).

Numa grave denúncia feita contra a classe proprietária de terras brasileira, o CI DA afirma que cada uma destas formas rurais resulta das manobras do proprietário da terra que quer manter a terra sob seu controle e para fazer arranjos a ele favoráveis:

> ... Os latifundiários ajustaram astutamente os termos de emprego para satisfazer suas necessidades, tentando manter um suprimento de mão-de-obra adequado e dependente, protegendo-se dos direitos e das reivindicações do trabalhador, e mantendo a mão-de-obra desorientada, de maneira a não se tornar uma ameaça à estrutura de propriedade existente (1966:195).

Tipos de Trabalho Rural

O estudo do CIDA adota a posição de que todos os arranjos de posse da terra pelos camponeses no Brasil devem ser vistos como formas de utilização de uma força de trabalho por uma classe dominante de

[7] Descrições folclóricas destes tipos rurais podem ser encontradas em uma publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística intitulada *Tipos e Aspectos do Brasil* (1930); ver também Diegues Jr. (1960).

proprietários.[8] Cada um dos tipos de trabalhador rural é visto como uma variante da classe assalariada com direitos e obrigações diferentes, mas que pendem favoravelmente para o lado do proprietário. Por exemplo, diz-se que parceiros e arrendatários estão sujeitos a contratos não-escritos nos quais não se especifica nem o tamanho do lote nem as exigências de trabalho. O proprietário extrai o maior volume possível de trabalho de um campesinato faminto, que recebe parcas recompensas em dinheiro ou em espécie pelo trabalho na terra.

> ... emerge em várias áreas do país um padrão geral de desatenção sistemática aos direitos dos trabalhadores rurais, desde o arrendatário até o trabalhador migrante, de consistente evasão de legislação do trabalho, de desrespeito pelo bem-estar econômico e pessoal dos trabalhadores e de manobras indisfarçadas para defraudá-los sempre que possível (1966:297).[9]

[8] Andrew Gunder Frank acredita que estas relações proprietário-trabalhador no Brasil sejam estruturadas dentro de um contexto de capitalismo monopolístico, de tal modo que os não-proprietários, e mesmo os pequenos proprietários, são obrigados a comprar o acesso à terra através da venda de seu trabalho. Ele classifica da seguinte maneira as formas de venda do trabalho:
(1) Venda de trabalho por salários em dinheiro (trabalhador assalariado);
(2) Venda de trabalho por produto (pagamento em espécie);
(3) Venda do trabalho em troca do uso da terra (rendeiro) e pagamento com dinheiro (arrendatário) e pagando com produto (parceiro) e pagando com trabalho (trabalho forçado, não-remunerado) (1967:264-65)
Manuel Diegues Jr. oferece uma classificação similar de tipos de trabalho rural no Brasil, baseado nas resultantes formas de remuneração:
(1) Os que recebem salários em dinheiro e são chamados de *assalariados*, ou trabalhadores assalariados;
(2) Os que são remunerados em espécie, isto é, trabalhadores que recebem em gêneros para a sua alimentação, e que podem plantar alguns produtos a fim de obter outros recursos para sua subsistência;
(3) Os que são total ou parcialmente remunerados, com permissão para plantio de cultura de subsistência, pertencendo-lhes a colheita, e, em troca, dão ao proprietário, na lavoura principal da fazenda, alguns dias de trabalho; e
(4) Os que recebem uma quota-parte da produção podendo ser essa remuneração em produtos ou em dinheiro, sistema esse que representa uma forma de parceria, embora não se caracterize integralmente como tal pela ausência de contrato ou acerto mais definitivo e de prazo fixo (1959a:87).

[9] Os posseiros são os tipos rurais brasileiros mais desatendidos. Eles simplesmente se mudam para um pedaço de terra, que cultivam de maneira rudimentar até que sejam forçados a partir ou a fazer um acordo com o proprietário, e aí tornam-se servidores na propriedade de

A meu ver, é absolutamente necessário distinguir entre (a) arranjos econômicos feitos pelos trabalhadores assalariados e os proprietários de terras na base de pagamento em moeda viva pelos serviços prestados, e (b) as relações quase-legais em que se engajam parceiros e arrendatários que ficam amarrados ao proprietário por algum arranjo contratual, escrito ou não, e que envolva direitos à terra. Teoricamente, os camponeses podem alocar recursos agrícolas da forma que melhor lhes sirva quando possuem alguma aparência de controle sobre a terra que cultivam e sobre seu próprio trabalho, embora, na prática, isto não aconteça sempre. O mesmo não se aplica aos trabalhadores assalariados, que estão alienados das decisões sobre a produção e simplesmente trocam o seu trabalho por dinheiro. Além do mais, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários reagem cada um diferentemente às pressões do mercado, interno ou externo, assim como ocorre com os assalariados cujo meio de sustento é afetado diretamente pelo comércio exportador. Fato muito importante para as nossas discussões subsequentes é notar que cada um destes tipos de camponeses rurais tem necessidades basicamente diferentes, que procuram atender fazendo reivindicações políticas diferentes.

Veremos nas discussões dedicadas à participação política do camponês brasileiro, no capítulo Cinco, que houve um notável fracasso na tentativa de se conseguir a união entre os trabalhadores agrícolas nos tumultuados anos de 1946 (época da fundação da primeira liga camponesa) a 1964 (o golpe militar brasileiro), devida basicamente às diferenças fundamentais entre estes tipos rurais brasileiros. Só poderia ser conseguida ação coletiva decisiva por parte de todos os camponeses através de um programa tão amplo que abarcasse as necessidades diversas de todos os trabalhadores rurais. Um tal programa nunca se concretizou, e uma unidade bastante tênue foi forjada apenas entre os líderes de alguns movimentos rurais distintos.

um patrão. *Agregados* ou *moradores*, como vieram a ser conhecidos os posseiros, eles não têm qualquer direito à terra. Recebem uma pequena roça e, às vezes, são autorizados a construir uma casa em troca de seus serviços. Um morador ou agregado não paga aluguel, mas tem de vender sua colheita ao proprietário da terra. Também é obrigado a dar vários dias de trabalho por semana – a *condição* – para uma tarefa específica pela qual recebe um salário geralmente menor do que o salário-mínimo legal.

Antes de passar à descrição de cada um dos tipos de camponeses que existem no Brasil rural, é, no entanto, necessário esclarecer um problema básico. De uma perspectiva estritamente empírica, qualquer tipologia bem definida de trabalhadores agrícolas, desmembrada em categorias separadas de arrendatários, parceiros, e trabalhadores assalariados é totalmente insuficiente no contexto brasileiro. Há, evidentemente, uma grande mistura de papéis econômicos entre estes, fenômeno que resulta dos baixos salários e das limitadas oportunidades econômicas na pequena fazenda. Por exemplo, um indivíduo pode possuir uma pequena gleba e, ao mesmo tempo, ser um arrendatário, um parceiro, um empregado e/ou um assalariado em propriedades agrícolas diferentes.[10] Ele, ou um membro de sua família, também pode estar trabalhando como um intermediário no mercado, vendendo sua colheita ou as colheitas de seus vizinhos na feira local; ou trabalhando como um artesão em madeira, couro, palha, metais ou uma variedade de outros produtos artesanais locais. Com o rápido declínio das formas cooperativas de troca de trabalho, o camponês brasileiro frequentemente contrata trabalho assalariado para a limpeza do terreno e o plantio, e, em compensação, vende o seu próprio trabalho quando já completou as tarefas na sua própria terra. Isto é particularmente verdadeiro entre os minifundiários, cuja gleba é pequena demais para empregar todos os membros adultos de sua família o tempo todo.

Há, além do mais, uma grande mobilidade dentro do setor agrícola, isto é, entre os diferentes tipos de empreendimentos produtivos, de modo que arrendatários e parceiros na zona da lavoura mista do Nordeste migram para os vales úmidos do litoral para cortar cana-de-açúcar na época da colheita (Furtado 1965a:49). Existe mesmo migração sazonal do Nordeste para as fazendas de café no Centro-Sul. No entanto, mesmo que um camponês individual se submeta a estes arranjos múltiplos de posse da terra de modo a satisfazer as necessidades econômicas de sua unidade familiar, um destes papéis econômicos claramente domina os demais, e ele manifestará, frequentemente, a sua preferência por uma das modalidades.

[10] Ver CIDA (1966:186, 26Ifs.) e Frank (1967:234fs.) para uma análise mais detalhada dos tipos agrícolas “entrelaçados” do Brasil rural. Para um excelente comentário sobre os efeitos da consolidação da terra em diversos acordos de trabalho na economia cafeeira, ver Margolis (1973:70fs, 127fs).

Quadro 4. Estratificação Socioeconômica da População Agrícola do Brasil (Força de Trabalho), 1950 (em milhares)

	Famílias de agricultores		Trabalhadores agrícolas	
Grupo socioeconômico	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Latifundistas (produtores):				
Proprietários	45.5		135.1	
Arrendatários	1.7		4.9	
Ocupantes	9		2.6	
Formas mistas de posse	1.4		4.1	
Produtores com administrador	47.9		142.6	
Total	97.4	1.8	289.3	2.3
Produtores de fazendas de porte médio de diversas famílias:				
Proprietários	579.4.		1,871.8	
Arrendatários	22.5		71.8	
Ocupantes	29.7		96.5	
Formas mistas de posse	12.3		40.4	
Produtores com administrador	50.7		163.8	
Total	694.6	12.9	2,244.3	17.8
Produtores em empresas familiares:				
Proprietários	647.2		1,886.2	
Arrendatários	58.8		171.9	
Ocupantes	75.8		221.3	
Formas mistas de posse	11.9		55.3	
Produtores com administrador	13.4		40.0	
Total	807.1	14.9	2,354.7	18.7
Administradores e técnicos em empresas dos três tipos acima:				
Administradores	112.0		112.0	
Técnicos e trabalhadores especiais	274.4	5.1	277.2	2.2
Total	274.4	5.1	277.2	2.2
População agrícola menos favorecida:				
Produtores em minifúndios				
Proprietários	(265.7)		(648.2)	
Arrendatários	(98.8)		(240.2)	
Ocupantes	(93.4)		(227.8)	
Formas mistas de posse	(3.8)		(9.1)	
Produtores com administrador	(3.4)		(7.9)	
Total de produtores	461.1	(8.6)	1,133.2	(9.0)
Trabalhadores:				
Administradores e trabalhadores especiais em minifúndios	(6.4)	(1)	(6.5)	(1)
Parceiros	(800.6)	(14.8)	(1,245.6)	(9.9)
Trabalhadores permanentes			(1,420.9)	(11.2)
Trabalhadores temporários	(2,258.6)	(41.8)	(2,308.4)	(18.2)
Outros trabalhadores			(1,333.2)	(10.6)
Total de trabalhadores	3,065.6	(56.7)	6,314.6	(50.0)
Total de produtores e de trabalhadores	3,530.7	65.3	7,447.8	59.0
Todas as famílias e trabalhadores	5,404.2	100.0	12,613.3	100.0

Fonte: CIDA 1966:132.

Arrendamento

Muito embora arrendatários representem somente uma pequena proporção da população agrícola total do Brasil rural, como foi

demonstrado no Quadro 4, o arrendamento é, não obstante, uma categoria extremamente importante de trabalho agrícola. Por exemplo, foi o deslocamento de arrendatários dependentes por proprietários que não mais se contentavam em trocar sua terra, por aluguel e serviços que levou ao rápido crescimento das ligas camponesas através do Brasil nos anos 1950 e 1960, como veremos adiante no capítulo Cinco. Existem, naturalmente, muitas grandes propriedades de renda que foram acertadamente incluídas na categoria de "empreendimentos rurais", que são definidas como propriedades viáveis produzindo safras comerciais com trabalho contratado. No entanto, a grande maioria dos arrendatários detêm pequenas glebas, ou são minifundiários, que recebem um pedaço de terra em troca de pagamento em dinheiro e da promessa inevitável de trabalho adicional na propriedade.

Estes contratos de arrendamento variam consideravelmente de região em região, e dependem das diversas lavouras. Por exemplo, há casos em que o aluguel é pago inteiramente em mão-de-obra, embora tais arranjos raramente sejam desejados pelo próprio arrendatário. No Estado de São Paulo, transações que envolvam mais de 20 hectares de terra exigem o pagamento adiantado em dinheiro de pelo menos 50 por cento do preço estipulado por contrato, o resto sendo pago em dinheiro ou em espécie depois de vendida a colheita. Os engenhos de açúcar no Nordeste frequentemente colocam terras em aluguel em troca de uma porcentagem da colheita, além de pagamento em dinheiro.

O total dos pagamentos a título de arrendamento é, naturalmente, função do valor da terra, determinado nela sua qualidade, produtividade e proximidade aos mercados urbanos ou indústrias rurais. Em áreas remotas e marginais da nação, os aluguéis são frequentemente muito baixos, às vezes não ultrapassando uns poucos centavos por tarefa (designação de medida de terra em vários Estados do Nordeste, que varia de 3.052 metros quadrados em Alagoas a 4.350 metros quadrados na Bahia). Invariavelmente, no entanto, os dias de trabalho que o arrendatário tem que dar ao proprietário da representam um pesado ônus para o camponês. Esta instituição, conhecida como "*condição*" ou "*cambão*", é comum em todo o Brasil e na realidade serve para extrair uma paga muito maior dos miseráveis arrendatários. Embora tenha sido inicialmente concebida como uma forma de *corveia* para a manutenção de trabalhos públicos, tais como estradas e

açudes, ela logo se degenerou numa forma chocante de trabalho não-remunerado para a produção de safras comerciais em fazendas privadas.

O líder exilado das Ligas Camponesas Brasileiras, Francisco Julião, ressalta a importância crucial das exigências de trabalho do tipo *corveia* feitas aos arrendatários no estabelecimento da primeira liga na Fazenda Galileia, no Estado de Pernambuco:

> O costume era pagar no dia 8 de dezembro de cada ano o aluguel ou taxa estipulada pelo proprietário da terra. Além disso, o arrendatário era obrigado a dar certo número de dias de trabalho não-remunerado ao proprietário quando este exigisse. O número de dias variava de acordo com o desejo de cada latifundiário. Mas nunca eram menos de quatro nem mais de quinze naquela região. Estes dias de trabalho não pagos eram chamados de *cambão* no Nordeste. O arrendatário não era obrigado a fazer o *cambão* pessoalmente, exceto quando o proprietário assim o exigisse, por um capricho ou para aborrecer o arrendatário e para expulsá-lo das terras. O arrendatário podia mandar um filho ou pagar a um terceiro para cumprir esta obrigação odiosa. O proprietário insistia que o *cambão* era um tributo que beneficiava a todos, na medida em que a sua finalidade era limpar os riachos e os açudes ou manter as estradas ou outros serviços de manutenção da propriedade. Mas o que deveria ter sido a regra foi, com o tempo, transformando-se em exceção, na medida em que os arrendatários acabavam trabalhando junto com trabalhadores pagos por dia na preparação dos campos, no plantio, na limpeza e na colheita. Pode-se dizer que o número de dias exigido era pouco no espaço de um ano. O problema não estava no número de dias, mas na humilhação e na vergonha que significa para o camponês trabalhar contra a sua vontade, sem pagamento, para um senhor ao qual ele já estava pagando um aluguel em dinheiro por sua gleba. De todas as exigências feitas ao camponês no Nordeste não temos dúvida de que o *cambão* é a que tem o menor peso material, mas a que mais toca a sua honra, a que mais o humilha e o envergonha. Por esta razão, o *cambão* transformou-se na centelha que acendeu a consciência do camponês no Nordeste, e que o transformou num animal político (1968:86).

Não pode haver dúvidas que os termos de contrato são sempre favoráveis ao proprietário, que pode até ditar quais os produtos que serão cultivados, e quando. Geralmente cabem aos próprios arrendatários as decisões relativas ao cultivo de safras destinadas à subsistência, ou à venda

no mercado local. Mesmo assim, estas estão sujeitas a algumas restrições, tais como proibições ao plantio de lavouras ou de árvores frutíferas que tenham um ciclo longo de crescimento, o que indicaria um longo período de permanência para o arrendatário. Da mesma forma, os arrendatários eram proibidos de criar gado nas terras arrendadas, para que os seus animais não competissem no pasto com o gado do proprietário.

Em todos os casos, as decisões do arrendatário são condicionadas pela duração estipulada no contrato, sempre sob constante ameaça de expulsão sumária. As ligas camponesas e outras associações rurais registraram inúmeras queixas de expulsão imediata que são raramente, mesmo jamais, levadas a julgamento. Os camponeses têm poucos recursos quando são expulsos das terras pelos capangas armados dos ricos, que enfatizam a urgência de sua demanda destruindo as safras e às vezes até mesmo as casas do arrendatário. Em nenhum caso um proprietário permite que um arrendatário permaneça na terra por um período de tempo que passe de dez anos, a partir de quando as leis de usufruto dariam ao arrendatário direitos permanentes.

Um dos contratos de arrendamento dos mais satisfatórios, descritos por Diegues Jr., existe na região do cacau do sul do Estado da Bahia:

> O proprietário dá ao trabalhador um pedaço de terra, geralmente de 20 a 50 tarefas que o trabalhador deve preparar e devolver ao proprietário cinco ou seis anos mais tarde, plantado com cacaueiros. Durante este período, o arrendatário pode usar a terra para o plantio temporário de mandioca, feijão, ou milho, cujos ganhos a ele pertencem. No final daquele período, ele recebe uma remuneração estipulada por cada cacaueiro que plantou. Ele não tem qualquer outro direito sobre a terra que cultivou (1959b:118).

O contrato de arrendamento é uma das melhores formas que o proprietário dispõe para o preparo de terras cobertas de mata que ele quer incorporar às áreas cultivadas de sua propriedade. Do seu ponto de vista, as vantagens são consideráveis sobre um sistema de trabalho assalariado. Em essência, o inquilino é forçado a pagar pelo direito de trabalhar e de alimentar a si e a sua família. As terras geralmente disponíveis para o desbravamento são cada vez mais distantes dos povoados, o que aumenta as dificuldades logísticas que o camponês já tem de enfrentar. Ele não pode construir uma casa ou mesmo uma instalação provisória na terra, precisa

viajar vários quilômetros, frequentemente a pé, para cultivar um pequeno pedaço de terra que dificilmente produz o suficiente para proporcionar-lhe um excedente comerciável.

Frequentemente o contrato de arrendamento é oferecido já bem tarde na estação, depois que o proprietário das terras determinou as suas próprias necessidades de produção, forçando, portanto, o inquilino a contratar assalariados para ajudá-lo a desmatar a terra em tempo para o seu plantio. O dinheiro para o pagamento dos assalariados geralmente provém da venda de carvão feito de árvores derrubadas e queimadas, num processo longo que também atrasa o plantio de gêneros alimentícios. O carvão é vendido em parceria, na qual o arrendatário é obrigado a dar 50 por cento de seu lucro ao proprietário. Depois ele semeia uma pequena plantação, que não é feita em fileiras arrumadas, e sim espalhada entre os tocos de árvores e pedras que não sucumbiram à queimada, e se apressa a fazer a colheita antes do término de seu arrendamento, que expira ao final de apenas um ano.

Em alguns casos, o pobre arrendatário não consegue nem chegar ao término do ano. Eu anotei um incidente particularmente triste no Estado nordestino de Alagoas em 1967, no qual um velho arrendou quatro tarefas de terra pela modesta quantia de Cr$ 40.000,00 cruzeiros (velhos — aproximadamente 20 dólares naquela época). O contrato de arrendamento, que não era escrito, previa que ele preparasse a terra e a utilizasse para uma única colheita. O arrendatário levou aproximadamente vinte dias para preparar cada tarefa, ou seja, mais de três meses de trabalho na operação total de preparo, e mais outras três ou quatro semanas para semear. Impossibilitado de realizar sozinho a colheita a tempo, e sem meios para contratar mão-de-obra, ele foi finalmente obrigado a vender a mandioca, antes da colheita, para o proprietário das terras por Cr$ 150.000,00. As quatro tarefas de terra na verdade renderam 200 cuias de farinha de mandioca (sete cuias em cada saco), ou pouco menos de um total de trinta sacos de farinha, avaliados em Cr$ 10.000 por saco. O proprietário da terra então recebeu um lucro líquido de Cr$ 190.000,00 cruzeiros, além de mais quatro meses de trabalho não remunerado e uma área preparada e pronta para ser arada. Ele não teve qualquer gasto com a colheita da mandioca ou com o preparo da farinha, pois estas duas atividades foram realizadas com o trabalho da corveia de outros arrendatários. O velho, por outro lado, recebeu um total de Cr$ 110.000,00 cruzeiros em indenização por mais de

quatro meses de trabalho, menos da metade do salário-mínimo diário de Cr$ 2.000 cruzeiros vigente na região na época.

Por que o camponês se sujeita a este tipo de contrato de arrendamento? Simplesmente porque não tem outras alternativas numa nação na qual os recursos da terra são rigidamente controlados e os trabalhadores do campo precisam da terra para poder alimentar suas famílias. A oferta de terra no Brasil é reduzida, não porque haja quaisquer limitações de caráter absoluto em relação à terra cultivável, mas porque o acesso às terras está rigidamente limitado. Não é de se admirar que alguns camponeses cheguem ao extremo de plantar coqueiros em terras sujeitas à maré designadas de domínio eminente. Já que eles não podem ser proprietários de terra, poderão, ao menos, reivindicar possessão sobre as árvores e seus poucos frutos. E outros, ainda mais desesperados, prolongam uma existência melancólica pegando caranguejos e outros crustáceos que encontram nos mangues.

Em 1964, conheci um pescador que, não conseguindo encontrar um pedaço de terra para arrendar, construiu uma pequena ilha, de um quarto de hectare, no mangue, empilhando lama contra a água da maré. Lá plantou uns pés de milho, melancia, e um pouco de mandioca, e os regava diariamente carregando cuias d'água fresca do poço do povoado, para isso caminhando cinco quilômetros. Para chegar ao terreno ele tinha de atravessar diversas pontes que havia construído com velhas toras. Um dia ele me levou para ver sua "fazenda". Parado em cima de uma dessas toras e batendo no chão, ele me perguntou: "Por que vocês bombardeiam as pontes?" — "Nós fazemos isto", respondi sombriamente, "porque o meu país está em guerra e o exército quer impedir que o inimigo as atravesse". "Se eles vierem aqui e bombardearem as minhas pontes, eu vou ter que ser inimigo do Senhor", respondeu ele, afastando-se em direção ao mangue.

Parceria Agrícola

O regime da parceria é uma outra categoria importante do trabalho agrícola no Brasil, apesar de os parceiros representarem somente 14,8 por cento das famílias sitiantes, ou seja, 1,2 milhões de indivíduos (9,9 por cento do número total de trabalhadores em fazendas) na força de trabalho

agrícola total no Brasil em 1950 (CIDA 1966:132). Os contratos de trabalho deste tipo são comuns na produção de várias lavouras tais como de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho, café, açúcar e na criação de gado e na indústria da pesca (Forman 1970). Ajustes específicos variam de região para região, e de cultivo para cultivo.[11]

De certo modo, o parceiro pode ser visto como um trabalhador assalariado, que recebe em pagamento por seu trabalho na propriedade de alguém, um pedaço de terra e uma parte da safra que cultivou, ou então do dinheiro obtido com sua venda. A partilha da metade do produto, chamada "meiação", é bastante comum. No entanto, ocorrem arranjos que envolvem quartas e até mesmo quintas partes. Uma parcela determinada da safra destina-se ao proprietário ou a uma terceira pessoa determinada; o momento da venda da colheita e os preços pelos quais será vendida são pré-determinados. A dimensão da parceria é afetada por diversos fatores, inclusive o volume dos gastos do capital do proprietário na preparação do solo, na compra das sementes, e no empréstimo de máquinas e de outros equipamentos. Não raro, fatores como a qualidade do solo, a produção esperada e o preço do mercado também afetam o contrato. Há indícios de que a dimensão da parceria possa variar em função da disponibilidade de obtenção do trabalho. Stuart Schwartz (1973:154 ff.) fornece dados que indicam que já no século XVII os contratos de parceria entre os cultivadores de cana-de-açúcar e proprietários de engenho eram parte de um mercado de fatores mais amplo. A parcela exigida pelos senhores de engenho caiu de um terço para um quarto no final do século XVI, e no século seguinte já havia chegado a um quinto e até mesmo um sexto, devido ao preço decadente do açúcar e o debandada de mão-de-obra para as minas de ouro de Minas Gerais que reduziram drasticamente o número de trabalhadores agrícolas.

É importante observar que os arranjos de parceria se estendem além da produção de safras comerciais. Frequentemente, uma parte da própria produção de gêneros alimentícios é dividida com o proprietário da terra. Isto se refere principalmente ao caso do cultivo da mandioca, quando até

[11] Ver Johnson (1970) para uma descrição dos acordos de parceria no Estado do Ceará, e Cândido (1964) sobre os parceiros no Estado de São Paulo. Para uma lista da variedade de nomes que designam tais contratos no Brasil, ver Diegues Jr. (1959a:95). Para uma descrição dos colonos em plantações de café no Estado do Paraná, ver Margolis 1973:133-34.

um décimo da mesma deve ser entregue ao proprietário da *casa de farinha*, o pequeno e primitivo engenho onde o tubérculo é moído e torrado para a produção da farinha. Para tornar mais aguda a desvantagem do trabalhador, frequentemente o gado do proprietário pasta no terreno do parceiro e ele é obrigado a fornecer as suas espigas de milho para alimentar o rebanho, sem por isso receber qualquer remuneração. Frequentemente um contrato de parceria, escrito ou verbal, deixa de especificar o tamanho da terra que é cedida (Caldeira 1956:41), sendo que às vezes o tamanho é adaptado às conveniências do proprietário, depois de feita a plantação. Assim como os contratos de arrendamento, é especificada a *condição* pela qual se exige que o parceiro e membros de sua família dêem um certo número de dias de trabalho sem remuneração para o serviço do proprietário" (Candido 1964:82).

Embora os arrendatários tenham relativa liberdade na escolha do cultivo e da venda das colheitas, eles são obrigados a pagar uma taxa fixa, em dinheiro, qualquer que seja a safra obtida. Os parceiros, por outro lado, preferem pagar em espécie e não em dinheiro, na medida em que o volume efetivo da parte se ajusta ao tamanho da colheita. O arrendatário só recebe a terra, e geralmente é ele que a tem de preparar. É ele quem fornece as sementes e os instrumentos de trabalho, e a duração do arrendamento é normalmente curta. Com efeito, às vezes o proprietário prefere fazer o contrato de um ano, que será suficiente para satisfazer seu objetivo de limpar a terra. No caso de cultivo de uma safra comercial, o seu relacionamento é convertido num contrato de parceria. Assim, o proprietário da terra, ao entregá-la ao parceiro, fornecerá um certo número de insumos para o seu cultivo. Naturalmente, quanto maior for o número e a espécie de insumos da parte do proprietário, maior será a sua parte na partilha da colheita.

Além disso, o financiamento inicial de sementes e de fertilizantes feito pelo proprietário cria um endividamento ainda maior da parte do parceiro, na medida em que o proprietário cobra juros altos pelo dinheiro adiantado, além da parte que foi previamente alvo de acordo entre eles. Na medida em que o objetivo do proprietário da terra nos contratos de meiação é a produção constante de uma colheita específica, e não o preparo ou o aluguel da terra, o parceiro pode estender o tempo de permanência na terra,

pelo menos enquanto o proprietário continuar obtendo uma vantagem razoável da produção dele.

Quer isto coloque ou não o parceiro numa posição privilegiada em comparação com o arrendatário, seu acordo é problemático, como vemos na viva descrição feita pelo cientista social Manuel Correia de Andrade dos *meeiros* que pagam a metade de sua produção na produção de arroz ao longo das margens do Rio São Francisco. Cada um toma conta em média de 5 a 10 tarefas de terra. Necessitam de alimentos e não têm dinheiro. São forçados a pedir dinheiro emprestado ao proprietário a juros de 6 a 10 por cento ao mês; o juro é pago na época da colheita, e é retirado da parte que cabe ao parceiro. Eles têm a obrigação de cuidar do arrozal durante três meses entre o plantio e a colheita, e são também responsáveis pela limpeza e pelo descascamento do arroz, que pode ser feito à mão ou à máquina. Para poder utilizar a máquina do proprietário, no entanto, o parceiro tem de pagar um aluguel na base do quilo processado, além de pagar o salário do homem que o proprietário designar para operar a máquina. No final de quatro ou cinco meses, quando o cultivo do arroz está pronto, o parceiro se muda para um terreno alugado onde cultiva feijão e milho, pagando 20 por cento do lucro da colheita ao proprietário da terra (1964:132 ff).

O estudo do CIDA novamente chama a atenção para o fato de que o parceiro, assim como o arrendatário, não é um trabalhador independente, mas sim um trabalhador assalariado. Segundo este estudo, o parceiro é

> ... somente um assalariado cujo salário é pago sob condições que diferem somente em alguns detalhes das condições de outros trabalhadores assalariados, sem, no entanto, afetar de outro modo as relações "empregador-empregado". É muito duvidoso que se possa falar dele como "tendo posse da terra", exceto talvez em termos altamente teóricos. *Na prática, pareceria que o proprietário quer amarrar o trabalhador apenas ao empreendimento, mas certamente não à terra* (1966:217).

Parece claro que o parceiro é um trabalhador agrícola dependente, talvez até mais do que os arrendatários, mas os contratos de trabalho não são necessariamente iguais aos dos trabalhadores assalariados. De fato, o sistema de parceria que encontramos no Brasil de hoje é talvez melhor caracterizado como um mecanismo de emprego altamente adaptado a uma

economia carente de dinheiro, requerendo pouco desembolso de dinheiro da parte dos proprietários.

Há casos que parecem sugerir que a parceria seja uma forma transitória para o trabalho assalariado. Assim, vaqueiros do Nordeste são pagos mensalmente e também recebem um quarto do rebanho no fim de cada ano. Neste caso, o sistema de parceria tem obviamente a intenção de servir de incentivo para a manutenção do rebanho em alto nível. No entanto, o sistema de partilha nesta atividade está sendo abolido em certas regiões do Nordeste, devido ao valor crescente do gado de raça. O vaqueiro é agora pago inteiramente em dinheiro (Andrade 1964:164). O pequeno grupo de parceiros estudado por Candido no Estado de São Paulo também representa um tipo socioeconômico transicional, seriamente ameaçado pela concentração de grandes domínios na economia cafeeira. Os parceiros nos cafezais descritos por Candido eram inicialmente minifundiários que foram se transformando em colonos, pagos tanto em dinheiro quanto na base da parceria (1964:163).

As diferenças entre a parceria e o simples trabalho assalariado, mesmo em formas transicionais tais como colonos, são bem esclarecidas na descrição feita pelo CIDA dos contratos de trabalho na economia cafeeira. Por exemplo, os colonos da zona cafeeira de São Paulo e do Paraná tradicionalmente recebem uma quantia especifica em dinheiro por cada 1.000 pés de café plantados e cuidados; um lote de terreno para o cultivo de subsistência (2,4 hectares para cada 2.000 a 10.000 pés de café); um pouco de café para consumo da família; e pasto para animais e porcos. Eles trabalham como se fossem diaristas assalariados mas recebem menos do que o salário-mínimo, ganhando algum dinheiro extra durante a estação da colheita por cada saca de café colhido. Também recebem uma casa, lenha, luz; água e às vezes até leite a preços reduzidos. Segundo o CIDA, em 1960 o número de parceiros e de colonos ainda excedia o número de trabalhadores assalariados em São Paulo (1966:259-60). Como veremos no capítulo cinco, estes parceiros e colonos vieram ter um papel decisivo na radicalização do movimento político camponês dos anos 1950 e 1960.

Trabalho Assalariado

Uma proporção cada vez maior dos trabalhadores agrícolas do Brasil é composta de assalariados, com aproximadamente 1.550.000 pessoas, de

um total de mais de 12 milhões de pessoas (IBRA 1967:62). Eles estão empregados primordialmente na produção de safras de exportação, nas lavouras e nos engenhos que dominam o campo Esses trabalhadores assalariados produzem café, açúcar, cacau e outras safras de exportação, e se vêem cada vez mais nas roças dos pequenos proprietários que produzem gêneros alimentícios. Eles não constituem uma categoria simples de "proletariado rural" na medida em que os contratos de trabalho variam enormemente de lugar para lugar e comportam uma série de contratos de sublocação, como no caso dos colonos acima descritos.

Há, pelo menos, três tipos principais de contratos de trabalho assalariado no Brasil rural. No primeiro caso, o trabalhador recebe uma pequena roça de terra que ele pode usar para a lavoura de subsistência. Por um decreto presidencial de 1965, cada trabalhador rural na zona da cana-de-açúcar tem o direito de receber, após um ano de serviço contínuo, até dois hectares de terra perto de sua casa, "que seja suficiente para plantar e para criação de gado de maneira a garantir a subsistência necessária para o trabalhador e para a sua família" (SORPE 1967). Em segundo caso, o trabalhador recebe uma casa dentro da "plantation", mas sem terra para cultivar para si. O Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 estipula a manutenção de uma habitação "adequada" para os trabalhadores rurais com as deduções de aluguel no valor de 20 por cento a serem feitas dos salários, para cobrir as despesas decorrentes.[12] No terceiro caso, o trabalhador assalariado reside nas cidades e povoados rurais e mantém apenas uma relação de assalariado com a grande propriedade rural. Este último tipo é frequentemente chamado de camarada ou de trabalhador braçal[*] e seria o tipo mais próximo do proletariado rural.

O estudo do CIDA dá uma ideia do trabalho assalariado no Nordeste rural como sendo

[12] Previamente, era permitido até trinta por cento de dedução da renda e o custo da renda para um indivíduo costumava aumentar com os seus ganhos, embora o custo para o proprietário da terra permanecesse o mesmo. Há também uma possibilidade de que os proprietários fizessem deduções em sua renda relativas a diversos trabalhadores que vivessem sob o mesmo teto (CIDA 1966:275). Além disso, deduções até vinte e cinco por cento são permitidas para comida quando ela é fornecida pelo empregador.

[*] Na Zona da Mata nordestina é também denominado *trabalhador da rua*, ao passo que em São Paulo recebe a denominação de *volante* e *boia-fria.* Na Zona da Mata e no sul de Minas Gerais aparece com o nome de *diarista e camarada.* (N. do R.)

> ... um conjunto de salários baixos, trabalho pesado, fraude contra os trabalhadores, extorsão e interesses usurários, fome, habitação inadequada, insegurança, instabilidade, e migração. Dada a severidade e a dureza da estação da seca e das secas prolongadas, as condições de vida e de trabalho criadas pelo homem são mais duras (1966:270).

Sem negar, de modo algum, as injustiças deploráveis sofridas pelos trabalhadores das "plantations" no Nordeste brasileiro, eu diria, no entanto, que a norma é um pouco mais alta do que o estudo da CIDA descreve e que pelo menos alguns dos fazendeiros têm um sentido mais agudo de responsabilidade social com relação aos seus empregados. Certamente os trabalhadores das grandes propriedades têm um nível geral de vida melhor e maior segurança do que o crescente número de trabalhadores diaristas que são agora contratados pelos próprios camponeses para reparar a terra para o plantio e para a produção dos gêneros alimentícios.

Na usina de açúcar da região em que fiz a minha pesquisa, por exemplo, todos os trabalhadores da propriedade eram residentes, com exceção de uma pequena força de trabalho suplementar, constituída por migrantes, contratada para a época da colheita. Cada trabalhador recebe uma casa e uma pequena roça onde pode cultivar a sua lavoura de subsistência. Os trabalhadores do engenho moram na "rua" da usina e os trabalhadores do campo estão espalhados em pequenas povoações nas numerosas plantações que constituem o conjunto do empreendimento. Tanto os trabalhadores da usina quanto os do campo recebem o salário-mínimo estabelecido para a região, e gozam dos benefícios paralelos que a lei determina. Um médico e um dentista visitam semanalmente a usina, e os serviços médicos e os medicamentos não são cobrados. A usina mantém uma escola rural bem arrumada, administrada pela esposa de um dos filhos do dono, que é o gerente residente do empreendimento. Esta escola é particularmente bem dirigida se formos compará-la à maioria que existe no Brasil rural, e as crianças parecem receber uma educação satisfatória. O nível de alfabetização na "rua" da usina é consideravelmente superior ao nível dos povoados e das vilas da vizinhança.

Os moradores dessa vila da usina têm um sentido de comunidade que não é compartilhado pelos trabalhadores do campo que vivem nas vizinhanças mais remotas da "plantation". O padre vem da sede da municipalidade celebrar missa na capela da usina pelo menos uma vez por

mês. A usina mantém um time de futebol que joga a cada domingo contra os times das comunidades vizinhas. Um centro social e um cinema operam diariamente. Os donos do engenho emprestaram dinheiro a um morador local para instalar uma sorveteria, um hotel e um restaurante. Só há uma loja no povoado. Ela é propriedade de um homem que paga aluguel à usina. Não se trata absolutamente de uma loja de preços altos, de propriedade da usina, à qual os trabalhadores estariam continuamente endividados. Melhorias foram feitas nas condições de habitação de todas as propriedades da usina; e atualmente há um programa que se destina a prover cada casa nas propriedades da usina com um "telhado, um banheiro e um rádio". Além disso, a usina fornece eletricidade à cidade e novos cabos elétricos da usina hidrelétrica de Paulo Afonso estão sendo estendidos a todos os povoados satélites da vizinhança.

No entanto, a situação dos trabalhadores assalariados ainda está longe de ser a ideal. A usina atinge e domina todos os aspectos da vida dos trabalhadores. Só as pessoas que trabalham na usina moram nas suas propriedades. Quando seus filhos se casam e pedem moradia, eles precisam esperar até que se tenha certeza de que o jovem marido será empregado em algum lugar da usina, para se conseguir a casa. De fato, frequentemente se adia o casamento até que a casa — e portanto o emprego — sejam obtidos. A terra de até dois hectares concedida aos trabalhadores é, na verdade, insuficiente para garantir-lhes provisão adequada de gêneros alimentícios, mesmo que eles sejam estimulados a plantar e recebam sementes, fertilizantes, bem como ajuda na criação de cabras para a produção de leite para suas crianças. A criação de carneiros, que se alimentam de cana-de-açúcar, é estritamente proibida. Os donos da usina ou os seus agentes selecionam os candidatos políticos para os cargos locais e tentam arranjar votos para eles, assim como para os candidatos selecionados para os cargos estaduais e nacionais. O papel da usina de açúcar na vida política deste município será discutido em profundidade no capítulo cinco.

Antes de passar adiante, no entanto, gostaria de dizer alguma coisa sobre as comparações feitas frequentemente entre o proletariado urbano e o assim-chamado proletariado rural do Brasil. A esta altura já deve estar claro que o trabalhador rural assalariado — o qual também se emprega de vez em quando como parceiro ou arrendatário, ou cujos familiares fazem parte de um setor camponês mais amplo — se diferencia em muitos aspectos críticos

de um proletariado urbano. Isto não se refere apenas aos hábitos de trabalho, especialmente em termos da alocação de tempo, mas também em termos de sua atitude geral para com o lugar de trabalho como parte de um ambiente social mais abrangente. Até certo ponto, pelo menos, estas diferenças são responsáveis pelas dificuldades que os líderes brasileiros encontraram ao tentar aplicar um modelo de sindicato urbano à sindicalização rural.

De modo geral, o trabalhador assalariado é um indivíduo encarregado de determinadas tarefas durante certo tempo, recebendo em troca uma recompensa em dinheiro e certos benefícios paralelos previamente estipulados. Numa indústria, o salário e esses benefícios marginais são os principais estímulos ao trabalho. Seu emprego tende a ser completamente separado e diferenciado de outras ligações primordiais, tais como família ou filiação religiosa. A busca de segurança que caracteriza as famílias nucleares ou estendidas, que formam unidades econômicas operativas no setor camponês, não é uma característica tão importante no meio urbano. O assalariado industrial raramente toma uma decisão com relação à produção ou à distribuição dos bens que produz. Com efeito, ele não decide nada quanto à alocação dos recursos produtivos além de sua decisão inicial de oferecer seu trabalho num tempo e lugar determinados por um salário estabelecido, mesmo que ele tenha, naturalmente, um certo controle sobre a sua própria taxa de produção. Assim a maioria das decisões sobre a produção são tornadas pela direção da indústria, sem levar em conta as demandas de consumo da família do trabalhador, que seriam levadas em conta pelo camponês. O próprio gerente é parte de uma estrutura de autoridade diferenciada, na qual professores, policiais e burocratas funcionam todos em áreas separadas da vida diária, à qual o assalariado urbano aprende a se acomodar. O seu comportamento em relação ao gerente de uma firma não coincide necessariamente com o seu comportamento em relação a outros superiores nessa estrutura de autoridade diferenciada. Este não é, naturalmente, o caso na plantação de açúcar tradicional do Nordeste brasileiro, onde os múltiplos papéis do patrão nem sempre são claramente distinguidos. Foram precisamente as mudanças nos padrões de autoridade e a disjunção nas formas conhecidas de comportamento interclasse que nas décadas de 1950 e de 1960 trouxeram ao campo brasileiro uma crescente politização.

O trabalho assalariado no Brasil rural deve ser visto como parte de um sistema mais amplo de inter-relacionamentos entre ecologia, organização social e a distribuição de recompensas na sociedade. O trabalho assalariado, mesmo nas usinas de açúcar mais modernizadas e organizadas em corporações, é tão alienado do ambiente sociocultural no qual o trabalhador vive quanto o é no caso do trabalhador industrial urbano. O trabalhador rural não concebe o seu "emprego" como um aspecto separado de sua vida, à parte da família, da religião, da educação, da recreação e mesmo da política. Para começar, o trabalho assalariado numa fazenda ou num engenho é muitas vezes intimamente ligado à produção para o uso próprio em pequenas roças de terras destinadas ao trabalhador como parte do contrato de trabalho. A família do trabalhador é a unidade econômica operativa que funciona indiferenciadamente como uma unidade bancária e de produção. Através da capacidade total de ganho dos membros da família o trabalhador rural assalariado estabelece crédito na loja local e às vezes consegue juntar umas economias, exatamente como acontece na unidade familiar camponesa. Além do mais, a família tem uma responsabilidade comum, e não individual, com relação ao empregador, com o qual o trabalhador rural assalariado invariavelmente tenta estabelecer uma ligação do tipo patrão-cliente. Finalmente, como veremos, as estruturas indiferenciadas de autoridade do Brasil rural são parte de um sistema geral de estratificação nas comunidades locais onde o indivíduo trabalha e reside e a sua reação à autoridade tende a ser igual nos aspectos sociais, religiosos, políticos e econômicos de sua vida.

Estratificação Social, Processo Social e Mobilidade Social

O Sistema de Classes Brasileiro

A variedade de contratos de arrendamento e de trabalho que resultam das várias formas de acesso aos recursos da terra no Brasil rural inevitavelmente conduz a um esforço de classificar os *status* ocupacionais, assim como a uma discussão mais ampla do que Lloyd Fallers apropriadamente chamou de "aspectos culturais e estruturais primários e secundários" da estratificação social.[13] O Brasil é, por qualquer medida, um

---

[13] Segundo Fallers "as raízes estruturais sociais primárias da estratificação são encontradas na diferenciação de papéis dentro de uma rede de relações e de expectativas a respeito do

país com um sistema social altamente estratificado. No entanto, a descrição de uma estrutura social rural estática, baseada na delineação de dois grupos socioeconômicos, definidos no caso como latifundiários e minifundiários,[14] não é satisfatória à luz da investigação empírica. Como veremos no capítulo quatro, um sistema de duas classes não era adequado para a descrição do sistema social no Brasil colonial, quando as diferenças sociais já estavam se fazendo notar. Certamente ele não será adequado para descrever o Brasil de hoje, quando encontramos uma considerável gama intermediária entre os

comportamento que serve de intermediário entre eles. Ao mesmo tempo, um sistema de estratificação de pessoas também está enraizado na cultura, na medida em que existem padrões de avaliação pelos quais o comportamento humano é julgado" (1963:162-63).

"Assim, o estudo da estratificação pode adequadamente começar com um catalogamento de uma série de papéis diferenciais, com um delineamento das definições culturais da virtude e da excelência no comportamento humano, e com um estudo da interação entre estes em termos tanto de diferenciação cultural quanto de uma avaliação diferencial global dos papéis. Isto, no entanto, é somente o princípio, pois o lugar de pessoas e grupos reais nisto tudo não pode ser encarado como sendo passivo. Se as pessoas recebem diferentes papéis, e se a cultura avalia estes papéis de modo diferencial, considerando uns mais valiosos do que outros, então espera-se que os processos pelos quais as pessoas são situadas entre os papéis conquistem os interesses e as ansiedades de pessoas e de grupos. Em geral espera-se que pessoas e grupos lutem ativamente para conseguir ou defender suas posições e, no processo, manipulem, e até mesmo criem, elementos da cultura que os avalie. Um reconhecimento deste elemento 'dinâmico' nos sistemas de estratificação torna útil a distinção entre 'aspectos estruturais secundários' e 'aspectos culturais' de tais sistemas. Nós chamamos de 'aspecto estrutural secundário' da estratificação as estruturas e os processos pelos quais as pessoas são alocadas entre os papéis, distinto de diferenciação de papéis 'primária' ou divisão do trabalho. Por 'cultura secundária' entendemos as ideias e crenças *sobre* a estratificação — o 'como' e o 'porquê' as pessoas são alocadas entre os papéis do modo que são e sobre a justiça e a injustiça deste processo — em oposição às definições 'primárias' de excelência e do relativo valor dos papéis." *(ibid.,* 163).

[14] Ver, por exemplo, o comentário de Celso Furtado sobre uma estrutura social rural estática versus uma estrutura social urbana em mudança, em seu trabalho "Brasil, Que Espécie de Revolução?" (1965). Também Wagley escreve: "Assim, poder-se-ia dizer que, tradicionalmente, só houve duas classes sociais no Brasil: uma classe alta composta de latifundiários, comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos e burocratas e uma classe baixa de trabalhadores braçais e de artesãos. A classe alta compunha-se de patrões, enquanto que a classe baixa incluía seus dependentes extrafamiliares — empregados domésticos, trabalhadores do campo, colonos e outros empregados. Este sistema de duas classes não é inteiramente uma coisa do passado, mas, como veremos adiante, a maioria dos brasileiros ainda se situa em uma das duas categorias hierárquicas tradicionais... Talvez sempre tenha existido um grupo relativamente pequeno no Brasil que poderia ser chamado de uma classe média... mas... o desenvolvimento de uma classe média ampla é bastante novo para a sociedade brasileira" (1963:101).

escalões altos e baixos da sociedade rural. No Brasil rural o poder e o privilégio *derivam* da riqueza, invariavelmente medida em termos de propriedade de terra, mas o poder e o privilégio não são direitos exclusivos de uma classe proprietária de terras e dominante, que está em oposição rígida e exploradora diante de uma massa indiferenciada de camponeses. Na realidade o poder — talvez na sua forma mais crua — também é exercido, em graus variados, por vários intermediários no sistema, que não possuem o *status* da aristocracia rural mas que tem acesso a ela, e, portanto, a uma certa parcela de recursos estratégicos. Tais privilégios ajudam a diferenciar estes intermediários das massas de classe baixa rural brasileira, mas não justificam aglomerá-los num *stratum* médio claramente definido, situado entre os ricos e os pobres, como é frequentemente feito na literatura sobre classes sociais no Brasil. Certamente, as diferenças nos padrões de vida no campo podem ser medidas, e algumas linhas podem ser delineadas entre os vários estratos marcando os limites da alta, média e baixa classe. Além do mais, um segmento da classe média nacional, compreendida por funcionários públicos, elites comerciais e até mesmo por alguns fazendeiros mais ricos, pode muito bem estar emergindo nas comunidades rurais brasileiras. Não obstante, criar simplesmente uma categoria residual ampla — qualquer que seja o critério — para aqueles que não se ajustam nem num extremo nem no outro da hierarquia social ainda não explica inteiramente as complexidades deste dinâmico sistema social.

Na sua *Introduction to Brazil*, Wagley (1963) nomeia a tradicional classe alta da aristocracia proprietária de terras e as elites locais; a tradicional classe baixa de trabalhadores rurais e camponeses; o novo proletariado rural dos trabalhadores assalariados agrícolas; a emergente classe média dos trabalhadores "white-collar", funcionários públicos, e professores assalariados; e, finalmente, a nova classe alta de empresários industriais. Ele nos oferece uma visão muito útil das relações entre estes vários segmentos da população nacional, e o faz com uma genuína compreensão das mudanças que se verificam dentro do complexo mosaico social recortando o panorama brasileiro. Mais importante do que isso, ele nos chama a atenção para o fato de que falar sobre estratificação social no Brasil rural é lidar com apenas um dos segmentos de um sistema de estratificação mais abrangente, no qual todos estes segmentos estão, em última análise, interligados.

Isto não significa apenas que haja uma correspondência estática entre os estratos rurais e urbanos, de maneira que uma elite proprietária de terra, um campesinato empobrecido e um grupo intermediário se ajustem esquematicamente aos estratos alto, médio e baixo da estrutura piramidal do sistema nacional, como demonstra o quadro 5. Ao contrário, mostra que a diferenciação social que se vem tornando evidente no Brasil rural reflete, de maneira crescente, as mudanças que estão ocorrendo na nação como um todo. Significa que os componentes sociais, econômicos e políticos do "subsistema" rural se articulam, de modos bastante precisos e identificáveis, com os processos, em desdobramento e da vida social, econômica e política da nação. Também mostra que o grau de abertura ou fechamento do sistema social rural e, portanto, as possibilidades de mobilidade social e de mudança social, dependem de uma variedade de fatores que podem não ficar evidentes no estudo limitado de uma comunidade local. De fato, exige que desloquemos a nossa atenção das comunidades locais e das estruturas sociais locais, e que procuremos compreender a natureza precisa da integração entre as unidades locais e nacionais. Isto é, os grupos internamente diferenciados, do campesinato, dos artesãos, dos trabalhadores braçais, dos comerciários e dos intermediários do mercado — os quais fazem todos parte da enorme subclasse brasileira residente nas áreas rurais — estão sujeitos às mudanças demográficas, econômicas e políticas que ocorrem dentro da nação como um todo.

Quadro 5. Classes sociais Brasileiras, na comunidade e na Nação.

NACIONAL	CIDA	VINHAS	HUTCHINSON /HARRIS		WAGLEY	FORMAN
Alta	Grandes fazendas multifamiliares	Latifúndio	Aristocracia	Ausente	Ausente	Aristocracia proprietária: indústrias rurais
			Classe alta local	Brancos ricos	Primeira classe (os brancos)	Burocratas locais; elites comerciais
Média	Fazendas médias multifamiliares			Classe A		
		Camponeses ricos	Classe média local	Classe B1		Agricultores comerciantes; intermediários camponeses
Baixa	Fazendas familiares	Camponeses médios		Preto pobre	Segunda classe (classe baixa; moradores das cidades)	
		Camponeses pobres		Classe B2		Parceiros; arrendatários.
	Minifúndio		Classe baixa local		Agricultores (classe baixa rural)	Artesãos
		Proletariado rural		Classe C	Coletores (classe baixa rural)	Trabalhadores por dia.

Fontes: WAGLEY 1952: 146; CIDA 1966; VINHAS 1963.

Do mesmo modo, parece que desde que o governo militar tomou as rédeas do poder em 1964, a elite proprietária de terra e alguns industriais rurais tornaram-se, talvez mais do que nunca, o mais importante sustentáculo de um sistema político nacional que procura apoio no campo para a centralização e a legitimação de sua autoridade. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, podemos colocar a hipótese de que em muitas, embora não em todas, comunidades rurais, os funcionários públicos — os quais juntamente com as elites comerciais e mesmo com alguns fazendeiros mais ricos são agora considerados como parte de uma crescente classe média nacional — possam vir a compor uma rede de comunicações e de controle vital para a propagação e para a manutenção daquele sistema de autoridade.

Estas e outras questões sobre estrutura social e integração política serão aprofundadas, mais detalhadamente, no capítulo cinco, onde vou examinar a fundo os conjuntos de transformações que levaram das relações patrão-dependente (quando o camponês ou o trabalhador rural é forçado a entrar num conjunto de trocas com um patrão determinado) para as relações patrão-cliente (quando o camponês tem uma escolha, embora limitada, entre os benfeitores em potencial, que lhe oferecem diferentes vantagens pelos serviços prestados) (Hutchinson 1966; de Kadt 1970: 23). No momento, é necessário estabelecer as bases para esta discussão através duma descrição do "aspecto relacional" da estratificação social no Brasil rural, isto é, os processos interativos entre membros situados diferentemente na hierarquia social.

Na medida em que me proponho a focalizar o aspecto interacional das relações diádicas entre o patrão e o dependente,[15] não se quer dizer com isto que não vejo utilidade também num modo de análise baseado em classes. Pelo contrário, vejo a relação patrão-dependente como o aspecto talvez mais importante de um sistema rígido de estratificação social, fornecendo o conteúdo para uma análise da dinâmica do comportamento interclasse no Brasil rural. Pois que é, justamente, no contexto desta relação que começa a tomar forma a avaliação pelo camponês ou pelo trabalhador rural de sua relação com uma classe de seres superiores.

[15] Uma discussão sobre o chamado "contrato diádico" pode ser encontrada em Foster (1961, 1963). Ver também Wolf (1966b). Existe atualmente uma ampla literatura sobre patronato-clientelismo e o desenvolvimento político que será discutido no capítulo 6.

Agora, descrever a dinâmica interna da relação patrão-dependente é, de certo modo, correr o risco de descrever meramente o conteúdo de uma série de ligações que não são nada mais do que os meios de articulação entre indivíduos particulares em um sistema social num determinado momento. Para compreendermos aquele fenômeno diacronicamente como um *modo* de integração entre classes sociais que varia com o tempo requer, por outro lado, que as trocas que caracterizam as relações patrão-dependente sejam examinadas dentro dos contextos políticos e socioeconômicos mais abrangentes nos quais elas acontecem. É dentro *daquele* contexto que o conteúdo e a forma das próprias trocas são determinados e, em última análise, modificados, como por exemplo na transição, anteriormente mencionada, de relações patrão-dependente para relações patrão-cliente.

No que toca aos objetivos desta discussão, basta dizer que o acesso controlado à terra exige que os camponeses brasileiros procurem ligações com as pessoas que estão em situações mais vantajosas dentro do sistema de estratificação. Na falta de qualquer espécie de quadro institucional legal que dê apoio às suas reivindicações dentro daquele sistema, os camponeses ficam forçados a se sujeitarem aos patrões que podem facilitar o acesso aos recursos estratégicos, e que podem oferecer-lhes alguma segurança e alguma proteção. Já assinalei que estas relações têm suas raízes na estrutura da classe agrária e, mais especificamente, no acesso limitado à terra.

Embora seja obviamente o recurso mais importante numa sociedade agrária, a terra não é o único item a ser trocado, e as trocas não ocorrem somente entre indivíduos situados nos extremos da hierarquia social. Como observou Wagley:

> Um *patrão* não era necessariamente um empregador. Camponeses donos de terras podiam estar amarrados ao dono da venda local através de dívidas ou de favores passados. Frequentemente o chefe político local, *o coronel* (o correspondente a um "Kentucky Coronel") era uma espécie de *patrão* para os seus seguidores, que dele já tinham recebido favores e esperavam outros favores futuros. Um trabalhador da classe baixa sem patrão de uma espécie ou de outra era um homem sem proteção em tempo de necessidade. O patrão conferia segurança social em alguma medida — geralmente a única forma de segurança disponível ao trabalhador. (1963:107)

Em outras palavras, há alguns recursos estratégicos, tais como crédito, capital, assistência médica, informação, etc., além da terra, que são trocados entre indivíduos que poderiam estar relativamente próximos um do outro numa escala social objetivamente mensurável. No entanto, as diferenças na qualidade desses vários tipos de relações de troca são muitas, e o grau de harmonia nas relações interclasse está frequentemente em proporção direta à distância social relativa entre as partes envolvidas.

Deve-se notar aqui que nem todas as classes socioeconômicas acima mencionadas estarão representadas em todas as comunidades rurais, muito embora uma discussão das relações de dependência possa, a meu ver, ser generalizada para todas as comunidades em que exista, em alguma forma, uma classe rural baixa. Por exemplo, vamos encontrar uma classe alta tradicional confinada às áreas de agricultura do tipo "plantation" nos vales úmidos das regiões costeiras do Nordeste e em torno dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, e a classe média local será encontrada somente nas sedes de municípios que ostentem uma burocracia governamental e um comércio ativo. A maioria dos estudos de comunidade no Brasil foram feitos justamente nestes centros administrativos e comerciais rurais, onde o acesso a cargos eletivos e de nomeação e a oportunidades de investimento claramente elevam alguns indivíduos acima de outros. Eu diria que mesmo onde tais óbvias hierarquias sociais não estejam em evidência há consideráveis diferenças entre os residentes locais, alguns dos quais podem ter acesso a privilégios especiais através de um patrão, ou então se distinguem dos demais pelo simples fato de serem alfabetizados (ver, a esse respeito, Kottak 1966). Qualquer que seja o caso, os processos de interação pelos quais os indivíduos nestas comunidades se integram à nação são essencialmente os mesmos das sedes municipais nas quais as ligações institucionais formais estabelecidas através de prefeituras, igrejas, escolas, clínicas, mercados e delegacias de polícia foram trazidas ao primeiro plano de nossas análises. Eles se localizam dentro dos conjuntos de relações de dependência que são o aspecto mais fundamental da classe social no Brasil rural. Como explica Charles Wagley:

> Para a maioria da classe baixa rural, segurança econômica e bem-estar social parecem emanar das ministrações paternais da elite local. Todos devem ter um patrão (1963:106-7)... esta ideia de patrão não é uma coisa do passado. Ainda é a forma básica de relacionamento entre as pessoas de diferentes classes sociais na maioria das comunidades do norte do Brasil, e está longe de estar extinto em São Paulo e até mesmo no estremo Sul (Ibid., 107-8).

No meu estudo sobre os jangadeiros, *The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy* (1970), descrevi com detalhes o sistema de estratificação social incipiente extravasando na vila de Coqueiral, município de Guaiamu, no Nordeste brasileiro, onde não havia nenhuma das repartições políticas e civis que geralmente existem nas sedes de municipalidades. No entanto, o poder e o privilégio eram francamente evidentes, concentrados nas mãos de uns poucos "manda-chuvas" locais que tinham acesso imediato às elites comerciais e proprietárias de terras existentes fora da comunidade. Por exemplo, quando o braço comprido da organização sindicalista chegou ao povoado vindo do Rio de Janeiro na década de 1940, o presidente da associação de pescadores, recém-estabelecida, foi escolhido dentre os poucos residentes que tinham conexões diretas com um patrão muito bem situado na prefeitura local. Nos anos seguintes, mordomias políticas e nepotismo possibilitaram a esse indivíduo e a seus parentes consolidar uma base política em Guaiamu, como representantes locais do partido governante no município. Ele passou a exercer um domínio marcante sobre a comunidade inteira virtualmente sem enfrentar obstáculo qualquer da parte do rival vinculado à oposição política local.

É importante observar aqui que mesmo este pequeno povoado de 852 habitantes, que arduamente subsistem graças ao que tiram do mar e de terras agrícolas marginais, não é nem homogêneo nem socialmente estático, embora assim possa parecer se visto de fora. Ao contrário, sua estrutura social é composta de uma rede de interações socioeconômicas dinâmicas que se ramificam a partir das unidades familiares extensas, entre os vizinhos, através dos povoados, chegando até a sede da prefeitura, além dela, à usina de açúcar. As ligações horizontais entre parentes, vizinhos, amigos, compadres e padrinhos foram descritas em *The Raft Fishermen*, onde demonstrei que a busca da segurança e a minimização de riscos são os princípios básicos a orientar a elaboração destes laços sociais locais.

Por outro lado, manifestava-se em cada aspecto da vida do povoado uma hierarquia de relacionamentos baseada no acesso às fontes exteriores de poder político e de riqueza, e orientada por princípios bem diferentes, o de submissão à autoridade e de obrigação de pagar as dívidas. Os grandes

plantadores de cana-de-açúcar e, em especial, os proprietários da usina do açúcar no interior do vale, se situam no vértice desta hierarquia social, exercendo uma hegemonia econômica e política sobre o município como um todo. Um "estrato intermediário" é integrado por um grupo de pequenos proprietários, burocratas menos importantes, profissionais e comerciários que residem na sede municipal mas dependem, para o seu bem-estar, da boa vontade da classe proprietária. As linhas de autoridade descem então através dos "intermediários do poder", até as "bases" constituídas pela massa dos habitantes da localidade.

A manipulação bem sucedida destes vínculos verticais, através de um insinuante sistema de relações de dívida e de crédito, determinava quem tinha acesso aos recursos produtivos e às tecnologias, quem podia tirar proveito das oportunidades para inovações e mudanças, quais casas receberiam luz elétrica e quais crianças teriam vagas em que escolas municipais ou do povoado. Condicionava até quem frequentaria as missas ocasionalmente celebradas na igreja do povoado. Em resumo, os relacionamentos patrão-dependente permeavam praticamente todos os aspectos da vida social e econômica — mesmo nesta comunidade onde os extremos do sistema de estratificação brasileiro, de modo geral, não estavam em evidência imediata (Forman 1970).[16]

Justamente porque a relação patrão-dependente é um aspecto tão penetrante da classe social, ele deve ser examinado dentro de contextos situacionais específicos. Isto é, não se deve caracterizar todo o sistema de acordo com um relacionamento mal definido no qual um patrão generosamente despenderia "noblesse oblige" em troca de lealdade e apoio, manifestados pelo dependente. Ao contrário, se quisermos entender as relações interclasse no Brasil rural, devemos saber, em cada caso específico, exatamente quais os recursos controlados, por quem, e como é estruturado o acesso a tais recursos.

[16] Para somente um dos inúmeros exemplos, ver o estudo de Gross (1970) sobre a economia do sisal no Nordeste brasileiro, no qual ele tenta reconstruir as linhas de estratificação social neste remoto município do Estado da Bahia seguindo as relações de débito e de crédito e os resultantes laços patrão-dependente através de todo o sistema local. Gross demonstra, de maneira admirável, como a estrutura de toda a economia do sisal — que na ideologia dos planificadores do desenvolvimento brasileiro destinava-se a democratizar a agricultura da região — é formada e mantida às custas de laços patrão-cliente.

A descrição precedente sobre os arranjos de posse da terra e de trabalho no Brasil rural exemplifica a ligação econômica do tipo patrão-dependente, isto é, a troca de terra e/ou a partilha de uma colheita entre proprietários e camponeses. Quero ressaltar, no entanto, que não estou descrevendo, mesmo naquele caso particular, uma relação de troca exclusivamente econômica. Um tal sistema não pode ser compreendido em termos unidimensionais. Ao contrário, é necessário prestar muita atenção ao conteúdo material e não-material destas trocas, na medida em que tais contextos afetam a qualidade e a extensão das relações sociais.

Como vimos anteriormente, há dois aspectos distintos nos vínculos socioeconômicos assimétricos que caracterizam a sociedade camponesa brasileira. O primeiro, e o mais importante, é decididamente o econômico. No entanto, superposto às relações contratuais básicas entre camponês e senhor, ou entre devedor e credor, existe um conjunto de entendimentos regendo os direitos e obrigações de cada um na troca que, segundo Peter Blau (1964), melhor poderíamos chamar de dimensão da "troca social" destes arranjos de trabalho. Eric Wolf se refere a estas relações como sendo "coalizações multifacetadas, diádicas e verticais", observando ainda:

> Tal relação envolve uma pessoa que é social, política ou economicamente superior numa relação vertical com uma social, político ou economicamente inferior. A ligação é assimétrica... Ao mesmo tempo ela é multifacetada. As duas partes têm de confiar uma na outra; e na ausência de sanções formais uma relação de confiança envolve uma compreensão mútua dos motivos de um e de outro, assim como do comportamento de um e de outro, que não pode ser construída em um momento, mas sim se desenvolve com o tempo e deve ser testada em diversos contextos... Portanto, as relações patrão-cliente envolvem facetas múltiplas do ator envolvido, e não meramente o fragmentário interesse-único do momento. (1966a: 86-7).

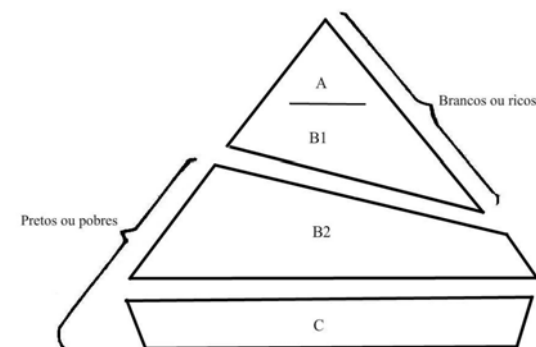
De fato, esta confiança mútua reside menos no conhecimento das intenções das duas partes envolvidas na troca específica do que num conjunto de expectativas compartilhadas sobre o comportamento apropriado nas interações interclasse, expectativas que são projetadas sobre a própria relação específica.

A hierarquia é um dogma fundamental da vida social brasileira. Ela é evidente numa variedade de padrões de deferência, tais como o elaborado

conjunto de formas de tratamento que distinguem e definem o lugar de um indivíduo no sistema social. A posição real neste sistema é, mais uma vez, determinada pela proximidade ao *locus* de poder, geralmente associado com a propriedade de terras. Ela também é condicionada por inúmeros outros fatores, tais como ocupação, educação, lugar de residência, família, e mesmo pela raça (Wagley et al. 1952).[17] Os brasileiros do campo sabem

[17] Por exemplo, o importante volume *Race and Class in Rural Brazil*, editado por Charles Wagley, descreve com detalhes os sistemas específicos de estratificação social e relações raciais em quatro comunidades localizadas em zonas ecologicamente diferentes da Região Nordeste e da Amazônia. Usando padrões de vida baseados em renda e em padrões de consumo como uma medida objetiva a grosso modo, duas ou mais "classes" rurais – alta, baixa e possivelmente uma média – são delineadas e depois aperfeiçoadas por critérios internos mais sutis baseados em componentes de prestígio, de identidade racial, filiação e educação (Wagley et al. 1952).
Devido à sua própria constelação especial de aspectos históricos socioeconômicos, cada uma das comunidades estudadas manifesta algumas diferenças em seus padrões contemporâneos de raça e de alinhamento de classe, como demonstrado no Quadro 5. No entanto, um exame de qualquer um deles demonstra as deficiências de qualquer tentativa de se objetivar classes sociais determinadas no Brasil rural. Assim, usando como critérios objetivos a riqueza e a ocupação, Marvin Harris divide a população da antiga cidade de mineração Minas Velhas em dois grupos distintos, grupo A e grupo C. O grupo B "... (o qual) foi estabelecido meramente como um resíduo estatístico" daqueles indivíduos que não se encaixam nem em uma nem em outra extremidade do sistema social, é cruzado por um "gradiente de categoria racial" em dois grupos distintos, como é mostrado no diagrama. O termo "riqueza média" denota uma posição na metade superior do grupo B e o termo "pobre" denota uma posição na metade inferior do grupo B. Portanto, é claro que o grupo B não é uma, mas sim duas classes "... na qual alguns indivíduos do grupo B na realidade colocam-se mais alto do que outros do grupo B nas escalas econômica, ocupacional e educacional" (Harris 1952:73). Harris conclui: "encontramo-nos agora numa posição em que podemos avaliar o verdadeiro significado de raça como um critério de classe. Conquanto o gradiente de categoria racial não seja tão decisivo quanto o gradiente econômico, o seu efeito é suficiente para dividir a classe média pela metade e para criar quatro classes onde somente três existiriam de outra forma" *(ibid.)*.

reconhecer facilmente as diferenças sociais que estes critérios estabelecem entre eles e os outros, e, em situações interclasse, se comportam de acordo com padrões aceitos e que são considerados apropriados à posição de cada um. Os camponeses brasileiros dão o tratamento de "doutor" a um homem rico e bem educado e recebem, por sua vez, o tratamento simples de "você".

Classe Social em Minas Velhas, Brasil.

Fonte: Harris 1952:73

Do mesmo modo que Harris, que depois modificou este primeiro modelo de estratificação social em Minas Velhas em sua monografia posterior intitulada *Town and Country in Brazil* (1956:96ff.), cada um dos outros estudos constantes de *Race and Class in Rural Brazil* está mais preocupado com os padrões inter e intraclasses das relações raciais e com os estilos de vida das várias subculturas representadas nestas sedes de municípios tão altamente diferenciadas, do que com o padrão geral de relações socioeconômicas entre um campesinato dependente e uma elite proprietária de terras que é do nosso interesse neste volume. Ainda assim, na introdução àquele volume, Charles Wagley escreveu que sua pesquisa demonstrava que o alinhamento mais importante e o mais crucial no Brasil rural era o das classes sociais, e que o tipo racial não passava de um dos critérios pelos quais os indivíduos eram distribuídos pelas classes sociais. Relações raciais, portanto, devem ser encaradas como *um aspecto das relações entre as classes sociais* e como parte *de um conjunto mais amplo de padrões sociais que determinam as relações entre indivíduos e grupos dentro da comunidade rural brasileira* (1952:9) (o grifo é meu).

Na parte restante deste capítulo, vou examinar aquele "conjunto mais amplo de padrões sociais que determinam as relações entre indivíduos e grupos" na sociedade rural brasileira, especialmente a estrutura e a cultura das relações patrão-dependente.

Quando se dirige a um membro da classe alta, o camponês brasileiro invariavelmente mantém o olhar baixo enquanto segura o chapéu na mão e com o pé riscando o chão, numa envergonhada zombaria de sua própria humildade. Ele demonstra sua deferência pelo proprietário da terra, pelo dono da venda local ou pelo agente fiscal de muitas maneiras, e acha que está certo agir deste modo desde que também receba, reciprocamente, o tratamento apropriado.

Patrão-Dependência

Na verdade, ao longo de sua vida o camponês, ou o trabalhador agrícola brasileiro, *se submete* a uma série de relações reconhecidamente desiguais pelas quais ele *se compromete* de formas variadas que analisamos em termos dos vários arranjos de trabalho no início deste capítulo. Obviamente, este comportamento repetido é fruto da necessidade, mas é também alimentado por um conjunto de proposições gerais acerca da submissão à autoridade e da obrigação do repagamento de dívidas, o que dá ao conteúdo sociocultural das relações específicas patrão-dependente sua eficácia peculiar. Reforçada por uma confluência de ideias de diversas origens, mas principalmente do religioso, a patrão-dependência fornece, deste modo, um conjunto de noções que se transformam nos sustentáculos ideológicos da estrutura de classe.

Embora não contrapese, de forma alguma, as desigualdades da transmissão atual de bens e de serviços, a relação patrão-dependentes mitiga, a nível individual, a dureza da troca contratual para o camponês, e ajuda a aliviar algumas das tensões que a constante consciência das perdas sofridas poderia, de outro modo, nele suscitar. Ao definir o lugar do camponês no universo social, e ao afirmar a correção básica da assimetria nas relações socioeconômicas, esta relação patrão-dependente também profere a explicação de má conduta individual para a eventual incorreção do comportamento de um "mau patrão", militando assim contra os conflitos interclasse e ajudando a manter o *status quo*. Em outras palavras, quando ameaçado pelos abusos do patronato, o camponês procura um patrão melhor, no lugar de culpar o *sistema* em si. Em resumo, ao envolver os arranjos econômicos temporários em laços sociais, a relação patrão-dependente reafirma, legitima e justifica a autoridade da classe proprietária

como um grupo, apesar da fluidez do vínculo contratual entre díades individuais.

As exigências do patrão aos seus dependentes são tão poucas e tão diretas que realçam a assimetria fundamental até na dimensão de intercâmbio social destas relações. Em todos os casos, a deferência sobe e as ordens descem. Além das exigências econômicas estipuladas nas trocas terra-por-trabalho e dos serviços adicionais prestados pelos dependentes, existem outras expectativas. O patrão espera e recebe lealdade, obediência e confiança daqueles que estão a seu encargo. No capítulo dois, observei que os camponeses brasileiros constantemente estabelecem novos vínculos de patrão-dependência no rastro de sua extraordinária mobilidade de fazenda a fazenda. Não obstante, esta mobilidade não diminui a precisão de fiel aderência a pessoa por quem estiverem no momento empregados. As lealdades podem ser transferidas, mas as obrigações do trabalhador devem ser cumpridas em primeiro lugar.

A palavra do patrão é lei e não deve ser questionada. O seu desejo é cumprido, porque se acredita que ele esteja certo e que assim seja apropriado a proceder. Qualquer ato de oposição é causa para demissão, quaisquer que tenham sido as cláusulas contratuais; e quando falta uma boa razão o patrão sempre pode invocar a vontade de Deus, a lei ou, como último recurso, a força de seus capangas. Não obstante, seu trunfo mais importante é a sua reputação, e, consequentemente, em certo sentido a coisa mais importante que seus dependentes podem fazer é espalhar pelo campo a notícia de sua "bondade".

Deste modo, o patronato também se transforma numa arma de competição dentro de um sistema em que o poder e o privilégio estão de certa forma monopolizados. Em certo nível, isto fornece a base para uma competição econômica entre as elites proprietárias de terra, na disputa por uma força de trabalho móvel (Johnson 1970:39), facilitando ao camponês e ao trabalhador rural a aceitação de contratos desvantajosos sem barganha por termos melhores que poderia de outro modo ocorrer. Em outro nível, o patrão que deseja participar da altamente concorrida arena política deve poder contar com o apoio de uma "coterie" ampla e leal à qual possa recorrer em caso de disputas e a qual possa mobilizar para votos. A reivindicação de lealdade ao mesmo tempo que produz o efeito imediato de alinhar indivíduos nas linhas de classe, em facções compostas de um patrão

e de seus seguidores, também abre o caminho da transição da dependência para o clientismo.

É axiomático que um bom patrão deva *infundir* respeito e deferência para poder constituir um grupo de seguidores. O patrão ideal é uma figura rica e poderosa que é capaz de proteger seus dependentes e intervir em seu favor nos seus negócios com o mundo lá fora. Embora a atitude do patrão em relação a seus seguidores contenha um certo grau de condescendência, dele se espera o tratamento de afeto e respeito, e, segundo a tradição e para solidificar o vínculo social, a aceitação das obrigações adicionais de apadrinhamento, um compromisso ritual que também serve para a legitimação do vínculo assimétrico, como veremos adiante. Espera-se dele que se preocupe com a saúde e o bem-estar de seus dependentes e de suas famílias, emprestando-lhes dinheiro bem como fornecendo comida e ajuda médica sempre que necessário. Querendo, ele pode também facilitar a educação das crianças e, ocasionalmente, um patrão realmente bom reconhecerá uma oportunidade comercial viável para um dependente e o ajudará a começar uma pequena atividade empresarial. De fato, a intervenção direta nem sempre é necessária, na medida em que a tutela de um patrão verdadeiramente bom pode fornecer proteção e certo grau de privilégio a um dependente pelo simples fato da associação entre eles, pois o "presumido carisma"[18] do patrão recai sobre os que lhe são próximos.

Certamente, um membro da classe alta tradicional tem um "élan" que o coloca numa posição à parte da dos outros homens. Não obstante, a medida do prestígio e da deferência concedidos a qualquer homem, independente de sua riqueza e poder, é a correção de seu comportamento nas trocas observáveis com os seus dependentes. Não é a assertiva de que os patrões *devem agir* de determinadas maneiras que lhes concede esta

[18] Segundo Edward Shils, "o mapa cognitivo e avaliativo do sistema de estratificação é uma alocação diferencial de deferência a uma série de agregados de pessoas na maioria anônimos de acordo com sua proximidade em relação ao centro e assim de acordo com a magnitude de seu carisma presuntivo. O sistema de estratificação de uma sociedade é o produto da imaginação trabalhando sobre fatos inflexíveis de uma alocação desigual de recursos e de prêmios escassos. O carisma é imaginário, mas tem o efeito de ser 'verdadeiro' na medida em que se acredita amplamente nele como sendo 'real'. A deferência que é basicamente uma resposta ao carisma é somente uma questão de opinar mas é uma opinião com motivação profunda e uma resposta a necessidades profundas no que concede e no que recebe a deferência" (1968).

deferência, mas sim o fato de que eles realmente assim *agem*. Histórias sobre comportamentos apropriados ou inapropriados da parte de um superior social circulam pela comunidade local e pelas vizinhanças, fazendo e desfazendo a reputação de um *bom patrão*. Por exemplo, o direito de nascimento do primogênito de uma família proprietária tradicional lhe vai assegurar a colocação na classe alta, mas ele será julgado assim como será sua família com o passar do tempo pela capacidade de manter a reputação que seus ancestrais construíram em muitos anos de interação com o campesinato local. Do mesmo modo, o membro de uma família aristocrática em decadência, privado de terra, despojado de poder, e mantendo um padrão de vida apenas ligeiramente mais alto do que o do campesinato, ainda recebe deferência porque "ele não esqueceu como tratar o povo".

Por outro lado, as novas elites comerciais que substituíram em muitas comunidades rurais os membros da classe alta tradicional em posições de poder são constantemente comparadas, negativamente, com os "velhos patriarcas" (Johnson 1972; Gross 1970), e os "manda-chuvas" locais que substituem os senhores ausentes nas funções administrativas nas plantações, ou que preenchem vácuos de poder nas comunidades sem elites residentes, são desprezados e temidos porque deixam de satisfazer as expectativas dos camponeses em termos de comportamento apropriado. Como expliquei em *The Raft Fishermen*,

> Uma elite proprietária de terra, que inicialmente residia na localidade, mudou-se quando a criação de gado e a produção de sal terminaram. Ela foi substituída por "manda-chuvas" locais que vieram ocupar uma posição de poder dentro da vila. *Os grandes do lugar*, como são chamados pelos pescadores, preencheram o vácuo deixado pelo patrão tradicional. Nascidos na localidade, de famílias de classe baixa, eles na verdade se situam apenas um pouco acima do *status* do camponês pescador, apesar de, na maioria, terem conseguido ganhar mais que os pescadores, e manter um padrão de vida ligeiramente acima da norma. Como um grupo, estes "manda-chuvas" estão mais próximos da subcultura citadina da sede da municipalidade do que da subcultura camponesa local (Wagley e Harris: 438). Em Coqueiral, por assim dizer, eles são os "maiorais". Muito embora tentem imitar os homens da classe alta da cidade, os "manda-chuvas" locais têm mobilidade social muito limitada. Do mesmo modo que os camponeses a quem eles tendem a desprezar, os

"manda-chuvas" estão permanentemente endividados, tanto com os cultivadores de cana-de-açúcar no que se refere à terra, como com os comerciantes da cidade, em consequência dos exagerados padrões de consumo. Estas dívidas amarram os "manda-chuvas" à vila... O *status* dos "manda-chuvas" locais depende muito do seu grau de identificação com a estrutura de poder tradicional do município em geral. E, através dessa identificação que eles mantêm um controle tênue e indireto sobre a população pescadora local. Eles mantêm sua posição fingindo ter alcançado posição de grande superioridade em relação a seus pares na vila e sendo úteis às verdadeiras fontes de poder no município. Um conhecimento rudimentar de leitura, escrita e aritmética ajuda-os a se diferenciarem da classe baixa na qual se originaram, e que agora pública e constantemente maldizem. Frequentemente são os próprios "manda-chuvas" os responsáveis pela perpetuação do mito de que os camponeses são preguiçosos e ignorantes e não cooperadores. Enquanto o relacionamento entre os camponeses e a elite tradicional é bastante paternalista, caracterizada por um alto grau de dependência e de confiança, os laços que ligam os camponeses aos "manda-chuvas" são constituídos e mantidos na base da intimidação. Embora a classe baixa viva na esperança de mudança, os "manda-chuvas" encaram a preservação do *status quo* como vital para os seus interesses. (Forman 1970: 34-36)

É frequente que a tensão social se faz sentir no Brasil rural quase sempre entre os segmentos mais próximos do sistema social, e não entre grupos de classe alta e de classe baixa estritamente definidos. De fato, não se trata propriamente de conflitos de classe, mas sim de antagonismos intraclasse em nível local, consequência da contínua mudança nas estruturas econômicas e sociais do campo. O crescente absenteísmo das elites tradicionais, aliado à despersonalização das funções administrativas e das interações econômicas num sistema que se comercializa rapidamente muitas vezes leva à beira de hostilidades potenciais. No entanto, raramente a ira camponesa se dirige à classe dominante. De um modo geral, os camponeses respeitam e admiram os patrões tradicionais, cujas posições no sistema social são tão elevadas que só podem ser vistas com admiração. Quem eles desprezam e temem são aqueles que, antes na mesma situação, "subiram na vida" e agora agem como seus superiores.[19] É possível que os

[19] A comunidade camponesa... pode ver a ascensão de camponeses ricos que acotovelam os companheiros menos afortunados e que se deslocam para o vácuo de poder deixado pelos

camponeses questionem o comportamento de novas elites ou mesmo das tradicionais, mas somente quando estes deixam de se comportar de modo consagrado pelo tempo. Em resumo, não é a expectativa de favores que gera o desprezo, mas sim a competição pelos favores numa situação de limitada mobilidade social. A esse respeito, Harris escreveu:

> Imaginar que a situação que acabamos de descrever constitua um caso de "luta de classe" com fundamentos econômicos constituiria uma séria distorção dos fatos. O sentido de opressão não existe na Classe "B" ou na Classe "C", simplesmente porque todos os membros da comunidade acreditam firmemente na justiça fundamental e na correção do princípio da escala social e dos principais escalões hierárquicos. Não há nada em Minas Velhas que seja mais estável e mais arraigado do que a crença de que algumas pessoas são melhores do que outras, e que as melhores merecem e recebem o melhor. (1952:77).

Embora este sistema seja algumas vezes julgado injusto, é também tido como imutável. Ocasionalmente, o camponês pode questionar a correção de sua posição como perpétuo desfavorecido mas normalmente ele se sujeita à autoridade e cumpre as suas obrigações, como no caso de Fabiano, o vaqueiro à deriva no Nordeste fustigado pela seca, e descrito por Graciliano Ramos em seu brilhante romance *Vidas Secas:*

> Fabiano recebia na partilha a quarta parte dos bezerros e a terça dos cabritos. Mas como não tinha roça e apenas se limitava a semear na vazante uns punhados de feijão e milho, comia da feira, desfazia-se dos animais, não chegava a ferrar um bezerro ou assinar a orelha de um cabrito.
>
> Se pudesse economizar durante alguns meses, levantaria a cabeça. Forjara planos. Tolice, quem é do chão não se trepa. Consumidos os legumes, roídas as espigas de milho, recorria à gaveta do amo, cedia por preço baixo o produto das sortes. Resmungava, rezingava, numa aflição, tentando espichar os recursos minguados, engasgava-se, engolia em seco. Transigindo com outro, não seria roubado tão descaradamente. Mas receava ser expulso da fazenda. E rendia-se.

detentores superiores deste, que bateram em retirada. No curso desta ascensão, eles frequentemente violam as expectativas tradicionais de como as relações sociais devem ser conduzidas e simbolizadas – frequentemente utilizam o poder recentemente adquirido para enriquecer às custas de seus vizinhos (Wolf 1966:a).

Aceitava o cobre e ouvia conselhos. Era bom pensar no futuro, criar juízo. Ficava de boca aberta, vermelho, o pescoço inchando. De repente estourava:

– Conversa. Dinheiro anda num cavalo e ninguém pode viver sem comer. Quem é do chão não se trepa.

Pouco a pouco o ferro do proprietário queimava os bichos de Fabiano. E quando não tinha mais nada para vender, o sertanejo endividava-se. Ao chegar a partilha, estava encalacrado, e na hora das contas davam-lhe uma ninharia.

Ora, daquela vez, como das outras, Fabiano ajustou o gado, arrependeu-se, enfim deixou a transação meio apalavrada e foi consultar a mulher. Sinhá Vitória mandou os meninos para o barreiro, sentou-se na cozinha, concentrou-se, distribuiu no chão sementes de várias espécies, realizou somas e diminuições. No dia seguinte Fabiano voltou à cidade, mas ao fechar o negócio notou que as operações de Sinhá Vitória, como de costume, diferiam das do patrão.

Reclamou e obteve a explicação habitual: a diferença era proveniente de juros.

Não se conformou: devia haver engano. Ele era bruto, sim senhor, via-se perfeitamente que era bruto, mas a mulher tinha miolo. Com certeza havia um erro no papel do branco. Não se descobriu o erro, e Fabiano perdeu os estribos. Passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria!

O patrão zangou-se, repeliu a insolência, achou bom que o vaqueiro fosse procurar serviço noutra fazenda.

Aí Fabiano baixou a pancada e amunhecou. Bem, bem. Não era preciso barulho não. Se havia dito palavra à toa, pedia desculpa. Era bruto, não fora ensinado. Atrevimento não tinha, conhecia o seu lugar. Um cabra. Ia lá puxar questão com gente rica? Bruto, sim senhor, mas sabia respeitar os homens. Devia ser ignorância da mulher, provavelmente devia ser ignorância da mulher. Até estranhara as contas dela. Enfim, como não sabia ler (um bruto, sim senhor), acreditara na sua velha. Mas pedia desculpa e jurava não cair noutra.

O amo abrandou, e Fabiano saiu de costas, o chapéu varrendo o tijolo. Na porta, virando-se, enganchou as rosetas das esporas, afastou-se tropeçando, os sapatões de couro cru batendo no chão como cascos.

Essa desigualdade básica que tanto prejudica Fabiano não chega a passar desapercebida pelas massas de trabalhadores rurais no Brasil, que reconhecem que as relações de troca em que são forçados a entrar com seus patrões são claramente iníquas. Seria errôneo supor que camponeses que sempre levam a pior possam de algum modo alimentar um mecanismo compensatório de satisfação. O simples fato de utilizarem recursos concedidos pelos patrões[20] e de participarem das transações sociais que acompanham as trocas econômicas básicas não significa que eles não vejam a desvantagem fundamental de sua posição, comparando-a com a do patrão, e à qual não podem jamais esperar ter acesso. Valores em troca não são sempre comensuráveis e os indivíduos questionam o ganho relativo que nelas obtêm.

É verdade, claro, que cada parte da relação patrão-dependente aufere benefícios diferentes da transação. O patrão procura maximizar o ganho econômico e político. O dependente procura maximizar a segurança. Cada um elabora, na sua relação de troca, uma estratégia destinada a atingir tais objetivos. Mas as iniquidades existem e são claramente percebidas tanto por patrões quanto por dependentes. O importante é então saber como a desvantagem para o dependente é explicada e racionalizada, de modo que a vantagem para o patrão possa ser justificada. Existe, no Brasil rural, um conjunto de pressupostos sobre o que é o comportamento apropriado nas interações interclasse e esses pressupostos fundamentam a submissão do camponês à autoridade e reforça seu sentido de obrigação numa série de relações de troca desiguais[21].

---

[20] Peter Blau é de opinião que “... se o poder para comandar serviços e aquiescência advém do suprimento de benefícios necessários, aqueles que estão sujeitos ao poder não se consideram necessariamente em uma posição desvantajosa...” (1964:228).

[21] Segundo Fallers, A noção de “ noblesse oblige”, por exemplo, expressa a obrigação do ocupante legítimo de um determinado papel de seguir certos padrões definidos de comportamento. Do ponto de vista da pessoa teve imputada uma posição baixa, a situação é ainda mais complexa.Para ela haverá sempre alguma dificuldade em aceitar, como imutável, uma definição de si própria como imerecedora pela natureza, não importando o que ela possa fazer. Isto não significa, naturalmente, argumentar que ela não possa, de uma certa forma, vir

Mudança Social em Curso

Antes de encerrar este capítulo, é importante ressaltar mais vez que o sistema social no Brasil rural está em transformação, sobretudo porque a comercialização penetra cada vez mais nas comunidades do interior. A relação patrão-dependente está, em grande parte, em processo de desmantelamento, não apenas porque o absenteísmo tende a substituir a autoridade tradicional pelo gerente residente na propriedade, mas também porque é cada vez mais difícil manter e sustentar grandes números de seguidores fixos na terra. Uma série de processos econômicos está causando o deslocamento de massas de camponeses enquanto as panaceias elaboradas pelo Governo não realizam o prometido. Decisões econômicas "racionais" sobre o uso da terra e a produção induzem os proprietários a substituir as relações "tradicionais" de dependência pela contratação de trabalho assalariado (ou simplesmente pela dispensa de trabalho), e assim, simultaneamente, os proprietários vão perdendo o controle sobre o fluxo de sinecuras e de informação para os seus municípios.

A partir de 1964, o controle governamental se estendeu aos municípios e às decisões sobre os gastos públicos reduzindo substancialmente a influência do patronato que, durante a maior parte deste século, permitira às elites rurais competir por seguidores, limitando assim a capacidade dos patrões de atender às novas exigências de seus antigos dependentes. Paralelamente, os jornais, o rádio e a televisão, bem como a presença de organizadores vindos das cidades, trazem ao campo mensagens alternativas, que ampliam os horizontes dos camponeses e reduzem a esfera de influência dos patrões. A politização das massas rurais que acompanharam tais desenvolvimentos nas décadas de 1950 e de 1960 resultou em sua participação direta no processo político, apressando a transformação da dependência em clientelismo.

A ocorrência dessas mudanças não deve, entretanto, dar a impressão de se terem registrado transformações fundamentais na estrutura básica da sociedade rural brasileira. Pelo menos, por enquanto, a mobilidade social continua extremamente limitada e sujeita às mesmas restrições estruturais

---

a aceitar sua posição. Significa que uma cultura que apresenta a certas pessoas oportunidades muito maiores para ocuparem as posições mais admiradas também deve oferecer consolo, sob alguma forma, para aquelas pessoas que foram privadas de oportunidades tão "valorizadas" (1963:164)

impostas por uma hierarquia dominante. Ocorreu certa diferenciação na estrutura ocupacional de comunidades rurais, já que a comercialização e a industrialização rural abriram algumas novas oportunidades que foram açambarcadas principalmente pelas elites comerciais e poucos benefícios reais atingiram o campesinato.

As oportunidades de educação também continuaram estritamente limitadas, à exceção de alguns avanços que, nas últimas décadas, levaram a uma ampliação do contingente de alfabetizados. O analfabetismo ainda continua superior a 50 por cento no Brasil, chegando a 100 por cento em certas áreas rurais. As escolas primárias no campo estão muitas vezes a cargo de pessoas semialfabetizadas, que, sem material pedagógico, pouco podem oferecer além do alfabeto aprendido mediante a cópia repetitiva do abecedário e de noções rudimentares de matemática. Muitas pequenas cidades e povoado estão inteiramente desprovidas de escolas e até comunidades mais prósperas que possuem escolas primárias — e mesmo secundárias — sofrem enorme defasagem entre o número crescente de matrículas e a disponibilidade de professores qualificados. A única possibilidade de se obter educação melhor está na obtenção de uma *vaga* na escola da sede municipal onde a criança possa morar com algum parente ou padrinho, ou, então, em um internato de padres onde a instrução se concentra no ensino de ofícios. Este tipo de educação é geralmente seguida pela migração permanente para áreas urbanas, onde as oportunidades de emprego são menos limitadas. (L. Forman 1970).

O que eu quero frisar é simples. Na medida em que a estrutura de oportunidades no Brasil rural se está abrindo lentamente demais em relação à demanda, a transformação mais importante que se evidencia no sistema social do campo parece residir na mudança da relação patrão-dependente para a relação patrão-cliente – mudança essa que resulta da crescente competição, que ocorre, de um lado, dentro das massas rurais na luta pelas limitadas oportunidades disponíveis e, de outro lado, entre os patrões em sua disputa pela clientela de seguidores.

Existem, assim, no Brasil rural, algumas possibilidades de ascensão dentro do sistema social limitadas àqueles que, em função de sua relação com um patrão, podem aproveitar-se das oportunidades disponíveis. Este processo fez surgir um estrato intermediário emergente, composto de novas elites e "manda-chuvas" locais que no momento ocupam uma posição de

certo modo ambígua na estrutura social, ao mesmo tempo alienados do campesinato e da classe alta. Alguns chegam a alcançar posições de poder que lhes permitem desafiar a autoridade das elites tradicionais (Gross 1970). Outros aceitam o destino do presidente da associação de pescadores de Coqueiral. Este, em seu desejo de imitar a classe proprietária, optou por aceitar uma pequena fazenda que os donos do engenho de açúcar lhe ofereceram. Estes preferiram adiantar-lhe o dinheiro da compra e contratar com ele a moagem de sua cana, ao invés de estender o tamanho de suas próprias terras. Citando mais uma vez *The Raft Fishermen,*

> Muito embora usufrua de grau relativamente elevado de mobilidade, o presidente da associação de pescadores não é aceito nem pela classe baixa nem pela alta. É desprezado pelos pescadores porque os persegue constantemente, e é usado — mas não aceito — pela classe alta. Embora tenha uma das melhores casas do povoado e um padrão de vida consideravelmente superior à norma, o Sr. Nilo está sujeito às mesmas restrições sociais e recreacionais que se aplicam aos mais pobres dos pescadores. Ele não é convidado às casas dos membros da classe alta de Guaiamu, e os produtores de cana-de-açúcar do vale não o visitam quando passam suas férias em Coqueiral. O Senhor Nilo, de sua parte, recusa-se a participar da vida social do povoado. Não assiste aos jogos de futebol aos domingos, nem vai às apresentações de música e dança folclórica de que os pescadores gostam tanto. Ele pode sustentar os seus filhos na sede do município, mas, para não terem de andar os sete quilômetros em cada sentido para ir à escola melhor em Guaiamu, eles são obrigados a viver numa casa velha e mal equipada, que antes pertencia aos parentes da mulher de Nilo. O Sr. Nilo possui propriedades, mas está endividado: ele tem posição, mas à custa dos pescadores. Ele os censura por sua preguiça, mas é também um ocioso. O tamanho de seu negócio não exige sua presença na fazenda mais do que um dia por semana (exceto durante a colheita), de modo que a maior parte do tempo ele passa à toa no povoado. (Forman 1970: 27-28).

Este é, então, um dos preços da mobilidade social. A relação patrão-dependente abre o caminho para certos indivíduos, que depois se vêem lutando contra o teto que limita as possibilidades de sua realização. Ou eles se acomodam à tormenta do mundo que fizeram para si próprios, ou então eles lutam abertamente para conquistar o mundo fora do seu alcance. Em todo caso, o simples aparecimento de tais personagens promete apressar o curso da mudança social.

4. A Natureza da Integração 2: As Dimensões Econômicas da Crise Agrária e as Panaceias do Desenvolvimento

Os estudiosos de sociedades camponesas reconhecem a importância da economia de mercado para a compreensão dos processos decisórios dentro da unidade familiar, e para a compreensão da natureza da articulação entre o setor camponês e a sociedade nacional.[1] Neste capítulo, pretendo escrever o comportamento do mercado no Nordeste brasileiro e relacioná-lo às mudanças na economia agrícola, de um modo geral. O objetivo final é compreender de que modo os camponeses se integram na economia nacional tanto na qualidade de produtores de gêneros quanto na de consumidores de bens manufaturados. Ao me concentrar na análise do sistema de comercialização interna de gêneros alimentícios no Nordeste brasileiro, espero mostrar o paradoxo existente entre o papel fundamental que o camponês desempenha na economia nacional e a fragilidade de sua posição no esquema do desenvolvimento nacional. No final do capítulo, discutirei alguns dos planos de desenvolvimento do Governo oferecidos como panaceias a um campesinato irrequieto.

A integração do camponês brasileiro na economia nacional ao decorrer do tempo tem sido uma função do setor de mercado. A operação de complexos sistemas internos e externos de comercialização afeta a demanda do seu trabalho, as suas decisões de produção e os seus padrões de

[1] Existe atualmente uma grande variedade de pesquisas e de trabalhos feitos por antropólogos sobre os mercados camponeses e sobre os sistemas de mercado tradicionais. Os trabalhos de Tax (1953), Mintz (1955, 1957, 1959, 1960a, I960b, 1961), Katzin (1959, 1960), Bohannan e Dalton (1965), Dewey (1962), Belshaw (1965), Nash (1966), Skinner (1964), Wolf (1966) e Ortiz (1967) todos trataram das instituições de mercado. Os economistas conhecem bem o papel do mercado, especialmente nos sistemas econômicos ocidentais. Estranhamente, eles negligenciam a importância do mercado nas economias camponesas. Com poucas exceções, os economistas têm estudado o campesinato puramente em relação ao seu papel em economias agregadas. Só recentemente começaram a fazer perguntas vitais à própria economia camponesa (Georgescu-Rogan 1960, Dandekar 1962, Schultz 1964, Mellor 1966, entre outros). A recente tradução da *Teoria da Economia Camponesa* de A.V. Chayanov (1967) enriqueceu significativamente a literatura neste campo, embora ele não tenha examinado a natureza dos efeitos conhecidos como “feedback” do mercado sobre a agricultura camponesa.

consumo.[2] A participação do camponês nestes sistemas de comercialização não é recente, como demonstramos nos capítulos precedentes, mas aumentou de maneira marcante e decisiva nas últimas décadas, especialmente no que se refere ao movimento de gêneros alimentícios no mercado doméstico. O camponês brasileiro não é um "zero econômico", que pouco compra e pouco vende (Oberg 1965:1418), mas, pelo contrário, uma parte integrante das redes nacionais da produção, distribuição e consumo de alimentos. Ele está profundamente envolvido nos sistemas de comercialização regionais e nacionais e reage às mudanças nesses sistemas.

De fato, pode-se dizer que a sociedade camponesa no Brasil é um elemento do mecanismo de mercado interno, e que a transformação do "camponês", como categoria, em "fazendeiro moderno", cujo cálculo está voltado para o reinvestimento de capital com vistas a uma maximização de lucros e não simplesmente para o consumo familiar, será indubitavelmente uma consequência das mudanças no mecanismo de mercado interno. Obviamente estas mudanças não têm necessariamente resultados positivos para os indivíduos de carne e osso que compõem tais categorias. De fato, o desenvolvimento no setor de comercialização interno é frequentemente acompanhado pela exclusão de camponeses e de intermediários locais das áreas da economia rural em crescente comercialização.

O camponês do Nordeste, como ocorre na maior parte do campo brasileiro, opera dentro de uma sociedade capitalista onde há um mercado de terra, trabalho e produto. O camponês é muito valorizado enquanto é produtor de mercadorias e trabalhador numa sociedade de estrutura agrária que cultiva lavouras de exportação, especialmente açúcar, em propriedades de larga escala. Ao lado dos empreendimentos comerciais voltados para a exportação, existem as fazendas de criação de gado e inúmeras pequenas propriedades, sendo que os produtores de pequena escala suprem de alimentos e de mão-de-obra o setor dominante da economia, ou seja, justamente o setor orientado para a exportação. Com uma tão sumária descrição, poder-se-ia pensar que pouca coisa mudou desde o período

[2] Ao longo deste trabalho, a praça do mercado refere-se ao local físico onde se realiza a troca periódica de bens e de serviços nas áreas rurais. Uma cadeia de mercados se refere a um número de tais lugares que se interligam através do movimento de mercadorias e pessoas. O sistema de comercialização se refere ao movimento, regional ou nacional, de mercadorias entre os centros rurais e urbanos.

colonial; no entanto, em nosso trabalho de campo no Nordeste contemporâneo, deparamo-nos com uma economia em transição, na qual um sistema de comercialização interna altamente racionalizada afeta sensivelmente a produção, resultando num suprimento insuficiente de alimentos aos crescentes centros urbanos e num descontentamento espalhado no campo.

O Nordeste brasileiro é bem conhecido por seus problemas econômicos e sociais.[3] Esta área de aproximadamente 2.072.000 km^2 e 25 milhões de habitantes pode ser dividida, grosso modo, em três zonas ecológicas principais. Nos vales úmidos ao longo da costa o açúcar é cultivado e parcialmente processado, destinando-se à exportação no mercado internacional e ao suprimento do grande mercado do sul do Brasil. As terras baixas do litoral, ou Zona da Mata, estão subdivididas em grandes lavouras de cana-de-açúcar, onde se verifica o problema de proletarização do trabalho rural (Hutchinson 1957). No entanto, esta área também é pontilhada de arrendatários e de pequenos proprietários, alguns produzindo cana-de-açúcar para o suprimento dos engenhos, mas a grande maioria vendendo colheitas de gêneros alimentícios variados, cultivados nas terras marginais que não servem para a produção de cana-de-açúcar.

Mais para o oeste e ao longo das estradas de barro que atravessam o Nordeste brasileiro desde o litoral até o sertão, encontra-se uma zona de transição, o agreste, que é área de cultivo misto de lavouras de alimentos, frutas e tabaco. A produção é vendida localmente e exportada para outras regiões do país. O agreste é composto sobretudo de minifúndios. Como nas zonas costeiras, essas unidades camponesas estão organizadas numa variedade de sistemas de propriedade, tais como: pequena propriedade, arrendamento, parceria e posse. Sua exploração se faz através da paleotecnologia e técnicas de pousios longos.

O sertão é provavelmente uma das áreas mais conhecidas no Brasil, popularizada através do romance de Euclides da Cunha — *Os Sertões* — e que teve voltada para si a atenção do mundo através de relatórios sobre os

[3] Para um tratamento interessante, ainda que controvertido, da maneira pela qual o próprio "subdesenvolvimento" do Nordeste brasileiro está ligado ao "desenvolvimento" do Sul do Brasil, ver A.G. Frank em "The Myth of Feudalism in Brazilian Agriculture", in *Capitalism and Underdevelopment in Latin America* (New York: Monthly Review Press, 1967), p. 331-77.

excessos políticos e religiosos de seus camponeses famintos. É primordialmente uma área de criação de gado. As grandes fazendas de criação de gado são operadas por vaqueiros que, até recentemente, recebiam como pagamento um quarto do rebanho, mas que atualmente são trabalhadores assalariados. Enquanto o sistema anterior possibilitava ao vaqueiro possuir um pequeno rancho, o sistema atual também leva à proletarização. Alguns pequenos proprietários produzem alimentos para venda no mercado interno, nos povoados à beira dos inúmeros açudes construídos para contrabalançar os efeitos devastadores das secas periódicas.

Em meados de 1967 a antropóloga Joyce Riegelhaupt e eu fizemos uma extensa pesquisa sobre o papel do camponês na produção e na distribuição dos alimentos básicos — milho, feijão, arroz, e farinha de mandioca — no Estado de Alagoas, um microcosmo da região e, talvez, o mais subdesenvolvido dos tradicionais estados produtores de açúcar do Nordeste.[4] Começamos a nossa pesquisa em duas feiras do município de Guaiamu, área composta de enormes lavouras canavieiras e uma zona policultora de pequenos proprietários. Nossa pesquisa logo indicou que para a compreensão do sistema de comercialização regional seria necessário um estudo simultâneo de diversas feiras em níveis diferentes de integração socioeconômica. E assim estendemos nossa pesquisa ao agreste e ao sertão, em trabalho de campo que abrangeu cerca de dez mercados numa área que envolveu três Estados.[5] Além disso, visitamos inúmeras propriedades agrícolas e coletamos dados sobre as dimensões da participação no processo de comercialização. Não encontramos agricultor que não participasse, em alguma medida, do mercado como produtor de bens.

Através do acompanhamento do movimento de mercadorias e de pessoas, tornou-se claro que não estávamos lidando com uma sociedade agrária à qual pudéssemos aplicar o modelo tradicional de comercialização. Os gêneros de primeira necessidade não se movem obrigatoriamente através

---

[4] A primeira metade deste capítulo, de coautoria com o Professor Riegelhaupt, aparece com poucas modificações no *Jornal of Comparative Studies in Society and History* (2): 188-212.
[5] Certas mercadorias produzidas no município de Guaiamu, tais como cestos de palha, se estendem além deste raio de mercado e são vendidas em centros urbanos como Rio de Janeiro, Salvador, etc. (Forman 1966). A cana-de-açúcar, naturalmente, se desloca para o mercado internacional. No entanto, seguimos somente o movimento de alimentos básicos no sistema de mercado interno.

de uma hierarquia de feiras. Havia níveis, claramente distintos, de atividade de mercado, cada qual com suas funções correspondentes. Entretanto estas feiras em si mesmas não constituíam o sistema de comercialização interna da região.

Nas páginas seguintes vou examinar a natureza da relação entre os sistemas de comercialização e de produção no que se refere aos gêneros de primeira necessidade, para isso procedendo à construção de uma tipologia de feiras e relacionando-as aos padrões de comercialização em geral. Isto é, ao me concentrar na sociologia do sistema de comercialização – e não puramente na etnografia da feira – espero poder esclarecer o papel do camponês numa economia dinâmica, de âmbito nacional. Além disso, a análise do mercado camponês dentro do sistema de comercialização, sistema este racionalizador, levanta problemas subsidiários que também discutirei. Entre eles a importância funcional dos intermediários nos níveis diferentes do sistema de comercialização; a natureza do suprimento de alimentos às áreas rurais e urbanas; os efeitos das demandas do consumidor; e a natureza da competição das variadas lavouras comerciais por terra e trabalho. Através da descrição do sistema de comercialização regional, tornam-se mais claros tanto o papel do campesinato na agricultura brasileira quanto as tendências prováveis na posse e no uso da terra. O conhecimento pormenorizado das relações entre os produtores camponeses, os intermediários e os consumidores e de suas interações no sistema de comercialização, possibilita uma compreensão do sistema de estratificação nesta sociedade agrária tradicional e salienta as implicações socioestruturais, bem como as econômicas e as ecológicas, para o futuro desenvolvimento agrícola do Nordeste do Brasil.

O início do sistema de comercialização no Nordeste do Brasil caracterizou-se pela presença das feiras, que supriam de alimentos as populações das lavouras em expansão e as crescentes cidades costeiras. A literatura dos viajantes está repleta de descrições dos movimentos dos produtos através dos intermediários mercantis (Almeida Prado, 1941:442-43; Koster 1816:79, 82, 214 passim; Gardner 1849:97-98). Embora a maior parte dela se refira ao início do século XIX, acredito que pesquisas futuras comprovem a existência, anterior àquele período, de uma rede de feiras rurais, no Brasil. Já sabemos da existência de armazéns em áreas urbanas no período colonial e presumimos que as dificuldades de transporte e de

comunicações entre as cidades do litoral e os fornecedores espalhados pelo interior tenham criado a necessidade de uma multiplicidade de feiras locais.

A história do município de Guaiamu, relatada no capítulo dois com o objetivo de exemplificar a emergência de um campesinato no Nordeste brasileiro, nos oferece dados mais específicos sobre o desenvolvimento da rede de feiras naquela região em particular. Nos séculos XVI e XVII, o município fornecia alimentos e outras mercadorias produzidas localmente, tais como gado, sal e objetos artesanais de palha, às “plantations” de açúcar e à capital provincial de Pernambuco. No início do século XVII, uma “rodovia agrícola” tinha sido construída ao longo da costa, ligando os ricos e férteis vales entre Olinda e o Rio São Francisco. Os produtos eram comprados e vendidos por inúmeros intermediários em diversas feiras livres, que ainda hoje existem nas sedes municipais, e que se desenvolveram ao longo da “rodovia agrícola” como locais da atividade comercial e política.

Os canaviais da província, que se expandiam rapidamente, começaram a espalhar-se para o sul, ocupando no final do século XVII os vales úmidos de Alagoas. A cana-de-açúcar foi plantada pela primeira vez no vale de Guaiamu no século XVIII, e rapidamente tomou conta das terras da região. Embora os decretos portugueses procurassem proteger as vastas reservas florestais a fim de que as reservas de madeira de lei pudessem ser inteiramente utilizadas na construção de navios para a expansão imperial, o açúcar logo começou a se impor nas pequenas propriedades camponesas que se limitavam às terras mais elevadas em volta do vale. Os camponeses deixaram então de cultivar mandioca e outros gêneros alimentícios para plantar cana-de-açúcar suprindo os diversos engenhos que acabaram dominando o vale no curso do século XIX. Em 1927 construiu-se uma usina central no município de Guaiamu, e em 1939 a sua propriedade foi transferida para uma corporação. Os novos proprietários continuaram a concentrar as propriedades da usina na municipalidade, uma tendência que se havia iniciado no século anterior.

Entre 1959 e 1965 estabilizou-se em torno de 15.000 hectares e proporção de terras municipais ligadas à usina, consolidando canaviais

previamente independentes e não contíguos.[6] Uma concentração maior foi limitada pela existência de salinas e de banhados ao leste; pelos ranchos de gado dos próprios proprietários da usina a oeste; pela existência de quotas que limitavam a produção, e pela preferência, por parte dos proprietários, em facilitar através de empréstimo a compra de terra a alguns fornecedores “independentes” que, deste modo, ficavam amarrados ao proprietário pelas relações de dívida. Durante o mesmo período, o número de assalariados que trabalhavam na usina aumentou de 125, o máximo até então em época de colheita, para mais de 300, e o número de ajudantes a serviço da usina aumentou para mais de 800. Data desta época o estabelecimento da *feira de usina*.

A competição entre as principais lavouras pelas terras e mão-de-obra constitui uma variável importante no crescimento dos mercados rurais. Assim sendo, quando o açúcar tornou-se o “rei” no vale do Guaiamu durante o primeiro quarto deste século, houve uma diminuição na quantidade de terras disponíveis para o cultivo de alimentos. A expansão e o crescimento da economia açucareira em Guaiamu afetou profundamente a produção de alimentos, e o município não demorou a mudar sua situação de celeiro do interior para a condição de importador de alimentos (Andrade, 1959:81-82), situação que perdura até hoje. Até recentemente os proprietários absenteístas alugavam as terras do município a camponeses que mantinham controle efetivo de suas roças por um longo período de tempo. Hoje, no entanto, o arrendamento é geralmente de curta duração. Como já foi descrito antes, os acordos de arrendamento refletem as necessidades de produção de fazendas economicamente ativas, que são, elas próprias, obrigadas a aumentar a sua produção de cana-de-açúcar para a usina central. Um camponês pode preparar a terra e reter os direitos sobre ela por apenas um ano, quando ela reverte novamente ao proprietário, que

---

[6] Estatísticas distorcidas são obviamente muito funcionais em sociedades agrárias tradicionais que não levam a sério a ideia de reforma agrária. Segundo a última pesquisa cadastral ordenada pelo Presidente da República em 1967 como parte de sua reforma agrária global, o município de Guaiamu tem um total de 850 estabelecimentos rurais com uma área de 81.140 hectares. Destes, 593 são minifúndios, representando uma área de 10.839 hectares, ou aproximadamente treze por cento; 245 estabelecimentos são classificados como sendo latifúndios com uma área total de 62.216 hectares; doze propriedades com uma área de 8.084 hectares estão classificadas como empresas rurais (IBRA, 1967:42). Baseado nos dados do IBRA, não conseguimos explicar o paradeiro da usina de açúcar de 15.000 hectares.

ali geralmente planta cana-de-açúcar. Nestes casos, o camponês, mesmo quando é possível, não se dispõe a fazer investimentos de longo prazo na terra. Além disso, grandes porções de terra são utilizadas para o pastoreio, de gado, ou simplesmente são mantidas como reservas florestais, o que diminui ainda mais a terra disponível para a produção de alimentos no município.

Ao mesmo tempo em que o cultivo de alimentos parece estar abandonando o campo, a rápida urbanização e industrialização desta região dirige premente demanda ao setor rural por um crescente fornecimento de alimentos a custos mais baixos. Os anos entre 1940 e 1960 foram marcados por um tremendo crescimento urbano em todo o país. Dentro do próprio Estado de Alagoas a população de Maceió e suas cercanias aumentou de 90.523 em 1940 para 170.134 em 1960 (IBGE 1966:38). Esta disparidade, entre a diminuição das áreas disponíveis para produção de alimentos e o crescimento das populações urbanas e rurais que não os produzem, mas que deles necessitam é um dos principais dilemas com que se defrontam planejadores agrícolas no Nordeste.

Planejadores brasileiros frequentemente explicam o problema do abastecimento de alimentos em termos de condições inadequadas de produção e de comercialização. No entanto, a situação seria melhor descrita se fosse vista como um setor de produção arcaico enredado num setor de distribuição altamente comercializado. Isto não quer dizer que tenha acabado o sistema de comercialização tradicional do camponês. Ao contrário, deparamo-nos no Nordeste brasileiro com o fenômeno de um sistema crescente e viável de feiras camponesas que estão, a par com o próprio camponês que delas participa, caminhando para a certa extinção num mundo em contínua “modernização”. Antes de passar à discussão destas mudanças no sistema de comercialização, vou descrever a rede de feiras tradicionais.

A feira tradicional é um mercado periódico de vendedores itinerantes que se alojam em estruturas não-permanentes, as barracas, e que se reúnem num lugar determinado em um dado momento. A feira distribui essencialmente gêneros de primeira necessidade e serviços entre as pessoas do campo que dela participam, como vendedores ou como compradores. Também serve para distribuir bens de consumo acabados ou semiacabados em áreas onde a ausência de capital líquido torna impossível a manutenção

de grandes estoques. Em outras palavras, o papel da feira é movimentar mercadorias em áreas de economia carentes de dinheiro.

Gostaria agora de fazer a distinção entre a feira e outros estabelecimentos comerciais rurais, que também operam como distribuidores de mercadorias no campo brasileiro, mas que dela diferem, principalmente, quanto à forma, função e natureza da participação do camponês. A feira pode ser contrastada com:

1. O *mercado*, que é um escoadouro diário e permanente de bens e serviços. Um grande número de vendedores se reúne num lugar determinado a fim de suprir um grupo predominantemente urbano de consumidores. Em alguns centros urbanos maiores, o mercado permanente estabeleceu-se no local onde se realizavam anteriormente as feiras. Em alguns dias da semana, o mercado aumenta consideravelmente de tamanho com a adição de pequenas barracas nas ruas adjacentes. Em português, também se costuma chamar este mercado de *feira*, e os dias de mercado são os *dias de feira*.

2. Os *armazéns*, que são instalações de propriedade particular ou operadas pelo Estado, que servem para vendas ao atacado, e para a guarda de mercadorias, sobretudo de alimentos. Estas mercadorias acabam sendo em parte distribuídas pelas feiras.

3. A *mercearia*, que é um escoadouro de varejo permanente e de bens de capital fixo (isto é, material de construção, equipamentos e de estoque). As mercadorias geralmente se localizam em cidades ou nas sedes municipais maiores, onde exista um mercado consumidor estável.

4. A *venda*, que é um escoadouro rural e pequeno, a varejo. As *vendas* funcionam essencialmente na base do crédito, e frequentemente se abastecem nas feiras semanais. Uma variação da venda é a “loja da companhia”, que se localiza às vezes nas sedes das usinas ou nas vizinhanças das grandes propriedades.

Todos estes tipos de escoadouros de comercialização podem ser encontrados pelo Nordeste brasileiro e — com a exceção do *armazém* — dentro do município de Guaiamu.

A Feira

Existem três tipos de feiras no Nordeste brasileiro: a *feira local,* ou feira de consumo dos compradores rurais; a *feira de distribuição;* e a *feira de abastecimento,* ou feira de consumidores urbanos. Estes tipos existem simultaneamente, mas não há um fluxo permanente de mercadorias e de pessoas de uma para outra; e tampouco o sistema de comercialização interna do Nordeste brasileiro se limita a estas arenas de trocas.

A Feira Local

A *feira de consumo* é uma feira rural na qual mercadorias e serviços são distribuídos nas áreas de acesso difícil, entre as populações rurais com capital limitado. Cada feira é um mercado cíclico que se reúne uma vez por semana, sendo que o dia depende muito da atividade econômica da área que a feira abastece. Por exemplo, as feiras do litoral geralmente são aos sábados e aos domingos, para tirarem partido da sexta-feira, que é o dia de pagamento nos engenhos de açúcar. No sertão, as feiras de gado podem se realizar a qualquer dia da semana, alternando com as feiras de mercadorias básicas de maneira que durante a semana toda esta região terá uma ou outra feira. A *feira de consumo* caracteriza-se, historicamente, por uma multiplicidade de camponeses vendendo os seus produtos numa feira central. Hoje em dia a distribuição dentro das feiras é feita por comerciantes itinerantes, chamados *feirantes* ou *cambistas,* camponeses que vendem a varejo ou comerciantes locais que vendem alimentos, verduras e legumes, artigos perecíveis e produtos manufaturados. As pessoas vêm à feira tanto para vender quanto para comprar, sendo frequentemente difícil distinguir vendedores de compradores.

O município de Guaiamu tem três *feiras de consumo,* que satisfazem as necessidades de cerca de 4.540 citadinos e de 18.044 habitantes do campo. 1) A *feira livre* começa na madrugada de cada sábado, e realiza-se em logradouros públicos da sede municipal. Mais de uma centena de vendedores de gêneros de primeira necessidade, de carne e de miscelânea se colocam sob um abrigo permanente, cercado por, pelo menos, outros duzentos e cinquenta vendedores de artigos perecíveis e de produtos manufaturados, que dispõem as suas mercadorias em barracas ou mesmo no chão. Algumas mulheres vendem comida já preparada aos participantes. 2) A *feira de usina* localiza-se nos terrenos particulares na área habitada pelos trabalhadores do engenho. Esta feira atrai mais de 350 vendedores de

alimentos, de produtos manufaturados e de serviços. Os vendedores, que, na sua maioria não frequentam a feira livre de Guaiamu, começam a chegar à usina no sábado, no final da tarde. A feira termina no domingo às 8 horas da manhã. 3) Uma terceira feira, um pouco menor do que as outras duas, abastece uma colônia agrícola próxima nas tardes de sábado.

Enquanto a forma e função da feira-livre e da feira de usina são essencialmente iguais, há aspectos que distinguem uma da outra. O fato de que a maioria dos residentes das terras da usina de açúcar são trabalhadores assalariados estimula um estoque maior de produtos manufaturados e, consequentemente, um nível mais alto de capitalização na feira de usina. Na medida em que os proprietários das usinas fornecem roças de meio hectare para os trabalhadores para que pratiquem agricultura de subsistência, vendem-se ali quantidades menores de bens perecíveis. De modo geral, as mulheres se ocupam da venda de frutas e legumes, e os homens negociam com as mercadorias secas, a granel, os gêneros alimentícios básicos e os produtos manufaturados. Consequentemente, encontramos uma quantidade maior de homens vendendo na feira de usina do que na feira-livre. Em geral, a feira de usina assume uma atmosfera bem comercializada, comparável à de um bazar, que não é característica da feira-livre, mais pobre e mais lenta em ritmo.

Há um grau maior de confraternização social na feira-livre do que na feira de usina. Na sede do município, compradores e vendedores se reúnem numa atmosfera festiva para o seu encontro matutino semanal, frequentemente depois de ter caminhado duas ou três horas na escuridão da madrugada. É no mercado que os camponeses trocam ideias e definem a sua posição no mundo, isento das influências restritivas do ambiente local. Apesar da rápida propagação do rádio transistor nos últimos dez anos, a feira ainda é o lugar onde o camponês escuta o contador de histórias narrar aventuras de heróis e comentar os fatos dignos de nota. E também na feira que ele é posto em contato com os atrativos materiais da Igreja Católica, sendo estimulado a trocar seus amuletos de pedras e de conchas por correntes de ouro e santos de gesso.

Os trabalhadores da usina são transportados dos canaviais em reboques puxados pelos tratores da companhia para o local da feira, para que possam fazer suas compras. As usinas não parecem dominar economicamente as feiras, mesmo quando a sua fama é prejudicada pela

imagem da loja da companhia. Ao contrário, os proprietários de usinas preferem ter uma feira operando em seus domínios, onde o comportamento pode ser observado e a certeza estabelecida de que a totalidade de trabalhadores estará disponível para o trabalho na segunda-feira.

Há três categorias de vendedores nestas feiras locais: 1) alguns camponeses que vendem na feira a varejo a sua própria produção, gastando imediatamente o dinheiro que recebem em compras de suas necessidades de consumo; 2) um número crescente de camponeses que vendem, com a sua produção, produtos comprados de outros, em transações que parecem atender às suas necessidades domésticas de consumo; e 3) um grande número de intermediários que revendem produtos comprados em outros lugares. A segunda categoria representa um número crescente de camponeses que entra na feira como intermediário, com objetivo de complementar suas rendas monetárias num universo rural cada vez mais comercializado.

As feiras são arrumadas de uma maneira ordenada, com áreas específicas destinadas aos vendedores que se especializam em bens primários ou acabados. Um homem lida ou com produtos "secos" ou com "molhados", mas não transaciona com ambos. Na medida em que os bens manufaturados (têxteis, artigos de couro, equipamentos e utensílios, etc.) requerem um desembolso maior de dinheiro, os comerciantes destes itens raramente provêm do campesinato, cujo "lugar" no sistema comercial é assim reafirmado. Os homens geralmente se especializam em produtos a granel ou já beneficiados. Eles ocupam as áreas principais do terreno da feira, com os grandes sacos cheios de milho, feijão e arroz cuidadosamente arrumados dentro dos limites de um grande abrigo permanente.

Muitos daqueles que vêm vender em Guaiamu viajam longas distâncias em mulas ou em caminhões, atravessando várias zonas ecológicas e negociando seus produtos no caminho, naquelas áreas onde podem cobrar preços mais elevados devido a situações de escassez. Alguns voltam para as feiras do interior levando quantidades grandes de peixe salgado e de cocos, produtos de especialidade das zonas do litoral. Além disso, uma parte grande da área externa da praça do mercado é ocupada por barracas semipermanentes, nas quais os intermediários locais vendem produtos secos. Os açougueiros se localizam fora da área principal da feira, e são alvo do escrutínio cuidadoso dos cobradores de impostos locais, pois

são obrigados a pagar impostos mais altos. Enquanto algumas mulheres trabalham com os maridos nas barracas, a maioria das feirantes se ocupa de transações mais tênues e que envolvem menor capital, tais como a venda de verduras, frutas, peixe fresco e pequenas quantidades de peixe salgado. A dependência da mulher da venda de hortaliças para incrementar os ganhos pode ser comparada ao modelo existente no Haiti e descrito por Mintz (1959, 1960a, 1960b). No caso a falta de emprego alternativo obriga os trabalhadores marginais a fazer trabalho árduo em troca de remunerações insignificantes.

Virtualmente todas as vendas a varejo são em dinheiro. Os produtores camponeses são mal preparados para estabelecer preços e dependem, quanto a estes, de informações obtidas em contatos face-a-face na feira. Há um controle monopolístico sobre certos produtos a granel, tais como arroz e feijão, através da sua compra especulativa e do seu estocamento em grandes quantidades nos armazéns. Além disso, há certos produtos que são tabelados, com preços fixados localmente ou mesmo a nível nacional. Os preços da carne, por exemplo, são tabelados para a nação toda, enquanto que o preço do peixe é estabelecido localmente pelo prefeito ou pelo presidente da cooperativa de pescadores. Acontece frequentemente que as informações sobre os preços dos produtos tabelados pelo Governo são adaptados às necessidades dos cidadãos mais eminentes da comunidade local. Como exemplo, durante a nossa pesquisa em Guaiamu, uma nova lei entrou em vigor proibindo o registro pago para os vendedores e aumentando o teto do preço da carne, isto não foi comunicado aos intermediários pelas autoridades locais, pois teriam seus próprios padrões de renda e de consumo afetados pelas mudanças estipuladas.

Há pouca barganha nas feiras, sendo geralmente reduzida a competição entre os vendedores com respeito a preços. Há naturalmente, variações de preços dentro dos limites estabelecidos, e seu processo de fixação depende frequentemente da posição do vendedor em relação aos meios de produção. Assim, alguns vendedores podem vender com uma margem de lucro menor do que a de outros pelo fato de estarem vendendo mercadoria que eles próprios produziram. Por exemplo, uma negociante e um vendedor contratado vendiam, ambos, limões na base de cinco por Cr$ 100,00, enquanto que um homem à pouca distância vendia dez pelos mesmos cem cruzeiros porque, como ele próprio observou, "estava

vendendo os frutos de árvores de sua propriedade”. Outro feirante observou que ele preferia vender os seus próprios produtos porque seu “único desembolso de capital é o seu próprio trabalho”. No entanto, ele só tinha produtos próprios para vender dois meses no ano. Depois de vender sua própria colheita, ele era obrigado a obter a maior parte de suas mercadorias de um armazém.

Do mesmo modo, faz-se pouco pregão nas feiras. Geralmente os vendedores esperam que seus clientes apareçam e comprem os produtos. Um certo grau de visitas de cortesia acompanha estas transações. As pessoas idosas, enfermos ou parentes não obtêm preços especiais, muito embora os mendigos muitas vezes acabem ganhando uma pequena quantidade de produtos. As relações vendedor-comprador são frequentemente reforçadas através de considerável generosidade na medição e peso dos produtos. Não obstante, poucos compradores a varejo recebem crédito no momento da compra.

Há um certo sentido de competição na feira, mas não é nunca exagerado. Não entra na consideração dos feirantes a hipótese de levar um competidor à ruína financeira. Muitos vendedores compartilham a mesma balança com os vizinhos, ou vendem dos produtos do outro quando terminam de vender sua própria produção, e não recebem qualquer remuneração por esse serviço. Um vendedor da feira-livre queria expandir o seu negócio para a feira da usina, mas esperou até que um colega desistisse antes de tentar, simplesmente porque não queria “entrar em competição com seu amigo”.

Os gêneros alimentícios entram nas feiras de diversos modos. Uma parte dos produtos é cultivada pelos camponeses e levada à feira para venda direta, mas a maior parte é transacionada por intermediários que podem comprar a produção, visando à revenda, em fazendas ou de outros comerciantes nas feiras locais. No entanto, a maior fonte de suprimento hoje em dia são os armazéns do interior, onde as mercadorias são estocadas e vendidas por atacado. Qualquer que seja a procedência, toda a compra para revenda imediata nas feiras locais é feita a crédito, com o pagamento a ser feito logo que sejam completadas as transações em dinheiro na feira. O não-pagamento é raro, embora se conheçam alguns casos. A reação à falta de pagamento é pessoal. Um homem, por exemplo, disse que nunca mais daria mercadorias em consignação porque inúmeras pessoas tinham

vendido suas mercadorias e não tinham efetuado o pagamento a ele devido. Em outro caso, um vendedor de peixe que se endividou por causa de pesadas perdas que sofrera por ter feito compras excessivas foi readmitido prontamente por seus fornecedores regulares tão logo tornou-se solvente outra vez.

Não há nenhum acordo contratual obrigatório entre os compradores e vendedores nas transações por atacado. Estes acordos verbais podem ser feitos ou desfeitos a qualquer momento. A tenacidade de um relacionamento de compra por atacado se correlaciona diretamente com o grau de perecimento do produto. Assim sendo, a maior parte da compra de feijão é na base do primeiro-que-chegar ao local de produção, enquanto o peixe é transacionado numa relação semiobrigatória entre o pescador e o vendedor de peixe.

A maioria dos vendedores levam suas mercadorias até a feira no lombo de burros ou de caminhão. Outros, mais marginais, vêm a pé, frequentemente equilibrando suas mercadorias num tabuleiro no alto da cabeça. Os custos de transporte são contabilizados no estabelecimento do preço das mercadorias, para que se possa obter um lucro, mas não parece haver qualquer porcentagem de acréscimo fixa para tais despesas. Os vendedores geralmente se hospedam com os parentes, ou simplesmente dormem perto de suas barracas, debaixo de pesados encerados, e no estabelecimento de preços de suas mercadorias não entra qualquer cálculo dos custos de sua própria manutenção.

Outra característica da feira camponesa é a ausência de um inventário dos estoques. A rápida transferência de pequenas quantidades de mercadorias contra pagamento em dinheiro milita contra a acumulação e á concentração de capital, especialmente porque o custo mais alto de produtos manufaturados em relação aos produtos alimentícios drena o capital para cima e para fora das feiras locais. É difícil calcular os lucros, mas pode se dizer que os rendimentos na feira local são extremamente baixos, em parte devido às pequenas quantidades envolvidas, e em parte devido ao baixo poder aquisitivo do povo. É difícil, também, obter grandes lucros empresariais nos locais de troca entre camponeses, onde o produtor ainda pode agir como o seu próprio intermediário.

Além do mais, os controles burocráticos acarretam uma aguda diminuição dos ganhos. Há impostos locais, estaduais e federais, e o

vendedor tem de ter uma licença para poder operar na feira. O prefeito designa coletores de impostos que regulam o comportamento do mercado. As taxas de licença e os impostos têm de ser pagos adiantadamente na prefeitura. O aluguel do chão de feira, concedido de acordo com a mercadoria que ali vai se vender, é pago *in loco* à prefeitura. As taxas para obtenção de licenças não chegam a ser proibitivas, mas, somadas aos impostos, desencorajam muitas pessoas a entrarem no sistema bem como impedir que muitos camponeses negociem os seus próprios produtos. No município de Guaiamu os pescadores estão explicitamente proibidos pela prefeitura de venderem diretamente ao consumidor "para não ganhar duas vezes". Os impostos são altos, especialmente para os produtos que trazem a maior margem de lucro, tais como carne e itens manufaturados.

Embora este sistema graduado de tributação tenha suas vantagens para os muito pobres, ele também reduz a possibilidade de formação de capital nos níveis de empreendimento onde de outro modo, isto seria possível. A comercialização ao nível local padece claramente da taxação excessiva, como canta um repentista no seguinte verso extraído do "Lamento dos Brasileiros sobre Impostos e Taxas":

> O pobre negociante
>
> Que tem pouca transação...
>
> Paga imposto e paga renda
>
> E direito do chão.

De um modo global, as dificuldades de transporte e de comunicação são os responsáveis pela persistência da feira camponesa. A ausência de estradas de acesso às múltiplas pequenas propriedades no interior do Brasil fomenta a necessidade de intermediários camponeses. As mercadorias produzidas nas pequenas lavouras, ligadas aos povoados por trilhas tão estreitas que às vezes não são nem mesmo adequadas a carroças puxadas por animais, continuam a entrar nas feiras locais. Não obstante, como veremos adiante, as melhorias nas condições de transporte e de armazenamento permitem cada vez mais que as elites comerciais, agindo como atacadistas e varejistas, penetrem e dominem a vida econômica rural.

A Feira de Distribuição

Duas ou três feiras de consumo geralmente formam parte de uma rede de feiras. A rede completa inclui uma "feira de distribuição" onde os intermediários vão comprar suas mercadorias. A feira-livre e a feira de usina do município de Guaiamu formam uma rede de feiras deste tipo, sendo que a feira maior, a de distribuição, localiza-se na cidade de Arapiraca, distante umas quatro horas de jipe em estrada de chão batido. No entanto, uma rede de feiras só existe na medida em que são operadas por intermediários. As mesmas pessoas não precisam frequentar todas as feiras numa espécie de ciclo, e alguns comerciantes podem preferir alternar entre feiras diferentes.[7] Assim, enquanto todos os intermediários na área de Guaiamu têm de ir a Arapiraca nas segundas-feiras para fazer suas compras, bem como ir à feira da usina nos domingos, eles podem escolher entre diversas feiras-livres locais, todas realizadas aos sábados.

A rede de feiras é, portanto, uma questão de preferência individual e não um ciclo fixo de atividades comerciais. O indivíduo escolhe as feiras que vai frequentar dependendo da proximidade uma da outra e da sua residência, já que a grande maioria de vendedores nas feiras locais têm outra atividade nos demais dias, seja como agricultores que cultivam suas próprias terras ou como comerciantes nas mercearias e vendas locais.

As feiras de distribuição estão geralmente localizadas em cidades-centros do agreste. Estas feiras são os elos principais da rede de distribuição, na medida em que diversos produtos são para lá trazidos de variadas áreas ecológicas, e depois redistribuídos para venda em feiras camponesas rurais e em feiras urbanas de abastecimento. A principal característica distintiva das feiras de distribuição é a compra e venda de mercadorias em massa para a futura distribuição pelos atacadistas. Estes atacadistas estão dominando rapidamente o sistema de comercialização do Nordeste brasileiro.

De fato, encontramos duas esferas de atividade nas feiras de distribuição, uma reforçando o passado e outra representando o futuro. À

[7] Daniel Gross apresenta uma amostragem semelhante na frequência às feiras no interior do Estado da Bahia. "As sextas-feiras há caminhões indo para Coité, uma feira de distribuição, e que aos sábados vão a Valente e Santa Luz. Há uma feira aqui aos domingos mas a maioria das pessoas vem a pé ou a cavalo. Em Monte Santo, as pessoas poderiam ir à feira de distribuição em Euclides da Cunha aos sábados e então ir a Cansanção às segundas-feiras, a Pedra Vermelha às terças e a Monte Santo às sextas-feiras" (1968: comunicação pessoal).

primeira vista, deparamos com uma multiplicidade de intermediários camponeses numa vasta feira de consumo. Milhares de vendedores enchem as ruas da cidade, oferecendo uma estonteante exposição de alimentos arrumados nas barracas ou oferecidos em sacos apinhados no chão. Estes vendedores não só alimentam a população das cidades-centros onde se localizam as feiras de distribuição, como também levam de volta mercadorias para revenda entre populações rurais locais por demais espalhadas e sem poder aquisitivo para atrair um único *entrepreneur* de larga-escala.[8] Muitos dos gêneros alimentícios foram comprados, só na véspera, de atacadistas cujos armazéns se localizam atrás das feiras. É dentro desses armazéns que talvez se efetuem as atividades de comercialização mais importantes. Os varejistas urbanos, por exemplo, também dependem dos atacadistas das feiras de distribuição para obter o estoque de alimentos para a cidade, embora raramente eles se coloquem em evidência no dia da feira.

A Feira Urbana de Abastecimento

O terceiro tipo de feira, a *feira urbana de abastecimento,* se realiza em dias específicos da semana como parte de um grande mercado diário. Como um apêndice ao mercado permanente, esta feira é composta inteiramente de varejistas que servem às grandes populações urbanas.[9] Nos dias de feira, os alimentos enchem as ruas que contornam o local do mercado permanente. Muitos pequenos intermediários se juntam aos vendedores do mercado permanente na venda de uma grande variedade de produtos para a dona-de-casa urbana e sua empregada. Poucos são os camponeses que vendem a sua própria produção nestes centros urbanos, provavelmente porque as grandes cidades portuárias do Nordeste do Brasil estão cercadas por canaviais férteis onde qualquer pedaço disponível de terra é utilizado na produção de safras comerciais destinadas à exportação.

É precisamente em decorrência da função especializada de exportação das cidades costeiras brasileiras, e da concomitante escassez de

[8] Há mais do que gêneros alimentícios básicos vindo das feiras de distribuição para o campo. Uma proporção grande de produtos artesanais, tais como metais e produtos de couro, tem suas origens nestas cidades-mercados.

[9] No Estado de Alagoas há duas feiras de abastecimento servindo a capital, Maceió (150.000 habitantes) e a cidade de Penedo (32.000 habitantes).

alimentos produzidos localmente, que as cidades-centros e as suas feiras de distribuição se desenvolveram nas zonas agrícolas de transição, habitadas primordialmente por pequenos produtores camponeses. Estas “cidades secundárias” são de fato a espinha dorsal do Brasil. É delas que provém o suprimento de alimentos para as capitais do litoral, seja a granel, por atacadistas ou em pequenas quantidades, pelos intermediários. Também é através delas que os produtos de uma nação em vias de rápida industrialização se filtram de volta para os mercados locais.

O Sistema De Comercialização

Os mercados rurais do Nordeste do Brasil não constituem em si mesmos o sistema de comercialização interna daquela região. Na medida em que fazíamos o “circuito” das feiras e conversávamos com os camponeses e com os intermediários sobre o movimento da produção, ficou claro que não estávamos lidando com uma sociedade agrária na qual se poderia aplicar o modelo tradicional de um sistema de comercialização. Tal modelo postula uma hierarquia de feiras, através da qual os produtos se movem horizontalmente e verticalmente, chegando finalmente às concentrações urbanas através de uma contínua troca de mãos entre uma variedade de intermediários (Mellor, 1966:341; Chayanov, 1966:258; Dewey, 1962). Embora o preço da mercadoria suba a cada transação, e a margem de lucro aumente na transferência dos produtos de lugar a lugar, os ganhos do produtor inicial permanecem relativamente pequenos.

Os produtos e os vendedores no Nordeste do Brasil não se movem necessariamente através de uma hierarquia de mercados. Há níveis de atividade de mercado claramente diferenciados, mas os mercados não estão agrupados de um modo escalonado, onde os produtos se movem gradualmente dos níveis mais baixos para os níveis mais altos de integração do mercado, na medida em que se aproximam dos centros urbanos. De fato, estes mercados operam dentro do contexto de um sistema de comercialização racionalizador. Tradicionalmente, o produtor camponês entrava no sistema através da feira local, que era o ponto de partida no fluxo ascendente de produtos primários. Com o aumento da demanda urbana por alimentos, e com a abertura de novas redes de transporte e de comunicações, a função da feira foi alterada. Atualmente, os gêneros alimentícios começam a seguir o mesmo rumo das colheitas comerciais do

tipo exportação, seguindo um movimento de funil do produtor ao consumidor através de grandes armazéns. Os atacadistas vão às fazendas para comprar os produtos em massa. Deste modo, as colheitas passam ao largo da feira camponesa tradicional, que passa a servir, primordialmente para o movimento horizontal dos gêneros alimentícios, e como o ponto terminal no fluxo descendente dos bens manufaturados. Em outras palavras, a feira do camponês tornou-se mais um mercado de compradores do que um mercado de vendedores.

A etnografia, que acabamos de ver, dos diferentes tipos de feiras do Nordeste brasileiro ressalta a dicotomia entre a rede tradicional de feiras e o sistema de comercialização em expansão. Devido à crescente demanda urbana por mais alimentos a custo, mais baixos, o sistema de comercialização tende a eliminar a multiplicidade de intermediários e a reduzir, ao invés de aumentar, o número de *entrepreneurs* efetivos. Não obstante, dentro da rede interligada de feiras rurais, a proliferação de intermediários é um ajustamento social e ecológico necessário aos pequenos e dispersos centros de produção e de consumo, assim como à escassez de facilidades de transporte e de armazenamento. Este importante argumento para o qual Bauer chamou a atenção no caso da África Ocidental (1954), também é relevante no contexto brasileiro. O grande número de intermediários nas feiras brasileiras possibilita a maior expansão e distribuição dos produtos no nível local. Estes intermediários funcionam como distribuidores de pequenas quantidades de mercadorias entre os camponeses de poucos recursos: eles não competem com os grandes atacadistas. Os camponeses reconhecem a utilidade de um número maior de intermediários. Um indivíduo sozinho, com capital mínimo, não seria capaz de transacionar com grandes quantidades de mercadorias nem incorrer em risco substancial ou em perda. Os intermediários que negociam com produtos perecíveis, que exigem rápida movimentação são um bom exemplo desta prática.

A pergunta importante a ser feita não é por que tais intermediários persistem, mas sim qual é o seu significado sociológico numa situação econômica que só pode ser definida como extremamente marginal? Devemos notar que as oportunidades alternativas de emprego no Brasil rural são praticamente inexistentes. Ao mesmo tempo, as melhorias nos meios de transporte e de comunicação facilitam a vinda, para o interior, de

uma quantidade de bens manufaturados que rapidamente se transformam em necessidades para o consumidor. A aparição de bens manufaturados nas mais remotas feiras semanais provoca elevadas expectativas, as quais não são facilmente realizadas. O camponês e o trabalhador estão constantemente expostos a uma extensa variedade de mercadorias de consumo, desde peças de vestuário até as flores de plástico. Deste modo, muitos camponeses vêm-se forçados a entrar na feira, como o único meio de adquirir o dinheiro necessário para satisfazer novas necessidades de consumo de sua família. Eles já não voltam para suas lavouras quando terminam de vender sua produção; mas começam a comprar e a revender a produção de outras pessoas. Como bem explicou um camponês: “Ninguém quer trabalhar; todos querem ter um negócio!”.

Os ganhos mínimos aparentes não são um indício da inexistência de talento empreendedor a nível local. De fato, o intermediário camponês é um negociante bastante eficiente, sabendo tirar vantagens da situação da feira. Por exemplo, um homem vinha semanalmente à feira e vendia o conteúdo de um único saco de feijão que ele havia comprado numa feira de distribuição por Cr$ 25.000,00. Durante um período que abrangeu duas semanas, ele conseguiu vender o feijão por Cr$ 30.000,00, o que significa um aumento de 20 por cento, ou seja, Cr$ 5.000,00, o que equivale a 2,5 dias de trabalho assalariado. Quando lhe perguntaram sobre a eficiência de sua operação de pequena escala, o homem disse que não possuía nem capital para comprar nem clientes para quem pudesse vender em maiores quantidades. Ao mesmo tempo, demonstrou que apesar dos efeitos devastadores da inflação, dos impostos, e das taxas, seu dispêndio de dinheiro e de tempo eram válidos, pois lhe aportavam uma renda adicional, de que necessitava para poder satisfazer às urgentes demandas de consumo de sua grande família.

No entanto, não existe qualquer possibilidade de que tal intermediário venha a se tornar um *entrepreneur* eficiente em um sistema de comercialização racionalizado. Como já observamos, os obstáculos socioeconômicos na forma de imposição, muitas vezes arbitrária, de impostos e de taxas, na falta de acesso aos recursos estratégicos como informação, crédito, apadrinhamento ou vínculos de família, e de um público consumidor com poder aquisitivo limitado restringe a mobilidade vertical destes pequenos intermediários independentes.

Os vendedores em pequena escala não se juntam em esforços cooperativos visando a operar em economias de escala, como acontece com os *baliks.* em Java (Dewey, 1962:88-89 passim). A feira no Nordeste brasileiro é uma arena de comportamento individual, onde prevalecem outras formas de autoproteção. Assim sendo, os intermediários tentam diversificar o seu capital na forma de seu próprio trabalho. Um homem vende milho e feijão na feira e vende farinha de mandioca de sua casa. Ele também trabalha como motorista de caminhão, não como intermediário, mas transportador de madeira e arroz. Ele não age como intermediário destes produtos porque a certeza da renda proveniente do frete serve como um anteparo que lhe permite comprar especulativamente outros produtos primários. Há, no entanto, um caso conhecido de intermediários em Guaiamu que se incorporaram a uma cooperativa para vender peixe. Este esforço não foi bem sucedido porque, na ausência de facilidades adequadas de refrigeração e de transporte, a cooperativa não tinha meios de transportar uma quantidade grande de peixe fresco, num só carregamento, para o mercado consumidor urbano.

Os *entrepreneurs* que operam em regime de economia de escala aparecem num decréscimo proporcional ao número de intermediários que estão no circuito, cada vez menor, entre os produtores camponeses e o mercado consumidor. Eles provêm de uma classe rural comercial que está numa posição estratégica para controlar “o fluxo de bens de capital nas trocas entre os grupos” (Firth, 1963:22). Os múltiplos intermediários, que movimentam quantidades mínimas de mercadorias, sendo componentes altamente funcionais de uma rede de feiras camponesas, são substituídos pelos atacadistas que tem capacidade de movimentar a produção em massa. Poucos intermediários camponeses têm o capital necessário para manter amplos estoques de mercadorias armazenados por muitos meses, e para pagar, em dinheiro vivo, pelo produto na sua fonte. Na realidade, é justamente desses atacadistas que os próprios intermediários são forçados a comprar durante os períodos de entressafra ou quando é insuficiente a oferta de seu próprio produto.

Os atacadistas também canalizam os gêneros alimentícios do campo para a cidade. Esta tendência é clara. De 1954 a 1955 o número de armazéns atacadistas no Estado de Alagoas aumentou de 89 para 125, e, pela primeira vez, foram construídos dois frigoríficos (Anuário Estatístico,

1966:230). Com o estabelecimento destes armazéns, as colheitas começaram a passar ao largo do mercado camponês tradicional, reduzindo assim o número de transações no movimento de gêneros alimentícios em direção às cidades. Embora não tenha sido possível recolher dados estatísticos que fundamentem esta afirmação, em razão do tempo e dos recursos de que dispúnhamos, um estudo realizado pelo “Latin American Market Planning Center” da Universidade de Michigan, em conjunto com a Sudene, documenta amplamente esta tendência.[10] Num estudo comparativo de duas regiões produtoras de feijão que abastecem a mesma região urbana, eles descrevem os efeitos do sistema de comercialização em mudança:

> A estrutura do mercado está mudando lentamente na medida em que as pressões competitivas vão expulsando do comércio as firmas menores e menos eficientes. Isto parece estar acontecendo mais rapidamente na área de Irecê (Bahia) do que na área Al-Pe (Alagoas) (LAMP 1968, Capítulo 9-A, página 35). O canal da Al-Pe apresenta uma maior variedade de tipos de compradores que operam em segmentos menores de mercado e prestam serviços mais especializados. Em Irecê, por seu turno, há um número menor de compradores operando com maiores segmentos de mercado... Na área de Al-Pe ocorre uma média de 3.4 transações no movimento de grãos dos produtores para os grandes atacadistas urbanos. Já no caso dos grãos que saem da área de Irecê, a média é inferior a 3 transações. O canal de Irecê parece ter eliminado a razão de ser de muitos pequenos comerciantes como os que ainda sobrevivem no canal de Al-Pe. (p. 12-13).

Segundo o estudo realizado pela LAMP, este mesmo processo está ocorrendo no sistema de comercialização rural de arroz na região do Rio São Francisco, no Estado de Alagoas (1968, cap. 9-B).

Os preços para alimentos brutos ou processados são fixados por atacadistas, os quais estão em condições de armazenar grandes quantidades para períodos de oferta insuficiente. Eles retiram os produtos do mercado e controlam os preços, tanto durante a estação quanto fora dela.

---

[10] A Universidade do Estado de Michigan, em cooperação com a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), realizou uma pesquisa na zona de abastecimento de Recife, de 1966 a 1967. Mais de oitenta pessoas participaram deste grande esforço de pesquisa. Somos gratos ao professor Kelly Harrison, chefe de grupo, e ao Dr. Harold Riley, do “Latin American Market Planning Center”, pela sua cooperação.

Frequentemente os atacadistas fazem suas compras diretamente a camponeses e intermediários que eles interceptam no caminho para as feiras. Este tipo de compra, chamado *por atacado*, se faz por um preço mais baixo para o camponês mas, ao mesmo tempo, tem a vantagem de evitar os eventuais riscos em que ele poderia incorrer com a venda no mercado. Em vista das crescentes facilidades de transporte, os atacadistas atualmente podem ir diretamente as fontes para fazer compras à vista.

O camponês prefere vender a preços mais baixos para os atacadistas, recebendo em dinheiro vivo, a vender, a crédito, aos intermediários das feiras locais. A chegada dos atacadistas ao campo torna o camponês consciente das condições de mercado. Como observou um camponês: "São os grandes armazéns que estabelecem os preços!". Os intermediários das feiras locais também obtêm as suas informações sobre os preços a partir das atividades especulativas dos atacadistas. Por exemplo, um vendedor aumentou os seus preços quando soube que quatro caminhões estavam comprando feijão na estrada que levava à feira. Em um certo sentido, os atacadistas determinam tanto o preço de compra aos fornecedores quanto o preço de venda para os varejistas.

Um problema característico das sociedades camponesas é que elas são deficientes em matéria de comunicação. Quando linhas de comunicação existem, elas sempre são direcionais, vindo de cima, da elite da sociedade, até encontrar o camponês. Em caso de não existir uma relação patrão-dependente, este fluxo de comunicação se efetua através de ligações indiretas. Frequentemente estas ligações são os próprios intermediários no sistema de comercialização. Já que os atacadistas possuem facilidades de armazenamento e maior acesso à informação sobre o tamanho das colheitas e do suprimento das mercadorias, é claro que estão numa posição melhor do que o camponês ou o intermediário para tirar partido das oportunidades de compra e venda.

A penetração de atacadistas no campo tem efeitos profundos, muito além do mero estabelecimento de preços e do controle das mercadorias. Ela atinge o âmago do sistema de uso e posse da terra. Na medida em que crescem as demandas urbanas e em que são construídas estradas de acesso ao interior, os atacadistas vão expandindo suas operações comerciais. Os estudos do LAMP confirmam os resultados de nossa pesquisa no sentido de

que os atacadistas consideram vantajoso lidar diretamente com grandes produtores, em vez de fazerem inúmeras transações com pequenos camponeses (1968: caps. 9A-B). Com efeito, as safras de gêneros alimentícios se tornam safras comerciais e os produtores que dispõem de facilidades de transporte de grandes quantidades se veem colocados em uma posição econômica privilegiada.

Curiosamente, este processo de comercialização de gêneros alimentícios básicos reforça os acordos de parceria característicos da produção de colheitas para a exportação, no Brasil. Neste capítulo todo, analisei aqueles camponeses que têm o direito de vender, de maneira independente, a sua própria produção. Não me referi ao grande contingente de parceiros cuja produção fica amarrada a uma série de acordos contratuais. As vias utilizadas pelos parceiros para levarem suas mercadorias para comercialização já são bem conhecidas. Como descrevemos no capítulo três, ele é obrigado a entregar ao proprietário até mesmo a parte da colheita que lhe cabe no contrato e a preços predeterminados, frequentemente muito abaixo do preço de mercado do momento. Desta forma os grandes proprietários frequentemente absenteístas funcionam como agentes coletores centrais para os atacadistas. Os produtos reunidos desta maneira não entram no mercado local de maneira direta.

A relação entre o grande proprietário de terras e o atacadista fica fora do alcance deste livro. No entanto, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que, como acontece com a produção da safra comercial para exportação, os atacadistas concedem crédito em troca de direitos exclusivos de compra das colheitas de alimentos e, consequentemente, exercem uma influência importante sobre o setor de produção na economia rural.

Há uma maior concentração de capital nos níveis mais altos do sistema de comercialização, onde infraestruturas de transporte e de armazenamento, além da disponibilidade de dinheiro vivo são necessárias. Estes dados são indicativos de desenvolvimento no setor agrário (Belshaw 1965:82). Tal desenvolvimento está ocorrendo em virtude da demanda urbana pelos produtos agrícolas, demanda esta que tem estimulado um processo de racionalização do sistema de comercialização interna no Nordeste do Brasil. A consequente comercialização na agricultura tem consequências sérias para a produção e para a posse da terra. A unidade de

produção camponesa é viável e competitiva, enquanto a rede das feiras funcionar como instrumento de distribuição de quantidades mínimas de mercadorias. Ocorre, no entanto, que um sistema altamente atomizado de produtores camponeses e de intermediários é, em si, incapaz de atender às crescentes necessidades urbanas. As elites comerciais, atraídas para o sistema de comercialização pelos altos lucros obtidos pelos intermediários, mostram-se mais capazes de assegurar um fluxo estável e contínuo de alimentos na medida em que possam comprar por atacado diretamente nas fontes. As unidades produtoras maiores podem responder mais eficientemente a estas demandas desde que margens maiores de lucro tornem vantajoso o investimento de capital. Aparentemente uma tendência a consolidação de propriedades ocorre sempre que o sistema de comercialização começa a envolver um número menor de intermediários e taxas mais altas de capitalização.

Dada a estrutura da sociedade agrária brasileira, acredito que o influxo de capital em direção ao campo, através de procedimentos modernos de comercialização, resultará em ainda maior concentração da propriedade e, na crescente proletarização das massas rurais. Além de atrair as elites comerciais para o sistema de comercialização, os preços elevados de alimentos também contribuem para aumentar o valor da terra. O camponês fica, consequentemente, impossibilitado de adquirir novas terras ou de investir capital em melhorias nas terras que já possui. Apesar de o camponês ter sempre sido o principal produtor de gêneros alimentícios básicos, ele hoje está consciente de que o seu modo de produção não é o mais adequado para satisfazer a demanda atual. Ao contrário do que acontece aos grandes proprietários de terra, o camponês não tem acesso, ou tem acesso muito limitado, às fontes de crédito.[11] Num esquema de economia rural altamente competitiva, o governo deixa o camponês entregue aos seus próprios recursos.

Os dados sobre o Nordeste brasileiro indicam que há um ponto onde a capitalização no setor de distribuição da economia rural exige compromissos de capital equivalentes no setor de produção, levando à

[11] A natureza exata das relações de débito-crédito nas economias camponesas é uma das tarefas de pesquisa mais urgentes que enfrentam os antropólogos, na medida em que informações desta natureza são vitais para uma compreensão total da estratificação social rural em processo de mudança nas sociedades agrárias em transição.

exclusão ou à transformação do campesinato. Esta mudança não é necessariamente benéfica para a sociedade como um todo. A despeito da crescente comercialização na agricultura brasileira, a crise persiste no setor de suprimento de alimentos. Em parte isto se explica pela competição pela terra e pelos investimentos entre a lavoura de alimentos básicos e a produção para a exportação. Os beneficiários de um mercado de alimentos em expansão são os intermediários e não os produtores. Assim, propriedades recém-concentradas podem ser utilizadas para uma produção aumentada de safras de exportação, apoiadas por incentivos governamentais (CIDA 1966:106-7 passim). Em outros casos, a terra é comprada como garantia especulativa contra a inflação, e utilizada para a pecuária extensiva *(ibid.,* 24).

Embora os objetivos declarados do Governo brasileiro sejam os de promover o desenvolvimento de uma agricultura de "classe-média", ao agrupar pequenas propriedades em cooperativas e através da modernização e da democratização de propriedades grandes e médias (Cantanhade, 1967:8), a especulação de terras persiste bem como a concentração de propriedades em todo o Nordeste brasileiro. Na realidade, a comercialização da agricultura avança mais rapidamente do que os projetos do Governo: os camponeses estão sendo expulsos de suas terras e, consequentemente, "abandonando a agricultura de subsistência que fornece gêneros alimentícios às feiras..." *(Jornal do Commercio,* 13/ 8/ 67:13).

A partir deste conjunto de informações que descreve o sistema tradicional das feiras camponesas no Nordeste brasileiro e as mudanças que estão atualmente ocorrendo no setor de distribuição da economia rural, vou tentar apresentar, esquematicamente, uma série de estágios que demonstrarão os efeitos integrativos que um sistema de comercialização racionalizado teve sobre o campesinato brasileiro no decorrer do tempo. Devemos lembrar que estas formas de integração da comercialização camponesa no suprimento de alimentos básicos podem existir simultaneamente, mas, de fato, representam um *continuum* do desenvolvimento. Juntamente com Joyce Riegelhaupt, delineei cinco estágios no processo de racionalização do sistema de comercialização regional do Nordeste brasileiro (ver Quadro 6).

Estágio 1. O camponês vende a varejo na feira local produtos que ele próprio cultivou. Este é um estágio ideal, representando a competição quase

perfeita (Belshaw, 1965: 57,77), mas é improvável que tenha acontecido no Brasil. Na verdade, os antigos relatórios de viagens descrevem os atacadistas comprando as mercadorias a granel, assim como controles estritos sobre a comercialização de certos produtos.

Estágio 2. O fluxo ascendente e incipiente de mercadorias através de camponeses que vendem para os intermediários. Isto ocorre sobretudo na feira local, mas também nas feiras de distribuição. A maior parte das vendas feitas aos intermediários são a crédito, sendo que o produtor recebe imediatamente após a transação de revenda.

Até este ponto, ambos os estágios são tanto na produção quanto na distribuição, de caráter trabalho-intensivo.

Estágio 3. Os intermediários vão às fontes comprar em grandes quantidades e vendem para as feiras, ou, ocasionalmente, para os atacadistas. Também aqui, a transação inicial é geralmente feita a crédito, visando a revendas subsequentes. Neste estágio, o sistema econômico se baseia no uso intensivo de mão-de-obra na agricultura e na indústria, apesar de uma crescente capitalização na comercialização das mercadorias, principalmente dos itens manufaturados. O custo tanto do produto primário quanto do produto beneficiado é alto. O desenvolvimento da feira local é estimulado pela aparição de produtos manufaturados e por crescentes trocas horizontais.

O sistema de comercialização no município de Guaiamu e no Estado de Alagoas está agora numa fase de transição entre este estágio e o estágio seguinte.

Estágio 4. Os atacadistas começam a passar ao largo dos intermediários e vão diretamente ao produtor camponês. Na medida em que eles, atacadistas, pagam à vista, os produtores dispõem-se a vender na base do "primeiro-a-chegar primeiro-a-comprar", frequentemente a preços mais baixos. Este estágio é caracterizado pelo desenvolvimento da infraestrutura rural, embora ainda subsista uma falta de informação a nível local. Torna-se necessário um alto nível de capitalização no setor de distribuição. A esta altura, os atacadistas controlam os preços para todo o sistema. Este estágio tem muitas características que Chayanov descreve como um "sweatshop system" da agricultura, ou seja, um sistema no qual os trabalhadores são explorados ao máximo ganhando pouco e trabalhando muito. (1966: 257).

Entre os estágios 4 e 5 ocorre uma transição, na qual as demandas do mercado requerem adaptações por parte da estrutura agrária. Isto leva a várias alternativas possíveis.

Estágio 5. (a) A tendência predominante no Nordeste é que os atacadistas, operando em economias de escala altamente capitalizadas, queiram transacionar diretamente com os produtores em larga-escala, assegurando, deste modo, um suprimento contínuo a um ponto central de abastecimento. As compras realizam-se a crédito das fazendas de grande-escala, de propriedade privada. (b) Outra forma de suprir as áreas urbanas com quantidades de gêneros alimentícios cultivados em pequenas lavouras individuais é através das cooperativas. No entanto, estas são raras no Nordeste brasileiro. (c) Os camponeses se agrupam em cooperativas com a finalidade de produzir e de vender as mercadorias aos atacadistas. Várias "cooperativas" de caráter experimental, que fornecem assistência técnica e educacional aos seus membros, podem ser encontradas atualmente no Nordeste brasileiro.

É justamente esta "concentração vertical", de pequenas. fazendas através de cooperativas, que Chayanov supôs que daria aos camponeses russos condições para competir, de modo satisfatório, no mercado (1966: 266).[12] É importante assinalar que as cooperativas são viáveis somente neste nível. Acredito que as cooperativas devem ser vistas como uma concomitante deste estágio de desenvolvimento, em vez de um catalisador de desenvolvimento *per se*, ideia que vou desenvolver na próxima seção ao focalizar cooperativas em geral.

Acredito que o Nordeste brasileiro se encontre, atualmente, numa transição crítica entre os estágios 4 e 5, e é precisamente este estado de coisas que é responsável, em grande parte, pelas tensões na sociedade rural. Não quero com isto dizer que a racionalização do sistema de comercialização pressuponha um sistema especial de produção, nem vou especular sobre os benefícios comparativos das alternativas aparentes.[13] Eu

[12] Chayanov (1966:268-29) observou que mesmo em um sistema de cooperativas, as pressões do mercado têm um efeito sobre a forma que toma a cooperativa, podendo esta passar, eventualmente, da venda ao processamento, e, finalmente, a cooperativas de produção.

[13] Uma quarta alternativa para a consolidação das unidades de produção poderia ser o agrupamento de camponeses em fazendas coletivas com a distribuição dos gêneros

certamente não posso prever aqui o tipo de sistema de posse de terra que se desenvolverá numa dada nação. Tal previsão envolveria um complexo de considerações ecológicas, demográficas, sociais, estruturais, econômicas e políticas (Moore, 1966; Warriner, 1965). Afinal de contas, o desenvolvimento agrícola consiste de duas partes: o sistema de comercialização levará a uma reestruturação do sistema de produção quando este for incapaz de atender à demanda do consumidor. No caso brasileiro, esta reestruturação resultará na consolidação e na concentração de propriedades, no reinvestimento na produção de colheitas comerciais, como no caso da pecuária, no deslocamento de camponeses de suas terras, e na proletarização do trabalho rural.

alimentícios a cargo das agências estatais. Tal sistema torna-se capital intensivo através da mobilização de mão-de-obra; no entanto pode causar diminuição na produção. Atualmente não existe tal sistema operando no Nordeste brasileiro, e seu desenvolvimento parece improvável dada a ideologia política dominante.

Quadro 6. Estágios no Sistema de comercialização

Participantes	Tipos predominantes de mercados	Insumos de Comercialização	Insumos de produção
Estágio 1 pc-co	Feira local	Trabalho intensivo	Trabalho intensivo
Estágio 2 pc-int-co	Feira local e feira de distribuição	Trabalho intensivo	Trabalho intensivo
Estágio3. PC-int-A-co	Feira de distribuição com crescente aumento da feira local	Crescente capitalização através da venda por atacado	Trabalho intensivo
Estágio 4. PC-A-co	Feira de distribuição e feira de abastecimento	Crescente capitalização em todos os níveis de distribuição	Trabalho intensivo
Estágio 5 Alternativas:			
(a) P-A–co	Feira de abastecimento	Capital intensivo	Capital intensivo
(b) PC-Aint-co	Cooperativas de comercialização para abastecer áreas urbanas	Capital intensivo	Capital intensivo
(c) Ppc-A-co	Feira de abastecimento	Capital intensivo	Capital intensivo através da cooperação voluntária

pc: produtor camponês
co: consumidor
int: intermediário
A: atacadistas
P: produtores em grande escala

As Panaceias do Desenvolvimento

O Governo brasileiro vem tomando uma série de medidas – sempre aquém de uma reforma agrária verdadeira – com a finalidade de "aliviar" o problema do camponês.

A esta altura parece caber uma análise, em termos breves, de algumas das alternativas apresentadas aos camponeses que se veem expulsos do sistema agrário tradicional, em número cada vez mais crescente. Uma análise dos movimentos de protesto social e das políticas de confrontação que aquecem a história agrária brasileira ficará para os capítulos 5 e 6. Aqui o enfoque mais específico é das "panaceias" desenvolvimentistas que parecem estar no primeiro plano dos projetos do Governo *(Brasil — Plano Decenal...* 1967).

Não vou sugerir que as considero viáveis nem que a solução certa para a crise agrária brasileira não venha a ser essencialmente uma solução *política.* Na verdade, as propostas feitas nos mais altos escalões do Governo são respostas às pressões políticas que refletem, em cada aspecto, a prevalecente ideologia "desenvolvimentista" da classe dirigente brasileira.[14] Elas foram precipitadas mais pelo reconhecimento dos efeitos retardantes de um setor agrícola deficiente sobre o desenvolvimento nacional e pela necessidade de se assegurar um suprimento de gêneros alimentícios a um eleitorado urbano exigente, do que por qualquer preocupação verdadeira com as reivindicações desesperadas do campesinato.

A confiança na industrialização e na migração rural-urbana como solução "natural" para a crise agrária só serve para deslocar a tensão social do campo para a cidade, aumentando a crise no abastecimento de gêneros alimentícios. Os esquemas de colonização e de preocupação de áreas, de industrialização rural, e as várias tentativas para enfrentar o crescente descontentamento do trabalhador rural através de legislação *ad hoc* para contratos de trabalho e benefícios marginais constituem medidas paliativas e não representam um programa amplo para melhorar as condições, cada vez piores, das massas rurais. No melhor das hipóteses, essas tentativas representam esperanças vagas de um governo comprometido com a

[14] Para uma análise completa da política governamental estabelecida para fins do desenvolvimento, ver Ludwig (1969), Schuh (1970) e Weil (1971:391ff.).

inviolabilidade da propriedade privada e com a ideia do desenvolvimento a qualquer custo.

Ao deixar de enfrentar o problema fundamental de uma estrutura agrária injusta e, por outro lado, ao patrocinar a crescente comercialização da agricultura através de insumos no setor de comercialização, o Governo brasileiro só agrava um problema que já é extremamente sério. Ao encorajar o desenvolvimento da agricultura comercial em grandes propriedades ao mesmo tempo em que tenta estabilizar as pequenas propriedades existentes, através de um sistema de "cooperativas" com poucos recursos e poucas garantias, gera-se uma situação de conflito em potencial. Ao deslocar os excedentes de população, em grandes contingentes, para as fronteiras agrícolas não-desenvolvidas, que já constituem o *locus* de exagerada especulação imobiliária, recria-se o dilema fundamental da sociedade agrária brasileira.

Migrações Rurais-Urbanas

Os brasileiros sempre tiveram um alto grau de mobilidade geográfica. As migrações internas fazem parte de um vasto processo histórico através do qual uma força de trabalho maciça se deslocou livremente pelo país, das "plantations" de escravos e do sertão castigado pela seca, no Nordeste, até as minas de ouro de Minas Gerais no século XVIII, e até as lavouras de café do Rio de Janeiro e de São Paulo no século XIX, e, já no início do século XX, às lavouras de cacau no sul do Estado da Bahia. No entanto, as duas correntes atuais da migração têm o seu precursor mais imediato no vasto movimento de pessoas, nas décadas de 30 e de 40, que vieram do Nordeste para as lavouras cafeeiras de São Paulo e do Paraná e para o incipiente triângulo industrial formado pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (Diegues Júnior 1959a:111-12).

Estas correntes migratórias atuais são de diversos tipos. De um lado, há uma migração rural considerável de fazenda em fazenda, dentro e entre as diversas regiões geográficas. Uma parte da movimentação intra e inter-regional é sazonal e não difere muito da migração de mão-de-obra agrícola em outros lugares. No entanto, a maior parte desta movimentação representa uma reacomodação permanente de populações rurais ao longo de uma fronteira em grande desenvolvimento no sul do país, onde elas entram na economia cafeeira como colonos dependentes de propriedades em

contínua expansão. Cada uma destas diferentes tendências migratórias — rural-urbana temporária, rural-urbana permanente, sazonal, recolonização rural permanente e até mesmo o caso específico do êxodo das vítimas das secas do Nordeste — precisa de um estudo à parte para podermos isolar a totalidade de fatores que entram na decisão do camponês se vai emigrar ou permanecer na terra.

Por enquanto, vou me deter no fenômeno bem estudado da migração rural-urbana, pois não é raro que se afirme que a industrialização e o crescimento urbano poderiam constituir soluções "naturais" para o problema gerado pelo deslocamento de massas de camponeses e de trabalhadores rurais. Embora tenha sido um fenômeno histórico que sempre acompanhara a manumissão de escravos nos séculos XVII e XVIII, as migrações rurais-urbanas para as cidades litorâneas do Brasil vêm alcançando proporções consideráveis, estimadas aproximadamente em 6,3 milhões de pessoas entre 1950 e 1960, ou, a grosso modo, um sexto do total da população rural em 1960. O deslocamento dessas massas para as invasões e favelas nas principais cidades brasileiras teve um efeito tremendo sobre os padrões demográficos, e, enquanto o Brasil permanecia um país essencialmente rural até a década de 1960, o equilíbrio populacional pendeu para as cidades.

Na década de 1950, a população cresceu mais de 37 por cento. Ainda assim, a taxa de crescimento rural de 17 por cento ficava muito aquém do crescimento estimado — 70 por cento para alguns centros urbanos no mesmo período (CIDA 1966: 46-47). O Paraná foi o único Estado no qual o crescimento da população rural foi equilibrado face ao crescimento urbano, e até este fato é atribuído às migrações de trabalhadores rurais que vieram para trabalhar nas lavouras cafeeiras, em crescente expansão, ao longo da fronteira oeste do Estado. A altíssima taxa de crescimento de virtualmente todas as cidades brasileiras se explica pelas migrações rurais-urbanas e não por taxas naturais de crescimento. Por exemplo, a migração para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, de outras partes do Brasil, é responsável por mais de 68 por cento e de 60 por cento, respectivamente, dos aumentos populacionais naquelas cidades entre 1940 e 1950 (Smith 1963: 155). No entanto, embora as cidades brasileiras, quer industriais, comerciais ou administrativas, tenham tido essencialmente a mesma taxa de crescimento

(Schmitter 1971: 35), não é provável que a industrialização em si constitua uma explicação para o êxodo maciço das áreas rurais.

Enquanto muito dos migrantes para os Estados do sul do Brasil sejam provenientes do sofrido Nordeste, a maior fonte de mão-de-obra migratória vem da própria região desenvolvida do Centro-Sul.[15] Camargo argumenta que a industrialização no triângulo Rio de Janeiro-São Paulo-Belo-Horizonte estimulou a migração inter-regional, do Nordeste para as novas áreas rurais do Sul, ao drenar as populações rurais locais para a indústria e ao exigir a sua substituição. Ele considera que os salários industriais mais altos, se comparados com as oportunidades de remuneração na agricultura, constituem a maior atração para os migrantes que se deslocam para estas cidades (1960: 115).

Embora não haja dúvida de que a cidade grande represente uma esperança e uma promessa para o camponês, é óbvio que a tremenda mobilidade regional dos brasileiros do campo reflete a crise agrária geral que a nação enfrenta. Os mais importantes na constelação de fatores socioeconômicos que afetam as migrações rurais-urbanas são os contratos de trabalho altamente desfavoráveis e o deslocamento de camponeses em decorrência da concentração de terras (Souza Barros 1953: 36). No entanto, também é possível que os migrantes rurais-urbanos não se prenderiam nem por acordos de posse de terra mais vantajosos e por serem atraídos pelas oportunidades de emprego, de educação e de lazer nas cidades.

Os brasileiros do campo dão muito valor ao movimento ou ação que sabem que vão encontrar nas cidades costeiras. Além das limitadas oportunidades de ocupação, as cidades do interior e os povoados não oferecem condições satisfatórias de educação. Há muitos povoados rurais que não dispõem de escola, e há uma séria falta de bons professores onde as escolas existem. Os homens que conseguem aprender rudimentos de educação no Brasil rural geralmente acabam deixando o campo em busca de empregos mais seguros e mais bem remunerados, e aqueles que saem do campo para continuar seus estudos raramente retornam aos povoados, que acabam por considerar atrasados. As diversões, mesmo nas cidades maiores

[15] De acordo com o censo de 1940, quase 600.000 pessoas deslocavam-se de fazenda em fazenda e de aldeias para cidades nos Estados nordestinos, enquanto bem mais de 400.000 pessoas deixaram a região (Souza Barros 1953:29).

do interior, ficam limitadas às sessões de cinema, aos jogos de futebol aos domingos, ou a um baile ocasional no clube local. Muitas cidades e povoados do interior, por falta de energia elétrica, não podem sequer ter estas diversões, e frequentemente o lazer fica limitado a jogos folclóricos, serenatas e ao "footing" na praça principal. Há, portanto, um apelo compulsivo na promessa da cidade grande, que oferece maiores diversões além de trabalho e educação.

Os emigrantes são conhecidos em todo o Brasil pelo nome de *pau-de-arara*, que é uma descrição apropriada, conquanto desfavorável, dos passageiros que viajam pelas estradas empoeiradas e esburacadas, entulhados em caminhões abertos, onde permanecem em pé, segurando-se na balaustrada para manter o equilíbrio. A cada dia, muitos fazem a viagem, de ônibus ou de trem, ou mesmo a pé, às vezes puxando pelo cabresto uma mula carregada ou equilibrando na cabeça seus poucos objetos. Um número ainda maior de *retirantes*, como são chamadas as pessoas que fogem das secas periódicas do Nordeste, viajam em barcas a vapor que fazem a longa viagem de vinte dias descendo o Rio São Francisco, cortando o sertão baiano até Pirapora, em Minas Gerais, de onde saem os ônibus para São Paulo. Durante esta viagem, o retirante suporta condições terríveis de calor e de sequidão, dormindo no topo das mercadorias amontoadas no "deck" inferior, ou em redes, dependuradas umas em cima das outras. Ainda assim, as privações da viagem são minimizadas na esperança de um futuro já que nada ficou para trás.

O fluxo do tráfico para as cidades se realiza num ritmo inacreditável. O destino final é o Rio de Janeiro, São Paulo ou Brasília, onde as promessas de empregos na indústria, nas companhias de construção, ou como empregados domésticos, atraem, de todas as partes do país, homens e mulheres com pouco treinamento e baixa qualificação. Os migrantes também deixam o campo em direção às outras capitais estaduais e demais cidades que estão florescendo ao longo das novas estradas de rodagem. Inicialmente, a migração se processava de maneira gradual, com os indivíduos saindo dos povoados para as sedes municipais, de lá para as capitais estaduais e então para as grandes cidades do Centro-Sul. Atualmente, muitos migrantes vão diretamente para as áreas metropolitanas onde passam a morar com parentes, os quais, frequentemente, já arrumaram um emprego para eles.

A maioria dos migrantes viaja com as respectivas famílias e permanece, definitivamente, em seus pontos de destino. Uma vez expostos às aventuras e às promessas da cidade grande, poucos querem retornar aos lugares de origem. Somente 27 por cento dos migrantes que vieram para o Sul em 1952 retornaram ao Nordeste, e esta porcentagem é geralmente mais baixa (Diegues Júnior 1959a:119). É interessante observar que o maior número dentre os que retornaram veio de São Paulo, o que será talvez uma indicação de que as promessas deste centro industrial em rápida expansão nem sempre se materializam.

Aqueles que preferem ver a crise agrária brasileira como um fruto da superpopulação na terra, e não como um problema estrutural de acesso limitado às amplas reservas de terras, tem a esperança de que as migrações rurais-urbanas irão drenar o excesso de população das áreas rurais, suprindo com mão-de-obra as rodas de uma crescente economia industrial. Até os dias de hoje, no entanto, o rápido desenvolvimento das cidades brasileiras só fez aumentar as dificuldades específicas de desemprego, de habitação, crime, saúde pública, dos serviços públicos, e do problema de manutenção do abastecimento adequado de gêneros alimentícios e de outros produtos básicos para os setores urbanos e industriais da economia. A indústria mecanizada simplesmente não absorve o grande número de migrantes em sua força de trabalho (Schmitter 1971:27). Nos complexos industriais brasileiros a demanda também é dirigida a trabalhadores qualificados e a grande maioria dos migrantes rurais não é preparada para realizar tarefas que não sejam estritamente manuais ou domésticas. Mesmo que os salários sejam mais altos do que aqueles que costumavam ganhar no campo, os rendimentos ainda não são suficientes para acompanhar o custo de vida elevadíssimo das áreas urbanas.

As condições de vida nas cidades brasileiras são extremamente difíceis. Na sua demanda de habitação as classes alta e média criaram um "boom" na indústria da construção civil, acompanhado por excessiva especulação imobiliária e aluguéis extremamente altos, forçando os casais jovens e à baixa classe média, que dispõe de orçamentos limitados numa economia inflacionária, a viver em subúrbios distantes, de onde viajam longas horas por dia para chegar aos locais de trabalho. Os migrantes recém-chegados vivem em qualquer lugar ou, às vezes, não conseguem encontrar um lugar onde viver. As favelas e os alojamentos de posseiros

são, em vários aspectos, piores do que as acomodações que tinham nas áreas rurais. No Rio de Janeiro, a despeito das incansáveis tentativas do Governo no sentido de eliminá-las, as favelas penduram-se precariamente nos morros, com ligações clandestinas nos cabos elétricos e sem serviços adequados de água e de esgotos. Em São Paulo, eles se estabelecem nas áreas periféricas da cidade, onde é grave o problema do transporte urbano sendo difícil e onerosa a viagem diária para os parques industriais. Em Salvador, Recife, Manaus e Belém, eles se alojam em barracos construídos sobre os alagados, que às vezes são soterrados pelo constante lançamento de lixo. Eles cercam Brasília com barracos lamentáveis, contrastando violentamente com a arquitetura monumental daquela cidade futurística.[16] Em outros lugares, frequentemente os operários dormem no local da construção onde trabalham. Uma música de carnaval descreve a angustiosa situação dos chamados "capitães de areia" em Salvador: "Eu não tenho onde morar; é por isso que eu moro na areia!".

Assim, a industrialização e a migração rural-urbana não caminham necessariamente juntas, e oferecem uma alternativa problemática à crise agrária. Dentro de pouco tempo, e certamente com a passagem de uma geração, aquela sensação inicial de excitação e de mobilidade ascendente que o camponês experimentara em seu primeiro encontro com a cidade já acabou. A sensação de júbilo que acompanhou a aquisição de um rádio, de um relógio de pulso ou de qualquer outro bem que serve de *status* e indicador de vida boa, se transforma rapidamente na frustração econômica e social de um morador de favela. Ele não conseguiu obter o emprego que desejava, e a segurança de um lar camponês se dissolve bastante rápido na cidade onde cada indivíduo tem de aprender a lutar por ele próprio. Sua pobreza, suas maneiras e até o seu modo de vestir fazem com que, em breve, ele se sinta em descompasso com o movimento da cidade, e a famosa cachaça, o futebol e o samba são pequenos paliativos para o trabalhador urbano que já esteve exposto a uma vida melhor. Apesar dos subsídios do Governo federal à educação, as favelas e as habitações provisórias, assim como o povoado rural não têm escola adequada e a possibilidade de

[16] Para uma autobiografia da vida em uma favela em São Paulo, ver Maria Carolina de Jesus (1962). Os trabalhos de Epstein (1969), Pendrell (1969), Leeds (1970) e Brown (ms.) são contribuições significativas para o crescente conjunto de estudos antropológicos acerca do Brasil urbano.

educação secundária pouco significa quando o tempo é dinheiro que não pode ser gasto em escola.

Como observou Charles Wagley, a segunda geração de migrantes para as cidades provavelmente não será tão complacente em face das privações da cidade (1963:121). Não é de se admirar, portanto, que o enfoque das atenções revolucionárias tenha se deslocado para as cidades e que a principal preocupação do Governo, na década de 1970, veio a ser os movimentos insurgentes de base urbana. Alguns, pelo menos, atribuem a agitação nas cidades às migrações rurais-urbanas, e muitos gostariam que esse movimento migratório diminuísse ou parasse inteiramente (Smith 1963:156). O Governo começou uma tentativa no sentido de fixar as populações rurais na terra, através da industrialização rural, de esquemas de colonização ou de recolocação, ou — mais deliberadamente — pela organização de turmas de trabalho nas estradas ou nos açudes do Nordeste, como, aliás, foi feito com centenas de milhares de pessoas durante a seca de 1970-1971.

A Industrialização Rural

A industrialização rural ganha amplo apoio no Brasil como uma alternativa para o desenvolvimento do interior, para a estabilização das populações rurais e para a melhoria da qualidade da vida rural. Como uma panaceia de modernização do setor rural, a industrialização figura em primeiro plano nos projetos desenvolvimentistas para o Nordeste e recebe o estímulo da USAID e de uma quantidade de projetos de desenvolvimento patrocinados por universidades no Brasil. Seguindo o exemplo do Projeto Asimow, através do qual a Universidade da Califórnia tomou a si o desenvolvimento de uma série de pequenas indústrias caseiras no Estado do Ceará, diversas indústrias leves foram estabelecidas em todo o Nordeste nos anos 1960 pela RITA (Rural Industrial Technical Assistance), sob o patrocínio conjunto de governos estaduais brasileiros e de universidades americanas. Infelizmente, conquanto todos esses empreendimentos fossem considerados experimentais, até hoje houve pouca tentativa de acompanhá-los com pesquisas sociológicas ou antropológicas. Não obstante, parece-me bastante útil avaliar, da perspectiva das ciências sociais, os projetos que estão sendo implementados, bem como realizar estudos das muitas cidades-fábricas que já existem por todo o Brasil, como, aliás, Juarez Brandão

Lopes admiravelmente fez no seu livro (1976). Fábricas de têxteis, de enlatados de frutas, olarias, fábricas de cerâmica e vidro e outras afins, existiram em muitas comunidades rurais brasileiras neste século e no último, e o estudo cuidadoso destas cidades-fábricas forneceria, indubitavelmente, importantes dados sobre distribuição de renda, estratificação e mobilidade social, participação política, etc., nessas comunidades.

Está implícita na ideia da industrialização rural a noção de que um campesinato pré-industrial pode ser transformado em membro participante de uma sociedade em vias de industrialização. No entanto, a evidência de que dispomos parece indicar que, a despeito da crescente diferenciação social e da avaliação diferencial dos *status* ocupacionais na "strata" mais baixa destas cidades-fábricas, elas não são muito diferentes, em matéria de organização social, das tradicionais comunidades de estrutura agrária nas mesmas áreas. Do mesmo modo, a implantação de novas indústrias nas cidades rurais brasileiras não contribui necessariamente para um redistribuição significativa de renda nas áreas rurais. Ao contrário, serve sobretudo para fortalecer a posição privilegiada das elites comerciais que vão tirando proveito das novas oportunidades que se apresentam.

Mesmo quando surge um novo talento empreendedor, como no caso da economia baseada na produção de sisal no Nordeste, continuam predominando os padrões tradicionais de estratificação e poucos benefícios chegam a atingir o estrato mais baixo da sociedade rural (Gross 1970), como foi, aliás, analisado no capítulo anterior. Muito pelo contrário, o que ocorre com bastante frequência é a transformação do campesinato local num proletariado industrial rural empobrecido. Em um caso específico, os proprietários de uma usina têxtil em Penedo, às margens do Rio São Francisco, transformaram o seu enorme capital político em capital de investimento, quando conseguiram receber uma considerável assistência financeira e tecnológica da USAID para a compra e operação de nova maquinaria. O resultado final foi que despediram um grande número de empregados e ultrapassaram, de tal modo, a produção de uma usina têxtil rival, na outra margem do rio, que esta acabou encerrando suas atividades, trazendo como consequência um problema muito sério de desemprego na região.

Colonização e Recolonização

Os esquemas de colonização e de recolonização têm sido planejados no Brasil desde o período colonial, quando foram desenvolvidos com a finalidade de substituir o trabalho escravo nas lavouras pelo trabalho livre ou, então, para assegurar a produção de alimentos necessária para abastecer os centros urbanos em expansão. Os primeiros projetos de colonização envolveram a imigração planejada de europeus e de japoneses para as lavouras cafeeiras do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, ou para as colônias agrícolas de lavoura mista que se haviam estabelecido nos Estados sulistas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.[17] No entanto, em 1945, depois de muitas dificuldades com concentrações de colonizadores alemães, o regime de Vargas promulgou um decreto que regulava a colonização e estipulava que ao menos 30 por cento da terra de qualquer colônia tinha de ser cedida a brasileiros (Diegues Júnior 1959a:137). Em 1953, Vargas aprovou o Plano Nacional de Colonização, que mais tarde sofreu modificações para incluir inúmeros projetos de recolonização, pelo qual tornou-se possível deslocar, sob os auspícios de uma companhia privada, populações brasileiras nativas para áreas fronteiriças ou para grandes propriedades que haviam sido desapropriadas para esta finalidade nos Estados de Paraná, Alagoas, Guanabara e São Paulo. Na medida em que o Governo atual está desenvolvendo projetos com vistas à colonização e ao desenvolvimento do vale amazônico como uma solução para os atuais problemas agrários do Brasil, será útil examinar, mesmo rapidamente, alguns destes primeiros projetos de recolonização.

Projeto Maranhão

O chamado Projeto Maranhão, elaborado no princípio da década de 60, estabelecia como meta uma recolonização capaz de atingir 5.000 pessoas por ano, por um período de cinco anos, em terras devolutas, na região de Pindaré-Mirim, no Estado do Maranhão. Na realidade, o projeto de colonização seria executado por "jovens famílias" compreendidas por quatro membros, todos em idade ativa, que se comprometeriam

[17] Uma visão geral da história dos esquemas de colonização, públicos e privados, pode ser encontrada no trabalho de Diegues Junior (1959a:125ff). Ver também Smith (1963, cap. IX), Azevedo (1961) e outros.

inicialmente a trabalhar, em troca de um salário, na construção de estradas, poços artesianos, casas, e outros serviços julgados necessários, antes de se estabelecerem em glebas nas quais eles receberiam um "título" como arrendatários. Embora não se cogitasse a inclusão de crianças em idade escolar no projeto a fim de evitar, pelo menos por algum tempo, despesas e problemas logísticos de educação; o plano foi elaborado tendo a família como unidade básica social e econômica.

Um grupo de famílias seria agrupado em vilas circulares, com glebas individuais de terra, irradiando-se para fora da ponta aguda de um triângulo a partir de cada casa. Cada família receberia 50 hectares de terra, além de um financiamento inicial e de assistência técnica, e se comprometeria a plantar somente cinco hectares cada ano, e a fazer um esquema de rotação a cada oito anos. Nenhum assalariado seria utilizado, exceto alguns trabalhadores ocasionais no tempo da colheita, a fim de minimizar as desigualdades e consequentemente "manter o equilíbrio social da comunidade". Uma cooperativa se encarregaria de todas as operações de produção, manutenção e de comercialização. Uma vez a colônia estivesse bem estabelecida, pensar-se-ia em algumas indústrias locais. O custo para o período inicial de três anos foi estimado em 10.300 milhões de cruzeiros ou um pouco mais de 2 milhões de dólares americanos na época *(III Plano Diretor*, 1966-68:128fs.).

O Projeto Maranhão foi amplamente criticado no Brasil por várias razões. Para começar, a área escolhida era extremamente remota, longe dos mercados consumidores e desprovida de estradas para transportar a produção. Os planejadores da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) demonstraram uma lamentável falta de atenção para com as necessidades sociais, educacionais e sanitárias dos colonizadores. Ao concentrar o plano em apenas dois por cento da população das regiões menos povoadas do Nordeste, o agreste e o sertão, o projeto foi acusado de "pulverizar" recursos que, de outra maneira, poderiam ter sido aplicados de maneira mais geral aos problemas da região. Obviamente, o Projeto Maranhão não estava reconhecendo os problemas estruturais básicos da sociedade agrária brasileira. Com efeito, mesmo antes que o projeto de recolonização pudesse começar a se materializar, um contingente de aproximadamente 50.000 a 60.000 posseiros já havia tomado posse das terras da colônia. Os responsáveis pelo projeto revelaram que haviam

considerado este acontecimento como "uma bênção disfarçada" na medida em que isto resolvia o problema logístico e cortava os custos do transporte dos colonizadores até a região. Na realidade, o Projeto Maranhão terminou como operação de salvamento, tentando limitar o fluxo de posseiros para aquela área, na esperança de salvar uma das últimas reservas florestais do Nordeste.

Pindorama

A colônia de Pindorama, no Estado de Alagoas, foi fundada em 1956 pela Companhia de Progresso Rural, sob a direção de René Bertholet, um suíço que viera para o Brasil em 1949 para supervisionar a reimplantação de refugiados alemães na colônia agrícola de Guarapava, no Estado do Paraná. A experiência de Guarapava tinha sido uma iniciativa da "Caritas" e do Movimento Trabalhista Democrata Social Suíço e fora totalmente financiado pelo Governo suíço, ao qual Bertholet atribuía o sucesso da colônia. Os progressos realizados em Guarapava levaram o Governo brasileiro a convidar Bertholet a elaborar o Plano Nacional de Colonização de Vargas, em 1953, o qual ele revela ter elaborado sob o princípio de que "para evitar os problemas da burocracia, todos os projetos de colonização deveriam ser operados por companhias particulares" (entrevista pessoal, 1075/1967). Ele foi igualmente incumbido de fundar outra colônia de emigrantes no Sul do Brasil, mas declinou o convite pois acreditava que o Governo brasileiro devia concentrar sua atenção em seus camponeses do Nordeste, onde se tornava aguda a necessidade de experiências com reforma agrária. Juntamente com um colega da "Caritas", Bertholet fundou a Companhia de Progresso Rural e obteve a permissão governamental para iniciar dois programas de colonização interna, um em Pindorama e o outro no Estado de Minas Gerais.

Com um financiamento mínimo concedido por uma agência governamental brasileira, a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), e com a venda de alguns ágios, a colônia de Pindorama foi estabelecida em um extenso "planalto", coberto por florestas, que se estendia por 33.834 hectares ao longo de um vale úmido, em sua maior parte pertencente a uma família de usineiros e de chefes políticos locais. Embora as terras da parte mais baixa do vale estivessem inteiramente ocupadas com canaviais, Bertholet acreditou que, com fertilizantes e

irrigação, os tabuleiros poderiam produzir outras culturas. A colônia original compreendia 70 famílias de colonizadores e não tardou a incorrer em dificuldades financeiras. Em 1959, Bertholet demitiu-se da Companhia de Progresso Rural e mudou-se para Pindorama para tornar-se gerente residente da vacilante aventura cooperativista.

Em 1967, 520 famílias de colonizadores estavam estabelecidas, cada uma em uma gleba de 25 hectares, disseminadas em pequenas comunidades localizadas nos tabuleiros, onde cultivavam a fruta do maracujá como atividade principal. Outras 80 famílias viviam no povoado central de Pindorama, trabalhavam nas fábricas de frutas enlatadas, nos escritórios administrativos, nos postos de saúde e no grupo escolar, nas lojas de material elétrico e de máquinas, nas olarias e nas serrarias com 130 trabalhadores. Outras 100 a 150 famílias viviam na área à espera da concessão de glebas de terra, as quais Bertholet acreditava poder concretizar para, pelo menos, mais 600 famílias de colonizadores.

Todos os colonizadores de Pindorama vieram dos Estados nordestinos de Alagoas, Pernambuco e Sergipe. Os únicos pré-requisitos para a concessão de terras era que a família não possuísse casa, apresentasse uma certidão de nascimento e que fosse “bem familiarizada com a agricultura”. As famílias recebiam um empréstimo inicial para financiar a compra da terra, a construção de uma casa, temporária, com teto de palha, pau-a-pique e reboco, e a plantação de um pequeno pomar de maracujás e algumas lavouras de subsistência, como mandioca e milho, sendo que parte destas poderiam ser vendidas na feira local que funcionava em Pindorama. Depois de um período de experiência de dezoito meses, caso o colono mostrasse estar bem integrado na vida da colônia, poderia obter um outro empréstimo para a construção de casa permanente e a expansão de seus cultivos. Em contrapartida, o colono se comprometia a continuar o cultivo de uma certa quota de maracujá, que era processado para transformar-se em suco concentrado, numa das fábricas de processamento da colônia. A outra fábrica processava uma fruta chamada *rosela*, que pode ser transformada em geleia.

O crescimento da indústria de maracujá é impressionante. A área onde o fruto era cultivado passou de 50 hectares em 1959 para 620 hectares em 1962 (Correa 1963: 481). Em 1967, a colônia já estava produzindo 1.200 toneladas de frutas por ano e engarrafando mais de 25.000 caixas, que

eram vendidas, em todas as cidades grandes do Brasil, através do aparato de comercialização próprio da colônia. Além disso, cocos, rosela, arroz e mangas começaram a ser produzidos em quantidades suficientes para serem exportados. A colônia contava com um rebanho de mais de 200 cabeças de gado de raça. Os alimentos eram cultivados para o consumo doméstico e pequenas quantidades eram vendidas nas feiras locais, aos domingos. A ausência de um mercado local significativo para gêneros alimentícios evidentemente contribuiu para que a industrialização do maracujá e da rosela se constituísse no sustentáculo da colônia (Bernardes 1967: 75).

Pindorama pode ser considerada uma notável realização, em forte contraste com a extrema pobreza e miséria dos povoados vizinhos, mas ela só se mantém assim devido à contínua e maciça assistência que recebe de fora. Cada um de seus povoados nucleares tem o seu sistema próprio de abastecimento d’água, sua capela, sua escola primária. Há, na verdade, um total de 15 escolas e trinta professores na colônia, assim como uma escola de comércio patrocinada e financiada pelo Governo alemão, que também concede ajuda técnica na forma de cinco engenheiros agrônomos. Além disto, o “Peace Corps” americano, voluntários holandeses e alemães, e voluntários papais, serviram e têm servido à colônia, num total de mais de cinquenta pessoas, entre técnicos, enfermeiras e professores. A colônia dispõe dos serviços de médico e de dentista permanentes, sendo que ambos são mantidos com recursos alemães. Quando visitei Pindorama em 1967, havia tanto a bandeira brasileira quanto a alemã hasteadas em todos os prédios públicos da colônia.

Em uma entrevista que me concedeu, René Bertholet reconheceu-se otimista demais na sua esperança de que a colônia pudesse sobreviver sem a maciça ajuda financeira do Governo brasileiro, ou de governos estrangeiros, e que os camponeses do Nordeste brasileiro poderiam facilmente transformar-se em lavradores independentes. Na qualidade de antigos trabalhadores agrícolas sem terras, os colonos de Pindorama não estavam acostumados a tomar decisões autônomas sobre produção. Eles passaram a depender inteiramente da orientação da administração da colônia, que estava se desenvolvendo dentro de moldes obviamente burocráticos. Os colonos, como os demais camponeses da região, esperavam a mesma *noblesse oblige* que recebiam dos patrões anteriores, especialmente de antigos senhores que, de fato, ainda possuíam canaviais no vale e que se

indispunham com Bertholet – às vezes de modo violento – pela hegemonia política do município, assunto que vou discutir com maiores detalhes no capítulo cinco. No entanto, talvez o elemento mais significativo desta experiência agrária tenha vindo na forma do pedido que Bertholet fez ao Instituto do Açúcar e do Álcool querendo transformar grandes áreas de terra em canaviais e numa usina de açúcar em Pindorama, pedido este que foi recusado em grande parte devido às pressões dos usineiros das redondezas.

Itaguaí

Benno Galjart (1965, 1967) nos dá uma visão bastante pessimista da função dos projetos de colonização e de recolonização dentro do esquema de desenvolvimento agrícola do Brasil. Galjart descreve em detalhes o Núcleo Colonial de Santa Cruz, uma colônia agrícola de mais ou menos 12.000 hectares, localizada a apenas cerca de 70 quilômetros ao sul da cidade do Rio de Janeiro. O projeto começou em 1930 quando 270 fazendas foram estabelecidas em Santa Cruz, dividindo uma extensa propriedade bastante abandonada e que pertencera anteriormente aos jesuítas. Mais tarde ela foi desapropriada com a finalidade de aí ser estabelecida uma colônia agrícola que forneceria gêneros alimentícios para a crescente população do Rio de Janeiro. Depois da Segunda Guerra Mundial, estabeleceram-se outras 800 fazendas em Piranema, que faz parte da mesma propriedade localizada ao sul de um rio do mesmo nome, e que divide a colônia em duas partes distintas. Este projeto foi claramente prejudicado pela falta de contato com o centro urbano, devido às dificuldades de comunicação depois da perda de uma ponte, em 1954, que nunca mais foi reconstruída.

Cada colono de Itaguaí recebeu uma propriedade de aproximadamente 10 hectares a um preço bem vantajoso, a ser pago em pequenas prestações, divididas ao longo de dez anos. Inicialmente cultivou-se lavouras comerciais para atender o mercado do Rio de Janeiro. Grandes porções de terras foram reservadas para pastagens. Havia assistência técnica conquanto fosse fortuita e desorganizada, e os colonos mostraram-se receptivos a todas as inovações. Como observa Galjart: “A facilidade com que as inovações são adotadas e depois abandonadas, a facilidade com que se substitui uma lavoura por outra, sugeria que os colonos não tinham problemas em aceitar mudanças. Parece haver pouca resistência mental às inovações tecnológicas.” (1967: 47).

No entanto, dificilmente este projeto pode ser considerado um êxito, especialmente se o medirmos pela estabilidade dos colonos e pelas melhorias em seus níveis de vida. Certamente a colônia contribuiu para aumentar o suprimento de gêneros ao Rio de Janeiro, mas pode ser justamente esta integração que está levando a sua extinção. Ocorre uma grande rotatividade entre os agricultores, ameaça imediata à sua estabilidade, e que se manifesta pela considerável mobilidade, de fazenda em fazenda e pela venda de terras. Pelo menos sessenta por cento das propriedades trocaram de proprietário nos quarenta anos de existência da colônia, e muitas delas passaram para outras mãos mais de uma vez (Galjart 1965: 52). Cerca de 40 por cento dos proprietários tornaram-se absenteístas *(ibid.*, 53), e 62,4 por cento se utilizam dos serviços de parceiros e de assalariados para executar suas atividades agrícolas *(ibid.*, 60).

Galjart atribui a venda das propriedades à insatisfação com os resultados individuais obtidos até hoje e com o pessimismo a respeito das perspectivas futuras da colônia. A falta de recursos financeiros não é vista como um problema principal, embora a obtenção de crédito envolva os fazendeiros em batalhas burocráticas que muitos preferem não enfrentar. A colônia aparenta padecer primordialmente de fatores ecológicos e econômicos que afetam tanto a produtividade quanto o lucro. A falta de drenagem adequada e as consequentes inundações são problemas constantes. A incidência de pragas nas plantas tem sido bastante alta, e os inseticidas produziram resultados insatisfatórios (ibid., 57-58). Além disso, os preços pagos aos colonos por seus produtos têm sido bastante baixos, em parte porque os intermediários do mercado extraem lucros excessivos, exercendo controle especial sobre os colonos de Piranema, os quais não possuem acesso direto aos mercados semanais do Rio de Janeiro.

Não é surpreendente, dada a nossa discussão prévia sobre os efeitos de um sistema de comercialização racionalizante sobre a posse e o uso da terra, que a consolidação de fazendas e a concentração de propriedades constitua um sério problema na colônia de Itaguaí. A invasão de especuladores de terras, estranhos à colônia, está ocorrendo sobretudo na seção de Piranema, onde a terra é mais barata devido à drenagem defeituosa (ibid., 49-50), e onde os intermediários têm um controle maior sobre a disposição das colheitas (ibid., 55). Na sua análise do projeto de colonização de Itaguaí, o estudo do CIDA descreve o cerco da colônia por

fazendas de criação extensiva de gado, que não permitem a expansão das culturas, causando subdivisões excessivas das unidades já existentes e subsequente superpopulação da terra. Galjart também observa que apesar de ser o objetivo da colônia "possibilitar aos mais pobres os meios de progresso... o estudo tem mostrado que dificilmente camponeses pobres conseguem constituir uma fazenda familiar moderna, eficiente e lucrativa, partindo do zero" (ibid., 139). De fato, muitos foram forçados a procurar trabalho assalariado como um suplemento às suas próprias atividades de agricultor.

Infelizmente Galjart não investigou os efeitos de "feedback" da comercialização sobre o sistema de posse e uso da terra nesta região de grande crescimento urbano e industrial, onde a comercialização da agricultura aumenta a um ritmo acelerado. Ele preferiu procurar uma explicação em outro nível, ou seja, que "o processo da modernização deve compreender uma mudança de *ethos* no Brasil" (ibid., 30), e concluiu: "Para a maioria dos colonos o projeto representou pouca diferença; eles permaneceram com um baixo padrão de vida e de desenvolvimento agrícola. Parte da razão desta estagnação reside, como já foi assinalado, na persistência dos padrões de valores tradicionais na agricultura e nas relações sociais." (ibid., 138)

Por um lado, a "Grande Tradição" da agricultura brasileira, evidenciando uma preferência por grandes propriedades, pela produção de safras comerciais e pela monocultura, é vista como "inimiga" dos esquemas de colonização, embora já se tenha observado que poderíamos encontrar uma explicação mais satisfatória para a alta rotatividade das fazendas e para a concentração de propriedades numa discussão sobre o tamanho *ótimo* das unidades agrícolas ali existentes (Warriner 1969: 302). Por outro lado, Galjart argumenta que a incapacidade demonstrada pelos colonos em cooperar para o bem da comunidade é responsável pela ausência de crescimento econômico contínuo, embora ocasionalmente possibilite o êxito de certos indivíduos. Itaguaí, como a maioria dos projetos de colonização, está intimamente ligada a um programa de cooperativas. Uma discussão mais ampla do "ethos" rural e do comportamento cooperativo pode ser encontrada no capítulo seguinte. Basta dizer aqui que há suficiente material ecológico e econômico disponível no estudo de Galjart para

explicar a falta de êxito em Itaguaí e talvez para fundamentar a permanência dos chamados "valores tradicionais".

Frequentemente as explicações oferecidas em termos de *ethos* ou de cultura levam a comparações injustas entre grupos étnicos, a fim de determinar o êxito diferencial entre os programas de colonização brasileiros e estrangeiros. No entanto, as diferenças culturais entre os colonos estrangeiros e os brasileiros não devem receber uma ênfase excessiva. O estudo do CIDA chama a atenção para um ponto importante no que se refere aos colonos japoneses e brasileiros em Itaguaí:

> A ideia de que as 'diferenças culturais' expliquem as diferenças de êxito entre os dois grupos de colonos é talvez exagerada ou incompleta. Não se pode negar que a formação e a experiência dos japoneses os tornam preparados para o uso intensivo da terra e para uma íntima cooperação na produção e na comercialização; enquanto os agricultores brasileiros tiveram séculos de aprendizagem em agricultura extensiva sob tradições autocráticas nas comunidades rurais e sempre foram instrumentos ou vítimas de influência política. Também é evidente que as condições sob as quais brasileiros e japoneses foram admitidos ao projeto, e sob as quais o projeto foi autorizado a se desenvolver, eram tão diferentes que elas próprias explicam, ao menos em parte, as divergências entre os dois grupos. (1966: 539)

Os japoneses de Itaguaí contam com um eficiente apoio organizacional e sólidas relações sociais e de negócios. Eles recebem a ajuda dos representantes de seu Governo no Brasil e tiveram bastante liberdade, concedida pelo Governo brasileiro, que os isentou das restrições sociais e políticas que caracterizam a maioria dos esquemas de colonização. Eles obtiveram crédito e canais de comercialização próprios, e não foram afetados por influências políticas externas que muitas vezes afetam tais projetos (ibid., 540). Há, ademais, o fato de que souberam congregar-se para constituir uma frente unida contra uma sociedade estranha para a qual se haviam transferido, fato passível de ser, em parte, responsável pelo êxito diferente nos esquemas de colonização estrangeira (Warriner 1969: 313). Ao descrever o êxito do conhecido projeto de colonização e da enorme cooperativa de Cotia, no Estado de São Paulo, Doreen Warriner escreveu: "Por que razão não existe uma Cotia para todos os agricultores brasileiros? A resposta é óbvia. O Governo japonês cuida de seu povo; o Governo

brasileiro não, porque os grandes proprietários de terras podem se defender sozinhos." *(ibid.,* 316).

Os estrategistas do desenvolvimento sem dúvida enfrentam problemas sérios quando querem solucionar a crise agrária através de esquemas de colonização e de recolonização. Na maioria dos casos até hoje, o fracasso deveu-se à falta de estudos prévios sobre as condições ecológicas e econômicas (Diegues Jr. 1959 a: 198), embora a falta de um planejamento governamental efetivo, como no caso do Projeto Maranhão, seja igualmente responsável.

O geógrafo Nilo Bernardes descreveu um projeto de colonização em Igaci, que fracassou, apesar de sua localização estratégica, a apenas 70 quilômetros de Maceió, capital do Estado de Alagoas, e servida por uma estrada pavimentada. Nos quarenta anos de existência da colônia, nenhum colono recebeu o título referente a sua terra. Em consequência, não foram realizados melhoramentos, e verificou-se uma tendência para a venda de casas e de colheitas (e, na realidade, da propriedade sem título) na primeira oportunidade que surgia. Segundo Bernardes, o tamanho das propriedades ficava muito aquém daquele que teria sido necessário para possibilitar a aplicação correta do sistema de rotação de lavouras: segundo seus cálculos, 75 hectares, com uma média de apenas 25 hectares entre os fazendeiros mais prósperos da colônia (Bernardes 1967: 67). Até 1956, os colonos tinham que dar dias de trabalho – cambão – ao posto agrícola estadual, embora não recebessem a prometida ajuda técnica como compensação.

A colônia também padeceu dos costumeiros problemas de financiamento. O custo da colonização é muito grande e frequentemente o retorno sobre os investimentos em lavouras de alimentos não é o suficiente para garantir insumos sistemáticos. Tal foi o caso da colônia de Pindorama, que cedo sucumbiu ao cultivo comercial e em vão tentou estabilizar sua renda através do estabelecimento de uma usina de açúcar. Bernardes é de opinião de que a colônia de Pilar, muito bem situada e igualmente no Estado de Alagoas, teve de enfrentar o mesmo dilema (ibid., 73).

A competição por terra e por trabalho, então, se espalha rapidamente nas terras de colonização e ameaça os colonos, do mesmo modo que ameaça a maioria dos camponeses brasileiros. A tendência geral que se nota atualmente no Brasil de concentração dos proprietários também afeta os colonos. Internamente, há a mesma tendência entre os colonos mais

prósperos. Externamente, há a ameaça constante de invasão das terras da colônia. Mesmo os melhores recursos de terra da bacia amazônica, que o Governo brasileiro está atualmente desenvolvendo para projetos de recolonização, estão passando pela febre especulativa tanto de grandes proprietários de terra quanto de empresários industriais. A construção da Rodovia Transamazônica e a recolonização de um grande número de camponeses do Nordeste do Brasil em terras desmatadas não oferecerão, provavelmente, soluções a longo prazo para a crise agrária brasileira. A curto prazo, estas medidas podem satisfazer os desejos de reformas de algumas autoridades governamentais e resolver alguns dos problemas de uma pequena proporção da população do país. No entanto, o que se necessita no Brasil é de uma reforma agrária em grande escala, não meramente em termos de redistribuição de terra, assistência técnica e financiamento de crédito, mas sim de uma reestruturação total da sociedade agrária de maneira que até mesmo medidas de emergência como colonização e recolonização possam ser garantidas.

Cooperativas

O cooperativismo transformou-se numa máxima dos esquemas de desenvolvimento brasileiro. Acredita-se que as cooperativas não só representam um papel vital no desenvolvimento econômico, são os veículos para a organização e recursos produtivos escassos e limitados, para a distribuição de crédito e de assistência tecnológica entre unidades pequenas e independentes, para a garantia de igualdade e controle local na comercialização dos produtos, e também instituições que estimulam a participação democrática de um grande número de associados. No entanto, ao analisar anteriormente a integração econômica do camponês, já fiz a ressalva de que as cooperativas deveriam ser vistas, não como catalisadoras de desenvolvimento, mas sim como concomitantes de um certo estágio de desenvolvimento no qual os agricultores independentes se juntam para a produção e a venda de suas colheitas.[18]

[18] Diegues Junior (1959a:184ff.) nos fornece um útil histórico da legislação cooperativista no Brasil. Até hoje o movimento cooperativista tem sido bastante pequeno. Ainda que a instabilidade generalizada das cooperativas e o fato de que muitas deixaram de se registrar tornem difícil a tarefa de reunir estatísticas precisas, o Anuário Estatístico de 1966 cataloga 5.893 cooperativas no Brasil perfazendo um número total de membros da ordem de

Não faço esta observação apenas no sentido econômico; embora, de um lado, o cooperativismo dependa de um certo grau de integração do mercado, da autonomia das fazendolas e do desenvolvimento da infraestrutura rural básica, por outro, é preciso reconhecer que o êxito do cooperativismo pode realmente estimular certo grau de estabilização na agricultura, o que é, em si, precondição do maior crescimento econômico. Acredito que a operação satisfatória de um sistema de cooperativas exija certo grau de democratização na estrutura das propriedades e na distribuição da riqueza agrícola, assim como um sistema de garantias governamentais que assegure direitos e privilégios a todos os membros do sistema social contra os abusos dos estratos socioeconômicos dominantes da sociedade rural. Em outras palavras, eu questiono que um sistema de cooperativas possa existir e florescer no Brasil rural sem sucumbir às contínuas pressões de um sistema agrário que estimula o crescimento e a prosperidade das grandes unidades agrícolas e comerciais às custas das lavouras pequenas e independentes. Voltarei a este assunto no contexto de material já apresentado na seção anterior sobre colonização e recolonização.

Na sua pesquisa sobre Itaguaí, projeto de colonização perto do Rio de Janeiro patrocinado pelo Governo, Benno Galjart nos oferece uma outra explicação dos obstáculos ao desenvolvimento na forma de "familismo amoral" (Banfield 1958) e da "imagem de bem limitado" (Foster 1965). Galjart argumenta que um dos principais obstáculos ao desenvolvimento no Brasil é a incapacidade dos camponeses, ou dos agricultores, em cooperar para o bem geral da comunidade, devido a um tradicional *ethos* rural que é "inimigo à emergência de atitudes cooperativas e de ações conjuntas por iguais sociais" (1968:85). O "ethos" tradicional é descrito como sendo a "síndrome patrimonial", caracterizada por:

> 1. A presunção de que qualquer melhoramento real na situação socioeconômica de um indivíduo depende não tanto de seus esforços quanto dos favores concedidos pelos poderes seculares ou sobrenaturais, ou por uma jogada de sorte.

1.278.979 indivíduos (1966:380). Naturalmente quase setenta por cento destas estavam localizadas nos Estados sulistas e do Centro-Sul tais como Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Paraná, que detêm não só o mais alto grau de desenvolvimento econômico no Brasil mas onde também se localizam as áreas das primeiras colonizações estrangeiras. O maior número de cooperativas no Nordeste é atestado no Estado de Pernambuco, o mais desenvolvido daquela região.

> 2. A disposição para tentar estabelecer relações de patronato com pessoas que são, ou poderão ser no futuro, capazes de fazer favores.
>
> 3. A ausência de sentimento de solidariedade em relação a pessoas com as quais o indivíduo não está ligado por parentesco, amizade ou patronato. Esta ausência de solidariedade é associada a uma descrença na existência desses sentimentos em outras pessoas. (*Ibid.*, 86-87).

Galjart procura demonstrar seu ponto de vista ao atribuir o fracasso de três cooperativas em Itaguaí a uma falta de solidariedade na comunidade e ao padrão de patronato político que ele acredita permeia todo o tecido da sociedade brasileira. Uma das falhas principais que ele observa é a falta de líderes honestos. Sua solução é: "... na falta de líderes carismáticos, a melhor coisa (sic) é institucionalizar o patronato" (*Ibid.*, 113).

Mesmo que aceitássemos a premissa implícita em Galjart de que um sistema de cooperativas poderia ser o elemento catalisador de futuro desenvolvimento em Itaguaí, há uma série de problemas inerentes ao tipo específico de análise que ele faz. O primeiro destes problemas é que ele não nos oferece qualquer explicação causal satisfatória para o fracasso das cooperativas em Itaguaí. Embora sua descrição do "ethos" rural no Brasil possa ser adequada, uma tal descrição não constitui em si uma explicação para os acontecimentos que ali ocorreram. Muito pelo contrário, a evidência parece indicar que a interferência externa contribuiu grandemente para o fracasso das cooperativas de ltaguaí, e o próprio Galjart culpa os líderes do movimento cooperativista pela sua "corrupção".

Afirma ele que a "síndrome patrimonial", que considera responsável por estas ligações com o mundo exterior, tem sua origem em circunstâncias históricas; mas não nos dá uma ideia clara das dimensões ecológicas, socioestruturais e econômicas do sistema mais amplo dentro do qual se manifestam estes padrões particulares de comportamento. Por exemplo, Galjart observa que uma cooperativa urbana no Rio de Janeiro fracassou porque foi incapaz de colocar no mercado toda a sua produção, e sofreu perdas substanciais, mas ele não se interroga do mesmo modo em relação aos casos locais. Ele prefere falar em termos de falta de "ação conjunta por parte de iguais sociais", sem jamais se deter na discussão da possibilidade de uma tal ação dentro do contexto de um sistema social estratificado (ou dentro do contexto de um subsistema estratificado que ele está estudando

em Itaguaí). Os membros da cooperativa parecem sair de um mesmo segmento da população da colônia, mas infelizmente não há cálculo diferencial de riscos e benefícios entre grandes e pequenos fazendeiros. Ele nos fornece muito pouca informação sobre as relações intergrupais dentro da colônia, e em nenhum momento nos dá uma medida da "solidariedade de comunidade" neste subsistema que conta com apenas quarenta anos de existência. De fato, nós nos perguntamos por que razão afinal deveríamos esperar encontrar esta solidariedade de comunidade.

Voltando ao ponto central deste capítulo, verificamos, no entanto, que o relato sobre Itaguaí concernente à relação entre os setores de comercialização e de produção da economia rural não foi completo. Embora Galjart esteja perfeitamente consciente da existência de "feedbacks" e que o mercado influencia a maioria das decisões relativas à produção, ele não leva em consideração que a crescente demanda do mercado possa ter um efeito sério sobre o índice do giro de mão-de-obra da propriedade rural e sobre a concentração de propriedade na colônia. O resultado é que estudos do tipo que Galjart empreendeu podem ser criticados pelas buscas de explicações definitivas em termos de valores e normas, em vez de procurar descobrir as causas fundamentais, como ocorre, por exemplo, quando ele examina a propriedade fundiária, a produção e a alocação de recursos na colônia como sendo parte da "Grande Tradição" da agricultura brasileira – grandes propriedades, safras comerciais e monocultura. Eu não duvido de que estes existam como valores no Brasil rural, assim como não duvido de que exista realmente uma "síndrome patrimonial" mas gostaria de obter uma resposta mais adequada à seguinte pergunta: por que estes valores e atitudes persistem numa área de tremendo crescimento urbano e de uma industrialização caracterizada por um alto nível de comercialização no setor rural? Somente quando conhecemos a natureza do sistema socioeconômico total, no qual operam estas normas e estes valores, estaremos na posição de bem compreender a sua persistência e seus possíveis efeitos, a longo prazo, sobre o futuro desenvolvimento agrícola do Brasil.

Na minha pesquisa anterior, *The Raft Fishermen*, chamei a atenção para o fato de que existe tanto uma velha tradição de ajuda mútua entre os camponeses brasileiros quanto uma necessidade contínua de cooperação, tanto familiar como interfamiliar, para que o sistema econômico camponês possa ser mantido (Forman 1970). Como Johnson também descreveu, os

camponeses procuram maximizar a segurança e minimizar os riscos, ao estenderem laços socioeconômicos tanto horizontal quanto verticalmente, numa cadeia fechada de relacionamentos interpessoais (1970).

As ligações verticais do tipo patrão-dependente e as mudanças que elas estão sofrendo dentro de uma economia rural cada vez mais comercializada foram descritas em detalhe no capítulo três, onde foi enfatizado que tanto a competição individual quanto o faccionalismo nas comunidades locais estão intimamente ligados a processos de mobilidade social e de mudança social. Isto é, as rivalidades potencialmente perturbadoras tendem a se manifestar em situações onde os "mandachuvas" locais tentam tirar seus pares da arena na busca competitiva de novas oportunidades. Por seu turno as ligações horizontais que caracterizam a vida social nas comunidades rurais parecem acumular alguma força, pelo menos temporariamente, no bojo de crescente pressões socioeconômicas a nível local. Isto é, através da cooperação íntima de parentes e amigos, as unidades camponesas individuais procuram proteger-se, da melhor maneira possível, dos efeitos negativos da comercialização.

Estas manifestações crescentes de cooperação ou de dependência em outros manifestam-se na troca de recursos e na partilha dos ganhos individuais adquiridos através de diversas ocupações domésticas, mais do que através de formas tradicionais de ajuda mútua, tais como o mutirão, já descrito na maioria dos trabalhos sobre a vida rural (Caldeirão 1956; Freitas 1948; Galvão 1959). O mutirão, como forma de trabalho recíproco, foi frequentemente utilizado na realização de tarefas agrícolas específicas, tais como o preparo da terra, o plantio ou a colheita, e ainda hoje é empregado ocasionalmente em construção de casas, entre camponeses que não dispõem de recursos para contratar carpinteiros e pedreiros. Estes trabalhos em grupo são sempre realizados em condições extremamente difíceis, embora os compadres, parentes e vizinhos que participam da preparação do barro e cobrem em movimentos rítmicos as paredes de pau-a-pique, recebam comida e bebida durante o dia todo. O esforço de trabalho é sempre acompanhado por música e danças e geralmente termina em brincadeiras animadas.

Tradicionalmente, o mutirão era a maneira consagrada de realizar trabalhos agrícolas e outras tarefas sem depender de força de trabalho remunerada. Os integrantes do grupo de trabalho afirmavam que poderiam requisitar o trabalho de seus anfitriões, ou dos demais presentes, a qualquer

momento em que necessitassem. Hoje em dia, como aliás seria de se esperar, numa economia agrícola crescentemente comercializada, o mutirão foi substituído, na maioria dos casos, por trabalho assalariado e, obviamente, não há qualquer expectativa de uma reciprocidade direta, ainda que tardia, pelo trabalho oferecido. O mutirão se tornou assim num simples ato de doação de tempo e energia a pessoas que se vêem numa situação desfavorecida em decorrência de mudanças socioeconômicas.

O mutirão representava a expressão informal de ajuda mútua baseada na troca recíproca de trabalho entre uma população relativamente igualitária e homogênea, frequentemente composta por parentes consanguíneos. A cooperativa, por sua vez, incorpora os camponeses numa instituição formal que depende, para sua manutenção, de uma série de direitos e obrigações contratuais entre os membros, um sistema de redistribuição econômica para a venda de mercadorias e a partilha de lucros, e o que é mais importante, de uma hierarquia de relações. Ela tem visos de autoridade, burocracia, e estritos controles socioeconômicos, e frequentemente se torna objeto de manipulação por parte das elites que tentam usá-la para o seu próprio enriquecimento. Por exemplo, no estudo *The Raft Fishermen,* descrevi o desaparecimento da cooperativa local de poupança e empréstimos como um reflexo do sistema sociopolítico mais amplo. Em grande parte devido ao fato de serem analfabetos e, portanto, incapazes de manter os necessários registros e contas, os pescadores foram forçados a depender das elites locais, as quais, como representantes de um dos partidos políticos em luta pelo poder no povoado, quiseram usar a cooperativa em benefício próprio.

Como no caso de Itaguaí, o fracasso da cooperativa em Coqueiral deve ser visto no contexto integrativo mais amplo que condiciona as vidas dos camponeses no nível local. Enquanto este contexto não for claramente percebido e medidas adequadas tomadas para lidar com a crise agrária em suas raízes, todas as assim chamadas *panaceias do desenvolvimento* – as migrações rurais-urbanas; a industrialização rural: a colonização e recolonização; o cooperativismo – permanecerão todos como meros paliativos que, no fim, terminarão acrescentando mais pressões sobre o sistema e aumentando assim o descontentamento social.

5. A Natureza da Integração 3: As Massas Rurais e o Processo Político Brasileiro

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido.

Buarque De Holanda (1936)

“Consequentemente, tudo parece assegurar, no futuro, à autoridade central, um triunfo definitivo sobre as forças centrífugas do provincialismo e do localismo.” Esta foi a previsão de Oliveira Vianna, em 1933, em um revelador epílogo de uma única linha em sua fascinante história social e política, *A Evolução do Povo Brasileiro.* Escrita em época na qual uma “revolução” liberalizante oferecia promessas de uma democracia popular a um setor médio emergente, este trabalho e os subsequentes do arguto cronista das massas brasileiras (por ele denominadas povo-massa) são das mais marcantes pelo que representam de informação adicional sobre o desdobramento do processo político brasileiro. Pois Oliveira Vianna não se limita a registrar, com engenhosidade e percepção, a estrutura social e os componentes culturais que impedem o desenvolvimento da democracia no Brasil. Mas em sua interpretação dos fatos ecoa a ambiguidade fundamental, ao mesmo tempo liberal e elitista, que tem perseguido os pensadores políticos desde a fundação do Império.

A questão elite versus massa é uma das obsessões principais da história política brasileira, apenas rivalizada em intensidade por outro tema, intimamente relacionado, que é o da centralização versus autonomia local. Observei, no capítulo dois, que as unidades econômicas e políticas estabelecidas no sistema colonial de concessão de terras (as sesmarias) propiciaram, no início, uma transição suave para o controle local pelos proprietários de terra, em lugar do controle centralizado pelos representantes da Coroa na colônia do Novo Mundo. Não obstante, daí surgiu o problema que, por séculos, jogou os centralistas contra os localistas no Brasil, numa prolongada batalha pelo controle do aparato administrativo e legal da municipalidade, da província e da nação.

Nos períodos colonial e imperial, e mesmo já na Primeira República, esta luta não chegou às proporções de um conflito setorial, sendo apenas um

delicado jogo político com vistas à determinação de qual grupo governaria: se as elites do centro ou as da periferia.[1] O Poder oscilava de uma para outra, às vezes favorecendo o lado da unidade nacional, outras vezes os proponentes de um localismo extremo, mas, na maior parte do tempo, permanecendo nas mãos dos interesses agrários provinciais. Na medida em que a concessão e a conciliação eram as normas prevalecentes, as elites agrárias e comerciais se guiavam atentamente por uma série de normas pelas quais a política era preservada cuidadosamente como *seu* domínio, excluindo-se as massas de trabalhadores urbanos e rurais. Ocasionalmente, uns poucos novos participantes eram aceitos, para fazer pender a balança de poder em favor de um ou de outro segmento das elites. No entanto, foi somente após 1930, quando a urbanização propiciou a ascensão de um setor médio provido de voz alta,que a participação das massas na política se tornou realmente uma preocupação no Brasil. Mesmo assim – ao oposto da extensão – o *significado* daquela participação merece uma investigação cuidadosa.

As elites brasileiras, agrárias ou comerciais, sempre adotaram uma atitude tutelar com relação às massas urbanas e rurais que alistavam em suas lutas políticas. A despeito de uma série de constituições liberais que tentaram conformar o Brasil aos moldes franceses, ingleses ou americanos, a participação democrática sempre foi ilusória. A inclusão cumulativa das massas no processo político não justifica, de maneira alguma, a frequente presunção de que uma democratização do sistema político brasileiro era iminente na tumultuada década que terminou com o golpe militar de abril de 1964.[2] A inclusão e a exclusão são palavras que melhor descrevem o processo de manipulação das massas brasileiras pelos verdadeiros participantes deste sistema político basicamente autoritário. Como veremos adiante, o proletariado urbano que Getúlio Vargas moldou em uma massa política não foi criado com intenção de falar por si próprio: e quanto ao trabalhador rural este nem podia falar.

Os camponeses e trabalhadores agrícolas brasileiros há muito estão sujeitos a uma política de dependência. Como observei no capítulo 2, o

[1] Como veremos, este tema aflora sob vários aspectos ao longo da história do Brasil. Exceto em uns poucos casos, como em suas primeiras manifestações na hostilidade entre os fazendeiros e os comerciantes portugueses, a questão tende a ser retórica.

[2] Ver, por exemplo, Skidmore (1967;xv); Love (1970:3); Dulles (1968:53ff.).

reconhecimento dos direitos de propriedade sobre escravos, em contraposição aos direitos jurisdicionais sobre populações nativas residentes, permitia mais uma relação econômica do que propriamente uma relação político-legal entre o proprietário da terra e o trabalhador, o que estabeleceu o padrão para a forma de controle social que desde então caracteriza a estrutura social brasileira. Neste sistema o poder político era uma consequência a derivada da propriedade de terra, e, através dessa, fazia-se o recrutamento de dependentes cujos contratos de trabalho estipulavam serviços adicionais em benefício do proprietário. Uma dimensão social e cultural foi superimposta as relações econômicas básicas encobrindo a assimetria das trocas econômicas. A submissão, o sentido de dever e um profundo senso de lealdade eram as contribuições do camponês para os contratos diádicos, que tinham, caracteristicamente, muito pouco conteúdo político.

Aliás, até bem recentemente, estas relações interacionais entre patrões e dependentes (e o sistema cultural que as reforça) serviram para impedir uma ação política significativa entre os camponeses brasileiros, fenômeno que vou analisar, com certa extensão, no próximo capítulo. Por enquanto, gostaria de examinar a história das lutas entre as elites pelo poder político, lutas essas que contribuíram significativamente para o processo através do qual os camponeses começaram a se fazer ouvir. Estes "altos e poderosos senhores" (Sodré 1967:211) — os patriarcas do período colonial, a enobrecida burguesia cafeeira do Império, as oligarquias dirigentes da República Velha e os agroindustrialistas da Nova República — exerceram o poder sobre as massas rurais, tanto na forma de autonomia local, quanto através do controle sobre a autoridade legalmente constituída em seus respectivos municípios. A natureza de sua luta política em qualquer momento histórico define sempre a natureza da participação política camponesa.

Obviamente, há continuidade no modo pelo qual os camponeses se viram ligados à política nacional no curso da história brasileira. A política de dependência e as ideologias que dela derivam e lhe dão significado podem ser identificadas nos períodos colonial, imperial e republicano, e até mesmo nos dias de hoje, no que Schmitter apropriadamente apelidou de período de "portugalização" – (1971b). Não obstante, incorreríamos num grave erro se simplesmente encolhêssemos o tempo histórico e

colocássemos um conjunto de relações “tradicionais” – tipo patrão-cliente – como padrão abstraído de tempo contra o qual se mediriam as mudanças.[3]

Estas relações tradicionais são usadas até hoje por antropólogos como uma categoria descritiva de uma série de observações relativamente neutras sobre as interações hierárquicas e diádicas. Elas foram tomadas de empréstimo por cientistas políticos como base sobre a qual poderiam construir um novo paradigma, que acreditam poder usar como um poderoso modelo explanatório para certos tipos de sistemas políticos e de mudança política (Powell 1970; Scott 1972a). Por exemplo, em sua análise da dinâmica da ação política no Sudeste da Ásia. Scott observou:

> ... quando deixamos o domínio do conflito de classe ou do comunalismo, é provável que nos coloquemos no domínio dos grupos de poder informais, grupos ou facções centrados em liderança, e toda uma panóplia de ligações mais ou menos instrumentais que caracterizam uma grande parte do processo político no Sudeste da Ásia. A estrutura e a dinâmica de grupos aparentemente *ad hoc*, pode, acredito, ser melhor compreendida se vista da perspectiva das relações patrão-cliente. O padrão básico é um aglomerado informal composto de uma figura poderosa, que possui meios de dar segurança e o dom de persuadir (ou ambas as coisas) os seus seguidores pessoais, que, em troca de tais benefícios, lhe oferecem a sua lealdade e a sua assistência pessoal aos desígnios do patrão. Este padrão vertical de vínculos patrão-cliente representa um importante princípio estrutural na política no Sudeste da Ásia... Embora a análise da relação patrão-cliente nos proporcione uma base sólida para a compreensão da estrutura e da dinâmica das clivagens não primordiais no nível local, o seu valor não fica restrito aos estudos de aldeias (1972:92).

Na minha opinião, pode se conseguir uma explicação mais ampla através do exame da natureza mutável do sistema político, mais do que através de uma análise do conteúdo das relações patrão-cliente em si, especialmente quando estas estão frouxamente caracterizadas. Resumindo, acredito que temos de focalizar o processo político numa perspectiva histórica ampla ao invés de nos preocuparmos com relações interacionais diádicas (embora seja necessário um exame de seu conteúdo, se quisermos compreender a dimensão cultural e ideológica desses sistemas de relações, já que eles realimentam a ação política, como veremos a seguir).[4] Pois, como já observei antes, as relações patrão-dependente adquirem uma forma diferente e servem a funções bem diferentes em cada época histórica, já que a própria constelação de elementos sociais, econômicos e políticos que as alimentam vai se transformando. Como um exemplo, as relações patrão-dependente só se transformam em relações patrão-cliente quando o camponês é confrontado com uma escolha entre benfeitores em potencial, que lhe oferecem benefícios diferentes pelos serviços prestados (de Kadt 1970:23). No caso brasileiro, como veremos adiante, esta transformação se generalizou apenas no período republicano, quando as políticas eleitorais começaram a instilar no sistema político um relativo grau de competição.[5] Para a compreensão daquele conjunto de acontecimentos é preciso examinar a diferenciação dos setores de elite do sistema social e a transformação da base constitucional do Estado brasileiro em momentos históricos diferentes. A relação patrão-cliente e um interessante fenômeno estrutural e cultural, mas não pode gerar *em si* um sistema político nem adequadamente começar a descrevê-lo. Na minha opinião, o sistema de

---

[3] Incorri no erro de omissão de quatrocentos e cinquenta anos de história política brasileira quando escrevi: “Tradicionalmente, os camponeses brasileiros participaram de maneira secundária no processo político ao trocarem o seu voto pelo favor de um patrão. O camponês estava ilhado das pressões do mundo exterior pela atitude de ‘noblesse oblige’ do senhor da fazenda. A comunicação não era direcional, ela perpassava as rígidas linhas da hierarquia social. Eram poucas as alternativas para as massas rurais em matéria de linha de ação. As queixas só podiam ser expressas ao patrão ou então por meio de rebelião declarada. O recente movimento político camponês no Brasil é, ao menos em parte, uma tentativa de abertura de novas linhas de comunicação onde talharam os padrões tradicionais” (1971:5). Obviamente, uma caracterização tão superficial não descreve, de maneira adequada, a natureza de um sistema “tradicional”, ou os processos de mudança e de integração que ocorreram ao longo da história do Brasil. Nesta presente tentativa, não tenho pretensões a fornecer uma historiografia cuidadosa, mas estou simplesmente buscando uma interpretação temática da luta entre as elites e a consequente inclusão das massas no processo político.

[4] Para uma análise das formas de legitimidade, em processo de mudança, dentro da “díade” patrão-cliente, ver Scott (1972b; 1973).

[5] Ao mesmo tempo, os intermediários tendem a interceder entre patrões e clientes, frequentemente manipulando em seu próprio benefício os recursos administrativos que são colocados a sua disposição. Deste modo eles podem tornar-se patrões menores, embora estejam acorrentados a um sistema onde permanecem subordinados à autoridade da classe dominante e no qual está fora de seu alcance um avanço real. E neste ponto que o faccionalismo aparece como uma outra expressão local do objetivo competitivo de tais recursos; e o próprio faccionalismo é modificado, posto de lado, e em última análise destruído na medida em que o sistema de vantagens é regulado de fora.

distribuição dentro do sistema social é muito mais importante do que o conteúdo das trocas específicas que são geradas dentro dele. Qualquer que seja a relação patrão-dependente, patrão-cliente, mediação estas formas de troca simplesmente representam o modo de dispersão dentro de um sistema político num tempo determinado.

As mudanças que ocorreram na política rural do Brasil durante a Segunda República, principalmente a aparição do populismo, têm de ser encaradas não somente como uma quebra das "formas tradicionais de alinhamento social" no nível local, mas como um processo *incremental* dentro de um sistema político nacional no qual o controle agrário sobre o Governo estadual e nacional, sobretudo no que se refere aos ramos executivos, começou a ser seriamente ameaçado pela emergência de novos setores poderosos. Nos períodos colonial e imperial, o Brasil se caracterizou por um tipo peculiar de homogeneidade de classe entre as elites rurais. Havia um mínimo de conflito de interesses entre os empresários agrários, até que o centro real do poder começou a se transferir da economia açucareira do Nordeste para a lavoura cafeeira do Sul, já no fim do Império. A queda dos preços do café no mercado internacional em 1929 causou outras transições de poder, que passou das mãos dos barões do café para uma nova elite, a industrial, que se revelou ciosa de seus interesses e cônscia de sua situação, já nas primeiras décadas deste século. Por sua vez, iniciou-se um processo de mobilização e de redefinição da ação política que conduziria aos movimentos políticos de massa que transfiguraram os sistemas sociais e políticos tanto no nível local quanto no nacional.[6] Estes movimentos serão descritos adiante, ainda neste capítulo.

Devemos concentrar a nossa atenção não nos conjuntos de relações diádicas que caracterizam as políticas de dependência, mas sim na constituição da oligarquia, na importância dos postos de governadores como centros de poder rural, na expansão do sistema eleitoral, e na

[6] "No Brasil a massificação não representa a fragmentação daquelas classes que são as detentoras de uma tradição política e ideológica mas sim a incorporação à vida urbana e ao processo político de um estrato popular do interior e do campo. Portanto a massificação não significa a dissolução de uma lealdade coletiva daqueles setores já integrados no processo industrial, através da ampliação de sua capacidade de consumo e das técnicas de manipulação. Ao contrário, contribui para a dissolução de lealdades para com os empregadores tradicionais nas áreas rurais" (Weffort 1970:395). Ver também Weffort (1965:164).

distribuição de favores em troca de votos no nível local. A análise da ação política deve ser colocada, na perspectiva de um conjunto dinâmico de processos históricos. Ao longo do exame, vou tentar responder a uma pergunta básica: qual é o impacto dos diferentes tipos de sistemas políticos – por exemplo, regimes de representação parlamentar limitada versus regimes burocráticos não representativos – sobre a ação e o comportamento político no nível local? O pressuposto subjacente é que a política brasileira em nível local é tanto um reflexo quanto uma resposta às mudanças sociais, econômicas e políticas nos níveis nacionais e internacionais. É a interação entre os níveis local e nacional que me interessa aqui. Mesmo para o antropólogo, a "não-política"[7] das aldeias (Riegelhaupt 1972) parece trivial quando comparada à enormidade da crise política nacional no Brasil contemporâneo.

Dadas as realidades da política brasileira ao decorrer dos séculos, talvez o melhor denominador comum para a nossa análise seja o município, o centro administrativo local e as suas redondezas. Na realidade, é em torno da distribuição de recursos entre as elites comerciais (depois industriais) e agrárias que se têm disputado a batalha entre as forças do centralismo e do localismo, e é pelo controle destes recursos, antes dispersos, que a luta política local se faz. Sendo o local de muitos destes acontecimentos na história do Brasil, o município espelha a estrutura de poder no Estado brasileiro.

Por exemplo, durante o período colonial, a política a nível municipal continha um elemento decisório crucial que afetava o bem-estar dos

[7] A referência à "não-política" neste momento é essencialmente à natureza relativamente sem consequência do processo decisório como frequentemente ocorre no nível de cidade pequena. Sou reconhecido a Paul Friedrich e a Suzanne Berger pela observação que fizeram, isto é, que a distinção entre política (os componentes do poder, os componentes da elaboração de linhas políticas) e a não-política (governo como administração), distinção esta frequentemente aperfeiçoada nos trabalhos antropológicos, é provavelmente enganosa na medida em que o comportamento político camponês sob a forma de ação aberta geralmente ocorre como uma resposta a algum ato administrativo específico (tais como regulamentos de mercado e impostos). Além do mais, o que estou descrevendo na narrativa histórica que se segue e a tremenda atividade *política* a nível local – caciquismo, repressão, caça aos votos etc. De fato, se o epílogo deste capítulo descrever corretamente as tendências em direção ao desenvolvimento de um Estado administrativo e a um Governo federal receptivo às reivindicações de um povo subjugado, então aí poderemos esperar mais, não menos, atuação política a nível local.

detentores-de-poder locais, tornando o conselho municipal o foco de considerável conflito.[8] No Império, por outro lado, o papel do Governo municipal tornou-se progressivamente administrativo, e as elites se permitiram ser cooptadas nas fileiras imperiais, onde as rédeas do poder se encontravam bem seguras. Já na Primeira República, a "autonomia municipal" tinha-se tornado uma frase sem sentido, refletindo pouco mais do que a autoridade sem rédeas dos patrões locais na administração de recursos provenientes do Estado, e, mais tarde, de sucessivos governos federais. A dependência municipal tornou-se a ordem do dia.

Voltando à nossa discussão inicial da inter-relação entre o localismo versus centralismo, e a elite versus massa, esta mudança no "locus" do poder teve como consequência a incorporação das massas rurais ao processo eleitoral. Enquanto nos períodos colonial e imperial houve uma mobilização de senhores armados na luta pela supremacia entre as elites rurais, o advento da República foi testemunha do despontar da mobilização eleitoral, primeiro na busca de favores oligárquicos, e depois por um esforço determinado de eleger aliados políticos e também como um antídoto às forças sociais, urbanas e industriais que começaram a ameaçar mesmo a hegemonia local da classe proprietária.

A exclusão do voto urbano e comercial durante todo o período colonial cedeu lugar, no fim do Império, à violenta investida "liberal" por parte de um setor médio urbano que, dando as costas à população rural, substituiu a exigência anterior de renda e propriedade como condições do seu voto por uma nova exigência baseada na alfabetização. Dada a natureza do sistema social e econômico do Brasil rural, e, particularmente, o estado da educação, a extensão do direito de voto viria, em tal contexto, inevitavelmente favorecer o setor urbano, a não ser que os patrões rurais pudessem encher suas listas eleitorais com crescente número de clientes. Do ponto de vista dessas elites agrárias, a consequente mobilização de eleitores representou uma nova configuração de velhos padrões de dependência política, pelo qual o voto substituía a bala. Não obstante, a atividade política intensificada que resultou da competição entre as facções rivais, agindo em nome de uma multiplicidade de partidos (todos com bases estaduais e

[8] As relações presentes no interior da cidade administrativa ou entre ela e remotos vilarejos constituem o centro de interesse da maioria dos estudos antropológicos sobre comunidades no Brasil. Poucos se concentram nas fontes de poder dentro daqueles municípios.

controlados pessoalmente), contribuiu de modo significativo para o processo de ruptura da velha ordem patrimonial.

Estimulados pelo apelo dos líderes populistas, e sem a possibilidade de satisfazerem seus anseios através de relacionamentos interpessoais locais ou da estrutura partidária, os camponeses e os trabalhadores rurais começaram a intensificar o ritmo e o volume de suas reivindicações, expressando-se através de sindicatos e de ligas camponesas com bases urbanas (Forman 1971). É este processo de"massificação" – e não de democratização – dos processos políticos, que levou, em grande parte, ao golpe de estado militar (a revolução "redentora") de 1964, ao termo do sistema eleitoral a nível estadual e nacional, e à resultante reintegração da sociedade rural a um novo tipo de regime oligárquico, capaz de administrar as regras do governo central autoritário até os confins da nação.

Embora ainda seja muito cedo para saber, é possível que o Governo militar tenha decapitado a hidra agrária que infestou a política brasileira nos últimos quinhentos anos. Embora as aparências indiquem o contrário, o Governo não restaurou a hegemonia da classe rural proprietária, agora reencarnada como um estabelecimento corporativo em que a empresa agrária e o *entrepreneur* comercial se tornaram um só. Em vez disso e através de uma série de decretos federais, o Governo militar demonstrou sua intenção de atuar ativamente nos negócios das municipalidades e de intervir, com todos os seus bem-colocados poderes judiciais e políticos, sempre que os interesses locais ameaçarem a administração adequada de seus programas.

Além disso, ao continuar a permitir que as massas rurais elejam os prefeitos que administram estes programas, o Governo está se mostrando sensível, até certo ponto e pelo menos teoricamente, ao eleitorado rural. Talvez esteja, inadvertidamente e pela primeira vez, abrindo caminhos para a participação direta do camponês na vida política nacional. De sua parte, a nova estirpe de elites proprietárias de terra já indicou que prefere a riqueza ao poder. Ao concordarem com a intervenção direta do Governo em assuntos locais, e ao trocarem sua hegemonia pelo direito de prosperar em paz e harmonia no campo, talvez estejam finalmente reconhecendo a possibilidade de uma profunda transformação na vida política do Brasil rural.

Da Monarquia à República: a Formação da Oligarquia

O processo político brasileiro teve como seu “locus” inicial os *conselhos de município*, que foram estabelecidos como centros administrativos dentro do sistema original de sesmarias, e são, de várias maneiras, a primeira chave para a compreensão do desenvolvimento político no Brasil. A narrativa que se segue tem por objetivo elucidar a sua estrutura e função diante das tendências dominantes no sistema social nos períodos colonial e imperial.

A sociedade colonial portuguesa no Brasil era inicialmente composta por uma classe alta rural, constituída pelos beneficiários das sesmarias e suas famílias; por uma pequena “classe média”, composta por comerciantes portugueses, geralmente cristãos-novos, alguns funcionários administrativos e o clero; e uma enorme classe baixa, composta por escravos e homens livres, ligados às lavouras através uma variedade de acordos de concessão de terra (Riegelhaupt e Forman 1970). Ao longo do período colonial, as massas rurais, os comerciantes e os servidores dos centros municipais em formação sistematicamente excluídos dos assuntos de Estado. Estas eram prerrogativas, em grande parte, dos patriarcais, que exerciam o seu domínio através dos conselhos municipais, estabelecidos e legitimados pela Coroa portuguesa, e às vezes através de petição direta ao Rei, em Lisboa.

Apesar da natureza absolutista da monarquia, as realidades ecológicas da colônia nos trópicos distantes estimulavam a autonomia local.[9] Como escreveu um observador, “... a eficácia do sistema central de Governo no Brasil colonial era mínima, e para todos os fins práticos o poder do Rei cessava nos portões das grandes propriedades” (de Kadt 1970:14). Estas propriedades, empenhadas na produção de açúcar para o mercado europeu, eram em grande parte em decorrência de seu isolamento autossuficientes social e politicamente. A autoridade que a Coroa tinha inicialmente investido no *capitão-mor*, como chefe de uma capitania administrativa que agrupava diversas sesmarias, e mais tarde na pessoa do Governador-Geral, foi rapidamente minada pelo poder dos próprios beneficiários das concessões de terras. As sesmarias se transformaram em

[9] Nancy Naro observou que uma análise cuidadosa da transformação das elites comerciais “nativas” em um setor econômico autointeressado, através dos filhos das elites proprietárias de terras é uma necessidade. Ela está atualmente realizando uma pesquisa sobre problemas correlatos no Nordeste brasileiro.

propriedades senhoriais, de feudos pessoais de potentados aristocráticos, “que possuíam todas as condições poder soberano” (Oliveira Vianna 1933:216).[10]

A base deste poder discricionário estava localizada nas relações internas características das lavouras de escravos, onde, segundo Gilberto Freyre, os três símbolos dominantes da vida rural brasileira o engenho de açúcar, a casa grande e a capela também eram encontrados (1964: 159).[11] O patriarca rural, enriquecido com a produção de açúcar, sobrepujou vice-reis, bispos, e até mesmo o governador, em riqueza e opulência. Ele era

> ... senhor, patrão, e virtualmente um deus temporal em sua família e dentro dos limites de influência do engenho. Ele era pai, marido, senhor de mulheres e filhos, o supervisor principal de arrendatários e de escravos, e líder absoluto de um séquito diversificado de seguidores. *(Ibid.*, 161).

Dentro dos limites de sua propriedade e daquelas pertencentes a seus aparentados, que frequentemente eram mantidos dentro do patriarcado através de casamentos entre primos, o *pater familias* era soberano. Não havia qualquer desafio público à sua autoridade. Os poderes judicial, legislativo e político ficavam todos sob o controle patriarca. O Senhor era o governante do seu domínio, e era ele que estabelecia as regras sob as quais ia governar. Até a justiça, embora arbitrária, se baseava em seus padrões pessoais. O historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda documentou com precisão o espírito da época, ao descrever um conselho de família convocado para julgar uma acusação de adultério contra uma nora, sumariamente condenada à morte (1936:88).

Não demorou muito até que o poder privado dos grandes proprietários se tornasse público, estendendo-se até os conselhos

[10] Como observa Shirley (1971:74-75), a fragmentação do poder do Estado e da autoridade do Estado pelo fazendeiro em suas próprias terras “assemelhava-se a um padrão feudal (mas) estava fortemente integrado com o comércio e portanto era amplamente não-militarista”. Sobre as bases capitalistas não-feudais do Brasil colonial, ver Riegelhaupt e Forman (1970); Johnson (1972).

[11] “Representando... o único setor onde o princípio da autoridade é indisputável, a família colonial forneceu a mais “normal” ideia de poder, de respeitabilidade, de obediência e de submissão” (Buarque de Hollanda 1936:89). Para uma análise rica e completa das bases patriarcais da sociedade das fazendas no Brasil colonial, ver Freyre (1946, 1959).

municipais.[12] Os senadores, os juízes, os membros do conselho, os advogados, os tesoureiros, os tabeliães e os funcionários do júri eram apenas alguns dentre os muitos funcionários que tinham sido nomeados pela Coroa para cuidar dos negócios municipais da colônia; mas os únicos indivíduos que podiam votar ou servir nestes postos eram os chamados *homens bons* que detinham grandes propriedades de terra. "O poder dos conselhos... era o dos proprietários da terra". (Prado 1957:28). Através deles, a classe senhorial impunha seu controle sobre os salários e os preços das mercadorias, o fluxo e o valor do dinheiro, o pagamento de tributos reais, a guerra e a paz com os índios, a construção de povoados, o comércio, a indústria, e a administração pública em geral. Além disso, os senhores podiam suspender governadores e capitães-mor e nomear os seus substitutos, assim como mandar prender e algemar qualquer funcionário ou dignatário real *(idem).*

De fato, não só estes conselhos municipais exerciam autoridade total em suas respectivas localidades, frequentemente modificando a política da Coroa, mas também ajudavam a moldar aquela política fazendo lembrar a Lisboa "... do poder dos latifundiários e de seus interesses no governo local" (Queiroz 1969:15). Isto era conseguido enviando representantes municipais a Lisboa para argumentar os casos diretamente perante o Rei, como o exemplificado pelas duas petições, ambas feitas com êxito, no século XVII, as quais sustaram a execução de decretos, inspirados por jesuítas, que teriam proibido a escravidão de índios nas províncias de São Paulo e do Maranhão. Como ressalta Queiroz no seu estudo do mandonismo local brasileiro:

> Para estes senhores rurais, o interesse específico estava inextricavelmente enredado com o interesse municipal; as resoluções tornadas pelos conselhos municipais não só refletiam a preocupação com o bem comum, mas também a preocupação do senhor rural de defender seus interesses privados; não havia qualquer separação entre

[12] Sobre o funcionamento dos conselhos municipais no Brasil colonial e durante o império português, ver Boxer (1965), que também documenta a inclusão ocasional de mercantilistas e de artesãos no conselho municipal da Bahia. Segundo Buarque de Hollanda (1936:50), "as queixas dos homens de negócios, dos moradores das cidades, contra o monopólio agrícola do poder na poderosa Câmara municipal é comum em nossa história colonial". Ver também Queiroz (1969:14-15), especialmente seu exame dos antagonismos presentes na origem da Guerra dos Mascates (26 ff.).

> um e outro, porque a realidade econômica, política e social da colônia era o proprietário rural. (Ibid., 15-16)

O fato de que estes conselhos municipais eram em sua maioria meras extensões de domínios privados reflete-se nas inúmeras lutas interfamiliares pelo controle dos conselhos durante o período colonial (Costa Pinto 1942-1943). Embora estivessem excluídas do processo eleitoral, as massas rurais eram aliciadas nestas rivalidades frequentemente virulentas, na qualidade de capangas dos grandes senhores. Exemplo disto são os quase cem anos de disputa entre as poderosas famílias Camargo e Pires, na província de São Paulo. A luta começara em 1654, quando o Conselho Municipal de São Paulo, controlado pela família Pires, recusou-se a empossar o chefe da família Camargo como juiz. O rejeitado patriarca chefiou um grupo de parentes e seguidores num cerco armado ao Conselho, a que se seguiram abertas hostilidades. O irresistível poder destas famílias frente à autoridade "pública" é evidenciado por Oliveira Vianna:

> Fraca diante desses caudilhos, incomparavelmente mais poderosos do que ela, a autoridade pública, por sua vez, não pôde contê-los nem reprimi-los. Procurou conciliá-los, servindo de mediadora. Conseguiu, afinal, um acordo. Nesse acordo há uma cláusula em que, se declara que, daí por diante, deveriam entrar sempre na câmara 'em número igual' pessoas das famílias Pires e Camargo, havendo, porém, 'um neutral'. (1938:244).

A Coroa portuguesa, por sua vez, estava interessada sobretudo nos assuntos fiscais, e se satisfazia em receber o dízimo e os impostos sobre importação e exportação, que eram cobrados nos portos de entrada e de saída. Os canaviais e os engenhos de açúcar apresentavam pouco interesse para a distante monarquia (Jaguaribe 1968:103), que não via necessidade de interferir nos assuntos locais. Esta situação só mudou quando a Coroa viu o seu sonho expansionista totalmente realizado na metade do século XVII com a descoberta do ouro. Naquele momento, a política de *laissez-faire* da Coroa rapidamente cedeu lugar a maior rigidez na administração da Colônia, e às primeiras tentativas organizadas de centralização.

Os funcionários do Rei testavam sua autoridade nos conselhos municipais, especialmente naquelas jurisdições de mineração de ouro. Por toda a colônia foi então estabelecida uma hierarquia de funcionários com hegemonia portuguesa, com poucos brasileiros natos na base da crescente

burocracia administrativa. Decidida a combater o poder dos patriarcas, que agora já se estendia a vastos territórios, a Coroa estabeleceu novos distritos administrativos, concedendo títulos nobiliárquicos aos potentados locais, e, deste modo, atraindo-os para o serviço do Rei. Consequentemente, durante o século XIX,

> ... esses caudilhos que vimos tão violentos e rebeldes, estão já pacificados; já reverenciam a autoridade; é já profunda a sua veneração pela casa de Bragança; grande é o conhecimento deles pelo rei e seus delegados. (Oliveira Vianna 1938:264).

Do mesmo modo, a máquina administrativa da colônia começou a se expandir além da faixa litorânea, acompanhando as migrações em direção ao interior.

A hegemonia dos patriarcas rurais seria igualmente desafiada em outro "front". Em 1808, Dom João VI, fugindo à invasão napoleônica da península ibérica, transferiu a Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, onde a declaração de uma política de abertura dos portos e de liberdade para as indústrias locais estimulou o comércio e o desenvolvimento de uma burguesia portuguesa comercial e urbana que, em pouco tempo, estava competindo com os interesses agrários dos brasileiros natos lutando pelos cargos eletivos dos conselhos municipais das localidades costeiras. (Prado 1957:39). Embora esta classe de latifundiários procurasse imitar a nobreza fulgurante no seu estilo de vida sofisticado, educando seus filhos nas capitais da Europa e em Coimbra, ela começou também a se dar conta de que Portugal propriamente dito não era particularmente necessário à prosperidade da colônia.

Com a derrota de Napoleão e com as garantias dadas pelos britânicos quanto à independência de Portugal, os portugueses começaram a clamar pelo retorno de seu Rei. Com o estímulo da elite nativa brasileira, Dom João VI retornou a Lisboa em 1821, deixando o nascente império aos cuidados de seu filho, Pedro I. Teoricamente, o Brasil tinha deixado para trás o seu passado colonial. No entanto, o espírito de independência que criou o Império a 7 de setembro de 1822 foi, a muito custo, engendrado por mudanças *significativas* na estrutura da sociedade brasileira. A economia ainda era voltada para uma agricultura de exportação baseada em trabalho escravo, apesar de que o domínio da classe senhorial agora já se estende desde as "plantations" de açúcar do Nordeste até as lavouras de café da

Região Centro-Sul, continuando até as grandes estâncias de gado da província no extremo sul.

Uma classe mercantil portuguesa continuava a enriquecer nas cidades litorâneas, com base em ativo comércio de produtos manufaturados ingleses. A elite nativa há muito se ressentia da presença desta classe mercantil estrangeira e de sua própria posição secundária em relação a ela, na Corte e na burocracia colonial. Consciente dos ventos de mudança que sopravam na Europa, e inspirados pelos acontecimentos da Revolução Americana, eles estavam prontos a aceitar a deslusitanização da monarquia e oferecer o seu apoio à sucessão de Dom Pedro I em troca de uma série de títulos que aumentariam tanto o seu prestígio quanto o seu poder local. No meio século seguinte esta aristocracia rural passou a dominar a burocracia imperial, apropriando-se do aparato governamental dos portugueses e consolidando sua própria posição do regime centralizador.

A tendência para a centralização que começara com a descoberta do ouro alcançou a plenitude na Constituição imperial de 1824:

> Era de fato uma Constituição vigorosamente centralizadora. Na pessoa do Imperador estava concentrada uma autoridade ampla chamada Poder Moderador. O Imperador tinha poder de veto sobre a legislação, e o direito de dissolver ou de convocar o Parlamento, segundo sua vontade. Ele escolhia não só os senadores como também os ministros, os bispos, e os "presidentes" das províncias ou governadores. Ele tinha o poder do indulto e da revisão das sentenças judiciais. Embora estivesse prevista a eleição dos conselhos provinciais, eles não tinham praticamente qualquer autoridade administrativa ou política. Ao contrário, através de seus ministros, o Imperador podia exercer uma influência preponderante sobre o governo local. Através deles, o Imperador podia controlar a nomeação dos juízes locais e dos chefes de polícia, anular eleições municipais, e suspender magistrados e as resoluções dos conselhos provinciais. (Haring 1958:29).

Quanto à inclusão das massas no novo meio político, a Constituição refletia claramente a ideologia de Dom Pedro I, o qual, em sua enunciação das liberdades individuais, seguia os princípios liberais-democráticos que

naquela época estavam na moda, mas os subordinava cuidadosamente às suas próprias predileções absolutistas e elitistas.[13]

Não obstante o seu acordo tácito em aceitar a liderança de um monarca poderoso, a classe senhorial não havia desistido, na realidade, de manter o seu muito estimado lugar na vida social e política brasileira. Embora permitindo ser cooptada pela nobreza, esta classe guardava zelosamente os seus direitos, e se preparava para ser a guardiã da nação. O sentimento de regionalismo e de localismo que caracterizou o período colonial não desapareceu totalmente durante o autocrático reino de Dom Pedro I, que abdicou sob uma exacerbada pressão xenofóbica em 1831, em favor de seu filho, nascido no Brasil e ainda menor, retornando a Lisboa para ocupar o trono deixado vago pela morte de Dom João VI.[14]

Várias insurreições com implicações republicanas e fortes sentimentos subjacentes de antagonismo aos portugueses, haviam demonstrado nas primeiras décadas do século XIX o descontentamento dos proprietários de terras. Agora nos primeiros tempos da Regência (1831-1840) eles forçaram uma experiência com o republicanismo. Por alguns anos, daí em diante, o poder privado dos potentados locais se foi reafirmando, ao mesmo tempo que um excesso de municipalismo ia fazendo diminuir a autoridade do Estado.. Por exemplo, a promulgação do Código de Processo em 1832 colocou a polícia sob a jurisdição de um juiz de paz, eleito localmente reduzindo, portanto, o poder do juiz de direito nomeado pelo Imperador (Oliveira Vianna 1938:27). Além do mais, conquanto o promotor público, o juiz municipal e o juiz de órfãos e viúvas ainda fossem nomeados pelo Regente, eles eram selecionados de uma lista de candidatos fornecida pelo conselho municipal, eleito localmente pela classe senhorial. Assim a polícia e os serviços municipais judiciários legislativos e administrativos voltavam, mais uma vez, ao pleno domínio

[13] Vieira da Cunha (1963:14) argumenta que a ideia liberal do parlamentarismo inglês penetrou no Brasil através da formulação que teve na França. Bello (1966:33) observa que a inspiração imediata da Constituição pode ser encontrada nos escritos de Benjamin Constant, especialmente na sua *Política Constitucional*, donde veio a ideia do poder moderador e de uma forte administração centralizadora. O homônimo brasileiro de Constant, Benjamin Constant de Magalhães, foi uma das principais figuras do movimento republicano.

[14] No verão de 1971, como um símbolo importante de conciliação e de maturidade nacional, os governos brasileiro e português concordaram em que os restos de Dom Pedro I retornassem ao Brasil para serem enterrados ao lado de sua esposa, Dona Leopoldina.

dos potentados locais. Para dar plenas credenciais aos seus poderes recentemente recuperados, a eleição de oficiais para a recém-formada Guarda Nacional também foi delegada a "homens de bem" dos municípios, colocando desse modo uma força militar sob o comando local.

Embora este período de extremo localismo não sobrevivesse por muito tempo, o poder da classe proprietária de terras foi, não obstante, fortalecido durante a Regência e o Segundo Império. Em 1834, um Ato Adicional criou as assembleias provinciais autônomas e gradualmente elevou a polícia e as forças judiciais e administrativas, assim como a Guarda Nacional, à jurisdição provincial. Os administradores municipais, os comissários de polícia e os magistrados criminais foram todos combinados numa posição unitária de Prefeito, ou intendente, que seria nomeado pelo presidente provincial, o qual, por sua vez, era nomeado pelo Regente. O presidente e a assembleia provincial assumiam responsabilidade fiscal completa pelas municipalidades, embora o Regente possuísse o poder de veto sobre toda a legislação. De fato, o papel dos intendentes passou a ser o de executor da lei provincial e de nomear os empregados municipais... "dois atributos nos quais o 'patronismo' local encontrava a fonte principal de sua força e de seu prestigio". (Oliveira Vianna 1938: 274).

Estavam lançadas as sementes para o sistema de troca de votos por favores políticos, que iria fundamentar as oligarquias estaduais da Primeira República. Por enquanto, era necessário à classe senhorial consolidar suas rédeas sobre o Governo, o que conseguiu ao dirigir os seus filhos letrados – os chamados bacharéis – aos postos administrativos do Império. A longo prazo, a súbita subordinação dos conselhos municipais faria pouca diferença porque, com a continua extensão da hegemonia senhorial sobre as instituições provinciais, e até nacionais, a centralização tornou-se o equivalente da subordinação das elites rurais a si mesmas. (Queiroz 1969:39)

Assim, o poder provincial foi cuidadosamente consolidado entre 1834 e 1840, ano que marca o advento do Segundo Império com a ascensão de Pedro II, então com quatorze anos de idade, ao trono. Na sombra da popularidade do jovem Imperador brasileiro, uma lei de Interpretação devolveu o controle da burocracia administrativa e da polícia a Sua Majestade Imperial. Os delegados e os subdelegados, os magistrados criminais, os juízes municipais, todos passaram a ser nomeados pelo

Imperador. O Governo central também se reservou o direito de anular as eleições locais. Em 1850, a Guarda Nacional passou para o comando imperial através da concessão de cargos e comissões. A instituição dos “capangas senhoriais”, que havia possibilitado o equilíbrio do poder na política de interior do Brasil durante quase quatro séculos, cedeu lugar ao império da lei. Nas três décadas seguintes, reinaria uma *pax imperial*, sustentada pela autoridade e pelo prestígio do Imperador. Durante o Segundo Império, o voto substituiria a bala, como veremos adiante, mas a estrutura do sistema político brasileiro permaneceria essencialmente a mesma. Pois, nas realidades socioeconômicas da “escravocratura”, o café se tinha tornado o “rei” e os seus barões, os ministros do Império.

O sistema político do Segundo Império estava organizado em torno dos partidos Conservador e Liberal, sendo os seus líderes presidentes de províncias. No ápice do sistema encontravam-se o Imperador e os seus assistentes “enobrecidos”, que haviam sido escolhidos entre os membros estáveis do Senado Imperial e do Conselho de Estado. O resto da pirâmide era composto de membros da classe proprietária. O poder político podia oscilar, mas era uniforme. Não havia realmente uma divisão ideológica conservadores dominados pelos barões do café, e os Liberais, constituídos de membros saídos das estâncias e lavouras das províncias fronteiriças de São Paulo e Minas Gerais, ainda que, em última análise, o primeiro fosse monárquico e o segundo republicano, e gerados do movimento abolicionista. Dom Pedro II exercia o seu poder moderador entre os dois partidos. Alternando entre os dois na sua escolha do presidente do Conselho de Ministros, ele criou “uma política de adesão”, na qual a oposição se satisfazia em esperar pacientemente pela sua vez, ao invés de procurar apressá-la pela força das armas.

Era a incumbência do ministro convocar eleições, primeiro para os conselhos municipais e depois para as assembleias provinciais, e, finalmente, para a assembleia nacional. Naturalmente, ele procurava um Legislativo compreensivo e aliado. Para atingir este objetivo era auxiliado pelo presidente da província, nomeado pelo Imperador por indicação de seus conselheiros. Nas palavras de Joaquim Nabuco, um dos mais importantes estadistas da época:

> O poder moderador pode designar quem ele deseja para organizar os ministérios; esta pessoa convoca a eleição, porque o tem de fazer; a

> eleição faz a maioria. Este é o sistema representativo do País. O presidente (da província) é um instrumento eleitoral. É através dele que a chancelaria de nosso absolutismo disfarçado é periodicamente eleita. Montar a máquina eleitoral direta e perfeita é a sua missão histórica, a sua preocupação de todos os dias (Citado em Oliveira Vianna 1955:306).

Na base desta máquina política estavam os proprietários de terra locais, que se uniram para agregar o total de seus votos, formando o que Oliveira Vianna clama de “clãs eleitorais” (1955: 298), cada um representando a estrutura partidária de sua província a nível municipal. Aqui, também, os elementos liberais e conservadores se revezavam nos postos municipais que constituíam a recompensa das “vitórias” eleitorais. Era preferível que cada um esperasse sua vez, em vez de competirem numa eleição que, com toda certeza, seria anulada se o partido da oposição derrotasse o partido no poder. No entanto, na medida em que as eleições municipais precediam as eleições provinciais e as gerais, os partidos tinham a oportunidade de assegurar-se da força de seu apoio, e, pelo menos em uma ocasião, uma discussão prematura sobre a abolição levou à queda de um ministro, quando a eleição que ele havia convocado trouxe a oposição de volta para a Câmara dos Deputados, que ele havia acabado de dissolver (Queiroz 1969: 51-52).

A classe senhorial tinha-se reservado as verdadeiras rédeas do poder, estabelecendo o que Sodré apropriadamente chamou de “hierarquia da mandioca, o padrão do dinheiro político no novo país” (1967: 212). Os candidatos a cargos eletivos tinham de ser ou proprietários ou arrendatários a longo prazo de uma grande propriedade ou de um engenho. O sistema eleitoral era conduzido em dois estágios. No primeiro estágio, um colégio eleitoral era selecionado por eleitores qualificados, aqueles que tinham rendimentos anuais ao menos no valor de 150 alqueires (cuja unidade corresponde a aproximadamente 30 quilos) de farinha de mandioca. No segundo estágio, o eleitorado, composto por senhores cujas rendas estavam acima do valor de 250 alqueires, escolhiam os membros da Câmara dos Deputados e indicavam três candidatos cabendo o total mais alto de votos ao Imperador, que selecionava um deles para o cargo vitalício no Senado imperial.

Os candidatos a deputado tinham de ganhar mais do que o valor de 500 alqueires, ao passo que os candidatos a senador tinham que exceder

1.000 alqueires. Aqueles que ganhavam a vida como empregados de comércio e as classes trabalhadoras urbanas ou rurais, continuavam excluídos do eleitorado em decorrência de sua renda (ibid., 211-12; Jaguaribe 1968:127). O processo político estava inteiramente subordinado aos interesses agrários.

Enquanto doutrinas mais importantes da época – liberalismo parlamentarismo, constitucionalismo, federalismo, republicanismo e democracia – eram debatidas no Senado Imperial, nos jornais e numa pletora de panfletos políticos (Bello 1966; Cruz Costa 1964; Freyre 1970), a incorporação das massas ao processo político não era discutida em parte alguma. A abolição da escravidão era o assunto "quente" da época, embora na sua base se mantivesse uma ideologia elitista e tutelar. O próprio Dom Pedro II mediava a ambivalência aristocrática e progressista.[15] Ele considerava o sufrágio universal uma calamidade e que novas leis eleitorais "só poderiam ser perfeitamente obedecidas quando a educação política fosse outra que não a atual de nosso povo" (Sodré 1967: 214).

Uma reforma eleitoral em 1846 tornou a moeda a base do direito do voto, dobrando os valores mínimos exigidos, estendendo, entretanto, o sufrágio. Mesmo assim, em 1876, havia somente 24.637 eleitores numa população de 10 milhões de pessoas. A Lei Saraiva de 1881 estabeleceu o sufrágio direto e "universal" para todos os cidadãos de sexo masculino que contassem mais de vinte e cinco anos de idade mas instituiu uma exigência de alfabetização, o que impedia que se tornassem eleitores as massas de ex-escravos, agora feitos trabalhadores assalariados, assim como os soldados, rasos mendigos e adeptos daquelas ordens religiosas que exigiam a renuncia à liberdade individual (Queiroz 1969:80, Rodrigues s. d.:155).[16] No final do período imperial, um senador ainda podia eleger-se para o resto da vida com menos de 500 votos (Sodré 1967: 216).

Assim, enquanto o Segundo Império testemunhava a centralização da autoridade e a unificação da nação, o poder político e econômico era retido

[15] Gilberto Freyre faz ecoar as confusas combinações políticas da época ao escrever: "... o Império havia funcionado como uma espécie de República Imperial, favorecendo quase uma simbiose entre o liberalismo patriarcal e a democracia autoritária" (1970:167).
[16] A Lei de 1881 pode ter sido promulgada com a intenção de tirar poder dos latifundiários, como sugere Love (1970:12), mas o resultado foi conceder-lhes a oportunidade de controlar igualmente o voto rural.

por uma elite agrária que continuava a competir entre si pelos favores da Coroa.[17] A periferia se havia tornado o centro, e foi precisamente esta consolidação do poder nas mãos da aristocracia agrária que viria a ameaçar a hegemonia nacional. Nos últimos dias do Império, a Câmara dos Deputados passou a ser denominada por uma oposição liberal à autoridade absolutista de Dom Pedro II. Ela também manifestou uma clara preferência pela autonomia provincial. Como descreverei adiante, o advento da República introduziria uma época de extremo federalismo, na qual o comércio de votos entre os presidentes provinciais e os intendentes municipais, que havia começado com o Ato Adicional de 1834, acabaria por se transformar na mais característica das instituições políticas do Brasil rural, o coronelismo, exercida mediante o controle nacional do Partido Republicano.

Da Republica Velha à Nova: A Formação do Eleitorado

Nos estertores do Império, o Brasil estava passando pelas primeiras turbações de uma significativa mudança econômica e social. A abolição da escravatura, em 1888, causou reveses severos à já combalida economia açucareira do Nordeste. A rápida ascensão do café havia mudado o "locus" do poder para a Região Centro-Sul, onde a imigração e a industrialização incipiente estavam começando a modelar um novo setor médio (Freyre 1963).[18] O Império estava lutando com a reforma fiscal, que se tornara

[17] A ideia de que uma ideologia imperial e uma unidade nacional resultavam do recrutamento de funcionários do tipo "mandarim" (Pang e Seckinger 1972) é provocadora, mas ela obscurece o fato fundamental de que a competição e o conflito pela terra e pela mão-de-obra (Dean 1971) caracterizou muitas das manobras políticas do período imperial no Brasil e que existe uma diferença crucial na designação para o cargo, que não foi feita com base num sistema de exames, como era o caso da China.
[18] Como observa Poppino (1968:212): "É um dos paradoxos da história brasileira o fato de que o primeiro surto sério de crescimento industrial devesse ocorrer durante as décadas finais do Império, quando a nação tinha um Governo fortemente centralizado cujas políticas econômicas eram determinadas por uma elite conservadora e orientadas para o setor rural. De fato, muito do impressionante crescimento financeiro e industrial que se seguiu à Guerra do Paraguai era um subproduto, não-intencional do esforço para modernizar a economia agrícola. Foi apenas uma coincidência o fato de que as medidas fiscais ocasionais aprovadas pelo Congresso — tais como a imposição de altas taxas de importação em manufaturas selecionadas, e a expansão do crédito no final dos anos 1860 e novamente em 1888 — estimularam o setor industrial, pois este não era o objetivo da legislação. As posições e os

necessária pelo pesado ônus que a guerra do Paraguai infligiu ao tesouro imperial. Esta mesma guerra havia engrossado as fileiras do Exército com um novo tipo de jovens oficiais saídos da classe média urbana. Com o orgulho alimentado pela vitória, e com a ira acentuada pelo desprezo e pelo desinteresse de um imperador pusilânime, o Exército tornou-se a vanguarda do movimento republicano e 15 de novembro de 1889 deu o golpe de estado que mandou Pedro II para Lisboa.

Não há dúvida de que a influência republicana no Brasil refletia o crescimento deste setor urbano de classe média e a sua receptividade a uma serie de ideias estrangeiras (Bello 1966; Cruz Costa 1964; Freyre 1970). A ideia do republicanismo, adormecida nos últimos dias da Regência, começou a despertar no reinado de Pedro II, à medida que relatos dos acontecimentos políticos na Europa alimentavam a francofilia dos estadistas-filósofos do Segundo Império. Manifestos liberais de 1867-70 clamavam pela abolição do Poder Moderador, do Conselho de Estado, da Guarda Nacional e da escravidão. Pediam eleições diretas e sufrágio universal, abolição das cadeiras vitalícias para o Senado, eleições populares para os presidentes de províncias, magistrados e outras autoridades locais, um Judiciário independente, completa liberdade de religião e liberdade de educação e de associação (Haring 1958: 96-97).

Em 1870 foi fundado o Partido Republicano, que passou a oferecer um ponto de encontro para os partidários da reforma eleitoral, da descentralização do Governo, de um senado eleito e da abolição da escravatura: Não obstante, estes estadistas famosos não legislavam em favor de uma nova ordem política e social. Seus debates, na realidade, estenderam-se por quase vinte anos, quando apesar de uma tentativa paradoxal de última hora, da parte de um ministro liberal do Conselho de Estado, para deter o inevitável, recomendando amplas reformas ao parlamento imperial foi proclamada a Primeira República.

Os oficiais altamente disciplinados que fundaram a Primeira República também se nutriam do pensamento europeu, mas em quantidades mínimas e generosamente temperadas com positivismo, (Cruz Costa 1964;

valores da aristocracia rural dominante raramente estavam afinadas com as necessidades da indústria nascente”.

Torres 1957). Este sentimento comtiano, como diz Haring, se opunha à “... monarquia, direitos hereditários e aristocracia”. No entanto,

> seus adeptos mostraram pouca preocupação imediata com considerações tais como democracia, igualdade, maiorias populares ou a condição do homem comum. O ideal de Comte era uma república ditatorial, governada por uma elite. As palavras de ordem da Sociedade Positivista eram “Ordem e Progresso”. Tratava-se de uma filosofia que parecia enviada por Deus às oligarquias políticas e sociais que governavam por toda a parte na América Latina (1958:140).

De fato, o golpe de estado militar que criou a República foi dado não com o propósito de substituir a ordem autoritária por um verdadeiro liberalismo mas para dar credibilidade àquela ordem; não para colocar a participação popular onde até então reinava o paternalismo mas para dar uma direção ao paternalismo; não para fazer *ordem e progresso*, mas para possibilitar o “progresso-dentro-da-ordem”, conforme a reveladora transposição de Gilberto Freyre:

> Os pequenos burgueses jacobinos do Brasil eram radicais somente no que dizia respeito às suas expectativas político-jurídicas. Para eles tratava-se de estabelecer certos preceitos — Republicanismo ou Federalismo — que lhes pareciam ser providenciais em si mesmos e, ao invocarem tais preceitos, manterem-se no poder pelo maior tempo possível. Quanto ao mais, a classe média republicana continuava a agarrar-se à atitude tradicional no que se reteria da e às doutrinas econômicas liberais (Jaguaribe 1968:141-42).

Consequentemente selando um pacto implícito com a oligarquia rural, cujo poder não seria colocado mais em questão até a Revolução de 1930.

A Primeira República foi menos obra de debates partidários que o resultado de um conjunto de desentendimentos que apressaram a queda do Império. O crescendo republicano não havia ainda atingido um clima febril em 1889, e os estadistas que defendiam a República pareciam contentar-se em adiar a sua causa até após a morte do velho Imperador. O Exército, roubando-lhes a glória do feito, deu ao setor médio, que ele havia passado a representar, uma vitória obviamente ilusória, o que veio a acontecer novamente na revolução de 1964. A nova ordem foi rapidamente aclamada

ela aristocracia rural conservadora, aborrecida com abolição da escravatura sem indenização. Ela também mereceu a bênção da Igreja, irada com a condenação de dois de seus bispos mais importantes a quatro anos de prisão com trabalhos forçados por sua recusa em acatar a ordem governamental de admitir maçons em organizações religiosas, fúria essa não diminuída nem pela comutação, pelo Imperador, do aspecto corporal da sentença. A classe senhorial tinha abraçado a República.

O Governo militar autoritário, no qual a nação foi concebida, breve cedeu lugar a um Governo civil que desmantelou as estruturas centralizadoras do Segundo Império. A Constituição republicana de 1891 estabelecia um federalismo extremo, a ponto de ceder praticamente todas as terras que pertenciam a Coroa às antigas províncias. Se os Estados Unidos da América tinham fornecido o modelo de um sistema federativo unificado aos autores da Constituição brasileira, os Estados Unidos do Brasil configuraram uma versão deliberadamente inexata, que convinha às políticas econômicas liberais de uma elite proprietária de terras e desejosas de possibilitar o livre comércio e o crescimento econômico em estados essencialmente independentes. Como afirmou um observador:

> A nação é entendida como um equilíbrio ou armistício entre grupos locais de poder. O poder destes grupos, reconhecido na Monarquia, amplia-se na República a ponto de livremente contraírem os Estados empréstimos no estrangeiro, de cobrarem impostos de exportação, criarem barreiras fiscais interestaduais e manterem suas próprias Forças Armadas. As instituições político-governamentais nacionais são não raro, simples, emanações dos poderes estaduais (Vieira da Cunha 1-936:16).

Com garantias constitucionais para o controle estadual sobre o arrecadamento de impostos e dispondo de milícias próprias, o poder da classe proprietária de terras sobre a vida política nacional estava, mais uma vez, assegurado. De fato, a continuidade da elite do poder, em termos de seus atores, sugere que pouco de concreto ocorreu quando a nova bandeira com o lema “Ordem e Progresso” foi hasteada no palácio imperial. Num sentido muito real, o Império tinha propiciado a República. O café ainda era o “rei” e os seus barões os mesmos ministros que Pedro II tinha coreografado em seu “ballet político” peculiar (Freyre 1970:167).

> ... se a implantação do regime republicano foi uma vitória da classe média insurgida contra a escravidão, a monarquia e a aristocracia, e ajudada, nessa luta, pelos desertores da nobreza rural, o poder político, antigamente real ou aristocrata, não se tornou popular, se não teoricamente, continuando associados, na realidade, o velho poder econômico e o novo poder político. (Azevedo 1964:186).

No que se refere às massas a fundação da República teve pouca repercussão sobre sua posição dentro do sistema sociopolítico. A despeito dos primeiros aparecimentos de indústria, leve, não surgia ainda um proletariado urbano em luta por, seus interesses, e os camponeses e trabalhadores agrícolas analfabetos permaneciam totalmente sujeitos à autoridade da classe proprietária de terras. Na melhor das hipóteses, a base constitucional do Brasil republicano assegurava a inclusão desses setores, em número crescente, como peões no novo jogo de política partidária da elite rural.

No ápice deste sistema federativo — e sobretudo como um gesto de última hora — os constitucionalistas liberais apresentaram um presidente, a ser eleito por sufrágio direto e, por maioria absoluta dos votos.[19] O vice-presidente, o legislativo bicameral, os governadores dos Estados, as assembleias legislativas, os prefeitos municipais e os vereadores também seriam eleitos por voto direto. No entanto, o elitismo “reaquecido” dos estadistas imperiais também tornou constitucional a exigência da alfabetização para os eleitores, imposta por lei em 1881. A essência de sua posição era a mesma atitude tutelar de primeiro educar as massas de maneira que elas pudessem participar completa e corretamente do processo “democrático”, mas eles desmentiram a sua própria retórica ao excluírem também da Declaração de Direitos a educação primária gratuita, assim

---

[19] Love argumenta que com o advento da República “ocorreu uma democratização do processo político formal... (na medida em que)... o número de cargos eletivos em todos os níveis de Governo aumentaram, foi ampliado o direito de voto, e a autoridade foi descentralizada” (1970:7). No entanto, o fato de que somente 2,70 por cento da população estava registrada para votar em 1898 parece enfraquecer esta posição, mesmo se levarmos em conta o fato de que o índice de alfabetização era de somente 14,8 por cento na última década do Império *(ibid.,* 8). Ao contrário, parece que uma série de outros indicadores, tais como índice de alfabetização, receptividade do Governo em face de reivindicações etc, seria uma medida mais adequada para sabermos a extensão da democracia participatória no Brasil e, como Love observa mais adiante, o sistema republicano era um espetáculo burlesco que, no final, simplesmente fortaleceu a força opressora oligárquica sobre a nação.

como o voto para os analfabetos, que haviam sido garantidos na Constituição imperial de 1824 (Rodrigues s.d.:155).

A eliminação dos analfabetos do eleitorado teve o efeito de excluir do processo político todos os escravos recentemente libertados *(ibid.,* 136) e pode ter sido feita com a intenção de reduzir o tamanho de um eleitorado rural dependente. O que se fez na realidade, foi concentrar o poder político nas mãos das elites agrárias, particularmente os fazendeiros de café da próspera Região Centro-Sul. Numa época em que o grosso do eleitorado potencial ainda residia nas áreas rurais mais populosas, a formação da República e de um sistema representativo deu um sopro de vida ao poder declinante da classe proprietária de terras.

Não pode haver dúvida de que o sistema político da Primeira República emergiu como um compromisso entre diversas forças contendoras (Leal 1948), um compromisso que iria marcar a vida política local e nacional até 1964. Por um lado, a necessidade de o centro militar negociar a sua autoridade com os tradicionais centros de poder no campo resultou no sistema federativo. Por outro lado, a necessidade de satisfazer as reivindicações do emergente setor médio deu nascimento a um "estado cartorial" (como o chama Jaguaribe), que absorveu populações rurais numa burocracia militar e civil em rápida expansão, através de um sistema de clientela que trocava "empregos supérfluos por votos" (Jaguarite 1969:395). No princípio, a extensão deste "estado cartorial" ao campo forneceu à oligarquia rural um novo e crucial recurso para sua luta pelo poder. Também subordinou o Governo à política, criando uma crise administrativa no Brasil rural que perduraria por toda a era republicana e contribuiria, até certo ponto, para a eventual politização no campo,[20] como veremos adiante.

De fato, o sistema político da Primeira República tornou-se pouco mais do que um "trade off" calculado, totalmente elaborado segundo a "política dos governadores'',[21] na qual os chefes dos governos estaduais e o

[20] Della Cava divide a Primeira República em dois períodos, para o Nordeste. O primeiro, o Período Oligárquico (1889-1910), dependia da patronagem estadual. O segundo, o Período Burguês (1910-30), dependia da patronagem federal e foi caracterizado por uma coligação entre comerciantes e proprietários de terra (1970:157, 165).

[21] "Campos Sales introduziu a política dos *governadores* para assegurar o apoio do congresso para suas políticas fiscais e monetárias. O problema mais urgente de sua administração era cumprir os compromissos assumidos com o empréstimo feito por

Presidente da República concordavam em respeitar mutuamente a autoridade de cada um em seus respectivos domínios. Para o Presidente isto significava apoio do Congresso para as políticas nacionais necessárias à preservação da credibilidade fiscal no exterior. Para os governadores, isto significava um retorno *de facto* à autonomia provincial e uma garantia da patronagem federal, incluindo o direito de nomear funcionários públicos nos níveis estaduais e municipais. A moeda desta troca eram os votos, e o eleitorado rapidamente começou a expandir-se em relação à demanda política.

Neste sistema, os chamados "clãs eleitorais" — aqueles agrupamentos patriarcais que emergiram no Segundo Império — se aglutinaram em oligarquias estaduais, coligações supralocais e suprafamiliais que eram ligadas entre si através da filiação comum ao Partido Republicano estadual, que era, para todas as finalidades práticas o único partido em funcionamento na Primeira República.[22] O partido em si era pouco mais que uma congregação das elites políticas locais, unidas a nível estadual através do personalismo de seu líder, que quase sempre aspirava ao Governo do Estado.

Havia pouca coerência partidária a nível nacional. Na economia agrária prevalecente, caracterizada por extrema diversidade regional e por um passado de "booms" e de crises da monocultura, surgiram fortes rivalidades estaduais. No entanto, com poucas exceções, a sucessão presidencial tendia a fazer revezarem-se de maneira ordeira os dois Estados mais poderosos, São Paulo e Minas Gerais, onde residia aproximadamente metade do eleitorado nacional, que podia ser aliciado pelos fazendeiros de

Rothschild em 1889, que consolidava a dívida externa brasileira e introduzia uma moratória de pagamentos para restaurar o crédito da nação. O contrato estipulava medidas pouco populares tais como a elevação de impostos, a redução da moeda em circulação e dos dispêndios governamentais, e o estabelecimento de um direito de retenção na arrecadação da alfândega do Rio para a Casa de Rothschild. Na verdade, então, a *política de governadores* foi simplesmente uma resposta à realidade da economia colonial brasileira" (Love 1971:96).

[22] Para uma descrição do controle exercido sobre a máquina eleitoral estadual na República Velha pelo Partido Republicano Riograndense, ver Love (1971:78-79). Apesar da variação de padrões nacionais de coronelismo pelos coronéis essencialmente burocratas do Rio Grande do Sul, a descrição da consolidação do poder pelo Partido Republicano estadual feita por Love é inestimável. Naquele Estado, a autoridade verdadeira, sob a forma de caciquismo local, era detida por quatro subchefes de polícia (ibid., 80) que eram parentes de coronéis de outras regiões.

café em sua busca de controle direto do cargo decisivo de Chefe do Executivo. O sufrágio direto e as maiorias absolutas tornaram-se simples mecanismos de afirmação da escolha do sucessor do Presidente, pois o candidato da convenção partidária, oficialmente apoiado pelo Presidente da República, tinha sua eleição virtualmente assegurada pela cumplicidade dos governadores dos Estados-chave.

Além de dar apoio eleitoral ao Presidente os governadores deviam garantir ao Chefe do Executivo a maioria no congresso, assegurando para tanto a eleição de seus candidatos oficiais. Isto se fazia mediante certas articulações subsequentes com os chefes municipais ou *coronéis*, que controlavam o eleitorado rural. Nesta série de transações, o governador aliciava o apoio do coronel para os candidatos oficiais tanto no nível federal quanto estadual, em troca da carta branca para administrar o município, incluindo-se o controle da concessão de sinecuras burocráticas a nível local.

Deste modo, na Primeira República, "... os verdadeiros protagonistas da vida política eram grupos oligárquicos estaduais, apoiados localmente no poder dos grandes proprietários de terra" (Lopes 1966:61). Ao controlar indiretamente o eleitorado municipal, os oligarcas estaduais exerciam influência direta sobre o Congresso. Através da política dos governadores, eles passaram a influenciar indiretamente também o ramo executivo (Oliveira Vianna 1933:307).

O principal articulador deste sistema de *trade-offs* políticos era o coronel, o chefe do interior, cujo lugar na hierarquia dependia de sua capacidade em angariar votos municipais para a oligarquia estadual.[23] Durante o Império, o coronel era na realidade o comandante-chefe do regimento municipal da Guarda Nacional, uma posição que possibilitava a ele e a seus seguidores a consolidação de seu poder através do controle direto da principal força pública da localidade. Com o advento da República, o título tornou-se honorífico, e o "estado cartorial" e o sistema representativo colocaram à disposição do coronel um outro conjunto de recursos.

[23] O estudo mais notável sobre o coronelismo e sobre política municipal no Brasil pode ser encontrado em Leal (1948). Para um interessante estudo de quatro recentes coronéis, ver Vilaça e Albuquerque (1965). Uma série de estudos sobre políticas locais apareceram na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, por exemplo, Santos (1961). Ver também Paulson (1964), Harris (1956), e o exame geral em Torres (1965).

Os atributos de liderança eram consideravelmente realçados pela barganha política, na qual um eleitorado municipal dependente se tornou a contrapartida numa troca direta de votos por recompensas políticas. Despendendo as rendas municipais em trabalhos públicos tais como estradas, barragens, eletricidade, pontes, escolas, hospitais e outras obras afins, o coronel construía sua reputação de benfeitor local assegurando a sua continuidade. Ao nomear funcionários públicos — frequentemente seus próprios parentes — para cargos de professores, coletores de impostos, escrivães, promotores públicos, juízes, inspetores, funcionários da saúde pública etc, o coronel se transformava em patrono de pessoas bem colocadas e, deste modo, direta ou indiretamente, ia estendendo sua cadeia de seguidores. Ele também transformava em seus devedores os funcionários judiciários legítimos e as autoridades políticas, que se tornavam, a partir daí, o alto comando de seus "capangas", sempre que fosse necessário recorrer às balas para reafirmar sua autoridade contra os rivais que desafiassem a sua usurpação da patronagem estadual e federal. Frequentemente, à oligarquia estadual ficava simplesmente observando, sem tomar partido, as brigas locais pelo direito de supervisionar a máquina eleitoral municipal. Para a oligarquia pouco importava qual das partes iria de fato dar-lhe os votos.[24]

Embora o coronel raramente ocupasse um cargo eletivo, preferindo escolher os candidatos para os cargos municipais dentre as elites burocráticas e comerciais na sede do município, o seu controle sobre a máquina política jamais era questionado. Um coronel eficiente contratava "lugares tenentes" para ensinar aos eleitores em potencial como assinar o nome (frequentemente eludindo as exigências de alfabetização). O lugar-tenente também atestava a idade mínima para votar, exigida dos eleitores que não dispunham de certidão de nascimento e pagava os custos de obtenção do registro eleitoral. Através destes expedientes os lugares-tenentes iam completando as listas eleitorais. As oportunidades de fraude

[24] Della Cava descreve o modo pelo qual os coronéis locais competiam, uns com os outros, pelo privilégio de apoiar a oligarquia estadual no Ceará, que simplesmente ficava esperando que emergisse um vitorioso — e ao vitorioso pertenciam todas as vantagens eleitorais. Estas lutas frequentemente envolviam os antigos proprietários de terras e as recentes elites comerciais (1970:94-95, 142). Ver também o minucioso estudo desenvolvido por Shirley a propósito de um médico que entrou para a política no município serrano de Cunha, em São Paulo, durante a República Velha (1970:80ff..).

eram ilimitadas. No dia da eleição, os lugares-tenentes reuniam os eleitores — daí as referências aos votos de cabresto — e os transportavam para as urnas. Se necessário, cuidavam para que nenhum opositor chegasse às urnas, ou então tomavam providências para que seus votos não fossem computados. Normalmente as eleições locais não constituíam alvo de contestação séria. O coronel, com o apoio da oligarquia do Estado, dificilmente deixava de ganhar nas urnas.[25]

Uma oposição minoritária, ansiosa por uma parcela de favores dispensados em troca do apoio eleitoral aos candidatos ao Congresso, ocasionalmente tentava conseguir alguns votos, para fins de barganha na época das eleições. Na realidade, esta oposição estava competindo pelo privilégio de aderir à oligarquia dominante no Estado e não lutando para eleger uma chapa rival à chefia do executivo estadual. A ideia era agregar votos às listas eleitorais e não ganhar eleições. Entre uma e outra eleição, reafirmava-se a "política de adesão". Uma oposição mais sistemática sob a forma de um faccionalismo bem desenvolvido só apareceu no final da ditadura de Vargas, quando, na Segunda República, a competição entre uma multiplicidade de partidos em eleições duramente disputadas, especialmente a nível local, transformou a vitória eleitoral e não puramente a agregação de votos na condição *sine qua non* para a obtenção de vantagens políticas.

A revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder e que lançou as bases para o Estado Novo foi gestada a partir de um acordo entre o "estado cartorial" e o coronelismo que caracterizara a Primeira República (Jaguaribe 1968). No entanto, ao entregar a Vargas a Presidência após a disputada eleição de 1930, os militares não estavam simplesmente reconhecendo a ascendência dos barões do gado sobre os fazendeiros de café consequente do colapso do mercado mundial, mesmo se

[25] "Durante a Primeira República a oligarquia estadual manifestava-se na comunidade local como monopólio de poder através de uma facção política única. Isto não quer dizer que não houvesse lutas políticas. Ao contrário, era a situação normal em todo o Brasil: dois 'clãs' políticos envolvidos em duras lutas e, com os seus seguidores, dividiam verticalmente a sociedade. Basicamente, no entanto, a qualquer momento todas as posições de poder na comunidade eram controladas por uma das facções políticas. A ascensão política da outra facção, quando ocorria, significava uma mudança completa em um curto período, e a ocupação, pelo novo grupo, de todos os focos locais de poder. O grupo dominante em qualquer momento mantinha, a nível local. O monopólio do poder e tinha o apoio da oligarquia estadual" (Lopes 1971:189).

superficialmente parecesse que uma oligarquia estadual tivesse substituído outra.[26] Na realidade os militares estavam reconhecendo uma mudança social mais fundamental. Uma nova configuração de elementos estava principiando a remodelar a estrutura social brasileira (Wagley 1960) e iria afetar profundamente a natureza dos acontecimentos na Segunda República.

Durante o regime de Vargas, três novos setores explodiram no palco político brasileiro: uma classe média falante, que exigia a reforma que exigia a reforma eleitoral, políticos "honestos" e uma burocracia estatal expandida; um grupo burguês industrial que introduziria uma era de desenvolvimento econômico baseada na ideologia de nacionalismo econômico; e um proletariado urbano que iria aglutinar uma nova e importante massa política. Estes três setores viriam alterar não só o equilíbrio da nação, mas também estabeleceriam novas regras, para um sistema político altamente competitivo que ameaçaria seriamente as relações tradicionais de patrão-dependente no campo.

Os anos da primeira presidência de Vargas e de sua ditadura foram os "anos da gestação" (Lopes 1971:86n), durante os quais o poder foi sifonado para fora dos Estados em direção ao Governo central, a hegemonia das oligarquias rurais começou a ser desmantelada de uma maneira sistemática e a massa urbana começou a se fazer ouvir na arena política. Em apenas quinze anos, entre 1930 e 1945, e sobretudo depois de 1937, Vargas consolidou o poder executivo nas mãos do Governo federal, ao estabelecer um elaborado sistema de ministérios e de repartições administrativas subordinadas, em última análise, à autoridade presidencial. Ele também estendeu o controle federal às áreas locais através da nomeação de seus aliados, na qualidade de interventores, em muitos Estados e em seus principais municípios.

[26] A grande Depressão de 1929 pressagiou o colapso da economia cafeeira e reforçou a disposição dos fazendeiros paulistas de reter o controle sobre a política fiscal do Governo. Ao nomear outro paulista para sucedê-lo, o Presidente violou a tradição estabelecida de alternância e de adesão, e lançou as bases para uma nova coligação entre os Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, fornecendo apoio civil ao golpe de estado militar que colocou Vargas na presidência. Para um exame completo da história regional no Rio Grande do Sul e sobre a ascensão de Vargas ao poder através dos canais coronelistas "tradicionais", ver Love (1971). Ver também Skidmore (1967, cap. 1-2) para um balanço crítico da revolução de 1930.

Através de uma manipulação cuidadosa da patronagem federal, Vargas aniquilou as oligarquias tradicionais Estado após Estado. Em alguns lugares, dentro da esfera de influência dos centros urbanos, elas foram substituídas por uma clique de burocratas das cidades vizinhas.[27] No entanto, o que ocorreu na maioria dos casos foi que um grupo de senhores de terra tomou o lugar de outro. A "autoridade tradicional" no campo permaneceu essencialmente intacta. As massas rurais simplesmente tornaram-se dependentes de outro grupo de elites proprietárias de terra, o grupo compreendia os novos senhores políticos.[28] No período que se seguiu à Grande Depressão, o "rei" café foi deposto, mas as massas rurais permaneceram sujeitas aos ditames da classe proprietária de terras.

Deste modo, o Estado Novo reteve muito das feições do regime republicano sem o inconveniente de eleições abertas. Também "colocou em marcha um processo de mudança espontânea que mais tarde poderia ser acelerado e orientado de maneira mais deliberada" (Jaguaribe 1969:397) quando o sistema eleitoral fosse reintroduzido. A industrialização no Brasil teve o seu primeiro verdadeiro impulso durante a 1ª Guerra Mundial, e começou a "decolar" na década de 40, quando a Segunda Grande Guerra reduziu drasticamente a importação de produtos manufaturados do exterior.[29] Consequentemente, o "locus" do poder começou a se desviar do campo em direção às cidades do país, sobretudo para o triângulo industrial que se estava formando na Região Sudeste, em torno do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, onde a migração em massa de trabalhadores rurais

[27] Shirley descreve um médico que chegou a Cunha, Estado de São Paulo, justamente no momento em que Vargas estava depondo os fazendeiros de café depois de sua contrarrevolução abortada em 1932. Através de manipulação cuidadosa, ele pôde consolidar sua posição na hierarquia local. Shirley refere-se a ele como um patrão mas seria mais adequado considerá-lo como um intermediário entre as poderosas elites proprietárias de terras e os seus clientes. As elites comerciais libanesas com uma nova fonte econômica mais tarde se transformaram nos novos patrões (1971:81fs., 97 fs.).

[28] Se por um lado o regime de Vargas representava uma aliança da burguesia industrial urbana com o proletariado, ele não era menos conciliador com os interesses agrários. De fato, Vargas virtualmente ignorou o trabalhador rural e a questão crítica da reforma agrária, durante os vinte anos que permaneceu como chefe do executivo.

[29] Ver Furtado (1965) para a explicação clássica de como o apoio do Governo ao café durante a crise sustentou a demanda interna e através de substituições de importações criou a base para a própria industrialização do Brasil.

contribuiu para o crescimento de um grande eleitorado, sem compromissos políticos.

De 1945 a 1960, o eleitorado nacional cresceu de sete milhões de pessoas, ou seja 16,1% da população total, para mais de quinze milhões de pessoas, ou 23,4% (Wells et al., 1962). No entanto, proporções passivamente mais altas de eleitores se concentravam no Sudeste desenvolvido por oposição ao Nordeste menos desenvolvido, o que se correlaciona fortemente com os níveis de alfabetização e urbanização.[30] Nas quatro eleições presidenciais que se realizaram entre 1945 e 1960, de cinquenta a sessenta por cento dos votos foram obtidos nos Estados do Sudeste e no próprio Estado natal de Vargas, o Rio Grande do Sul.

A importância deste novo setor urbano não passou desapercebida a Vargas (ou a seus sucessores) que cortejou abertamente o apoio político dos trabalhadores da indústria usando o aparato de Estado para conceder-lhes uma substanciosa legislação social, ao mesmo tempo que os mantinha sob controle através de um sistema de sindicatos hierarquicamente organizado sob os auspícios do Governo.[31] Se a ideologia da era de Vargas parecia representar uma ruptura com a filosofia política elitista da Velha República, era ela igualmente tutelar, na sua visão autoritária paternalista e corporativista (Wiarda 1969). O povo só se uniu na qualidade de "uma massa para ser manipulada por líderes emergentes dos grupos dominantes, como um instrumento para a aquisição e preservação do poder" (Lopes 1966:63). Não obstante, como acabamos de ver, o grande número de

[30] Percentual da população total que vota

	1950	**1954**	**1958**	**% Urbanos (1960)**	**% Alfabetizados (1960)**
Nordeste	13.7	14.1	14.4	20	30
Sudeste	17.7	19.1	24.6	45	65

Fonte: Soares (1964: 169-70, 182).

[31] O excelente balanço crítico feito por Schmitter sobre a sindicalização na era de Vargas demonstra, de modo convincente, que havia um conjunto definido de continuidades na cultura e na prática política dos regimes constitucionais prévios (197a:123ff.). "Getúlio Vargas talvez estivesse tão preocupado com a autopreservação que ele não conseguia dedicar-se muito a outros objetivos, embora sua filha afirme que sua concepção básica de seu papel era a de tutelar a política" (ibid., 75). Para uma visão bastante diferente da era de Vargas como a gênese de uma democracia populista que durou até o golpe militar de 1964, ver Ianni (1970).

trabalhadores urbanos que Vargas havia incorporado ao Estado sindicalista constituiria um importante um importante legado para a política pós-ditatorial da Segunda República com a proliferação de partidos políticos e de coalizões *ad hoc* a nível estadual, eles forneceriam o apoio básico para os líderes populistas, que também viriam a competir pelo voto.

O próprio Vargas havia começado a prever uma volta à política eleitoral pouco antes que os militares novamente liberalizados pelo pequeno papel que desempenharam na derrota do fascismo na Europa se pusessem em campo para acabar com o Estado Novo com 949 e de Estado em 1945. Uma nova lei eleitoral em 1932 havia atendido às reivindicações do setor médio urbano ao determinar eleições honestas através de controles federais apoiados num Judiciário fortalecido, a extensão do sufrágio às mulheres e aos maiores de dezoito anos de idade, o voto secreto, o voto obrigatório e uma representação proporcional. No entanto, persistia a exigência de alfabetização.[32] Embora isto não impedisse o acesso ao voto por parte de uma população urbana em rápido crescimento que tinha acesso a rudimentos de educação, esta exigência limitada ao voto rural, consequentemente garantindo que o "comitê executivo dos fazendeiros de café e dos exportadores" (Jaguaribe 1969:398) não pudesse reafirmar seu controle sobre a Presidência e sobre as governadorias. Não impediu, entretanto, que a classe proprietária rural estendesse o seu domínio a um eleitorado rural ampliado, consequentemente garantindo-se um controle contínuo sobre o Congresso federal, sobre as legislaturas estaduais e sobre os seus próprios distritos municipais. De fato, tem se argumentado que nos Estados onde o equilíbrio demográfico pendesse acentuadamente em favor das zonas rurais, o sistema de representação proporcional valorizava, de maneira desproporcionada, o voto rural nas eleições para o Congresso.

A Constituição de 1946 não só legitimou a Segunda República como também lançou as bases de um sistema político de múltiplas camadas, tão

[32] Um exame cuidadoso dos dados sugere os limites atualmente impostos ao sufrágio pela exigência de alfabetizado. Sodré, por exemplo, demonstra que em cada trinta e um milhões de eleitores potenciais com mais de dezoito anos de idade em 1950, somente 13,8 milhões, ou cerca de 44 por cento, estavam de fato registrados para votar na eleição de 1958. Se considerarmos que somente quinze milhões dentre um potencial de quarenta e cinco milhões de eleitores estavam registrados em 1962, descobrimos uma queda na dimensão do eleitorado para 34 por cento relativo à população em condições de votar (1967:220-21). Sobre a injustiça de se negar o direito de voto ao analfabeto, ver Weffort (1965:165).

cheio de conflitos internos que, dentro de duas décadas, seria dissolvido. De um lado, a Constituição fortaleceu o cargo de presidente concedendo-lhe poderes amplos para legislar por decretos e estabelecendo sua eleição direta, por voto popular, assim tornando-o sensível às reivindicações da massa urbana emergente. Por outro lado, garantia um constante domínio rural sobre o Congresso, ao estabelecer representação igual para todos os Estados no Senado, e representação proporcional na Câmara dos Deputados, onde os lugares eram alocados com base no total de votos obtidos por partidos em cada Estado (Soares 1964:16566). Embora os candidatos a cargos executivos se voltassem, de maneira crescente, para um eleitorado independente[33] ao qual prometiam reformas básicas, o Congresso permanecia um composto de interesses conservadores e paroquiais, um impasse governamental entre os ramos Executivo e Legislativo (Furtado 1965).[34]

Portanto, a própria Constituição representava uma acomodação improvável entre uma estrutura arcaica e um novo eleitorado que não era facilmente satisfeito. O impasse também foi duplicado no nível estadual. Ao estabelecer eleições diretas através de sufrágio popular para a escolha dos governadores, das assembleias legislativas estaduais, dos prefeitos e das câmaras de vereadores, a Constituição estimulava uma proliferação de

[33] A importância deste voto nas eleições para presidente e para governador é demonstrável, começando com a conquista, por um candidato populista, do governo de São Paulo em 1947. Reflete-se novamente na vitória eleitoral de Vargas para a sua segunda presidência em 1950 e no fato de que seu discípulo, o antigo Ministro do Trabalho João Goulart, tenha recebido mais votos como um candidato à vice-presidência do que Kubitschek recebeu como candidato à Presidência em 1955, quando ele perdeu votos para o populista Adhemar de Barros (Skidmore 1967:149). Novamente, a vitória de Jânio Quadros na eleição presidencial de 1960 desafiou as esperadas lealdades partidárias (Weffort 1970:390 fs.), embora o testemunho mais significativo da independência dos eleitores urbanos talvez tenha sido o fato de que um rinoceronte do zoológico de São Paulo recebesse 90.000 votos na eleição de 1959 para prefeito daquela cidade. O fenômeno não se limitava ao Sudeste. De fato, talvez o fato mais indicativo desta tendência tenha sido a eleição de Miguel Arraes em 1962 para governador do Estado nordestino de Pernambuco, onde a industrialização estava apenas se iniciando e a cidade-capital de Recife havia crescido para mais de um milhão de pessoas (de Kadt 1970:48).

[34] Mesmo se tivessem o intento de realizar reforma agrária, o que seu compromisso com os interesses agrários tornava improvável, os sucessivos presidentes até Jango Goulart (1961-64) hesitaram em usar seus poderes de decreto com medo de alienar o Congresso, cujo apoio era necessário para outras medidas. Ver Skidmore (1967:169, 379-80n.15).

políticas de partido e um sistema político altamente competitivo a nível local, que era igualmente insensível às necessidades do eleitorado.[35] Como veremos adiante, a estrutura do partido era pouco mais do que um mecanismo para angariar votos, que operava principalmente na época das eleições. Os partidos eram sensíveis às necessidades da liderança política a que serviam, mas eram totalmente incapazes de atender às reivindicações do eleitorado, que ajudaram a criar.

As políticas de sindicalização e de previdência trabalhista aplicadas por Vargas serviram como o ponto de partida para a mais importante das novas organizações partidárias, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que uniu os trabalhadores urbanos e os chefes sindicais sob a liderança de um novo patrono. A política de conciliação de Vargas com relação aos burocratas da classe média, os proprietários de terra e os industriais atraiu estes elementos, aparentemente incompatíveis, à sua causa através do partido Social Democrático (PSD). Uma coligação anti- Vargas, composta de elementos de classe média de tendência liberal, alienados pela ditadura do Estado Novo, e de oligarcas rurais deslocados na medida em que o regime consolidava a sua posição, fundou mais tarde a União Democrática Nacional (UDN). O Partido Comunista brasileiro (PCB) teve uma curta aparição no cenário e passou à clandestinidade em 1947. O único outro partido importante foi o Partido Social Progressista (PSP), partido populista com suas bases principais em São Paulo. Ainda assim, a estrutura partidária foi se multiplicando, coalescendo e se transfigurando, até o ponto de, na eleição de 1962, haver um total de treze partidos competindo, a nível nacional, por lugares no Congresso (Soares 1964:165).

Sob diversos aspectos, estes "partidos personalistas e clientelísticos" (Schmitter 1971a:387) constituíam emanações múltiplas do antigo Partido Republicano da República Velha. Eles eram, essencialmente, organizações de âmbito estadual sem uma ideologia dominante, em plataformas políticas nacionais (Ianni 1965:37ff). Do mesmo modo que o antigo Partido Republicano, esses partidos englobavam uma multiplicidade de interesses locais, que variavam de região para região. A diferença estava no fato de que agora vários partidos participavam nas eleições de cada Estado e

[35] Schmitter (1971x29-30) sugere que o sistema passou de semicompetitivo (competição a nível local) para plenamente competitivo (competição a níveis locais e nacional) durante o regime de Goulart.

geralmente dois competiam em cada município. Por exemplo, em Alagoas, Estado nordestino de base agrária, a UDN tornou-se o partido dos usineiros de açúcar, donos de engenhos industriais altamente mecanizados desenvolvidos sob a tutela dos interventores do Estado Novo, ao passo que o PSP era constituído pelos donos de fazendas de gado e fazendeiros de fumo, que apelavam diretamente para o limitado voto urbano e que faziam barganhas com alguns usineiros independentes do litoral.

Não existia mais um Partido Republicano único que servisse como máquina eleitoral bem azeitada para uma oligarquia tradicional. Ao contrário, o PTB, o PSD, a UDN, o PSP e diversos outros partidos menores, organizados para que os novos aspirantes pudessem dispor dos veículos necessários para concorrerem abertamente a cargos públicos, competiam pelo poder político. Sem dúvida, faziam-se inúmeros acordos e não faltavam "alianças espúrias", como por exemplo a chapa PSD/PTB que elegeu para governador o irmão do antigo Ministro da Guerra de Vargas, ou a coligação PSD/UDN que apoiou o genro do seu Ministro do Trabalho numa sangrenta campanha por uma governança em 1950, na qual os dois candidatos da oposição foram assassinados.[36] Ainda assim, a decisão final era tomada pelo "povo" no dia da eleição,[37] e mesmo neste Estado secundário — conhecido por sua política de cangaço — o crescimento de um eleitorado independente começou a se fazer sentir nas urnas.

Muniz Falcão, antigo deputado trabalhista (PTB) na época de Vargas, estabeleceu uma coligação que veio a se tornar o PSP estadual, derrotando os candidatos da UDN e do PTB nas eleições para governador em 1954. Uma nova força, que seria decisiva nas eleições legislativas de 1958 bem como nas eleições para governador de 1960, havia emergido na política estadual quando um candidato independente, com reputação de reformador honesto, entrou no executivo estadual à sombra de Jânio Quadros. Não obstante, cada um dos governos sucessivos imediatamente tentou assegurar,

[36] A revolução de 1930 destronou a aristocracia açucareira que havia dominado o Estado da República Velha. Através de uma série de intervenções estaduais e municipais a família Góes Monteiro consolidou seu controle sobre o Estado. Durante quase duas décadas, detiveram um poder jamais desafiado, enquanto a oposição era brutalmente silenciada ou então era enredada na enorme cadeia de patronagem que se estabeleceu sob o Estado Novo. Sou grato a Rosemary Messick, da Universidade da Califórnia em San José, pela informação sobre políticos estaduais em Alagoas durante a Segunda República (comunicação pessoal).
[37] Ver Sodré (1967:187ff.) para um debate sobre "Quem é o povo no Brasil?".

e ampliar a sua permanência no Estado através da oferta de inúmeros empregos burocráticos e de outras formas de patronato, o que agora era um procedimento republicano padrão. Calcula-se que Muniz Falcão nomeou cerca de quatro funcionários nos últimos dias de sua administração. O Major Luis Cavalcante, candidato vitorioso na eleição estadual de 1960, foi apoiado por um elemento da UDN que rapidamente preencheu a sua burocracia administrativa, colocando-a numa posição estratégica para capitalizar os recursos despejados no seu Estado pela USAID em 1961 através da Aliança para o Progresso.

Cada município do Estado recebeu recursos para a construção de escola, industrialização em pequena escala, eletrificação e outros projetos filtrados pela máquina da UDN, assegurando-lhe uma vitória substancial nas eleições legislativas de 1962. O poder retirado dos usineiros de açúcar por Vargas em 1930 foi devolvido sob a forma de ajuda externa. Além do mais, apenas uma pequena parcela desta ajuda chegava efetivamente ao povo, a quem se destinava. As políticas de clientela que haviam impregnado a Segunda República baseavam-se nas relações entre dois indivíduos, o eleitor e o candidato (Weltort 1965:166), ou, mais frequentemente, o seu cabo eleitoral, que distribuía as rendas municipais em troca de votos.

No nível municipal, continuava a mesma política de sempre, só que agora duas facções competidoras, servindo os interesses de rivais locais mais importantes — às vezes as novas elites comerciais em oposição aos "filhos nativos" dos proprietários — organizavam-se também em linhas partidárias. Os partidos políticos tornaram-se instrumentos de amargas lutas de facções pelo acesso aos recursos municipais. A Constituição de 1946, apesar de suas tendências centralizadoras, tornou o controle dos cargos municipais particularmente atraente na medida em que especificou uma grande "autonomia" local que permitia aos prefeitos organizar os seus serviços públicos e administrativos, ganhar e gastar sua própria renda, coletar certos impostos e taxas exclusivamente para seu uso próprio e utilizar, de acordo com o seu próprio critério, uma parte das rendas estaduais e federais que retornavam ao tesouro municipal. Era também garantia que o sistema de patronato estadual, tão fortemente desenvolvido na República Velha, crescesse a passos acelerados desde que os funcionários municipais em posições de chefia não tivessem fundos suficientes para fornecer qualquer tipo de serviço local regular (Donald

1959:21).[38] O prestígio político e um séquito político ainda dependiam inteiramente de "kickbacks"[*] obtidos dos funcionários estaduais e federais. Ao mesmo tempo, o controle da concessão do *status* de município, e consequentemente, da concessão de recursos, foi concedido aos Estados. Considerando-se que a criação de cada novo distrito administrativo também estabelecia um novo "feudo" político, os líderes locais estavam prontos a "negociar" com as autoridades estaduais sobre a questão da independência municipal.[39] "A barganha sobre a qual o Estado Novo havia sido fundado patronato em troca de promessa de apoio serviu como um suporte aos partidos políticos; em outras palavras, votos em troca de cargos políticos." (Jaguaribe 1964:144).

Para todos os fins práticos, "... o principal resultado da transformação política nos municípios do interior foi que as suas estruturas políticas deixaram de ser monolíticas" (Lopes 1971:189). A simples agregação do total de votos nas listas eleitorais deixara de ser uma garantia do apoio da oligarquia do Estado, como acontecera na República Velha. Não existia mais um *superpatrão* enraizado na sede da assembleia legislativa estadual ao qual o coronel da época pudesse aderir. Agora era necessário que os contendores políticos locais buscassem votos para vencer as eleições municipais e que contribuíssem para a vitória de seu partido no Estado, já que o Governo no poder oficialmente manteria seus compromissos para com um município cujos chefes políticos fossem membros da oposição. Neste sistema, foram reavivadas as mesmas técnicas fraudulentas para o registro de eleitores usadas na República Velha, só que agora empregavam-se cabos eleitorais[40] para organizar o maior número possível de eleitores no

[38] O imposto sobre propriedade rural era uma das mais importantes rendas recolhidas pelo Estado. Em 1961, passou para a competência do município e depois voltou para o Governo federal em 1964, "onde era mais provável que seria recolhido e menos provável que fosse redistribuído em favor de governos locais" (Schmitter 1971a:271).

[*] Isto é, de dádivas retribuídas por parte de uma soma em dinheiro recebida em virtude de ajustes *confidenciais* ou de coação. (N. da Ed. Bras.)

[39] O número total de municípios no Brasil dobrou durante a Segunda República. No Estado de Minas Gerais, o número cresceu de 16, durante o período colonial, para 95 sob o Império e finalmente para 316 em 1948, 388 em 1953, 405 em 1958, 722 em 1963 (Burns 1970:329), em cada caso logo após as eleições para o Congresso. Para um fascinante exame da criação de um novo município, ver Della Cava (1971).

[40] Singer define um *cabo eleitoral* como "... um líder local que dispõe de algumas dezenas ou, no máximo, de umas centenas de votos, um número insuficiente para permitir que ele

município. Os analfabetos aprendiam a assinar o nome; os menores de idade recebiam falsas certidões de nascimento; pagavam-se os registros; e os eleitores recebiam "apoio moral" durante suas aparições diante da mesa eleitoral.

Deste modo, os políticos rurais ampliavam seu séquito eleitoral,[41] conquanto agora fossem necessários mecanismos adicionais para controlar os votos que eram criados. A coerção foi adicionada a uma longa lista de medidas mais sutis usadas para o arrebanhamento de apoio eleitoral. O voto seco tornou-se inoperante nas urnas. A votação era rigorosamente controlada através da impressão de células separadas para cada partido — frequentemente em cores nitidamente diferentes — ou através da colocação de urnas separadas, de modo que os camponeses pudessem ser observados ao depositarem o seu voto "secreto". Nas ocasiões em que se distribuíam envelopes, como medida de precaução, eles eram previamente recheados com cédulas marcadas para que, automaticamente, fossem anulados os votos da oposição. Nesta altamente competitiva arena local as políticas de adesismo começaram a se decompor na medida em que os partidos políticos se foram tornando mais institucionalizados.

Estes aspectos da vida política rural podem ser ilustrados com dados retirados de minha própria pesquisa de campo. Em Guaiamu, Alagoas, município no qual realizei o meu estudo, a política de cangaço que caracterizava as lutas interfamiliares pelo poder na República Velha cedeu lugar a uma relativa paz e prosperidade no Estado Novo. Uma usina de açúcar foi construída no vale principal do município em 1927, sendo transformada em uma agroindústria altamente mecanizada em 1939. Os novos proprietários, um antigo fabricante de têxteis e seus dois filhos, imediatamente começaram a concentrar as suas propriedades no município,

próprio se candidate a um cargo eletivo. Ele é uma espécie de advogado administrativo de sua comunidade, que pode ser um povoado, uma favela, uma associação ou um clube recreativo" (1965:74).

[41] Em um estudo fascinante da política a nível local no Estado nordestino da Paraíba, Blondel registra um aumento de 56 por cento de eleitores registrados entre 1945 e 1950 enquanto o crescimento total da população no Estado foi de apenas 11 por cento no mesmo período. Estas cifras revelam fraudes eleitorais significativas, na medida em que o número de eleitores registrados excede o número estimado de analfabetos acima de quinze anos de idade, por volta de 60.000. A idade mínima para votar, na época, era de dezoito anos (1957:73-74).

absorvendo os produtores de cana-de-açúcar, até então independentes, e tornando-se os maiores proprietários de terra, atingindo cerca de 15.000 hectares em 1965. Naquela época, a usina empregava trezentos operários e oitocentos trabalhadores rurais, sendo a maior empregadora do município, com controle direto sobre uma proporção significativa dos três mil cento e quinze eleitores do distrito. Esta empresa familiar, com a sua casa-grande, a capela e a usina, tipifica de certo modo a problemática da moderna fábrica-do-campo, que precisa amenizar o comportamento empresarial do gerente frente às expectativas dos camponeses e trabalhadores rurais, ainda parcialmente sintonizados com aqueles símbolos patronais dos tempos antigos.

Já descrevi o modo pelo qual os usineiros dominam a vida política de Guaiamu, utilizando as estruturas administrativas e legislativas para seus próprios objetivos econômicos. Na qualidade de principais contribuintes, responsáveis pela parcela mais importante da renda do município, sua influência sobre a vida pública é assegurada. Mesmo assim, são eles que escolhem os candidatos aos cargos municipais — entre os burocratas e a elite comercial residente na sede do município — financiando suas campanhas através da UDN, o partido majoritário em Guaiamu. Na qualidade de proprietários do terceiro maior engenho de Alagoas — e que apresenta o mais rápido crescimento —, com investimentos de grandes proporções e um escritório central na capital do Estado, eles também exercem considerável influência na política estadual. Já ouvi dizer que o proprietário da usina foi diversas vezes convidado a se candidatar a governador do Estado, mas nunca aceita o convite, argumentando "a política não é o meu forte". No entanto, ele é consultado acerca de todos os assuntos relacionados à UDN no Estado, e nas eleições para a Câmara Federal, em 1962, ele fez com que um antigo empregado fosse bem posicionado na lista eleitoral de modo a ganhar um lugar na Câmara de Deputados.[42]

[42] Singer distinguiu três tipos de políticos profissionais no Brasil: o coronel, o representante de um grupo econômico e o político clientelista que "...difere do representante de um grupo econômico principalmente pelo fato de não estar ligado a interesses econômicos específicos" (1965:77). Obviamente os usineiros não se encaixam em nenhuma destas categorias, embora *os seus representantes no Congresso* possam ser um bom exemplo de representantes de um grupo econômico. Muniz Falcão é um excelente exemplo de político clientelista.

Não obstante a sua riqueza e o seu poder, a soberania dos usineiros em Guaiamu não deixou de ser desafiada. O seu principal opositor era o Sr. L, um velho coronel e proprietário de um imenso canavial, antigo senhor todo-poderoso da região durante a República Velha. Desde 1945, o Sr. L. era membro do PSP e representava os interesses de seu partido no município. De um certo modo, ele era uma espécie de cabo eleitoral glorificado, que trabalhava para a organização do partido no Estado. Por outro lado, era um político ao estilo antigo, amado e temido pela população local. Seus principais seguidores eram quatrocentos capangas e suas famílias, foragidos da justiça e refugiados na sua "plantation". Lá eles se beneficiavam das imunidades que ele gozava na qualidade de parlamentar, e ele, por sua vez, não hesitava em usá-los para complementar suas atividades políticas convencionais.

Até 1956, a família do Sr. L. era a proprietária de uma enorme extensão de terra, cerca de trinta e quatro mil hectares, a maior parte localizada num município vizinho, com porções substanciais estendendo-se pelo município de Guaiamu. A terra foi vendida para um projeto de colonização sob a direção de um suíço ligado ao movimento trabalhista social que havia sido convidado por Vargas para organizar cooperativas agrícolas. Embora os administradores da colônia tivessem preferido manter-se afastados da política municipal de Guaiamu, preferindo aderir à política da usina de açúcar, eles sofreram repetidos assaltos armados pelos capangas do Sr. L., que procuravam recuperar, na base de tiros, o domínio que seu patrão não conseguia obter através das urnas.[43]

Enquanto os usineiros se mantinham fora da briga, operando através de cabos eleitorais que representavam a UDN nos povoados, o Sr. L. participava ativamente na luta política. Fazia discursos, prometia favores e, talvez o mais importante, tornava-se o padrinho de inúmeras crianças e compadre de uma vasta rede de seguidores leais. Seu prestígio pessoal e o número de seus seguidores eram muito maiores do que os dos cabos eleitorais que, endividados aos usineiros pela patronagem, não conseguia traduzir sua lealdade em número de seguidores fiéis.

[43] Esta agitação chegou ao máximo durante os turbulentos anos da presidência de Goulart. O leitor não deve confundir a luta desesperada empreendida pelo Sr. L. pela volta ao poder com agitação popular, assim como a transformação, pelos usineiros, da sede da fazenda em uma praça-forte não deve ser confundida com um ato de repressão.

O município borbulhava com atividades febris de campanha política: registro de eleitores, distribuição de propaganda e coleta de votos no dia da eleição. Os moradores dos povoados eram organizados em facções da UDN ou do PSP, cujos líderes lutavam arduamente pela vitória eleitoral e pelas recompensas subsequentes.[44] Povoados inteiros eram divididos em linhas partidárias e o faccionalismo passou a permear todos os aspectos de sua vida. Em Coqueiral, a comunidade em que morei durante 1964 e 1965, os partidários da UDN e do PSP agiam separadamente nas atividades econômicas, religiosas e sociais. Os udenistas pescavam com outros udenistas, e os pessepistas frequentavam uma capela construída pelo seu líder local. A igreja ficava aberta apenas quando o pároco vinha ao povoado, e ele era udenista, intimamente associado aos usineiros e aos chefes políticos municipais. O cabo eleitoral da UDN era o diretor da agência local da Colônia de Pescadores estabelecida ao longo da faixa costeira durante o Estado Novo. O líder do PSP era secretário de uma cooperativa de poupança e empréstimo aos pescadores, cujos membros se constituíam daqueles que se recusavam a pagar impostos à Colônia, alegando que dela nunca tinham recebido quaisquer benefícios.[45]

A maior parte das disputas decorreu em função dos benefícios esperados. Nestas campanhas políticas havia poucos temas, muitas promessas e algumas vantagens. Por exemplo, o povoado ganhou um posto de saúde pela sua participação na eleição de 1950 e um motor diesel para o fornecimento de eletricidade depois da eleição de 1962. Estes benefícios foram concedidos através dos partidos. Assim, injeções e eletricidade foram dispensadas gratuitamente aos partidários, enquanto as sinecuras correspondentes foram "mantidas em família". O presidente udenista da Colônia de Pescadores distribuiu uma série de prêmios políticos entre os seus três irmãos, uma irmã, um sobrinho, uma sobrinha e um tio (Forman 1970:38ff.) Tal nepotismo não lhe granjeou a simpatia dos moradores empobrecidos do povoado, que ficaram ainda mais alienados pelo uso

[44] O nível a que o faccionalismo em política de cidade pequena perverte os processos democráticos, solapa energias políticas e penetra na vida social e econômica tem sido descrito em uma série de estudos sobre comunidades. Um excelente balanço crítico do problema pode ser encontrado em Harris (1965:186ff.). Ver também Shirley (1971). Para um comentário geral sobre o faccionalismo, ver Nicholas (1965).

[45] Um exame completo desta rivalidade de associação e dos resultados econômicos e políticos relacionados com ela pode ser encontrado em Forman (1970).

indiscriminado que ele fez da polícia municipal para manter a oposição na linha. Em contraste com a distância que separava os moradores do povoado dos proprietários dos engenhos de açúcar, esta manipulação arrogante do poder por parte do manda-chuva local começou a colocar o eleitorado contra a UDN. Mais do que um apelo populista, foi a confiança e a fé na liderança paternalista das elites tradicionais, na pessoa do Sr. L., que os atraiu para o PSP.

De maneira lenta mas firme, o Partido Social Progressista penetrou no eleitorado, principalmente nas eleições das quais o próprio Muniz Falcão participou. Na eleição estadual de 1965 a UDN ganhou no município de Guaiamu e no povoado de Coqueiral por uma margem pequena. Houve, no entanto, provas de que os membros da Colônia de Pescadores votaram maciçamente no candidato do PSP, apesar de vastas somas procedentes da usina que foram usadas para a compra de votos (o equivalente a US$ 1 por pessoa naquela época) e de quantidade de carne destinada às festas pré-eleitorais.[46]

A compra ostensiva de votos nas eleições de 1950 e de 1960 é apenas um dos vários indicadores de que a crescente competição pelo apoio não ocorria mais através das relações patrão-dependente.[47] Agora os cabos eleitorais e os chefes políticos adulavam e coagiam os eleitores numa tentativa desesperada de controlar o eleitorado rural. Uma vez, presenciei o seguinte diálogo no escritório da usina, quando um trabalhador foi chamado para explicar por que sua esposa estaria apoiando o candidato do PSP:

> P: Você vai votar em quem, Zé?
>
> R: No candidato do Senhor!
>
> P: E sua mulher?

[46] Embora a UDN tenha ganho a maioria das eleições no município, há uma forte probabilidade de que elas tenham sido fraudulentas, e diversas entrevistas realizadas no local indicam que houve grande número de dissidentes que votaram em candidatos do PSP entre os camponeses e os trabalhadores agrícolas não residentes na cidade da usina e nas terras da usina.

[47] Ver Sodré (1967:221) para uma análise da compra de votos nas eleições de 1958. Em um caso, as vantagens políticas obtidas com as verbas para o combate à seca foram de fato usadas para a compra de votos no Estado do Ceará e não despendidas com a liberalidade costumeira. Ver também Blondel (1957).

> R: Ah... isso é mais difícil. Ela é comadre do Sr. L.

Zé foi despedido no dia seguinte, recebendo ordens para sair da “rua” da usina e de suas redondezas, ainda que mais tarde voltasse ao seu trabalho.

Este comportamento decididamente não-paternalista resultava no descontentamento do eleitor, refletido no alto índice de abstenção do eleitorado logrando a lei eleitoral obrigatória. Por exemplo, somente cinquenta e seis por cento dos eleitores registrados em Alagoas compareceram às urnas nas eleições de 1954, o que, juntamente com acontecimentos subsequentes, sugere um boicote aos usineiros. Em 1958, depois que um interventor substituiu Muniz Falcão, o governador populista do PSP, no rastro do assassinato do presidente udenista da Assembleia Legislativa do Estado, um número recorde de eleitores (92,3%) compareceram às urnas, para expressar a sua vontade, aumentando a bancada do PSP na Assembleia de três para quatorze, às custas da representação da UDN .

Mas estas defecções não ocorreram da noite para o dia. No princípio, o livre arbítrio da população trabalhadora rural ficou limitada a uma independência na sua conduta eleitoral, “... uma ausência de submissão aos chefes” (Blondel 1957:101). Esta mudança ocorreu com a competição das recém-chegadas elites comerciais e com a extensão do “estado cartorial” que deu aos camponeses e aos trabalhadores rurais um modelo alternativo ao poder monopolista do coronel.[48] “A dependência transformou-se em clientelismo na medida em que os camponeses e os trabalhadores rurais puderam escolher entre mais e um patrão” (de Kadt 1970:23). Mais tarde, às atividades aos cabos eleitorais começaram a convencê-los de que os vestígios do paternalismo não eram mais viáveis. O resultado final deste fenômeno foi bem descrito num estudo das relações de trabalho nas agroindústrias do Brasil rural:

> Os laços de obrigação e lealdade se quebram. Um processo acumulativo e circular implanta-se e o comportamento e as relações afastam-se cada vez mais dos padrões patrimonialistas. O processo é

[48] Ver Shirley (1971:84-85, 106ff.) para uma análise detalhada de como a extensão da burocracia em Cunha, no Estado de São Paulo, minou a autoridade tradicional das elites proprietárias de terras, principalmente através da ascensão da lei metropolitana acima da lei pessoal.

irreversível e sua resultante é a gradual dissolução dos vínculos patrimonialistas. (Lopes 1 71:192).

Se observarmos mais de perto, tem-se a impressão de que, se a ordem patrimonial estava ruindo, era por que já não existia mais o patrimônio.

Concomitantemente, estava também em curso um processo de politização. Como alvos de uma caça-ao-voto competitiva no nível local, os camponeses e os trabalhadores agrícolas receberam uma série de promessas e alguns pagamentos, que, ao menos, lhes ensinou o valor em dinheiro, de seu voto. Além disso, os candidatos presidenciais e governadores começaram a apelar diretamente para o eleitorado, prometendo-lhes reformas básicas para problemas que não mais pareciam ser particulares ou individuais. A retórica de suas campanhas políticas pelos meios de comunicação de âmbito nacional identificou as reivindicações das massas rurais exigindo as soluções que o Governo afirmava possuir. Os camponeses também começaram a reconhecer certas responsabilidades. Por exemplo, os moradores de Coqueiral censuraram, de modo metatético, os *brogueses* que se apropriavam de todos os bens trazidos pelo desenvolvimento do município. Antes que os militares fizessem a sua revolução "preventiva" em 1964, todos os trabalhadores rurais estavam convencidos de que a Sudene, cujos núcleos experimentais de agricultura e projetos de industrialização se espalhavam pelo interior, resolveria a longo prazo a crise agrária do país e cada um deles procurava obter o seu quinhão.

Não tardou a tornar-se óbvio, no entanto, que a relação entre o cliente e o cabo eleitoral do candidato não era feita para atender ao tipo de demanda que o camponês agora fazia ao sistema. A estrutura do partido também era inadequada. Uma vez que os funcionários públicos locais exerciam as funções essencialmente administrativas — exceto quando estavam despendendo recursos para reeleger os seus benfeitores — eles tampouco podiam ser utilizados para levar as queixas dos camponeses até os detentores do poder. As massas rurais começaram a procurar líderes de fora capazes de articular as suas reivindicações e de pressionar o sistema social como um importante "lobby" de âmbito nacional.

Da República Nova à Revolução "Redentora": A Massificação da Política

Em artigo recente tentei explicar as condições que propiciaram a participação política das massas no Brasil rural e descrever as formas que tomou tal participação (Forman 1971). Na minha opinião, a urbanização, a industrialização e a consequente comercialização da agricultura criaram demandas para maior produção e consumo nas áreas rurais. Estas demandas conduziram a uma ruptura as formas tradicionais de posse e uso da terra e a um descontento generalizado. Entre 1946 e 1964 houve um tremendo crescimento urbano no Brasil, e a este seguiu-se uma rápida industrialização. Os movimentos de população trouxeram grandes pressões sobre as áreas urbanas, e igualmente sobre o campo.[49] As demandas para o aumento da produção agrícola e para uma racionalização do sistema de comercialização contribuíram para uma súbita valorização da terra cultivável e o consequente deslocamento de massas camponesas. A migração rural-urbana e a circulação de novas ideias contribuíram para a formação de uma consciência camponesa ou, pelo menos, de um reconhecimento de que as suas necessidades não poderiam ser comunicadas através dos canais "tradicionais".

Ao mesmo tempo, os resultados de um sistema de comercialização racionalizado — isto é, melhorias significativas em transporte e meios de comunicação — abriram as áreas rurais, aos organizadores políticos urbanos que passaram a recrutar camponeses e trabalhadores agrícolas em, massa para as ligas camponesas e os sindicatos rurais que rapidamente na década de 1950 e no começo da década de 60.[50] As federações estaduais dos

[49] A população urbana aumentou de 31,2 por cento em 1940 para 45 por cento em 1960 (CIDA 1966:61). A população rural cresceu a uma taxa consideravelmente menor.

[50] Uma explicação comum para o fracasso das ligas camponesas nas suas incursões pelo Estado de Alagoas é que os donos de engenho ali residem e prevalece o sistema de patrão. No entanto, o exame precedente, assim como o fato de que a história de Alagoas está repleta de episódios de banditismo social e de que os alagoanos engrossaram as fileiras das romarias religiosas para Juazeiro, tornam insustentável semelhante explicação. Eu acredito que o fracasso das ligas camponesas em fazer progresso em Alagoas reflete o atenuado desenvolvimento do sistema de mercado interno daquele Estado se comparado a outros, o que significa que a posse da terra era, de maneira geral mais segura. Os sindicatos rurais patrocinados pela Igreja fizeram alguns progressos entre o proletariado rural na parte mais ao norte do Estado. Desde que o comportamento dos eleitores parece mudar em áreas onde não operavam sindicatos e ligas, como no caso de Alagoas, poderíamos dizer que a mobilização

sindicatos rurais realizavam reuniões em todo o país e o primeiro Congresso Nacional de Lavradores e de Trabalhadores Rurais realizou-se em Belo Horizonte, em 1961.[51] Em consequência do intenso interesse pela organização dos trabalhadores rurais, o Ministério do Trabalho — que já foi "a pedra no sapato" do movimento sindical — publicou um opúsculo em 1962 contendo instruções para a organização sindical (Brasil, Ministério do Trabalho, 1962).[52] Além disso, a Superintendência da Reforma Agrária (Supra) foi criada em 1962 especialmente para trabalhar com o crescente movimento camponês. Em 1963, quinhentos sindicatos, com mais de meio milhão de membros, estavam reunidos sob a égide da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (*Desenvolvimento e Conjuntura* 1964a:33-34).[53]

Na realidade, não era só um movimento camponês no Brasil, mas sim vários, que se diferenciavam em termos da origem socioeconômica de seus membros rurais e pelos líderes que deram voz às suas reivindicações. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais era composta pelos mais variados grupos, tais como sindicatos rurais apoiados pela Igreja, ligas camponesas, a radical Frente Agrária Católica do Paraná e Rio Grande do Sul, pelo Sindicato dos Agricultores e dos Trabalhadores Rurais de São Paulo e pela Federação das Associações dos Agricultores e dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará. Além disso, de 1960 a 1963, as

formal em organizações políticas é uma consequência da elevação do nível de conscientização, uma sugestão gerada pelo estudo do MEB realizado por de Kadt.

[51] Para informações sobre várias dentre estas convenções estaduais e nacionais, ver Silva (1961), Vera (1961, 1962), *I Congresso* (1961).

[52] Uma lei de sindicalização rural já fora aprovada desde 1903, mas somente treze sindicatos resultaram desta lei (Price 1964:6). Além disso, estes tinham pouco significado no que se refere à formulação de reivindicações na medida em que agrupavam empregadores e empregados, conjuntamente, nas mesmas associações (Wilkie 1964:5). Ver Freitas Marcondes (1962) para uma análise da legislação trabalhista rural brasileira. Price (1964) oferece o exame mais completo acerca da legislação do trabalho rural e da sindicalização rural.

[53] A Confederação Nacional era composta por dez federações com duzentos e setenta sindicatos, mas trinta e três federações com quinhentos e cinquenta e sete sindicatos estavam esperando reconhecimento na época (SUPRA 1963:17). Huizer (1965:129) informa que a Confederação inclui vinte e nove federações de dezenove Estados e 743 sindicatos. Além disso, há um número inestimável de camponeses que eram obviamente simpatizantes mas temiam ligar-se ao movimento.

associações camponesas se multiplicaram nos Estados de Goiás, Bahia, Santa Catarina, e Minas Gerais.

Para o objetivo da presente análise, vou focar dois agrupamentos principais, as ligas camponesas de Francisco Julião e os sindicatos rurais organizados pela Igreja. As primeiras, lideradas por políticos e estudantes, trabalhavam essencialmente com os pequenos proprietários, arrendatários e parceiros, clamando por uma ampla reforma agrária, baseada na redistribuição das propriedades agrícolas. O outro agrupamento, apoiado pelos membros dissidentes da hierarquia católica, inclusive dois conhecidos bispos e vários padres abertamente críticos, concentrava-se na ampliação da legislação trabalhista, na elevação do nível salarial e em benefícios incrementais para os assalariados rurais. Além destas, havia outras associações de camponeses, tanto católicas radicais como independentes, que se dirigiam essencialmente aos trabalhadores assalariados, mas que adotavam uma posição reformista mais militante, advogando mudanças específicas no sistema de posse da terra.[54]

Cada um desses movimentos se empenhava por objetivos diferentes, não somente em consequência de diferenças ideológicas entre os líderes, mas também porque as necessidades de seus associados refletiam os efeitos diferenciais que a comercialização da agricultura e a racionalização do sistema comercial estavam produzindo sobre a variedade de tipos rurais, no campo brasileiro. Ao mesmo tempo, o estilo e a forma dos movimentos, particularmente relações entre os líderes populares e as massas rurais, manifestam uma clara afinidade com o modelo geral da "cultura" política brasileira, tal qual a que se escreveu no início deste capítulo. Veremos adiante que as ligas camponesas e os movimentos sindicais rurais décadas de 50 e de 60 representam mais do que um rompimento com o passado, um episódio quase previsível na história com o passado, um episódio quase previsível na história do Brasil.

[54] Esta classificação corresponde substancialmente a uma tipologia de movimentos políticos camponeses na América Latina elaborada por Obregón (1967). Observando que sua classificação poderia estar incompleta em matéria de sustentáculos empíricos, Obregón passa a tratar as ligas camponesas no Brasil como uma organização monolítica, incluindo-as nas três categorias de movimentos camponeses (Obregón 1967:308). Já observamos que as ligas camponesas não são, com certeza, uma organização monolítica e que o seu nome deve ser encarado como uma referência genérica e não específica para o movimento como um todo.

As Ligas Camponesas De Francisco Julião

Francisco Julião, advogado, político e líder proclamado das Ligas Camponesas do Nordeste brasileiro, entendia bem que diferentes sistemas de posse da terra e diferentes contratos de produção produziam diferentes subtipos camponeses, que provavelmente reagiriam diferentemente aos apelos no sentido de uma mobilização política. Ele dividia a população rural em proletariado, ou trabalhadores assalariados rurais; semiproletariado, ou trabalhadores com contratos temporários de trabalho na terra; e camponeses, ou aqueles que tivessem algum tipo de controle efetivo sobre a terra que cultivavam, seja na qualidade de parceiros, arrendatários, posseiros, seja como pequenos proprietários (1962:11). Ele acreditava que eram os camponeses que apresentavam as melhores condições para travar uma luta demorada contra o latifúndio *(ibid,* 58), e apelou para que eles se unissem na construção de uma sociedade agrária eficaz.[55]

Na realidade, as fileiras das ligas camponesas foram preenchidas pelos pequenos proprietários que não tinham condições de competir com o latifúndio em expansão. De modo geral, as ligas se difundiram mais rapidamente no agreste, onde pequenas propriedades de lavoura mista sofriam constante ameaça de incursões pelos canaviais das terras baixas do litoral e pelas fazendas de gado do sertão (Furtado 1965:148-49). Tudo indica que foi o desejo de transformar uma "plantation" subdividida em uma empresa de criação extensiva de gado que levou à expulsão dos

[55] Julião acreditava que o camponês que possuísse terra fosse mais eficaz do que o proletariado rural porque, de acordo com a lei brasileira, seus direitos estavam protegidos pelo código civil, tornando-o isento da rígida burocracia do Ministério do Trabalho porque ele podia pagar por assistência jurídica com o fruto de seu trabalho, e porque podia tomar a ofensiva em uma luta através da ocupação da terra e da retenção de sua parte nas rendas e parcerias (1962:58-62). Medidas legais provaram ser ineficazes na proteção dos direitos dos trabalhadores assalariados que não dispunham de recursos financeiros para custear a defesa legal e as condições econômicas mínimas para resistir ao proprietário (1962:5-57). Além disso, enquanto a relação entre trabalhador assalariado e empregador é basicamente econômica, baseada em um salário, a relação entre camponês e proprietário de terras diz respeito a direitos e então assume um caráter político desde o início (1962:64). Não obstante, Julião também apelava para os trabalhadores assalariados rurais para que integrassem os sindicatos, embora reconhecesse uma diferença fundamental entre os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais e acreditasse que o modelo para o sindicalismo comercial urbano não poderia ser simplesmente transplantado para o campo (1962:46-47).

camponeses da então famosa Fazenda Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, no Estado de Pernambuco (Callado 1960:35; Harding 1964:47).[56] A defesa legal destes camponeses, feita por Julião e a subsequente expropriação da "plantation" e sua distribuição entre os parceiros foi, de fato, o primeiro ato dum drama que durou dez anos.[57] Além do mais, a primeira liga, fundada em 1959 em Sapé, no Estado da Paraíba, resultou, em parte, da expulsão do seu líder da terra. João Pedro Teixeira foi expulso da terra que ocupava sem qualquer indenização, quando o proprietário a vendeu a um membro da elite comercial citadina que queria usá-la para fins especulativos (Carneiro, citado no CIDA 1966:338).[58] A grande maioria dos trabalhadores agrícolas em Sapé cultivava suas próprias pequenas roças (CIDA 1966:319-20), mas tinham que competir pela terra com a grande usina de açúcar no município. Parece então que mesmo quando as ligas camponesas operavam no meio da zona açucareira, elas estavam aparentemente atendendo ao grande número de agricultores camponeses que habitavam esta área e não especificamente ao número limitado de assalariados agrícolas que trabalhavam nas usinas.

Ao falar das bases do movimento, um jornalista otimista escreveu: "A liga (camponesa) começa no mercado, vai ao cartório e domina o mundo" (Borges 1962:255). Realmente, o mercado tradicional desempenhou o papel de "locus" físico do encontro no recrutamento dos camponeses no Nordeste brasileiro. Entretanto, o jornalista devia ter dito: "A liga camponesa vai ao mercado..." pois era aí, nas feiras semanais, que os organizadores urbanos encontravam uma audiência atenta entre o campesinato de outra forma disperso. Lá, na praça do mercado, eles foram contar a história da Galileia e a de Francisco Julião, e oferecer assistência jurídica e médica aos camponeses reunidos. Era na praça do mercado que o camponês vinha ouvir o trovador cantar suas canções sobre heróis da cultura popular e falar de acontecimentos importantes. Foi através do

[56] Já se observou que um dos principais incentivos à consolidação das propriedades rurais em todo o Brasil foi o crescente mercado da carne (CIDA 1966:24; Schattan 1961:75).

[57] Algumas referências adicionais sobre as ligas camponesas de Julião que não foram citadas em nenhuma outra parte neste livro são Leda Barreto (1963); Callado (1967); Gondim da Fonseca (1962); Julião (1962a, 1963); e Sodré (1963).

[58] João Pedro Teixeira foi baleado e morreu a 2 de abril de 1962, e o novo dono do engenho no qual ele vivia foi implicado no crime (Carneiro, in CIDA 1966:338). Uma grande manifestação foi organizada na capital do Estado a 1º de maio de 1962 em sua homenagem.

trovador que Julião propagou no campo a sua “Carta de Alforria do Camponês”. De fato, o movimento político camponês no Brasil, como em qualquer outra parte foi liderado de fora.[59] Julião explicitamente queria a organização de um movimento camponês bem centralizado, com uma base nas áreas urbanas, onde poderia ser protegido da classe proprietária (1962:46-47). Ao mesmo tempo, ele preferia organizar as ligas como sociedades rurais e não apenas como sindicatos sujeitos às exigências burocráticas da legislação sindical.[60]

Em 1962, quando visitei a sede das ligas camponesas em Recife, fiquei impressionado com a ausência de qualquer estrutura burocrática formal. Instalada modestamente num local doado pelo Partido Socialista Brasileiro, que Julião representava na Câmara Federal, a sede ficava aberta a estudantes e camponeses, que se misturavam livremente, discutindo acerca de suas necessidades, do movimento e do seu líder, Francisco Julião. Nos vários dias de conversa que mantive com os jovens estudantes organizadores das ligas, fiquei surpreendido pela falta de uma posição ideológica claramente definitiva. Na medida em que falavam de seus planos, tornavam-se aparentes as diferenças individuais. O único objetivo que pareciam compartilhar era o de tornar o camponês “consciente da justiça social e dos seus diretos”. Reconhecendo e criticando o fracasso da tentativa de se construir uma organização que pudesse transformar as ligas camponesas numa unidade coesa a nível nacional, eles acreditavam que tinham de primeiro conscientizar a nação antes de estruturar e definir o movimento. Questionavam a capacidade de liderança de Julião e admitiam que a sua imagem tinha sido exagerada pela imprensa nacional e

[59] Obregón (1967:21) argumenta, corretamente, que a confederação de bandos de camponeses perdeu sua força no campo. No entanto, não há qualquer dúvida de que o movimento foi organizado por elites urbanas. Carneiro conta que os organizadores da liga em Sapé não eram camponeses mas sim trabalhadores com experiência sindical nas cidades, embora mais tarde o movimento viesse a ser dirigido quase exclusivamente pelos próprios camponeses (CIDA 1966:338).

[60] A legislação trabalhista no Brasil sempre se preocupou primordialmente com o trabalhador urbano (Freitas Marcondes 1951:339), e a sindicalização de trabalhadores rurais não podia deixar de ostentar a marca do Estado sindicalista de Vargas. A rígida organização hierárquica dos sindicatos, baseadas territorialmente e não-competitivas entre si, em federações estaduais e em uma confederação nacional de trabalhadores rurais subordinadas ao Ministério do Trabalho, colocava nas mãos da burocracia governamental o controle dos sindicatos.

estrangeira, mas assim mesmo continuavam a apoiá-lo lealmente como seu líder carismático e dedicado porta-bandeira. Mais importante que o aspecto personalístico é o seu tom tutelar e paternalista, colocando o movimento, desde o início, dentro da tradição elitista do sistema brasileiro.

Já se escreveu muito sobre as convicções pessoais de Julião. As descrições vão desde a crítica cáustica até os perfis extremamente românticos (Callado 1960, 1967; Horowitz 1964). Embora ele firmemente clamasse por uma reforma radical e até mesmo revolucionária, pode-se questionar se Julião realmente teve a intenção de abalar o sistema do qual fazia parte. Ele clamou por uma reforma agrária efetiva. Mas enquanto advogava a invasão de terras e o uso de *ameaça* de violência, ele também recomendava fortemente o uso prévio de processo judicial. Talvez o lema da Liga — “na lei ou na marra” — seja a melhor descrição de sua visão da estratégia para o movimento que obviamente continha um potencial radical, mas que se ressentia da ausência de uma liderança radical.[61] É preciso lembrar que o próprio Julião era filho de um grande fazendeiro e há quem duvide que jamais houve uma reunião da Liga no município onde ficava a propriedade de sua família, embora fosse essa justamente a área de maior agitação no Estado.

Tudo indica que Julião era atraente a uma plateia radical pela própria natureza de suas reivindicações de mudanças na estrutura agrária. Sua intenção, entretanto, era usá-la como base para o seu próprio poder dentro da ordem estabelecida (Leeds 1964:196). Julião compreendia bem a luta do camponês e queria ajudar. Entretanto, ele foi explícito quando disse que uma das razões principais por que trabalhava com os camponeses, e não com o proletariado rural, era por que os parceiros, os arrendatários e os pequenos proprietários eram muito mais numerosos do que os trabalhadores assalariados (Julião 1962:67). De fato, os camponeses foram essenciais para

[61] Callado (1967) argumenta que Julião estava disposto a usar meios violentos mas, em uma entrevista com organizadores das ligas em 1962, disseram-me que Francisco Julião acreditava na possibilidade de uma “revolução” pacífica. Há indícios de que, uma vez exilado do Brasil, sua posição se tenha tornado mais radical. Em uma declaração recente feita no México, ele escreveu: “Acreditamos ser impossível conquistar as massas partindo de cima para baixo, da cidade para o campo. E preciso viver com os camponeses, experimentar os mesmos problemas que eles enfrentam diariamente, lutar com eles como se fôssemos um deles” (1966:167).

o seu sucesso nas urnas.[62] Chegou a ser acusado por um porta-voz do Partido Comunista de estar negligenciando os camponeses e concentrando suas energias políticas nas cidades (Borges 1962:259). Há também indícios de que ele tinha a intenção de conseguir a liderança das ligas camponesas como um todo,[63] quando as suas ambições obviamente ultrapassavam suas bases de apoio em Pernambuco, seu Estado natal. Embora algumas das associações camponesas autônomas do Nordeste brasileiro nunca o tivessem aceito como líder, não resta dúvida quanto à natureza populista de seu apelo às massas rurais.

As relações entre as ligas camponesas e.o Partido Comunista são muito esclarecedoras a este respeito. Embora as ligas camponesas tenham sido fundadas com a ajuda comunistas (Callado 1967; Price 1964:45), é importante observar que Julião e o Partido Comunista Brasileiro tinham diferenças pronunciadas.[64] Em parte, estas resultavam do interesse que o Partido tinha pelo trabalhador assalariado rural, e da sua firme convicção de que a agitação com vistas à reforma agrária devia estar subordinada aos

[62] Julião observou que existiam cerca de 40 milhões de camponeses no Brasil e somente cerca de 5 milhões de trabalhadores assalariados rurais (1962:67). -Nas eleições de 1958 para a assembleia estadual-, ele obteve 3.216 votos enquanto nas eleições de 1962 para a Câmara de Deputados federal ele teve uma vitória fácil com um total de 16.200 votos (Price 1964:42-43). Segundo Andrade (1963:250), havia cerca de 30 a 35.000 membros das ligas no Estado de Pernambuco em 1963 e cerca de 80.000 membros em todo o Nordeste. Wilkie (1964:7) calcula cerca de 40.000 membros em 1964 em Pernambuco. Para uma proveitosa discussão sobre o movimento camponês no Brasil como um reflexo do apelo das massas de uma política de "vanguarda", ver Leeds (1964). Leeds afirma que o movimento simplesmente substitui os velhos patrões por novos patrões. Outro exame dos aspectos paternalistas do movimento pode ser encontrado no trabalho de Galjart (1964) e em uma réplica fornecida por Huizer (1965). Obregón (1967:329fs) fornece uma refutação desta posição. Para um relato completo dos acontecimentos políticos nacionais no Brasil desde 1930, ver Skidmore (1967).

[63] Julião acabou por romper com o líder da liga da Paraíba em Sapé, Assis Lemos, por causa de uma questão política. Lemos criticou a posição violenta de Julião, mas o problema verdadeiro parece ter sido o controle da liga (CIDA 1966:330-40). Parte da atração era certamente a força da liga de Sapé que contava com cerca de 10.000 membros no Estado, que tinha cerca de 40.000 associados ao todo (CIDA 1966:341).

[64] Muito se tem falado sobre a infiltração do Partido Comunista no movimento camponês. Embora o Partido Comunista certamente gostasse que lhe fosse creditado o movimento das Ligas Camponesas, (Borges 1962:260), e não se pode negar a influência que teve em algumas áreas, seria um erro grosseiro classificar, de modo generalizado, as associações camponesas independentes como comunistas.

esforços de se estender a legislação trabalhista às áreas rurais.[65] De fato, a maior preocupação do PCB, desde a fundação da primeira liga camponesa no nordeste em 1945-1946, foi pelas reivindicações mínimas de assistência jurídica, escolas, medicamentos e recursos funerários (Borges 1962:253), em vez de apelos por uma reforma agrária radical.[66]

Ademais, os comunistas obviamente suspeitavam da autonomia das ligas e da independência de Julião. Eles desconfiavam do uso que Julião fazia do movimento camponês, acreditando que o estivesse manipulando para o seu engrandecimento pessoal, e temiam a sua emergência como líder carismático (Borges 1962: 259). Insistiam no fato de que o sucesso do movimento não dependia de lideranças pessoais, mas da organização e da legalização, não poupavam esforços para registrar as ligas na qualidade de sindicatos. É importante ressaltar que o Partido Comunista se estava organizando entre o proletariado rural e não entre os camponeses. Este fato o colocava em competição sobretudo com a Igreja Católica, e não tanto com Julião.[67] A sua discussão com Julião era mais no sentido de que o apelo político de Julião estimulava reivindicações radicais entre os camponeses, o que poderia ser prejudicial ao Partido. Eles temiam que a ação radical pudesse prejudicar os lentos avanços conseguidos através da legislação, e

[65] Obviamente a orientação comunista aos trabalhadores assalariados rurais era um reflexo de sua tendência para uma revolução proletária urbana. O Partido criticava Julião por ter tornado o movimento dos trabalhadores um apêndice do movimento camponês e de haver excluído o Partido Comunista de um papel na direção do movimento (Borges 1962:259).

[66] As primeiras ligas camponesas desapareceram quando o Partido Comunista Brasileiro foi declarado ilegal em 1974. No entanto, a atividade comunista nas áreas rurais começou novamente em 1962 (Borges 1962:253). Em 1954, o Partido Comunista fundou a ULTAB (União dos Lavradores e dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil), que é ativa nos Estados de São Paulo e do Ceará. Em São Paulo a União está alinhada com a Frente Agrária, um grupo Católico radical (Price 1957-58).

[67] A principal influência do Partido Comunista em Pernambuco parece ter sido nos maiores sindicatos da zona canavieira, onde eles eram mais bem organizados do que a Igreja (Price 1964:1-52). A Igreja, o Partido Comunista e as ligas camponesas parecem, às vezes, ter entrado em competição na mesma área. No entanto, parece que se estavam dirigindo a diferentes segmentos da população (tipos socioeconômicos) dentro daquela área. Uma pesquisa adicional sobre a composição exata do quadro de membros das diversas ligas e sindicatos camponeses traria uma contribuição valiosa para este assunto.

provocar uma reação extremada das elites proprietárias de terras,[68] um receio que, como veremos, provou ser bem fundado.

Os Sindicatos Rurais

O aspecto tutelar do movimento sindicalista rural é ainda mais evidente. A Igreja Católica trabalhava arduamente, desde o início de 1960, numa tentativa de estender sua influência aos trabalhadores de empresas agrícolas no Brasil. Os sindicatos rurais patrocinados pela Igreja, em vários Estados, eram particularmente influentes nos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e São Paulo e, em menor escala, nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais. Assim como os outros movimentos camponeses, os sindicatos patrocinados pela Igreja eram organizações altamente centra1izadas sendo seus líderes membros dos mais esclarecidos do clero.[69]

Há quem diga que os sindicatos rurais patrocinados pela Igreja do Brasil se desenvolveram em resposta às ligas camponesas. É bem provável que o clero, tenha feito uma tentativa de contrabalançar a força política secularizada no campo. Ainda assim, é importante ressaltar que até recentemente os sindicatos atuavam quase exclusivamente entre o proletariado rural. Inspirada pela Encíclica Papal "Mater et Magistra", a Igreja definiu o o seu papel no movimento camponês como essencialmente reformista e conciliador, enfatizando melhorias na condição de vida do trabalhador assalariado, cooperação com o Governo federal e a

[68] O Partido Comunista pode ter temido um outro revés já que um movimento anterior já havia sido sufocado em 1945-1946, e também no Paraná em 1951 (Silva 1961:56-57). Celso Furtado afirmou, depois do golpe militar de 1964, que os comunistas também haviam criticado Goulart por considerar que ele estava andando depressa demais, pois temiam que ele pudesse provocar uma ação militar (comunicação pessoal). Skidmore (1967:225) observa que "o Partido Comunista Brasileiro estava trabalhando no sentido de forçar um Governo mais nacionalista e mais democrático dentro da estrutura existente".

[69] Os sindicatos rurais na verdade tiveram sua origem no Estado do Rio Grande do Norte em 1949 quando o Bispo Eugênio Sales fundou o Serviço de Assistência Rural. Em 1963, já havia quarenta e oito sindicatos rurais no Estado, com um total de 48.000 membros (Price 1964:49). Segundo Wilkie (1964:7) 61 dos 62 sindicatos rurais da Federação de Pernambuco, que diz contar com 200.000 membros, são patrocinados pela Igreja. Feitosa Martins (1962:136-37) faz referência a um tremendo crescimento no movimento em São Paulo entre 1961 e 1962. Ver também Martins (1962).

inaplicabilidade do conceito de luta de classe no contexto brasileiro.[70] Sua preocupação principal era com o desenvolvimento de legislação trabalhista para o trabalhador assalariado rural.[71]

Padre Antônio Melo, pároco de palavra franca de Cabo, Pernambuco, criticava a Igreja Católica por seu papel conciliador no movimento camponês. Quando o entrevistei em agosto de 1967, Padre Melo acusava a Igreja de disfarçar suas motivações reais ao organizar os sindicatos rurais, observando que as suas ligações históricas com as elites agrárias a tornavam um advogado improvável de uma verdadeira reformaria. Criticou o clero por trabalhar essencialmente com os líderes sindicais treinados e não com os próprios camponeses e insinuou que seria necessária uma organização de raízes autênticas para pressionar a favor de verdadeiras reformas.[72]

[70] Para uma avaliação da mescla de objetivos sociais, religiosos e econômicos dos sindicatos rurais patrocinados pela Igreja no Estado de São Paulo, ver Frei Celso (1963) e Feitosa Martins (1962). Dumoulin (1965:16) observa que a ênfase principal dos sindicatos no Rio Grande do Norte era em educação básica, extensão agrícola e desenvolvimento de uma boa cidadania. O interesse que tinham em abrir processos por disputas de terras era tão tênue que empregavam apenas um advogado. Uma declaração posterior sobre os objetivos do movimento e sobre sua natureza não-política pode ser encontrada na obra de Calazans (1961), *Syndical Primer for the Rural Worker in Rio Grande do Norte.*
Para um excelente balanço crítico geral das atividades dos Católicos de Esquerda, principalmente de seu papel no MEB (Movimento de Educação de Base) que cuidava da alfabetização de adultos, ver de Kadt (1970). A "cartilha" do movimento que acabou sendo suplantada por outra de conteúdo menos "político" divulgava a seguinte mensagem: "Como são as eleições no Brasil? Muitos eleitores votam no candidato do patrão. Muitos dão o seu voto em troca de sapatos, roupas ou remédios, outros por um emprego ou por dinheiro. Deve continuar esta situação? O voto significa consciência. Significa liberdade. Consciência não pode ser vendida. A liberdade não pode ser comprada" (citada em de Kadt, pág. 159). A cartilha tinha o título de *Viver é Lutar*. A transcrição acima foi retirada da lição nº 20.

[71] Em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho estendeu o salário-mínimo aos trabalhadores rurais, além do direito a férias anuais, regulamentação do contrato de trabalho, cláusulas referentes ao pagamento dos salários e o direito à notificação prévia do término do contrato de trabalho (Price 1964:7-8). O problema é verificar se esta legislação foi de fato aplicada no campo.

[72] Na mesma entrevista, o Padre Melo criticou acerbamente o Bispo Dom Helder e o Padre Paulo Crespo, porta-voz do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) que era patrocinado pela Igreja, pela sua ação política que consistia em dirigir o sindicalismo rural de cima, trabalhando primordialmente com os líderes do movimento e não com os camponeses. Ver Crespo (1963) e Mitchell (1967) para visões mais amplas das diferentes posições destes dois homens. Por toda a parte os sindicatos rurais tentaram treinar líderes locais (Wilkie 1964:8; Feitosa Martins 1962:139). No entanto, Wilkie observa a contínua

Manifestando-se vigorosamente contra o uso da violência, Padre Melo defendeu a greve como a arma mais eficaz para a mudança. O jovem padre observou que liderara uma greve bem sucedida na zona da cana-de-açúcar de Pernambuco em 1963, que culminou num contrato de trabalho coletivo e num aumento salarial de oitenta por cento para duzentos mil trabalhadores rurais. Entretanto, mesmo que a greve possa ser uma arma eficaz nas mãos do proletariado rural, é preciso salientar que os avanços que dela resultam dependem de uma variedade de fatores que se encontram de novo fora do âmbito de influência dos trabalhadores. O sucesso daquela greve específica, segundo Furtado, foi que coincidiu com uma oposição declinante dos proprietários, uma vez que houve uma elevação concomitante nos preços internacionais do açúcar de 1962 a 1963 (1965:138). Aqueles proprietários que não queriam pagar o aumento salarial simplesmente ignoraram as cláusulas do acordo, despediram trabalhadores ou, em alguns casos, fecharam seus negócios.

Além da greve o Padre Melo acreditava na possibilidade de pressionar os senhores de engenhos através da oferta e demanda no mercado de trabalho. Ele sugeria a retirada de grandes contingentes de mão-de-obra, reinstalando os trabalhadores rurais em projetos de colonização ou em parcelas de meio hectare destacadas em torno de cidades e vilas agrícolas. Desse modo, acreditava que as usinas de açúcar seriam forçadas a realizar melhorias tecnológicas em suas operações, o que resultaria em um aumento dos lucros e numa tendência de aumentar os salários. Ao mesmo tempo, achava que as roças em redor de áreas populosas aliviariam sensivelmente o problema do suprimento de alimentos às áreas urbanas.

Embora o Padre Meio trabalhasse por mudanças dentro do sistema, ele se distinguia da Igreja mais conservadora na medida em que reivindicava terra para o camponês e o trabalhador rural, mesmo que ainda de uma maneira paternalista.

importância da liderança de fora entre os sindicatos rurais de Pernambuco e o fato de que o assessor administrativo da federação recomendasse candidatos para presidente e para o conselho na época das eleições (1964:10).

A Crescente Radicalização e a Reação Oficial

O que na verdade havia começado a mudar, então, nestas duas décadas de agitação política, não eram bem as atitudes e motivações dos líderes populares, mas sim as condições do próprio campesinato. A distinção entre camponês rico, médio e pobre, tendo cada um deles diferente acesso à terra e aos meios de produção, é fato sabido de todos.[73] O camponês rico é o produtor de mercadorias que cultiva com fins comerciais utilizando mão-de-obra temporária. O camponês pobre é o desprovido de terra, e obrado a vender o seu trabalho no mercado. O camponês médio encontra-se numa posição extremamente precária porque a sua terra é apenas adequada à subsistência nos melhores anos, e ele é constantemente ameaçado com a necessidade de vender o seu trabalho. Eric Wolf diz que justamente este "camponês médio" quem sofre as maiores pressões do sistema de comercialização. Portanto, é este o estrato da sociedade camponesa, conduzido pelos intermediários no sistema, que mais provavelmente participaria das revoluções camponesas (Wolf 1967:8-9).[74]

Eu iria além, afirmando que foi este setor da sociedade agrária brasileira que deu ímpeto radical ao movimento camponês. Não foi o trabalhador assalariado quem fez as reivindicações radicais em favor de

[73] A distinção foi usada por Lênin, que acreditava que o camponês médio seria suprimido pela economia capitalista, deixando em cena os grupos extremos do proletariado rural e de fazendeiros capitalistas (1960b:181). Lênin também observa que o mercado é um fator capital na capacidade de as pequenas fazendas competirem com a fazenda altamente capitalizada (1960a:37). Para uma aplicação desta tipologia à zona rural de São Paulo, ver Vinhas (1963). Partindo de uma perspectiva estritamente empírica esta tipologia pode ser considerada insuficiente. Na realidade, estes tipos rurais se interligam constantemente, de modo que um mesmo homem pode ser um proprietário, um arrendatário, um parceiro, um empregado e um assalariado ao mesmo tempo em diferentes propriedades agrícolas. Souza (1956:289) descreve seis tipos diferentes de arrendatários no Vale do São Francisco e três tipos diferentes em São Paulo. CIDA (1966: 192fs.) oferece uma descrição da variedade de tipos camponeses no Brasil rural. Há também variações regionais.

[74] Sou de opinião que o intermediário local é quem está sendo forçado para fora do sistema de mercado interno pelas elites comerciais e é ele quem compartilha objetivos comuns com o camponês cuja posse da terra está sendo ameaçada. Anos de tensão entre os pescadores e as elites locais no município de Coruripé, no Estado de Alagoas, no Nordeste do Brasil, explodiram em conflito armado quando policiais tentaram forçar os pescadores a vender o peixe diretamente aos consumidores, na praia, a preços mais baixos. As mulheres do povoado, conduzidas por uma vendedora ambulante de peixe, atacaram e mataram oito policiais, assegurando deste modo o seu lugar no mercado local (Forman 1970).

mudanças no sistema social, mas sim o arrendatário e o parceiro, ameaçados com a perda de sua terra.[75] O trabalhador assalariado preocupa-se essencialmente com o aumento de sua parcela na produção incrementada e com os benefícios de um salário mais elevado. Teoricamente, suas reivindicações podem ser atendidas através de legislação e não constituem, em si, uma ameaça ao sistema. O camponês, por outro lado, sabe que é um competidor improvável na nova arena comercial.

Ele está sendo deslocado por um sistema racionalizado de produção e de distribuição e, no Brasil, ele buscava mudanças fundamentais na estrutura agrária vigente. Suas reivindicações de ajustes no sistema de posse da terra eram radicais ela própria natureza e estavam fadadas a provocar uma reação extrema por parte das elites agrárias.

Partindo deste fato fundamental, desenvolveram-se no Brasil distintos movimentos rurais com ideologias diversas. Ainda assim, estas organizações divergentes manifestavam solidariedade em inúmeras ocasiões. A tendência geral era no sentido de crescente radicalização e os grupos católicos radicais estavam na vanguarda da pressão por uma verdadeira reforma agrária. Esta tendência tem sido atribuída à infiltração comunista no movimento (Price 1964:54-55). No entanto, gostaria de aventar uma outra alternativa: que as reivindicações do camponês alinhado com o trabalhador rural, haviam se tornado dominantes no movimento rural. Assim, embora poucos padres tivessem apoiado as reivindicações extremistas da Declaração do Primeiro Congresso Nacional de Camponeses e de Trabalhadores Rurais, realizado em Belo Horizonte em 1961 (I Congresso 1962; Vera 1962:94-95), em 1963 o grupo que outrora havia sido conciliador, liderado por padres no Rio Grande do Norte, estava igualmente clamando por uma reforma agrária básica.[76]

[75] Segundo Harding (1964:36), "organizações combativas de camponeses apareceram não nos setores vitais tais como o do café, do cacau, do açúcar e do gado, mas onde o paternalismo havia sido desmantelado e o conflito era mais intenso entre o camponês e o proprietário de terras; nas fazendas marginais que eram forçadas a competir com setores comerciais da agricultura mais modernizados; e em áreas de fronteira e nas terras próximas a cidades onde, em decorrência do aumento no valor da terra, os especuladores e os fazendeiros comerciais estavam tentando retirar a terra dos posseiros que haviam limpado e cultivado a terra".

[76] O manifesto do encontro em Natal clamava por uma reforma radical baseada na expropriação da terra a ser paga com títulos do Governo a longo prazo e calculado sobre o

O desenvolvimento do movimento camponês no Estado do Paraná ilustra este ponto. O Primeiro Congresso de trabalhadores Rurais do Paraná realizou-se em 1960 em aparente harmonia com autoridades governamentais e com as elites políticas e econômicas locais. O tom do encontro foi substancialmente nacionalista, embora fosse também claramente reformista e não-revolucionário (Silva 1961:61). No entanto, em 1961, os líderes camponeses já denunciavam os ataques armados pelas polícias particulares dos proprietários de terras contra os agricultores. O Segundo Congresso, realizado em Maringá em 1961, tinha um tom bastante diferente, pedindo uma reforma agrária radical e a liquidação dos proprietários de terra como classe (Vera 1961:63-64). É importante observar os efeitos da economia cafeeira em expansão sobre o caráter destes encontros. Os últimos anos da década de 50 se haviam caracterizado como época de prosperidade generalizada no Paraná. Houve uma rápida expansão da fronteira agrícola, e os salários estavam efetivamente mais altos do que o salário mínimo legal, fato que atraiu um grande contingente de trabalhadores agrícolas para aquela região (CIDA 1966:234). Ainda assim, há indícios de que, aí também, a especulação de terras e as frequentes concentrações de propriedades através de revenda estavam deslocando os pequenos proprietários, numa tendência geral de concentração da propriedade (Wagley 1963:91-92; Frank 1967:198, 231). Acredito que foi mais o padecer deste campesinato do que as reivindicações do proletariado rural, que levou à violência e à crescente radicalização do movimento rural no Paraná.

Em minha opinião, a receptividade do Governo e dos latifundiários às exigências do proletariado rural tornou o movimento camponês mais audacioso como um todo. Puxado para a esquerda e empurrado pela direita, o Presidente João Goulart (Jango) procurou o apoio popular para a sua insegura Presidência. Pediu ao Congresso que desse aos analfabetos o direito do voto e estimulou os sindicatos rurais e as ligas camponesas, como um meio de solidificar as suas próprias bases políticas.[77] Ao mesmo tempo,

imposto e sobre o valor declarado da propriedade. Outras reivindicações incluíam o direito de voto para analfabetos, o estabelecimento de cooperativas e de garantias de preços para a produção e a estocagem, obtenção de crédito a longo prazo e a extensão de benefícios da previdência social a todos os trabalhadores rurais (*I Convenção* 1963).

[77] De 1946 a 1960 somente seis sindicatos rurais tiveram o reconhecimento do Ministério do Trabalho (Freitas Marcondes 1966:54). Durante o Governo de João Goulart, 266 sindicatos

ele não queria perder o controle sobre estes movimentos, como demonstrou claramente ao promulgar o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Embora o Estatuto tenha tentado vivificar cláusulas anteriormente ignoradas da legislação rural trabalhista (Price 1964:12), também tentava restabelecer o controle governamental sobre os fervilhantes movimentos rurais.[78] O apelo aos trabalhadores rurais bem como a extensão do sufrágio foram um exercício nos métodos de cooptação que Goulart havia aprendido tão bem como Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas (Schmitter 1971a:211).

O Estatuto do Trabalhador Rural era obviamente dirigido mais às reivindicações do proletariado rural do que aos problemas da verdadeira reforma agrária (Caio Prado 1963:6). A estrutura hierárquica da organização do sindicato (ver nota 60) e as exigências legais para o seu reconhecimento colocavam o movimento camponês sob controles burocráticos extremos, justamente aquilo que Julião havia lutado tanto para evitar. Além do mais, a divisão arbitrária dos tipos rurais em duas categorias gerais, de trabalhadores e empregados, não refletia as realidades sociológicas do campo brasileiro (Price 1964:16; Freitas Marcondes 1963:56; Caio Prado 1963:3). Por exemplo, os pequenos proprietários eram agrupados junto com os trabalhadores assalariados, arrendatários e posseiros, enquanto a inclusão do parceiro como trabalhador independente estava em desacordo com suas negociações com o proprietário que o empregava. Segundo o Estatuto, os, sindicatos eram constituídos para lidar com as atividades econômicas da classe operária e a atividade política era estritamente proibida, *pelo menos em teoria*. A greve como uma arma

rurais foram reconhecidos (SUPRA 1963:18). Embora seja óbvio que o reconhecimento formal dos sindicatos dependesse da receptividade dos líderes políticos nacionais, o movimento já estava bastante sedimentado antes do início do Governo de Goulart. Ele, de modo algum, criou as reivindicações do campesinato, mas capitalizou sobre elas quando se tornaram suficientemente audíveis.

[78] Exames detalhados dos acontecimentos que levaram à derrubada do regime de Goulart podem ser encontradas em Skidmore (1963), Bello (1966), Schneider (1972) e Stepan (1971). O Estatuto do Trabalhador Rural era essencialmente um complemento à Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 (Price 1964:7-8). Teve uma longa história nas Comissões do Congresso brasileiro, tendo sua origem num projeto de lei enviado ao Congresso pelo Presidente Getúlio Vargas em 1954 (Price 1964:9-10). Ferrari (1963) relata os acontecimentos legislativos que cercaram a apresentação do projeto. Para uma compreensão das condições que o propiciaram e para uma explicação do Estatuto do Trabalhador Rural, ver Campanhole (1963) e Vianna (1963).

tornou-se ilegal. Ao invés disto, foram estabelecidos conselhos de arbitragem para solucionar as queixas nas áreas rurais.

A despeito desta aparente tentativa de aplacar ambos os lados do conflito, Goulart não conseguiu satisfazer nem a classe proprietária nem as classes operárias rurais. Os proprietários se fechavam a cada nova concessão às massas, ao passo que os camponeses e seus líderes interpretavam a aparente receptividade no palácio presidencial como um sinal verde para fazerem pressão no serviço de reformas mais radicais. Incapaz de fazer o Congresso passar a legislação pendente, inclusive a lei sobre a extensão do direito do voto aos analfabetos, Goulart finalmente usou seus poderes de decreto presidencial, um rumo que todos os Presidentes anteriores haviam hesitado em tomar. Numa grande concentração popular a 13 de março de 1964, ele fez uma ameaça inaceitável à propriedade privada decretando a nacionalização de todas as refinarias particulares de petróleo, e promulgando o nefasto decreto da Supra, que estabelecia a expropriação de todas as propriedades subutilizadas que excedessem 485,64 hectares e que estivessem localizadas a nove quilômetros das principais rodovias, e de terras que excedessem 28,329 hectares situadas a nove quilômetros de represas federais ou de projetos de irrigação ou de drenagem.

Como não houvesse uma emenda constitucional que estabelecesse o pagamento em títulos pelas terras expropriadas, e não houvesse recursos no Tesouro Federal para tais despesas, a aplicação do decreto significaria a tomada pura e simples da propriedade de seus donos. As linhas de batalha se delinearam de modo inepto. Depois de duas décadas de conciliação, o Presidente havia alienado tanto a burguesia industrial quanto a elite agrária, que já se manifestava de maneira cada vez mais violenta diante da agitação camponesa. Além disso, demonstrações e greves organizadas pelos estudantes e trabalhadores urbanos, a mobilização das massas e a inflação galopante enchiam a vulnerável classe média de medos de “comunismo e corrupção”, levando-a novamente a dar o seu decisivo apoio ao golpe militar que tomou o poder em 1º de abril de 1964.

A oposição da classe proprietária de terras ao movimento camponês é conhecida. Os fortes interesses agrários representados no Congresso resistiram sempre a reforma rural. A consolidação das Leis do Trabalho, que estabeleceu a sindicalização rural, também havia legitimado a

Confederação Rural Brasileira dos Proprietários de Terras, organizada para angariar ação coletiva em seu próprio benefício. A sua oposição, manifestada anteriormente em 1954, ao plano de reorganização rural de Goulart tinha contribuído para a sua saída do cargo de Ministro do Trabalho de Vargas (Wilkie 1964: 6). Numa manobra óbvia para reafirmar o seu controle sobre as fontes de mão-de-obra, a Confederação de novo protestou vigorosamente contra o movimento trabalhista rural de 1963.[79] Resumindo, a elite proprietária empenhava-se publicamente pela manutenção do *status quo* no Brasil rural, defendendo o seu direito, já consagrado pelo tempo, à hegemonia em seus próprios domínios.

No campo, o uso flagrante do poder privado voltou à moda. A ameaça de invasão de terra e os assaltos aos mercados locais por camponeses famintos haviam colocado a classe proprietária num alerta permanente. As forças da policia particular — e, às vezes, até mesmo a pública — realizavam represálias contra os camponeses em todas as regiões do país. No Estado nordestino do Paraíba o temido Esquadrão da Morte permanecia alerta e pronto a executar os pedidos mais terríveis dos patrões. No Estado de Alagoas, os proprietários residentes se uniram em bandos para se defenderem contra qualquer ataque por parte das ligas camponesas. Eles se orgulhavam de mostrar o arsenal que haviam armazenado nas casas de fazenda para "deter a maré de comunismo no Brasil". Seus temores eram ainda mais exacerbados pelos relatos exagerados que apareciam na imprensa e eles começaram a reagir com violência à menor provocação. O encontro da liga camponesa a que compareci em 1962 em Pernambuco e que descrevi no início deste livro terminou com um assalto armado ao humilde grupo que se encontrava na praça principal da cidade. A reunião havia sido convocada com a finalidade de protestar, pacificamente, contra a destruição da plantação de mandioca de uma moradora por um proprietário com o intento de tirá-la da sua roça. O encontro terminou quando o pároco local, de dentro da santidade de sua igreja, dirigiu o povo da cidade numa contra demonstração violenta, deixando o saldo de pelo menos um camponês ferido e um garoto de doze anos de idade morto, com uma bala

[79] Esta associação veio a ser conhecida como Confederação Nacional da Agricultura depois da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Há quem sustente que o movimento era uma organização fraca. No entanto, no final de 1961 havia 1711 associações semelhantes com 240.120 associados, a maioria no Sul, Leste e Nordeste (*Desenvolvimento e Conjuntura* 1964a:33).

na cabeça. As represálias subsequentes aumentaram consideravelmente este saldo.

O golpe de estado militar, que obrigou João Goulart a deixar a presidência em 1º de abril de 1964, estendeu o seu expurgo até o nível local do movimento político camponês. As ligas camponesas e as associações independentes foram desmanteladas e muitos de seus líderes presos. Francisco Julião passou muitos meses numa prisão militar antes de poder partir para o exílio no México. Os sindicatos rurais patrocinados pela Igreja receberam permissão para continuar suas atividades, mas com interventores governamentais nos papéis de liderança (SORPE 1967).[80] Os líderes dos movimentos políticos haviam sido removidos e os participantes estavam refreados e silenciados. Mesmo assim, tornou-se óbvio que seria impossível fazer desaparecer totalmente o movimento camponês simplesmente legislando contra seus líderes.

A direção que vai tomar agora o movimento camponês dependerá da receptividade do atual regime militar e da sua política com respeito à reforma agrária. Segundo o então diretor do IBRA, o clima político anterior a abril de 1964 era sensacionalista e demagógico, mas o "governo revolucionário... optou por uma solução democrática, baseada no estímulo à propriedade privada, nos direitos do proprietário da fazenda aos frutos de seu trabalho, e, naturalmente, no aumento da produção, reintegrando a propriedade na sua função social natural e condicionando o seu uso ao bem-estar geral" (Cantanhede 1967:7). Com este objetivo o primeiro governo militar, sob a presidência do General Castelo Branco, decretou uma lei de reforma agrária em 1964, que deu poderes ao Governo Federal para realizar uma pesquisa cadastral completa sobre o Brasil, instituir um imposto territorial progressivo, exercer controle sobre os contratos de trabalho rurais, supervisionar e demarcar as terras públicas, expropriar terras

[80] O sindicato rural do Padre Melo em Cabo, no Estado de Pernambuco, não foi tocado, pois, segundo ele, "os militares têm medo de sua língua''. Em 1966 o movimento retornou a liderança clerical, mas o Governo mantém um controle rigoroso. O enfraquecimento dos sindicatos rurais é evidenciado pelo fato de que caíram consideravelmente as arrecadações de trabalhadores rurais destinadas a eles. Em 1964 e 1965, 1.691 patrões recolheram contribuições sindicais de seus trabalhadores, enquanto em 1966 e 1967 foram feitas somente 555 arrecadações (SORPE 1967).

mediante pagamento em títulos,[81] colonizar e estabelecer cooperativas, fornecer assistência geral e proteção à economia rural (Cantanhede 1967:12). Além disso, Castelo Branco estendeu o direito de greve aos trabalhadores rurais. De acordo com um decreto presidencial de 1965, todos os trabalhadores rurais na zona canavieira tinham o direito de receber, depois de um ano de serviço contínuo, até dois hectares de terra próximos à sua casa "suficientes para plantar e criar gado em proporção necessária a sua subsistência e a de sua família" (SORPE 1967).

Entretanto, os objetivos do Governo de transformar os trabalhadores mais os arrendatários e os parceiros, em uma classe média rural, estimulando o desenvolvimento de pequenas propriedades através de cooperativas, modernizando e democratizando as fazendas médias e grandes, (Cantanhede 1967:8), ainda estão longe de se concretizar. A especulação e a concentração da propriedade continuam em todo o Brasil — até mesmo nas fronteiras (CIDA 1966:104). A comercialização da agricultura realiza-se mais rapidamente do que o planejamento do Governo e os camponeses continuam a ser expulsos das suas terras, "abandonando a agricultura de subsistência que supre de gêneros alimentícios os mercados..." como consequência *(Jornal do Comércio* 13/8/67:13). O setor agrícola da economia brasileira continua em um ciclo que o Governo parece incapaz ou não desejoso de romper.

Epílogo: A Política Rural e a Formação do Estado Administrativo

Se, como argumenta Oliveira Vianna, "... o decênio da Regência havia instruído Pedro II dos perigos das autonomias locais, do incurável personalismo dos nossos políticos e das nossas organizações partidárias" (1938:313), as décadas da Segunda República tinham sido igualmente instrutivas. Os militares agiram rapidamente depois do golpe militar de 1964, para institucionalizar a tendência histórica de um Governo autoritário, expurgando o sistema de sua "semicompetividade" e de seu "populismo" (Schmitter 1971b:15).[82] Em poucos anos, uma dezena de Atos Institucionais, mais de cinco dezenas de Atos Complementares, uma nova Constituição (em 1967) e milhares de decretos e de leis ceifaram toda oposição legítima e garantiram a autoridade do estado administrativo.

O Brasil renunciou à política em proveito da ação do Governo. Ao eliminar as eleições diretas para Presidente, e também ao se conceder o poder de veto sobre o Congresso e o direito máximo de fechá-lo, tal como as assembleias legislativas estaduais, o regime eliminou de fato o impasse entre o Legislativo e o Executivo que havia imobilizado o Governo civil nos últimos dias da Segunda República. Ao nomear interventores em alguns Estados e ao indicar candidatos para governador em outras assembleias legislativas, reduziu completamente a importância dos Estados na vida política nacional. Ao reestruturar o sistema multipartidário em um partido majoritário, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), e uma oposição minoritária, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o regime monopolizou todos os canais legais do poder político.

Não é de surpreender, pois, que diversos elementos fortemente recordativos do Segundo Império e do Estado Novo possam ser percebidos nesta última reorganização da política brasileira. A diferença dramática está nos seus efeitos, pois os militares brasileiros, na década de 1970, demonstraram a sua intenção de realizar a completa centralização do Estado. Por meio de "... intensa concentração dos recursos decisórios no *centro* e a extensa penetração das agências governamentais da *periferia"* (Schmitter 1971b:42), eles demonstraram que são capazes de transformar a vida política da nação. No entanto, o seu mais importante rompimento com o passado está na evidente falta do espírito de conciliação e de transigência que caracterizava os regimes anteriores. Através do uso sem precedentes de prisões arbitrárias e de torturas, do cancelamento de mandatos e da cassação dos direitos políticos, do total descaso pelos direitos de livre expressão e de livre associação, da demissão em massa de professores universitários e dos expurgos dos líderes de sindicatos e de outras associações, três governos militares sucessivos têm mantido o controle da nação brasileira.

A documentação dos resultados destas e de outras medidas no nível municipal naturalmente exigirá uma futura pesquisa em várias localidades.

[81] Skidmore (1967:318) observa que foi garantida ampla proteção aos proprietários de terra, inclusive garantias contra a desvalorização da moeda para os possuidores de títulos do Governo.

[82] Para uma análise extremamente perspicaz do sistema sociopolítico brasileiro, ou simplesmente do *sistema* anterior ao golpe de 1964, ver Schmitter (1971a). Para uma brilhante acusação dirigida ao funcionamento geral do regime a partir de 1964, ver Schmitter (1971b). Uma visão alternativa do regime pode ser encontrada em Schneider (1972).

Entretanto, já se pode observar um certo número de tendências. A principal delas é o fim da "política de sempre". Um editorial de um dos mais importantes jornais do país, falando a propósito da investigação sobre a política partidária nos Estados nordestinos, no verão de 1971, deplorava a indiferença dos governadores em relação à estrutura dos partidos, a qual, ao que se dizia, "desacreditava os políticos profissionais". "Os Estados", lamentava ele, "estão mais interessados na administração do que na política"*(Jornal do Brasil* 15-16/8/71).

Na verdade, a supressão do sistema multipartidário em 1965 e a suspensão das eleições diretas para governadores estaduais e para Presidente, despolitizaram não somente os Estados mas também as municipalidades. Em muitas áreas rurais, o novo sistema bipartidário facilmente acomodou-se às antigas estruturas políticas. O partido majoritário simplesmente trocou de nome para Arena e o MDB recolheu os pedaços da oposição. Em outras áreas, no entanto, os oligarcas entrincheirados modificaram a "política de adesão" da República Velha, optando por um sistema de partido único no qual os candidatos da oposição ocasionalmente disputam as sublegendas sob uma legenda da Arena. Em qualquer um dos casos, o sistema político extremamente competitivo da Segunda República deixou de manifestar-se. Uma deliciosa descrição da mudança ocorrida em um município do Nordeste apareceu em número recente de uma conhecida revista brasileira:

> Até 1964, Propriá (população: 18.386 habitantes) era uma das cidades de maior agitação política do baixo São Francisco. Eram comuns os assassinatos políticos e todo o mundo ainda se lembra da ocasião em que um deputado estadual, líder do Governador Seixas Dória, sequestrou o pai do Governador, um senhor de mais de setenta anos, fazendeiro em Propriá, para garantir que Seixas cumpriria a promessa feita aos trabalhadores nos arrozais da região.
>
> Manuel Fontes de Almeida, de sessenta anos de idade, conhecido como Zinho, pai de seis filhos e escrivão do registro civil, ressalta com uma gargalhada sua afirmação de que tudo isto terminou: "A política aqui agora é menos politizada e mais civilizada. Você não vota mais no partido, nem mesmo no chefe político, mas no candidato. Graças a Deus, o MDB e a Arena são exatamente a mesma coisa. Felizmente nós estamos muito avançados neste sentido" (*Realidade,* Nº 74, 5/72, p. 167).

A razão para este avanço é clara. O sistema de vantagens e o faccionalismo que o acompanha estão desaparecendo da vida rural brasileira. Embora os prefeitos e os vereadores ainda sejam eleitos por voto direto, a sua eleição é independente das outras e os recursos que eles precisam mobilizar deixaram de depender da obtenção do voto. Nos municípios a ênfase está na administração, não na política, desde que os militares começaram a empreender a "portugalização" do campo (Riegelhaupt 1971; Schmitter 1971b).

Mais uma vez o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade pelos assuntos do Governo local mas desta vez demonstrando tanto o seu intento quanto o seu poder de intervir diretamente nos municípios, sempre que os intentes privados parecessem ameaçar a administração adequada de seus pro gramas. Talvez o fator mais importante, neste sentido, seja a nova política fiscal do Governo. Enquanto a Constituição de 1946 tinha tornado os municípios dependentes financeiramente dos Estados, a Constituição de 1967 transferiu inteiramente a responsabilidade pelos impostos municipais inclusive o importantíssimo imposto territorial e a partilha da renda para o Governo federal. Uma série de decretos exige agora que o prefeito apresente projetos para a aplicação da renda às agências federais competentes, como condição para poder receber quaisquer recursos, e que se publique a contabilidade completa de seus dispêndios no final de cada período fiscal. O Artigo 23 do Ato Institucional Nº 11 (Outubro de 1965)[83] declara que:

> O uso irregular, pelo prefeito, das rendas arrecadadas e alocadas à municipalidade pela União Federal constitui crime contra o erário público. Nesses casos será iniciado um processo criminal pelo Ministério Público ou por um terço (1/3) dos membros da Câmara de Vereadores.

Nitidamente, os militares parecem estar assegurando o cumprimento da lei. Reportagens de jornais e entrevistas que realizei durante meu trabalho de campo em 1971 indicam que o longo braço da lei agora se estende até as municipalidades mais remotas. O Governo, inclusive, já suspendeu prefeitos e iniciou processos contra eles por "crimes contra o erário público". Em um caso, amplamente noticiado, o prefeito de um

[83] Os textos dos Atos Institucionais podem ser encontrados em Burns (1972). Para atos e decretos especificamente relacionados às municipalidades, ver IBAM (1967a e 1967b).

pequeno município no Piauí foi suspenso e processado por não ter completado a construção de um grupo escolar. A ameaça da justiça federal, administrada por um judiciário fortalecido — tanto civil quanto militar — torna pouco provável que os potentados locais se animem a desafiar as leis de impostos, ou que usem indevidamente os recursos públicos. Ainda mais significativo, do ponto de vista das massas rurais, é o fato de que uma polícia estadual reforçada tenha ficado subordinada ao Exército federal, e que agora a nomeação de seu comando venha de fora do município, libertando-a, deste modo, das limitações clientelistas locais. A justiça privada está cedendo lugar ao poder público. Como adverte o *Manual do prefeito* "... o prefeito não está subordinado a nenhuma autoridade, mas somente à lei" (IBAM 1967:11).

À luz de minha interpretação da história política brasileira, inicialmente pode parecer paradoxal que os interesses agrários tenham aquiescido tão prontamente à perda de sua autonomia nos municípios. No entanto, há uma lógica óbvia na sua disposição de aceitar a autoridade pública, já que a nova classe proprietária se tornou a guardiã da *ordem* e a colhedora do *progresso* no novo Estado brasileiro. Tendo decidido que preferia ser rica a ser poderosa, a classe proprietária "... de bom grado trocou as suas pretensões de hegemonia política pela segurança econômica; o seu 'direito de mandar' pelo 'direito de fazer dinheiro'" (Schmitter 1971:10). Além disso, a classe ganhou dos militares algumas concessões importantes, uma das quais o aparente desprezo pela Lei de Reforma Agrária de 1964, que fora instituída para estimular a produção nas terras não-utilizadas — ou então a sua venda — através da cobrança desproporcional de impostos sobre as propriedades improdutivas (Stepan 1971:233, 236).[84]

Quando, no verão de 1971, retornei ao município de Guaiamu, os proprietários da usina de açúcar prontamente negaram qualquer atividade

[84] A Lei da Reforma Agrária de 1964 concedia poderes ao Governo federal para efetuar um levantamento cadastral completo no Brasil, para instituir impostos progressivos sobre a terra, para exercer controle sobre os contratos de trabalho rural, para supervisionar e demarcar as terras públicas, para expropriar terras mediante pagamento em títulos (com garantias contra a desvalorização da moeda), para colonizar e estabelecer cooperativas, e para fornecer assistência e proteção generalizadas à economia rural. Talvez o aspecto mais significativo da lei de reforma agrária tenha sido o início, em 1965, do levantamento cadastral feito pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

política. Ela não era necessária. O Sr. L. havia perdido suas imunidades parlamentares e seus direitos políticos. O Governo tira toda a ilusão, da parte dos manda-chuvas locais, de que continuariam a exercer o seu tradicional poder discricionário, e os usineiros davam-se por satisfeitos em deixar a política seguir o seu curso. O MDB não funcionava a nível local, ou seja, a nível municipal. Em vez disto, os candidatos da oposição concorriam em sublegendas para a prefeitura e para a Câmara de Vereadores. Em Coqueiral o faccionalismo parecia haver desaparecido. O antigo líder do PSP era o herdeiro aparente do antigo líder da UDN, agora Arena, e presidente da Colônia de Pescadores.

A paz havia retornado a Guaiamu e, com ela, a prosperidade. A usina de açúcar mostrava um crescimento sem precedentes. A produção anual havia aumentado de trezentas mil sacas nos turbulentos anos de 1964 e 1965 para seiscentas mil sacas em 1967 e um milhão de sacas em 1971. Ao mesmo tempo, como resultado da mecanização, o número de trabalhadores empregados na usina havia sido reduzido para menos de duzentos. Embora a propriedade da usina não tivesse se expandido, os fornecedores independentes de cana estavam apoderando-se vorazmente dos antigos arrendamentos, a fim de satisfazer a demanda da usina. Antecipando-se à eletrificação do Estado pela hidrelétrica de Paulo Afonso, os usineiros investiram a sua nova riqueza em uma fábrica de postes e estavam vendendo as estacas de concreto para as vilas e os povoados da região. Algumas das pequenas casas de estuque dos trabalhadores já estavam eletrificadas! Os cento e cinquenta quilômetros de estrada entre a capital do Estado e a sede da usina foram asfaltados, por iniciativa dos proprietários e foi instalado um sistema de telefones interurbanos para seu uso. Os usineiros e os seus principais fornecedores viajavam agora da cidade para o interior em carros de fabricação brasileira, geralmente Chevrolets-Impalas ou Ford Galaxies, sempre novos em folha.

É certo que a *Ordem* e o *Progresso* haviam chegado a Guaiamu, mas junto veio o abismo entre ricos e pobres, os que possuem e os desapossados, os privilegiados e os desfavorecidos, diferenças essas que se tornaram ainda

mais acentuadas. Os camponeses e os trabalhadores rurais não colheram nenhum dos benefícios.[85]

Embora tenham ocorrido progressos significativos em todos os setores da economia brasileira desde 1964, estes proveitos foram "... contrabalançados por uma política social que não favorecia as classes baixas..." (Stepan 1971:263). Reconhecendo que os segmentos mais pobres da população das cidades nordestinas foram os mais atingidos pelas políticas governamentais, o Presidente declarou recentemente que "a economia pode estar indo muito bem, mas a maioria do povo vai mal" (citado por Schmitter 1971b:24). A população rural parece estar condenada à maior pauperização. A extensão dos benefícios da previdência social aos camponeses "aposentados" e aos lavradores com mais de sessenta e cinco anos de idade que possam comprovar ter trabalhado nos últimos dois anos ecoa a previdência social dos anos de Vargas e serve meramente como paliativo às enormes mazelas sociais do campo. Do mesmo modo, o retorno de sindicatos de trabalhadores rurais, trezentos dos quais foram formados no primeiro ano do novo regime (Schmitter 1971a:212), parece ser um esforço deliberado para controlar previamente as organizações independentes.[86] Embora o Governo federal tivesse estabelecido quotas de alfabetização para cada município, terminaram as marcantes campanhas do Movimento de Educação de Base (MEB), e o esforço principal que se faz hoje no campo da educação consiste no treinamento de pessoal qualificado para ofícios de nível médio nos centros urbanos. Estes ofícios estão aparentemente fora do alcance do migrante rural.

Defrontados com as extensas favelas estabelecidas na periferia de Brasília, o símbolo monumental da unidade e da "integração" nacional, os militares estavam tomando providências no sentido de diminuir a torrente de migração rural urbana. Estabeleceram-se "barreiras" nas principais estradas de acesso às mais importantes capitais do Sul na ocasião da seca de 1970 a 1971, quando houve grandes migrações vindas do Nordeste. Acredita-se que somente naquela região cerca de quatrocentos mil camponeses tenham sido organizados em frentes de trabalho. Um anúncio apareceu num jornal do Rio de Janeiro no verão de 1971, assinado por uma associação de migrantes quase desconhecida, oferecendo passagens aéreas gratuitas àqueles que desejassem retornar a seu Estado de origem.

A verdadeira panaceia do governo militar, entretanto, é a Transamazônica, a incrível estrada que promete (ou ameaça?) abrir uma enorme fronteira tropical para migrações em massa de camponeses e de lavradores. Estaria aberta, igualmente, a latifundiários cujas desenfreadas especulações de terras constituiriam uma ampla advertência de que a "revolução redentora" (Buarque de Hollanda 1936:150) de 1964 pode estar revivendo a crise agrária em uma escala maciça. Qualquer que seja o raso, a construção da estrada e a construção da nação caminham de mãos dadas, enquanto à margem da estrada as massas rurais observam a triunfal marcha do progresso.

[85] Como observou Harris (1956:103), os brasileiros do campo encaram qualquer progresso como dependente de ações do *Governo*, independentemente do que o progresso possa representar, de quem sejam os beneficiários ou de quem tenha iniciado o processo. Ao regime atual é creditada a vinda do progresso a Guaiamu, embora muito poucos indivíduos se tenham dele beneficiado.

[86] Significativamente a Federação dos Sindicatos Rurais de Pernambuco, que originalmente compreendia um quadro de membros compostos quase exclusivamente de trabalhadores rurais, foi dividida, depois de 1964, em três federações, uma de assalariados, uma de parceiros e de arrendatários fixos, e outra de pequenos proprietários que não são empregadores.

6. Política do Desespero: Religião Popular e Movimentos de Protesto

O estudo da participação política camponesa nos projeta imediatamente no ferrenho debate sobre o significado da ação política camponesa. São conhecidas as inúmeras afirmações sobre o "potencial" revolucionário dos camponeses em todas as partes do mundo. Para alguns, camponeses são inerentemente conservadores; isto e, se caracterizam por um profundo fatalismo que explicaria a sua incapacidade — ou sua falta de disposição — de agir diante de uma exploração. Para outros, os camponeses são essencialmente revolucionários, necessitando somente a fórmula retórica e algum líder que os catalize para agir. Cada uma destas filosofias sintetiza um extremo doutrinário que frequentemente reflete mais a inclinação ideológica do próprio cientista social que o verdadeiro estado de conscientização do campesinato em questão.[1] Ambos se equivocam, naturalmente, nestes enunciados fáceis sobre as condições gerais da mente camponesa, nestas afirmações indiferenciadas sobre as suas mentalidades, sobre as suas atitudes políticas (ou a ausência delas), frequentemente sem apoio suficiente em fatos históricos.

Infelizmente, o estudo da participação política camponesa no Brasil sofre da mesma série de expectativas. Protestos episódicos têm sido tratados como se fossem presságios de uma iminente e grande revolução, ou então, por outro lado, são desprezados e relegados à categoria de clamor fanático de uma plebe degenerada e impenitente. O comportamento das massas rurais em seu dia-a-dia tem sido encarado como essencialmente não-político, e a entrada do camponês na arena política é mediada e qualificada pelas relações sociais abrangentes do tipo patrão-cliente. Ou então o trabalhador rural tem sido visto com um partidário ardente e determinado em um campo político altamente competitivo. No entanto, a verdade simples é que nenhuma destas interpretações polares é adequada, embora haja ampla confirmação empírica para ambas no longo e dinâmico passado brasileiro. O fato de que a massa de brasileiros rurais esteja *fora* da política eleitoral, não se discute. Que alguns se engajaram voluntariamente em

[1] Ver a análise das ideologias de exploração do ator *versus* as do observador feita por Sydel Silverman (1970).

política partidária é também um fato etnográfico. Que um grande número de camponeses e de trabalhadores rurais tenha pilhado e queimado, está amotinado e atacado, está gravado nas páginas a história brasileira. E mais, que milhões de outros quietamente observaram a brutalidade e a chacina infligida a seus companheiros, não pode ser negado. Então, contar o número de pessoas que comparecem às urnas, ou que carregam faixas, ou que gritam vivas, pode talvez nos dar uma ideia da *extensão* da participação política mas certamente não é o bastante para nos mostrar a sua significação.

Obviamente, a maneira de se conseguir melhor compreensão da participação política do camponês brasileiro não será apenas através do exame de seu comportamento físico. Nem pode ser derivada de pesquisas sobre atitudes políticas. Para realmente entender a natureza e a qualidade da participação política do camponês no Brasil é preciso realizar também um exame da dimensão cultural; isto é, das "... estruturas de significado através das quais os homens dão forma às suas experiências (neste caso, políticas)..." (Geertz 1972:320). Esta experiência política indubitavelmente toma uma variedade de formas, principalmente, na medida em que diferentes tipos socioeconômicos desenvolvem ideologias que refletem as relações específicas nas quais elas são moldadas e expressam as necessidades e expectativas peculiares a cada um. Deste modo, embora sejam inexatas as generalizações sobre uma uniforme experiência política camponesa, no caso das ligas camponesas e dos movimentos sindicalistas rurais, existe uma base cultural comum em todo o Brasil que, ao ser adequadamente compreendida, nos permitirá fazer afirmações mais corretas sobre a experiência política em cada um destes casos.

Neste capítulo, vou examinar a dimensão cultural das políticas camponesas no Brasil, especialmente o lugar ocupado pela religião na formação de uma ideologia popular.[2] Examinarei os sistemas de crenças dos

[2] Ao discutir esta dimensão cultural, eu não pretendo refutar a primazia das condições socioeconômicas que propiciaram o aparecimento destes movimentos. No último capítulo eu procurei explicar, de maneira precisa, aquelas variáveis socioeconômicas que serviram para estabelecer as precondições da constituição dos mais recentes movimentos de massas. Pretendo, no entanto, fazer uma distinção entre este nível cultural de análise e a análise sociológica. Também quero distingui-lo da sociopsicológica, ou, em outras palavras, da análise das motivações, deduzidas de conceitos tais como "privação relativa" que torna possível o recrutamento de camponeses em movimentos de massas. As motivações

participantes de diversos tipos de movimentos de protesto rural (Heberle 1968): banditismo social, no qual um grupo de indivíduo se reúne para, na maioria dos casos, vingar-se de transgressões pessoais; milenarismo e messianismo, nos quais grupos de pessoas se organizam em comunidades religiosas para a satisfação de reivindicações sociais; e organizações sindicalistas e políticas contemporâneas, através das quais camponeses e trabalhadores rurais efetivamente procuraram um ajuste econômico. Ao me concentrar na análise dos sistemas de crenças dos membros desses movimentos, em oposição à ideologia da liderança (frequentemente manipulativa, e cuja retórica é muitas vezes confundida com a ideologia do próprio movimento), acredito que poderei melhor avaliar a significação de sua participação em cada caso, bem como verificar se houve transformação na mesma no curso de dois séculos de protesto endêmico camponês.

Por exemplo, a adesão de massas de camponeses às ligas e aos sindicatos rurais na década de 1950 e de 1960, e a crescente radicalização de suas reivindicações antes do aparentemente receptivo Governo "populista" do deposto Presidente Jango Goulart, representam, para alguns investigadores, uma saída radical das formas tradicionais de ação política camponesa. Eles argumentam que, tradicionalmente, o camponês brasileiro tem sido um ser religioso e não um ser político, e que o recente envolvimento político sugere um novo tipo de ideologia — a emergência de uma consciência política, intimamente relacionada à classe, que antes não existia. Para outros estudiosos, as recentes manifestações de descontentamento camponês não passam de versões ligeiramente modificadas das antigas lealdades patrão-dependente, agora representadas na forma coletiva de um "séquito" que se contenta em deixar a política nas mãos de um patrão benevolente.[3]

Novamente, nenhuma destas interpretações de acontecimentos e atitudes é completa ou totalmente exata. Não há mais dúvida de que os recentes movimentos políticos no Brasil não dispunham do "fervor

específicas dos membros das diversas associações sindicalistas e políticas e a ideologia declarada de seus líderes são discutidas, de maneira breve, no capítulo V.

[3] Leeds (1964) sustenta que o movimento simplesmente substitui os antigos patrões por novos patrões. Outra análise do aspecto paternalista do movimento pode ser encontrada no trabalho de Galjart (1964). Para uma posição alternativa, ver a resposta de Huizer (1965) e a análise geral feita por Obregón (1967).

revolucionário" que a publicidade oposicionista lhes atribuía. Neste aspecto, eles se assemelhavam aos movimentos de protesto brasileiros anteriores, cujos inimigos também exageraram seus perigos para o Estado. Ao mesmo tempo, desde que a forma de ligar-se à liderança política — tanto nos movimentos milenaristas quanto nos sindicalistas — era coletiva e carismática, cada um destes movimentos representa um afastamento significativo das relações individualistas que caracterizavam as formas tradicionais da associação patrão-dependente.

Como já tivemos a ocasião de ver, estas relações diádicas, com suas expectativas mútuas de comportamento apropriado de algum tipo de reciprocidade, são sobrepostas aos arranjos contratuais de terra e trabalho. Assim, eles não somente contrabalançam a assimetria das trocas econômicas criando laços de amizade e de lealdade (que aliás também alinham os camponeses e os trabalhadores rurais em uma facção que supera as linhas de classes), como também fornecem a ideologia que reafirma, legitima e justifica a autoridade da classe proprietária como um grupo, a despeito da fluidez das díades econômicas individuais. O aspecto mais saliente destas relações assimétricas é o sentido de submissão e de obrigação que os camponeses possuem, um fenômeno que é santificado na esfera religiosa, de um modo geral, através da crença do camponês em um Deus onipotente e onipresente de cuja vontade as coisas todas as coisas dependem especificamente, através de uma relação de troca, *de certo modo* análoga, entre os devotos e os seus santos padroeiros.

A quebra do contrato econômico entre trabalhadores e os donos de terra, resultante das mudanças socioeconômicas gerais, levou os camponeses às reivindicações. Entretanto, a participação política das massas nos movimentos de caráter supralocal deu-se apenas após o colapso das superimpostas relações patrão-dependente, num processo intimamente ligado à inflamada competição na política eleitoral, nacional ou estadual. Assim, se alguma transformação identificável na ideologia popular acompanhou esta mudança no alinhamento social, ela só começou a se desenvolver dentro dos próprios movimentos. Isto é, a transformação ideológica procede como um processo dialético dentro do contexto da interação das massas rurais umas com as outras, com os líderes dos movimentos, com o Estado e com as elites proprietárias, que começaram a

manifestar, de modo violento, sua oposição às formas legais e sistemáticas de mudança social.

Numa tentativa de traçar o desenvolvimento da conscientização entre os camponeses brasileiros com quem trabalhou nas campanhas de alfabetização, o educador e filósofo revolucionário Paulo Freire definiu a “cultura do silêncio”, que deriva das relações estruturais entre os setores subordinados e superiores do sistema social. Na cultura do silêncio “... existir é somente viver. O corpo executa as ordens que vêm de cima. Pensar é difícil, falar a palavra, é proibido” (Freire 1970a:22). Compreender esta cultura do silêncio “... pressupõe uma análise da dependência como um fenômeno relacional que dá lugar ao nascimento de diferentes formas de seres, de pensar, de expressão, as da cultura do silêncio e as da cultura que ‘tem uma voz’” *(ibid.,* 32-33). O segmento dependente da sociedade “... não pode objetivar os fatos e as situações pragmáticas da vida diária”, e atribui “... as origens de tais fatos e situações de suas vidas a alguma super-realidade ou a alguma coisa dentro deles mesmos” *(ibid.,* 37).

A cultura do silêncio é então caracterizada por um tipo conscientização que é “semi-intransitiva”, na qual as contradições são aparentes mas o camponês é impedido de agir de maneira política sobre elas. Este tipo de conscientização, a persistente forma de resignação dos camponeses brasileiros que se aproxima da revolta, mas raramente se expressa deste modo, é retratada de uma maneira viva por Fabiano, o herói emasculado do brilhante romance de Graciliano Ramos, Vidas Secas, sobre a vida camponesa no interior do Nordeste brasileiro. Fabiano quer rebelar-se contra o senhor que o rouba, e vingar-se do policial que o havia surrado injustamente, mas, em vez disso, procura explicações que se afastam das realidades socioeconômicas de sua vida cotidiana e que justificam sua inércia inevitável.

Para se entender este fenômeno é preciso ir além de uma explicação construída somente em termos das relações de dependência e de uma teoria da exploração, pois, de certa forma é a torturada autoavaliação de Fabiano que determina a sua própria inércia. Não pretendo subestimar a importância do poder econômico e político na conservação das relações de dependência no Brasil rural, nem tampouco remodelar a nossa discussão em termos psicológicos. Obviamente, a lei é uma das inúmeras maneiras de franco controle social disponível à classe operária no campo brasileiro. A força,

seja ela legal ou extralegal, é frequentemente empregada para deter um camponês indócil. Mas, mesmo assim, seria um erro pensar que o campesinato brasileiro vive debaixo de uma constante força repressiva, embora a ameaça de tal força possa ser suficiente para impedir a ação política em muitos casos.

Na verdade o uso da força bruta é geralmente desnecessário ou, na pior das hipóteses, é utilizado apenas como um lembrete. Como no caso de Fabiano, um autocontrole suficiente é gerado entre os camponeses brasileiros através da constante autodepreciação (Freire 1970b), e perpetrado por uma série de normas culturais que determinam o comportamento apropriado nas relações interclasse precisamente nesta complexa interseção entre a estrutura social e a interpretação e explicação do próprio homem sobre o seu lugar nela, que a religião começa a desempenhar um papel crítico na formação de uma ideologia popular.

A religião sempre desempenhou um importante papel — embora ambíguo — no pensamento e nas ações dos camponeses brasileiros. Ao mesmo tempo em que alimentou a “cultura do silêncio”, deu voz ao seu descontentamento. Tanto como instituição, quando como sistema de crença, aliou-se à estrutura social e à organização social para produzir uma ideologia que de fato às vezes age como ópio, impedindo a ação política direta por parte do campesinato, e em outras ocasiões é reorientada em explícitas e devastadoras expressões de protesto social. Ela é, portanto, ao mesmo tempo um instrumento de controle social e um meio de mobilização.

É verdade que em antigas manifestações de protesto social era frequentemente difícil definir onde terminava o zelo religioso e onde começava a ação política. Esta afirmação não é mero eco das palavras do Francisco Julião, líder camponês brasileiro, atualmente no exílio, que escreve: “... a marca da religiosidade encontra-se em todos os bandidos e a marca do banditismo está em todo homem santo” (1968:61). Ela é uma asserção de que o banditismo social, em menor escala, e o milenarismo, sobretudo, manifestaram graus variado de religiosidade e de secularismo numa época em que a dissenção religiosa parecia ser a única a alternativa à violência.

Mesmo nos movimentos políticos contemporâneos mais secularizados, as crenças religiosas desempenharam um duplo papel.

Assim, para o alistamento de camponeses e trabalhadores rurais em associações sindicais e políticas e na sua mobilização para uma ação política direta era preciso que seus organizadores soubessem manipular os símbolos religiosos, dando-lhes novo significado. Somente assim que os camponeses conseguiram superar as crenças convencionalizadas que ditavam o seu comportamento tradicional em situações interclasse. Ao mesmo tempo, a mensagem religiosa reforçou o senso de dependência e obrigação do camponês. Por exemplo, conta-se que

> Em um encontro de organização do sindicato rural, que contava apenas com a presença de pessoas humildes, diversas pessoas apresentaram suas queixas. Um chefe de família... queixou-se de tudo que havia em matéria de injustiça e de exploração humana no campo, e terminou dizendo: 'Se Deus não fosse um pai tão bom, nós já teríamos morrido há muito tempo.' (Leers 1967:36).

Enquanto mudanças significativas pudessem ter ocorrido no decorrer de um movimento mais prolongado, este breve episódio não parece ter tido um efeito duradouro sobre a ideologia camponesa. Os movimentos foram silenciados pela prisão e isolamento de seus líderes e pela dissolução das organizações formais. O que restou depois destas duas décadas de agitação política foram as reivindicações dos camponeses e as suas preces silenciosas para que estas reivindicações viessem a ser atendidas. Do mesmo modo que dominaram os antigos movimentos de protesto no Brasil, a religião e as outras crenças populares continuam a reafirmar o *sumis* dependente do camponês e a reforçar uma "política de desespero". Quando a maioria dos camponeses brasileiros foi finalmente confrontada com a mais importante de todas as perguntas: "O que vamos fazer?", a única resposta que se ouviu foi: "Que seja feita a vontade de Deus".

Religião Popular

O catolicismo é a religião nacional no Brasil. Mais de 90 por cento da população brasileira é considerada e se considera católica, embora a Igreja nunca tenha exercido uma influência completa sobre as massas que aderiram, ao menos tacitamente, aos seus ensinamentos. As massas rurais, especialmente, são limitadas quanto ao grau de sua participação na religião formal, do mesmo modo que é limitada a sua participação na vida social, política e econômica da nação.

Embora nunca tenha havido um número suficiente de padres para servir de um modo eficiente à grande população espalhada por todo o país, a separação entre os ensinamentos da Igreja e as religiões populares que já começara no século XVII (Vallier 1967:195;1970) e que agora é muito evidente tem mais a ver com as estruturas sociais e políticas do que com simples números. Aqueles padres que celebravam missa nas capelas das fazendas durante o período colonial estavam sujeitos à hegemonia econômica e social da aristocracia proprietária, a cujas necessidades atendiam em primeiro lugar (Freyre 1959; 1946). Alguns de seus ensinamentos chegavam até os escravos e à população trabalhadora livre (Bastide 1960; de Kadt 1967:194), mas as atenções da Igreja estavam dirigidas, quase exclusivamente, aos interesses da classe proprietária. Até nos dias de hoje, muitos dos padres que se encontram nas sedes dos municípios rurais passam uma parte considerável de seu tempo na capela da fazenda. O resto de seu tempo é gasto, com bastante conforto, na sede de sua paróquia ou buscando novos confortos na sede do bispado. Raramente vê-se um padre viajando a cavalo, de mula ou jipe para as inúmeras vizinhanças rurais e pelas aldeias camponesas onde as descuidadas capelas vieram a desempenhar um papel cada vez mais importante no sistema distintivo de crenças camponesas.

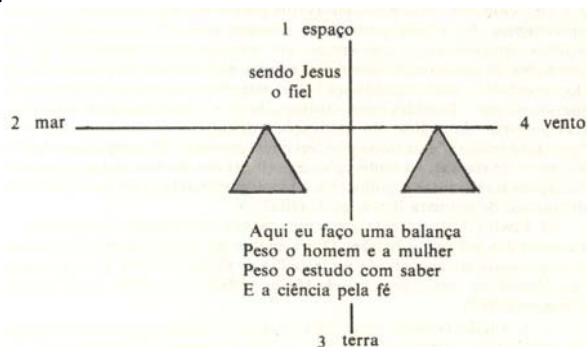
Em tal sistema, a dominante tradição católica incorpora elementos do dos cultos afro-brasileiro e ameríndio.[4] Como tal, ele não é propriamente uma interpretação fiel da doutrina da Igreja.[5] O catolicismo formal é a

[4] A religião popular no Brasil é um sincretismo de catolicismo e de cultos ameríndios e africanos. Contém um forte elemento de crenças sobrenaturais de uma natureza mágica. Um camponês pode encarnar o espírito de um velho índio caboclo ou de um deus africano no culto noturno de um sábado e na missa de domingo cumprir a promessa ao seu santo. Ele acredita inteiramente em seu santo, mas ele acredita igualmente no lobisomem, no mau-olhado e nos efeitos perniciosos "do vento". Ele pode reconhecer a autoridade do padre e tratá-lo com respeito, mas provavelmente ele recorrerá a um curandeiro ou a uma mãe-de-santo na hora da necessidade.

[5] O antropólogo brasileiro Thales de Azevedo dá ênfase a cinco elementos por que o catolicismo popular difere dos dogmas formais da Igreja Católica no Brasil: 1) a ausência de um conceito de salvação; 2) a ausência de um conceito de pecado; 3) indiferença pelos sacramentos e em relação ao padre, que parece mais estar desempenhando um papel para a Igreja do que como um intermediário para Deus; 4) adesão ao culto dos santos; e 5) o uso de liturgias domésticas em oposição aos ritos formais. Ele acha que a religião popular tem mais um valor terapêutico do que a noção de um caminho para a salvação na medida em que é a

religião de catedrais e de padres, de ortodoxia e dogma. O catolicismo popular é uma mistura de manipulação do mundo à sua volta com ascetismo místico.[6] Os camponeses são catequizados pela Igreja, mas são, ao mesmo tempo, confrontados com uma sistema institucional de capelas fechadas e infrequentes padres itinerantes. Restam a eles os altares domésticos e os santos pessoais. Eles são forçados a interpretar e a redefinir os ensinamentos formais da Igreja, no contexto de suas próprias necessidades e capacidades. Muitas de suas ideias sobre a religião e os acontecimentos religiosos chegam-lhes através da literatura de cordel, canções de repentistas que atualmente são impressas em folhetos afixados nas feiras locais e vendidos aos camponeses, que se tornam, eles mesmos, os disseminadores da Palavra.[7]

maneira pela qual o camponês expressa a sua busca pela satisfação de suas expectativas temporais e não por satisfações extraterrenas. (1963:3).

[6] Wolf observa que a religião camponesa tem duas funções. Por um lado, ela "funciona para garantir e equilibrar o sistema econômico do camponês e a organização social" sobretudo por meio de cerimônias que servem para legitimar as unidades familiares específicas na sociedade camponesa e as relações entre elas (1966a:100). Por outro lado, a religião camponesa liga o camponês a uma ordem ideológica mais ampla. Esta última função é bastante mais complexa do que a função de legitimação das cerimônias na medida em que, mais do que simplesmente legitimando as crenças locais, os ensinamentos da religião dominante podem ser reinterpretados a nível local a fim de serem congruentes com as crenças locais. Há um considerável elemento místico na religião popular brasileira, como fica evidenciado pelas seguintes representações da crença de um cantador analfabeto. O diagrama foi desenhado para o autor nas areias do Nordeste, foram dados os nomes e o poema recitado:

[7] A sociedade camponesa brasileira não é, naturalmente, de todo silenciosa. A ideologia da cultura camponesa se manifesta em uma série de jogos e de dramas folclóricos, e na extensa e diversificada literatura das lendas dos cantadores, a literatura de cordel, assim chamada por

A preocupação mais óbvia do camponês diz respeito a este mundo e não a este mundo e não a uma vida depois da morte, um aparente paradoxo num contexto onde a morte é um tema constante.[8] Aparentemente, eles não se preocupam com o conceito de pecado nem com a salvação, dirigindo suas energias para a satisfação de suas necessidades diárias. Ao mesmo tempo, suas tentativas de compreender, explicar e tratar da sua própria situação neste mundo através da mediação do sobrenatural dota as suas crenças de um elemento espiritual majestoso. Esta espiritualidade é caracterizada por uma submissão devota e total a um Deus onipotente e onipresente que, embora distante e pouco compreendido, personifica todo o bem. A interação com este Deus é mediada através de uma hierarquia de santos pessoais, cujo potencial para realizar milagres é o interesse primordial no comportamento religioso camponês.

A religião popular no Brasil, então, opera no nível público e no privado, que devem ser vistos conjuntamente. O primeiro se preocupa com atos rituais; o segundo, com crenças individuais. Infelizmente, nos relatos etnográficos da religião popular, as manifestações de comportamento mais diretamente observáveis nos atos de devoção pública ou privada tiveram precedência sobre o estudo da significância que deles deriva. Embora

causa da maneira pela qual é vendida, amarrada em cordas, nos mercados rurais. Estas expressões da cultura camponesa brasileira estão cheias de conteúdo simbólico que sustentam a ideologia camponesa e, como tal, carecem grandemente de uma análise e de uma interpretação antropológica, tarefa que não me sinto preparado para executar no presente volume. No entanto, existe uma série de fontes, através das quais se poderia iniciar tal empreendimento (Mota s.d. c. 1961, 1962, 1965; Casa de Rui Barbosa 1961, 1964; Souza ms.).

[8] É difícil conhecer os sentimentos do camponês a respeito da morte. Eles conhecem um céu e uma "terra de Satã", ambos presididos por Deus, mas não parece haver uma preocupação maior com relação àquele lugar em que se vai entrar. Acreditam que as crianças se transformem em anjos que passam a acompanhar "Nossa Senhora". No entanto, não existe a ideia de que uma vida boa na terra conduzirá à paz eterna no céu. A maior preocupação parece residir na criação de um Paraíso na Terra, um fenômeno que será analisado adiante com relação ao milenarismo. Sabem da existência da alma e às vezes as pessoas se comunicam com os mortos em reuniões de culto espírita, em visões e em sonhos, mas, de modo geral, para pedir conselhos e resolver problemas deste mundo. O "outro mundo" para o qual se vai depois da morte não é bem definido ("Sei lá o que é, compadre"). O que acontece quando se morre? "A vida escapa". A parteira do povoado, pouco antes de morrer, começou a ter premonições e expressou duas grandes preocupações — ela queria ser alfabetizada antes de morrer e queria ser enterrada em um caixão em vez de ser colocada em uma rede e ser enterrada em cova de pobre "para ser comida pelos vermes".

existam algumas excelentes descrições de comemorações dos dias dos santos[9] e de peregrinações religiosas,[10] a significação atribuída a estas atividades ainda é pouco compreendida.

[9] Uma das expressões mais interessantes da tradição religiosa camponesa no Brasil é a celebração do dia dos Santos. As comunidades brasileiras não possuem hierarquias cívico-religiosas tão bem descritas para as festas nas comunidades hispano-americanas, mas o *dia do santo* é, sem dúvida, uma parte importante da vida rural. Ele não é caracterizado tanto por uma atividade religiosa ampliada mas sim pelas festividades e pela consolidação dos laços interpessoais. De fato, pode perfeitamente haver mais conteúdo ritual na celebração da deusa do mar, Iemanjá, no dia dois de fevereiro, quando os cultos afro-brasileiros celebram o seu dia de devoção. Os dias de São João, São Pedro e Santo Antônio, celebrados em todo o país, e as festas locais em homenagem ao patrono do povoado são todas ocasiões de muita alegria individual e o espírito de comunidade principia com o repicar dos sinos da igreja, pela manhã, e termina em danças no povoado. Existem, naturalmente, as tradicionais novenas e as procissões religiosas nas quais uma imagem do santo é carregada pelas ruas do povoado nos ombros dos rapazes e das moças vestidos com suas melhores roupas para a ocasião. Há também encontros de oração nas casas do povoado, e a capela é aberta para a hora da Ave Maria. Se houver um padre disponível, celebra-se uma missa. No entanto, o espírito da ocasião é geralmente marcado pelos fogos de artifício, pelas danças e pelos espetáculos folclóricos, ou pela feira com os seus jogos de azar e suas barraquinhas que vendem objetos religiosos. Estes são dias em que reina um verdadeiro sentido de orgulho da comunidade, e o *status* de um povoado é muito realçado pela sua festa "para a qual comparecem pessoas que vêm de terras muito distantes". O dia de santo mais celebrado no Brasil é, sem dúvida, o dia de São João, a 24 de junho, quando o Brasil rural homenageia o seu santo favorito. As aldeias e povoados se animam com as fogueiras em frente de cada casa, e os balões iluminam o céu subindo com o calor da bucha de querosene. São João é a festa do milho assado e do licor de jenipapo, de bolos de mandioca e de buchada. Os jovens dançam o ritmo da moda na sede social, enquanto os velhos, do lado de fora, revivem o tradicional 'coco' e a 'base da chinela'. É nesta atmosfera festiva que os amigos se dão as mãos e pulam as fogueiras, estabelecendo assim um laço de compadrio, enquanto vão recitando um ou outro verso de um refrão popular:

São João dormiu
São João acordou
Vamos ser compadres
Porque São João mandou

[10] Milhões de camponeses tomam parte nas romarias anuais aos muitos santuários que pontilham o campo brasileiro. Alguns destes, tais como Bom Jesus da Lapa (Gross 1971) e Monte Santo, no Estado da Bahia, Joazeiro do Norte no Ceará e Congonhas do Campo, em Minas Gerais, são famosos e atraem pessoas de todas as regiões do país. No entanto, o Brasil está repleto de cenas de milagres menos conhecidos como Poxim, no Estado de Alagoas, onde durante nove dias em fevereiro, os fiéis chegam em grupos para rezar por seus pecados, curar suas moléstias e, gastar suas parcas economias nas barracas de santos e de pecadores. É nestes santuários que o camponês brasileiro busca a satisfação de suas derradeiras obrigações

Ainda mais importante é o fato de que muitas das crenças religiosas fundamentais das massas nem sempre encontram expressão na forma ritual e, consequentemente, não recebem atenção especial na literatura. Por exemplo, o recebimento do sacramento é muitas vezes impossível pela falta de padres ou de dinheiro. É comum que os camponeses deixem de receber o batismo, a crisma e até os últimos sacramentos da Igreja. No entanto, mesmo que nem sempre estes ritos sejam cumpridos não significa que as ideias e as crenças que acompanham estas crises da vida tenham menos importância para os camponeses brasileiros. Um camponês pode ser enterrado sem ter recebido a extrema-unção, mas os companheiros que o carregam para o túmulo não deixam de pousar o caixão aos pés da cruz do lado de fora da capela e de tirar os seus chapéus antes de seguir para o cemitério. E as portas das casas ficam fechadas em sinal de respeito silencioso enquanto o cortejo se locomove, lentamente, pelas ruas da aldeia. Mesmo quando um pároco reside na comunidade local, o custo financeiro de uma participação religiosa é geralmente demasiado para o bolso do camponês. Poucos brasileiros podem pagar o luxo de ter sinos repicando pela morte de um membro de sua família, sem falar na celebração da missa. Entretanto, é grande a preocupação — embora paradoxal — pela existência de sociedades de ajuda mútua que efetuam os gastos de funeral e benefícios aos seus membros. Esta é uma das primeiras organizações não-baseadas na família a ser criada no Brasil rural.

No âmago desta "teologia" camponesa existe uma profunda e fundamental crença em um Deus todo-poderoso que é o centro de todos os acontecimentos, sejam eles bons ou maus, e a cuja vontade cada indivíduo deve se submeter, de maneira total e inquestionada. O camponês brasileiro

religiosas e de suas mais urgentes necessidades humanas. A Igreja apóia e sustenta muitos destes santuários e geralmente há um padre residente que supervisiona as atividades, controla os "excessos" e recolhe as oferendas dos fiéis. Em 1961, viajei num trem, repleto de pessoas, para Congonhas do Campo para reunir-me às centenas de milhares de peregrinos que comparecem àquele santuário nos primeiros quinze dias de setembro. As barracas da feira eram ali alugadas pela Igreja para os negociantes que armavam jogos de azar e vendiam objetos religiosos. Tendas se estendiam pelas ruas da pequena cidade onde há muitos anos o Aleijadinho esculpia suas belíssimas estátuas dos apóstolos e as Estações da Cruz, no início com os cotos de suas mãos e mais tarde com os pés. Naquela ocasião, como em outras visitas a santuários, fiquei impressionado não tanto pelo ritual eclesiástico, que era limitado, mas sim pelos aspectos econômicos do acontecimento e pela tremenda expressão de fé das massas ali reunidas.

espera pouco da vida e dela pouco pede. Ele afirma, com certa melancolia e angústia, que veio ao mundo para sofrer, um ato de Deus — "Nós trabalhamos e sofremos calados, seguindo o caminho que Deus determinou" (Leers 1967:38)— e ele se coloca nas mãos de Deus. Afirmações do tipo "Está do jeito que Deus quer", "Que Deus está servido", e "Se Deus quiser" estão sempre presentes nestas intermináveis expressões de resignação. Acontecimentos inesperados e contratempos que o reduzem ainda mais à margem de uma vida já empobrecida são aceitos, simplesmente, como punições adicionais que dispensam de outras explicações. Um camponês expressa este sentimento usando a linguagem da troca, ao afirmar: "Deus nos paga o que merecemos, centavo por centavo." (*ibid.*, 39)

No entanto, a resignação do camponês brasileiro não é total, e, através de uma contínua relação de troca com um ou outro santo, ele trata de mitigar algumas das circunstâncias mais duras de sua vida. Estes santos se apresentam como mediadores entre o mundo secular e o mundo sagrado. Cada indivíduo se torna devoto de um santo específico, geralmente o santo do qual ele recebeu o nome e com o qual ele se identifica intimamente. Ele tem a obrigação de mostrar-se um devoto sincero de seu santo particular, deve lembrar-se e comemorar o dia do santo, acender velas em sua homenagem e conquistar sua graças de inúmeras maneiras. A relação se caracteriza por uma inabalável devoção e uma inequívoca lealdade. Ocasionalmente, um camponês pode transferir os seus atos de devoção para um outro santo. No entanto, a ligação básica entre o santo e o devoto nunca é rompida completamente, e geralmente o camponês se contenta em manipular a relação existente, reafirmando sempre sua fé no poder e na bondade de seu santo pessoal.

Uma canção popular, consagrada na literatura de cordel, salienta a importância das relações entre santos e devotos. Conta a história de um camponês, no interior do Estado da Paraíba, que sonhou que deveria tornar-se devoto de Santo Antônio. Ele aceitou seu sonho como se fosse uma visão e tornou-se um fanático religioso, cumprindo todas as suas obrigações para com o santo. No entanto, sua fé foi fortemente abalada quando seu cavalo, seu filho e sua mulher morreram numa rápida sucessão. Numa fúria enlouquecida, o camponês fugiu pela estrada deserta do interior até que encontrou, disfarçado em padre, o próprio Santo Antônio. "Eu perdi minha

fé em Santo Antônio", ele confessou ao padre, enquanto continuava a ameaçar que ia suicidar-se. O padre tirou da batina uma fotografia do camponês morto aos pés de seu cavalo, do qual ele havia evidentemente sido atirado. "Santo Antônio, na sua bondade, matou-o e poupou-o de sua agonia", explicou o padre. Mostrou, em seguida, uma foto do filho do camponês sendo conduzido à prisão e outra foto que mostrava a mulher do camponês tendo relações sexuais com outro homem, oferecendo sempre a mesma explicação para os acontecimentos. Ele convenceu o camponês a não suicidar-se e a voltar para sua casa e a rezar para Santo Antônio. O camponês abaixou o olhar para refletir, e quando tornou a olhar, o padre havia desaparecido. Ele voltou a sua casa, rezou a Santo Antônio e "viveu até a idade de setenta anos, quando atingiu a salvação" (Mota 1962:195-200).

A grande proliferação de santos padroeiros pessoais, de associações, de comunidades ou nacionais, é um testemunho da importância destes vínculos sagrados. No ápice desta hierarquia santificada, onde alguns santos são considerados mais poderosos do que outros, ou então se especializam em um determinado benefício, encontram-se as múltiplas manifestações da Virgem Maria,[11] e de Jesus. O próprio Jesus é considerado um santo, e o seu nome, como o dos demais santos, é dado às crianças nascidas nos dias de sua devoção. Virtualmente cada casa tem um oratório no qual os proprietários dispõem orgulhosamente os santos e os fetiches. Frequentemente organizam-se novenas para homenagear um santo padroeiro, que é festejado com vinho e com danças depois de uma rápida liturgia.

Embora cada indivíduo tenha um santo padroeiro, é frequente que um grupo numeroso de pessoas venere e mesma imagem. Por exemplo, quando uma estatueta de Santo Antônio foi vista saindo da sua redoma de vidro e andando pelo oratório de uma casa na aldeia de Coqueiral (Forman 1970), os camponeses logo construíram uma capela lá e a dedicaram a ele. A estatueta continua ainda pertencendo à mesma família mas a capela foi

[11] Por exemplo, Nossa Senhora de Deus, Nossa Senhora do O, do Bom Parto, da Guia, do Rosário, do Carmo, de Desterro, das Candeias, do Bom Conselho, do Perpétuo Socorro, das Dores, da Piedade, Aparecida, Imaculada Conceição, Assunção, de Lourdes, de Fátima (Leers 1967:16).

consagrada através da fé de uma facção da aldeia, que a mantém com contribuições em dinheiro.[12]

Acredita-se que os santos são capazes de fazer milagres, e, além do conceito generalizado de proteção em troca de fidelidade, os camponeses assumem obrigações específicas com um santo em troca de graças específicas que foram solicitadas e concedidas. Por exemplo, um camponês faz pedido ao santo geralmente de natureza imediata, um conselho ou ajuda material, e faz uma promessa, pela qual ele se compromete a cumprir uma obrigação determinada, uma vez alcançada a graça. A promessa é sempre explicitada na forma de uma oferenda. "se você fizer tal coisa por mim, eu farei...." e a promessa só é mantida quando o santo tiver cumprido a sua parte da barganha. Por exemplo, se o pedido é de safra abundante, a promessa é cumprida na época da colheita; e, no caso de doença uma promessa é "paga" somente após a cura.

A natureza da obrigação é cuidadosamente pesada em relação à natureza do pedido. É comum a queima de fogos de artifício por uma obrigação menor, enquanto geralmente se coloca um *ex-voto* em um santuário popular como lembrança de uma cura. Estes *ex-votos*, esculpidos em madeira ou modelados em barro ou cera, no formato do órgão atacado pela doença, são invariavelmente dedicados ao santo específico a quem foi feito o pedido e que recebe os créditos pela realização do milagre. Através do *ex-voto*, o camponês torna público o seu agradecimento e dissemina a bondade e o poder do santo. Os camponeses levam muito a sério estas obrigações e acreditam que o santo fique enfurecido caso a promessa não seja cumprida.

Dizem que há casos, quando o santo não realiza o milagre esperado por seu devoto, em que sua imagem é castigada. Já houve casos de imagens imersas em barris d'água ou retiradas de seus altares até que "melhorassem" a sua atuação. No entanto, estes casos são raros, e a maioria dos camponeses ficam horrorizados só por pensar profanar o sagrado. Ao contrário, a constante expressão de fé aumenta a probabilidade de proteção

[12] O faccionalismo político afeta até a vida religiosa. O partido político dominante no povoado faz parte de uma rede de patronagem que passa do engenho de açúcar e se estende ao campo, donde se origina muito do apoio à igreja local. O partido da oposição, consequentemente, não frequenta a igreja do povoado quando o padre está presente, e realiza encontros de oração na pequena capela dedicada a Santo Antônio.

e ajuda eficaz, e, raramente, esmorece a confiança do camponês na capacidade de ajuda do seu padroeiro. No caso de uma promessa não ser atendida, o camponês normalmente atribui tal fato a si próprio como mais um fracasso pessoal e, via de regra, o camponês decepcionado procurará satisfazer o seu santo com um oferecimento melhor.

Não há apelação para uma autoridade sagrada mais alta. Ao fazer uma promessa, o indivíduo pode escolher um santo mais poderoso, tal como o padroeiro de um santuário de peregrinação, ou a um santo que se especialize no tipo de graça desejada, se ele julgar que este santo específico terá mais probabilidades de ajudá-lo nesta ocasião que o seu padroeiro. No entanto a ideia de analisar esta arena sagrada como um mercado competitivo, no qual os camponeses barganham pelos melhores resultados (de Kadt 1967:196), não faz jus ao sistema de crença camponês. Manter a promessa é um ato de devoção. O elemento de dívida envolvido é evidentemente alto (Gross 1970), mas deve ser visto como o cumprimento com gratidão de uma dívida sagrada e não uma simples reposição de serviços prestados.

No seu importante e informativo artigo sobre "Religião, a Igreja e a Mudança Social no Brasil", Emanuel de Kadt afirma que o "supernaturalismo de mão-à-boca" (1967:198)é

> ... exclusivamente um meio de estabelecer controle sobre a natureza... de superar as enormes adversidades que o homem não é capaz de tratar de uma forma temporal e humana. É inteiramente voltado para a satisfação das necessidades "naturais" e corriqueiras do homem... que tenta assegurar através de ritos quase mágicos, que se dizem de valor intrínseco e eficácia inerente *(Ibid.*, 195).

Ele fala de semelhanças na natureza das relações entre o santo e o devoto, o patrão e o dependente:

> Ali, também, o patrão se encarrega de conseguir, como um favor, a satisfação dos interesses imediatos do camponês, em troca de vários serviços específicos e uma demonstração generalizada de respeito por parte do camponês. Neste caso também o camponês fica aguardando um milagre secular sob a forma de favores muito especiais. Em suma, os conceitos básicos do catolicismo popular são quase idênticos aos conceitos básicos que operam na esfera sociopolítica tradicional. *(ibid*.. 196)

Para de Kadt, isto significa que o camponês, tanto na qualidade de dependente quanto na de devoto, é um suplicante buscando um milagre da parte de um benfeitor. Ele considera ambas as situações como manipulativas e dirigidas à satisfação de objetivos materiais, fato que contribui ainda mais para a manutenção do *status quo.* "Ao canalizar seus esforços para uma contínua invocação do sobrenatural, o camponês, na realidade, reforça as relações sociais, econômicas e políticas existentes" (*ibid.*, 197). Deste modo "... a religião de fato contribuiu para manter as massas politicamente inertes" (*ibid.*, 194).

Não é raro que se discuta o comportamento religioso do camponês na linguagem de troca e, frequentemente, há quem sugira haver uma correspondência direta entre as relações sagradas e as seculares (Foster 1963; Gross 1971). O catolicismo popular modela a hierarquia religiosa na forma de sociedade secular, e é perfeitamente possível estabelecerem-se paralelos entre os conceitos que o camponês tem de sobre a Sagrada Família com aqueles sobre o seu patrão e patroa. Superficialmente, há também uma semelhança profunda entre o comportamento do camponês vis-à-vis o seu santo e as obrigações recíprocas que existem entre patrão e dependente. O próprio Deus é às vezes chamado de "Patrão Todo-Poderoso" (Gross 1971), e não apenas como o Pai Divino, mas também como o "bom pai da gente", que também já foi usado em contexto político e incorpora uma expectativa de patronagem e toda uma carga afetiva do personalismo.

Mesmo assim, existem diferenças significativas na natureza destas relações sagradas e seculares. Enquanto um contrato econômico, claramente estipulado, está subjacente à ligação patrão-dependente, a promessa em troca de um benefício sobrenatural só se faz depois do estabelecimento de uma relação mais geral entre o santo e o devoto. A dimensão do intercâmbio social na relação entre patrão dependente é sobreposta às trocas econômicas, de caráter temporário, entre indivíduos reais, e a expressão transitória de lealdade não chega a ser equivalente à expressão subjacente de fé que caracteriza o laço duradouro entre o santo e o devoto.

Na minha opinião, a congruência real destas relações pode ser encontrada nos princípios básicos que se derivam delas e não na estrutura das relações em si. Um extraordinário sentido de submissão à autoridade e a obrigação de saldar a dívida norteia o comportamento do camponês, tanto

no domínio sagrado quanto no secular. A autoridade do patrão é primordial enquanto a relação perdura, já que o quadro pode ser apagado e o relacionamento encerrado com o pagamento da dívida. A relação entre o santo e o devoto não termina tão facilmente. Um camponês pode transferir a sua devoção para um outro santo, mas o laço entre ele e o seu padroeiro nunca é rompido de maneira definitiva. Ao mesmo tempo, a dívida sagrada de gratidão expressa no cumprimento da promessa não é interminável. A promessa deve ser cumprida, geralmente através do dispêndio de algo material ou físico — fogos de artifício, *ex-votos* ou subida de escadarias tipo *via crucis.* Em vez de um conceito metafísico da religiosidade, da lealdade, e de uma vida ética diante de uma dívida interminável, a liberação imediata da obrigação através do pagamento da dívida orienta o camponês brasileiro no sentido das realidades da sobrevivência num mundo secular no qual ele é um ser extremamente dependente.

Duma maneira importante a extensão ritual do *compradazgo* (compadrio) corrobora esta opinião. Muitos camponeses participam de ritos religiosos ligados às crises da vida, fazendo-o mais pelas relações socioeconômicas estabelecidas pela instituição de compadrio, do que pela própria participação nos ritos da Igreja.[13] Com cada um destes ritos de passagem, o indivíduo estabelece uma cadeia de padrinhos e compadres com os quais ele mantém fortes laços recíprocos marcados por um misto de sentimentalismo e respeito. Padrinhos e compadres são frequentemente escolhidos entre as pessoas de *status* socioeconômico mais elevado e, desde pequenas, as crianças são introduzidas neste sistema de patronagem e de recompensa pelo comportamento correto. Mesmo quando já adultos, por exemplo na época do casamento, um indivíduo ganha um novo par de padrinhos aos quais ele deve mostrar deferência de inúmeras maneiras, tais como pedir a bênção, e para quem ele se volta em tempo de necessidade. Estas interações obedecem as normas formais de comportamento das relações patrão-dependente, com a santificação adicional fornecida pela base ritual. É notável, neste sentido, que uma religião cuja premissa é a salvação pessoal veio a se caracterizar por um envolvimento de comunidade

[13] Para uma excelente análise histórica do sistema de compadrio, ver Wolf e Mintz (1950). Uma análise estrutural interessante do mesmo sistema pode ser encontrada no trabalho de Gudeman (1972).

e pelo fortalecimento de laços interpessoais, os quais reforçam as noções de submissão e obrigação que marcam a ideologia do camponês brasileiro.

É neste sentido que a religião alimenta a "cultura do silêncio" e contribui para uma política de desespero. A religião não disfarça necessariamente as contradições da vida, tampouco fornece simplesmente uma estrutura paralela (sagrada) como modelo de comportamento, adequado ao mundo secular. Ao contrário, ao pregar as noções de submissão e dever, aprova o desprezo do homem, fornecendo-lhe um quadro de explicações que torna desnecessária a ação direta em seu próprio benefício. A existência de seus superiores e a sua relação com estes torna-se compreensível. A responsabilidade, tanto em relação à origem do problema quanto em relação à sua provável resolução, é então fixada.

Historicamente, a busca de soluções tem distanciado o campônes da estrutura institucional da Igreja (de Kadt 1967:200-2). Sua capacidade em satisfazer as necessidades espirituais e psicológicas das massas rurais resultou numa vasta gama de dissensão religiosa, levando à conversão ao protestantismo, e à adesão a uma variedade de cultos espíritas afro-brasileiros e caboclos ou ameríndios.[14] Estes cultos espíritas e seitas protestantes estão hoje em dia disseminados por todo o Brasil rural (Willems 1967).[15] Em parte, o sucesso desta propagação deve-se ao fracasso da Igreja em atender às prementes necessidades do povo, fossem elas espirituais ou materiais. Um certo negligente, primordialmente a serviço, da classe alta, a constante exigência de pagamentos em troca de serviços prestados, e uma falta de simpatia pelas crenças do camponês contribuíram para alienar um considerável segmento do rebanho.

[14] Há muita coisa escrita sabre os cultos espíritas no Brasil, especialmente sobre a variedade afro-brasileira.

[15] O protestantismo teve uma receptividade muito maior nas áreas urbanas do que nas rurais. Em muitas localidades rurais, é muita restrita a receptividade aos protestantes e os pastores itinerantes são frequentemente ridicularizados e, em alguns casos, até mesmo apedrejados. Isto não quer dizer que os camponeses não estejam dispostos a serem dissidentes da Igreja Católica mas é uma decorrência do fato de que, frequentemente, os párocos locais façam pregações contra o protestantismo e o comunismo da mesma maneira e retratem os pastores como uma espécie de mal coletivo. A aceitação mais fácil do espiritismo provavelmente decorre do fato de que o protestantismo requer uma ruptura aguda com os dogmas católicos e com o comportamento social tradicional (isto é, fumar, beber, dançar e praticar esportes), o que não é exigido dos membros dos cultos espíritas. Ver a descrição feita por Willem (1967) sobre o protestantismo no Brasil. Ver também de Kadt (1967:200-1).

A Igreja com sua insistência na pureza doutrinal não soube compreender as funções sociais e psicológicas desempenhada pela religião camponesa e, na sua rigidez, não conseguiu apreciar a flexibilidade e a adaptabilidade de seus próprios ensinamentos. Os líderes da Igreja desprezam qualquer forma de catolicismo popular e de espiritualismo. Qualquer divergência de ortodoxia é considerada como dissensão e os elementos de sincretismo africanos e ameríndios são desestimulados, às vezes com o uso da força. Na melhor das hipóteses, estes cultos são ridicularizados. Na pior delas, são suprimidos pelas autoridades civis instigadas pelos líderes da Igreja. Mesmo a nível de povoado, encontramos pouca simpatia entre os párocos e as elites locais pelas necessidades religiosas dos camponeses, cujas crenças são muitas vezes publicamente desprezadas. Grande parte do desprezo relaciona-se diretamente com raça e classe. O camponês é acusado de ser um tolo ignorante incapaz de receber instrução adequada. Ele ouve que o altar que ele tem em casa é antirreligioso e que os seus santos não têm poder. Uma vez, quando um menino negro chamado Antônio apelou ao seu santo padroeiro que lhe ajudasse a crescer rapidamente para poder entrar no cinema do povoado, o gerente do cinema lhe disse que estava perdendo o seu tempo pedindo ajuda a Santo Antônio e que era a São Benedito que ele devia recorrer, o santo negro. Em outra ocasião, na comunidade amazônica de Itá, São Benedito foi retratado "como sendo de pele negra e como um escravo da casa do senhor — da mesma cor e do mesmo *status* que os antepassados da maioria das pessoas da classe baixa" (Wagley: 1964:220n).

Não é de se admirar, portanto, que o camponês seja tímido em relação à Igreja. Na estrutura física, frequentemente opulenta e imponente, a Igreja enfatiza a humildade do camponês, contribuindo para sua sensação de desconforto e de desmerecimento (Ramos 965). Na qualidade de uma instituição com a qual o camponês teve pouco contato direto, ela se apresenta tão distanciada e intocável quanto as demais burocracias nacionais. O camponês vê a Igreja como um instrumento da classe alta, com a qual o padre é intimamente identificado. Ele é o agente itinerante da Igreja, e vem ao povoado para o batizado ou o casamento em massa — sempre pagos — ou para abençoar as muitas sepulturas abertas desde a visita do ano anterior. Do ponto de vista do camponês, o padre vem ao povoado não tanto para cuidar das necessidades espirituais do rebanho como, sobretudo, para botar em dia os negócios da Igreja. Em forte

contraste com a negligência que demonstra em relação ao campesinato, o padre batiza o filho do patrão, realiza o casamento da filha do dono do armazém e celebra a missa em intenção da alma do fiscal. Em muitos casos, o próprio padre é o senhor, assumindo o papel do patrão ao recolher os aluguéis — mesmo que sejam simbólicos — das terras que foram, há muito tempo, doadas à Igreja pelos devotos. Grande parte do comportamento econômico opressivo das classes dominantes está associada ao padre e à Igreja. Poucos camponeses querem participar dos rituais que frequentemente acompanham a exploração na vida diária. Assim, os pescadores de Coqueiral se recusaram a comparecer à benção do novo prédio usado pelo coletor de impostos para pesar o peixe, prédio este no qual eles estão proibidos de entrar (Forman 1970).

Naturalmente a Igreja tem um papel ativo na política nacional, e não é raro encontrar padres candidatando-se a uma série de cargos públicos locais. Suas ideologias políticas abarcam um espectro amplo e alguns padres despendem uma energia considerável em favor dos camponeses, como no caso do segmento da Igreja que tem participação ativa na organização dos sindicatos rurais dos trabalhadores agrícolas (de Kadt 1967; 204ff.; 1970).[16] Não obstante, existe um estereótipo popular que acredita que padre atue como um agente político dos proprietários locais. Uma vez, vi um padre do interior instigando o povo da cidade, em violência de massa, contra um grupo de camponeses reunidos na praça principal para participar de um comício organizado pelas ligas camponesas. Atentando para a santidade da igreja, ele advertia os paroquianos, com o uso de alto-falantes, sobre os perigos do comunismo e do protestantismo e incitava, primeiro, os escolares, depois, os capangas armados dos latifundiários locais, a agir contra os camponeses. A histeria coletiva que ele deliberadamente criou culminou em ferimentos em diversas pessoas e na morte de, pelo menos, uma criança (Forman 1963). Não é de se surpreender, portanto, que os camponeses fiquem desconfiados das

[16] Ao discutir o efeito das encíclicas sociais sobre a política da Igreja no Brasil, de Kadt observa “a importância atribuída ao ‘solidarismo’ e ao direito à propriedade privada, e a forte denúncia do socialismo e do conflito de classe tenderam a transformá-los, no contexto brasileiro, em instrumentos mais adequados àqueles que tenham interesses conservadores do que aos reformadores básicos” (1967:205, 208). Ele também observa que a grande maioria dos líderes católicos brasileiros são fortemente conservadores (206). Ver também a sua análise dos sindicatos rurais patrocinados pela Igreja no capítulo V.

atividades políticas dos padres e que frequentemente reajam com sumária condenação. Por exemplo, falando sobre o padre que se tornara prefeito deste mesmo município, um camponês declarou simplesmente: “Padre Fulano virou prefeito porque exauriu os meios de ganhar dinheiro como padre”.[17]

Movimentos de Protesto Social

A ênfase dada ao papel da religião na formação de uma ideologia capaz de imobilizar efetivamente as massas rurais, não significa que os camponeses não possam ser mobilizados em casos específicos. Dois séculos de violência tornam esta declaração uma afirmação do óbvio, e não é muito difícil descobrir as condições específicas que levaram, em cada caso, à mobilização das massas rurais (Forman 1971). Como já tivemos ocasião de observar, a religião popular no Brasil tem duplo aspecto: ela é uma fonte de controle social e um instrumento mobilização social. Uma análise das crenças do camponês em relação aos movimentos de protesto social permite compreender melhor por que tais atos de protesto não foram mais generalizados, por que sua ocorrência quase que sempre requereu esforços organizacionais de fora, por que tais esforços assumiram certas formas específicas, quais eram as possibilidades de forjar uma base ideológica comum à liderança e à massa de participantes, e, finalmente, qual seria a qualidade da participação camponesa dentro destes movimentos.

[17] Tudo isto contribui para um alto nível de anticlericalismo no Brasil rural, sobretudo entre os homens que raramente frequentam a Igreja. Há uma crença que atribui proezas sexuais bem particulares aos prelados locais e que serve para perpetuar tal anticlericalismo. Frequentemente ouvem-se observações bastante negativas da parte dos camponeses tais como “não se pode confiar em um homem que usa saia!” ou então explicações para o uso do hábito tais como “... é para poder esconder as armas e os profiláticos!”. Uma das canções da literatura de cordel conta uma história bem típica de uma bela jovem que fica órfã e sozinha no mundo. Durante a confissão, um padre passa uma cantada nela. Ela concorda em convidá-lo para jantar em sua casa às 19h e depois vai confessar-se com outro padre. Ele também faz uma proposta e é convidado para jantar às 20h. Finalmente, ela se confessa a um padre já muito velho, que também concentra suas energias sexuais, e é convidado para jantar às 21h. A cada um dos padres a moça sucessivamente serve o jantar, convida para o seu quarto e assassina, e em seguida pede a um doido do povoado que os enterre, contando-lhe que é o seu próprio pai que havia retornado de seu túmulo. Finalmente consegue livrar-se do doido do povoado ao atirar excremento em seu rosto. Ele sai vagando pelas ruas onde encontra um policial incrédulo. A jovem, com sua virgindade intacta, conhece e se casa com um jovem e rico latifundiário com quem ela vive feliz para sempre (Santos s.d.).

A expressão do descontentamento rural no Brasil não é um fenômeno recente. Movimentos de protesto têm-se repetido ao longo de toda história do Brasil. Durante os séculos XIX e XX os cultos milenaristas e messiânicos espalharam-se pelo interior brasileiro, e grupos de cangaceiros — agora imortalizados nas canções tradicionais dos repentistas e recentes canções de protesto social — percorreram o campo brasileiro. Estas duas manifestações de descontentamento social têm sido frequentemente categorizadas como variações de movimentos sociais. No entanto, elas diferem destes, de maneira marcante, quanto à origem, forma e função.[18]

O banditismo social represente uma busca, por parte dos indivíduos, de um desagravo pelos padecimentos infligidos pela classe social dominante. Ele se dirige, diretamente, às autoridades leigas e à classe mercantil no Brasil rural. Bandos de cangaceiros, dirigidos por homens como Antônio Silvino e Lampião, devastavam o campo brasileiro, especialmente o Nordeste, nas primeiras décadas deste século, atacando povoados e fazendas. Estes bandos eram formados nos mesmos moldes da tradicional sociedade interiorana brasileira, recanalizando a violência, característica das lutas políticas interfamiliares entre as classes proprietárias, contra membros desta classe aos quais não serviam.[19] O cangaceiro brasileiro, na maioria das vezes, era um fora-da-lei proveniente de boa família, que começara sua carreira como bandido depois de algum ato em defesa de sua própria honra ou de sua família (Sousa 1972:110, 117). Ele se juntava a outros como ele busca de proteção contra a polícia, que era o agente dos homens ricos e poderosos com os quais ele não mais se alinhava. Mais tarde, conseguia recrutar um pequeno número de camponeses deslocados e trabalhadores rurais que eram atraídos pela

[18] Chamo a atenção do leitor para o excelente levantamento, feito por Hobsbawm, dos movimentos sociais pré-políticos (1959). De certa forma, incluo o cangaço nesta categoria apenas por uma questão de convenção, pois não acredito, pelo menos dentro do contexto brasileiro, que ele constitua um movimento social capaz de compreender um conjunto organizado de atividades por um grupo de pessoas, em busca de um objetivo público ou, como coloca Gusfield (1968) "reivindicações compartilhadas socialmente em prol de mudança em algum aspecto da ordem social". Não obstante, uma análise do cangaço nos permite confirmar um número de observações sobre a qualidade da participação camponesa nos movimentos de protesto social.

[19] Facó (1965) é de opinião que muito da luta no campo brasileiro naquela época se originava do desafio feito pelas novas elites comerciais à posição social, econômica e política dominante das tradicionais elites latifundiárias.

proteção que oferecia, pela promessa de vantagens e pelos seus atos de desafio à autoridade civil.[20] Numa época em que o uso da força assegurava a dominação política entre as oligarquias locais, os bacamartes também representavam o grande equalizador social.

A análise que acabamos de fazer não representa uma tentativa de expressar o fenômeno do banditismo social no idioma da luta de classe (Facó 1963, passim). Como observou Souza,

> O próprio meio no qual o cangaço floresceu impedia que ele provocasse uma revolta eficaz pelas seguintes razões: primeiro, porque os cangaceiros procuravam o apoio dos camponeses em troca de proteção, reestruturando, desta maneira, a dependência e a subordinação tradicional entre os bandos e as massas rurais; segundo, porque o cangaço não tinha objetivos políticos radicalmente opostos aos da classe dominante (102:131).

O cangaceiro não buscava uma nova ordem social mas simplesmente — e momentaneamente — tentava punir aqueles que acusavam de transgressões pessoais. Sempre escolhia um lado político, alinhando-se a uma ou outra facção dominante nas áreas do interior que seu bando atravessava. A própria perpetração da violência era sancionada, tanto social quanto culturalmente, pelo sistema existente.[21] Em 1926, Lampião aceitou um comissionamento no Exército federal brasileiro, assim como armas e dinheiro do Governo, em troca da promessa de lutar contra a coluna Prestes. Esta era uma força dissidente composta por oficiais do Exército e seus

[20] Valendo-se da arguta análise política de Nunes Leal, Souza argumenta que o cangaço se tornou profissionalizado no "momento histórico quando duas linhas de desenvolvimento a decadência do poder privado dos senhores e a expansão das capacidades reguladoras do Estado se cruzaram, criando um ponto de indiferença quando nenhuma das duas se revelou forte o bastante para contrabalançar a outra". (1972:131).

[21] "Temos razões para acreditar que, pelo menos durante o Brasil colonial e imperial, a violência constituía uma norma cultural compartilhada por todos os membros das comunas patriarcais; senhores e camponeses lançavam mão da violência como uma resposta consagrada para uma grande variedade de situações sociais, especialmente aquelas que envolvessem o caráter de um homem, sua família e sua honra sexual. Não obstante, este sistema de valores também era estruturado ao longo de uma outra dimensão, a saber, a subordinação e a deferência ao estrato mais alto. Se e quando um arrendatário fosse obrigado a responder, de maneira violenta, a uma pessoa que gozasse de uma posição superior, frequentemente funcionários públicos, a sua ação tinha que ser patrocinada pelo chefe" (Souza 1972:116).

adeptos, que empreendiam uma longa marcha pelo interior do Nordeste conduzida por Luís Carlos Prestes, mais tarde líder do Partido Comunista Brasileiro. A batalha não chegou a ser travada pois Lampião decidira ficar com o Padre Cícero, o líder messiânico de Joazeiro, que estava, naquele momento, engajado em sua própria luta política.

Apesar da "ressurreição" de Lampião como um herói por parte de alguns membros da esquerda brasileira, a atitude do camponês em relação a ele é decididamente ambivalente.[22] Por séculos o camponês aprendeu a respeitar e a temer os ricos e poderosos, vendo então o cangaceiro como um misto de santo e pecador que, ocasionalmente, deve não só ser protegido mas também poder ser denunciado. As lendas de heroísmo no sertão, descritas pela literatura de cordel são, mais uma vez, uma importante fonte de informação. Em cada uma destas histórias moralizantes o cangaceiro é apresentado como um herói que age em favor de camponeses humildes e indefesos. No entanto, há constantes lembranças de que o herói bandido foi exemplarmente punido pela lei, às vezes com compaixão, outras vezes com violência. A circunstância mediadora parece ser o grau de religiosidade do cangaceiro. Assim é que uma canção popular sobre Antônio Silvino sublinha que ele era um homem religioso e que, depois de ter cumprido uma curta sentença na prisão, foi solto e viveu como um agricultor lavrando suas terras. O folheto termina da seguinte maneira: "Atenção: Antônio Silvino não teve morte trágica mas morreu pacificamente, mostrando que suas boas ações pesaram mais do que as más" (Camilo s.d.). Outro verso popular, intitulado "A chegada de Lampião ao Inferno" conta como ele derrotou as forças de Satanás, que havia recusado sua admissão no inferno quando ele foi morto pelas "forças legais" (Silva 1963). O cantador termina sua canção dizendo: "Eu não sei contar o final desta história de Lampião. Ele não ficou no Inferno mas também nunca chegou ao Céu. Com certeza ele ainda está em algum lugar do Sertão" (Pacheco 1949). Francisco Julião tem uma versão mais plausível. "A morte de qualquer um deles não aumenta o nível de frustração; porque a esperança não é eliminada; ela se

[22] Hobsbawm observa que, de uma maneira geral, os bandidos sociais são "camponeses fora-da-lei vistos como criminosos pelo senhor e pelo Estado, mas que permanecem dentro da sociedade camponesa, e são considerados heróis por seus semelhantes, como verdadeiros defensores, justiceiros, lutadores em prol da justiça, talvez até como líderes de libertação, e, de qualquer modo, como homens a ser admirados, ajudados e apoiados" (1969:13), mas prossegue observando que Lampião era um herói ambíguo para as massas rurais (ibid., 52).

transforma no milagre da ressurreição. Na mente das massas camponesas mais inventivas e mais desesperadas, Lampião não está morto. Ele foi chamado pelo Padre Cícero de Juazeiro" (1968:61).

O movimento do Padre Cícero é apenas um entre os vários cultos messiânicos e milenaristas que fazem parte destacada do cenário rural brasileiro nos séculos XIX e XX. Estes movimentos são múltiplos e variados, como veremos pelas breves descrições que se seguem. Não obstante, um exame de alguns dos aspectos mais importantes demonstra certos padrões coerentes e nos permite fazer algumas afirmações de caráter geral sobre as expressões rituais deste tipo. Antes de passar às descrições propriamente ditas, quero salientar um ponto importante. Nenhum destes movimentos sociais era simplesmente um caso isolado de fanatismo religioso, no qual bandos e descontentes vagavam pelo campo flagelando-se em penitência pelos pecados aos quais atribuíam o seu padecimento desesperado. Assim como os grupos de cangaceiros já analisados, os movimentos milenaristas e messiânicos devem ser examinados a luz das complexas lutas políticas e econômicas que caracterizavam o Brasil rural na época. O historiador Ralph Della Cava, analisando dois dos mais conhecidos destes movimentos, o do Padre Cícero de Joazeiro e o de Antônio Conselheiro, em Canudos, torna clara a sua relação com as estruturas políticas e eclesiásticas nacionais que estavam, naquele momento, penetrando no interior do Brasil (1968). Na realidade, cada um dos doze ou mais movimentos deste tipo, dos quais dispomos de documentação adequada estava profundamente envolvido nas luas regionais pelo poder. Cada um manifestava um misto complexo de secularismo e de religiosidade nos seus empreendimentos de organização comunitária e de desenvolvimento econômico. Em todos os casos, o sucesso ou o fracasso na simples questão da sobrevivência frente às autoridades hostis, fossem elas civis ou religiosas, dependia da disposição do movimento em acomodar as estruturas políticas e econômicas que dominavam o Brasil rural na época.

A Cidade do Paraíso Terrestre, 1817-1820

No final da segunda década do século XIX, um ex-soldado analfabeto, Silvestre José dos Santos, reuniu cerca de quatrocentos seguidores no Monte Rodeador, no interior do Estado nordestino de

Pernambuco, onde estabeleceu a Cidade do Paraíso Terrestre.[23] Ali ele construiu uma capela na qual ele e seu assistente, também um ex-soldado, supostamente ouviram um santo prometer que Sebastião, o venerado rei de Portugal[24] surgiria de um rochedo e transformaria "... os dois líderes em príncipes; os homens pobres em homens ricos, e aumentaria as riquezas dos afortunados" (Pereira de Queiroz 1965a:198).

A comunidade era organizada em agrupamentos religiosos, civis e paramilitares. Silvestre formou uma irmandade, sendo ele próprio o líder, compreendendo um assistente e doze "apóstolos" conhecidos como *os sabidos.* Os demais crentes eram chamados de *os ensinados.* A iniciação na irmandade consistia na confissão do neófito, que jurava, diante de "irmãos" armados de espadas, que manteria segredo e que morreria em defesa de Jesus Cristo e do Rei Sebastião. Realizavam encontros de oração no final das tardes, seguidos de marcha santa, todas as noites, em volta do acampamento. As mulheres não tinham permissão de participar destes ritos.

Durante algum tempo, a comunidade aparentemente viveu pacífica, subsistindo com o trabalho agrícola de seus adeptos. No entanto, sem nunca ter rompido abertamente com a Igreja, Silvestre não tardou em atrair sobre si a ira das autoridades eclesiásticas locais quando começou a administrar a confissão. O governador do Estado de Pernambuco, prevenido contra o perigo potencial que o vasto acampamento deste tipo representava, despachou tropas para Monte Rodeador a 25 de outubro de 1820. Na batalha que se seguiu, todos os adeptos foram massacrados, com a exceção de Silvestre, que conseguiu escapar para o interior.

O Reino Encantado, 1836-1838

Em 1838, na região sertaneja de Flores, no mesmo Estado de Pernambuco, um taumaturgo chamado João Antônio Santos começou a pregar que o Rei Sebastião seria desencantado e traria riquezas para aqueles que acreditassem nele. Um grande número de seguidores se agrupou em

[23] Pereira de Queiroz escreve que os seguidores eram sapateiros, colonos, ferreiros e desertores da milícia. Ver também o estudo de R. Ribeiro, "O episódio da Serra do Rodeador (1818-1820): um movimento milenarista e sebastianista", *Revista de Antropologia 8* (2).

[24] Dom Sebastião, rei de Portugal, foi morto em Alcácer-Quibir durante uma guerra santa contra os mouros. A crença em seu retorno espalhou-se pelo Brasil, vinda de Portugal, durante o início da colonização.

torno de João Antônio, e um padre foi enviado para tentar dissuadi-lo destes ensinamentos heréticos. João Antônio concordou em deixar a região. Todavia, dois anos mais tarde, seu cunhado João Ferreira retomou a mesma bandeira.

João Ferreira declarou-se rei de mais de trezentos seguidores,[25] aos quais ele pregava que Sebastião iria aparecer com sua Corte na entrada do Reino Encantado, mareada por dois monolitos maciços que se erguiam desoladamente no sertão árido. Ele contava a seus seguidores que o desencantamento do Rei Sebastião iria exigir considerável derramamento de sangue humano, mas que, uma vez reaparecido, as vítimas sacrificadas "... retornariam ricas, poderosas e imortais; brancos como a lua, se tivessem sido negros, e moças, se se tratassem de mulheres idosas" (Pereira de Queiroz 1965a:200-1).

O pai de João Ferreira ofereceu-se para o primeiro sacrifício em 14 de maio de 1838. Em três dias, ele foi seguido por trinta crianças, doze homens, onze mulheres e quatorze cães. Ainda assim, o Rei Sebastião não apareceu e, no quarto dia, o próprio João Ferreira foi sacrificado enquanto outro cunhado assumia o seu trono. Obrigados a mudar o seu reino de lugar, devido ao mau cheiro dos cadáveres em decomposição na base do rochedo, o novo rei levou seus seguidores a um outro sítio. No caminho, eles se defrontaram com as tropas estaduais que haviam sido convocadas à região pelos moradores alarmados. Travou-se uma batalha na qual vinte e dois dos devotos foram mortos enquanto os remanescentes se dispersavam e fugiam pelo campo.

Nova Jerusalém, 1893-1897

> ... E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa; face macilenta; olhar fulgurante; monstruoso dentro de um hábito azul de brim americano; abordoado ao clássico bastão em que se apoia o passo tardo dos peregrinos. (1944:127).

[25] Os camponeses e os vaqueiros juntaram-se ao grupo liderado pelo Rei João Ferreira e por membros de sua família. Além de novas conversões, buscavam alimentos entre as propriedades locais. Conta-se que o grupo comia pouco e bebia muito, que havia frequentes reuniões de orações e cerimônias de casamento e que a poligamia prevalecia.

Assim Euclides da Cunha introduz Antônio Conselheiro no seu brilhante romance histórico *Os Sertões*.[26] Além desta descrição, pouco se conhece sobre a infância de Antônio Vicente Mendes Maciel, exceto que era proveniente de uma família de classe média rural, dedicada ao comércio no Estado do Ceará.[27] Euclides da Cunha retrata Antônio Conselheiro como um rapaz quieto e introspectivo que trabalhava como caixa no negócio do pai. Um casamento fracassado parece ter contribuído para uma vida de devoção religiosa, que deu lugar a perambulações e romarias logo após haver sido abandonado por sua esposa. Enquanto percorria o interior, pregando a proximidade do fim do mundo, Antônio começou a ser acompanhado por um séquito permanente, composto de camponeses descontentes que acabaram estabelecendo-se em Itapicuru, na Bahia onde construíram uma capela. No entanto, quase imediatamente começaram os problemas com as autoridades locais e, em 1876, o Conselheiro foi preso e mandado de volta para o seu Estado natal, o Ceará. Solto pouco depois, ele retornou à Bahia, onde continuou suas peregrinações até 1887.

O Conselheiro e seus seguidores iam de cidade em cidade construindo capelas, consertando cemitérios e queimando os "luxos excessivos" dos devotos que se juntavam ao séquito. As pessoas o procuravam em busca de conselhos e de curas, e a sua fama cresceu com os persistentes rumores dos milagres que ele supostamente fazia. Acreditavam que ele fosse um santo e mais tarde foi comparado ao próprio Cristo por seus seguidores. Afirmava ser mero mensageiro de Deus, ou um profeta. Falava sobre a vinda do milênio e da volta do Rei Sebastião, que traria com ele o Reino do Paraíso Terrestre na nova terra de Canaã. Conclamava os devotos a abandonarem suas riquezas e praticarem a castidade, a humildade e a abstinência, a se arrependerem e a fazerem penitência pelos pecados cometidos a fim de se apressar a chegada do milênio. Euclides da Cunha escreveu a seu respeito: "Da mesma maneira que seus correspondentes no passado, Antônio Conselheiro era um beato que sonhava com o reino prometido de Deus, que estava sempre sendo adiado. (...) Seus

[26] O livro de Euclides da Cunha é uma excelente interpretação histórica, contendo muitos detalhes e excelentes descrições de cor local, a despeito do determinismo geográfico e racial que o leva a atribuir estes acontecimentos à miscigenação e à dureza do sertão.
[27] A família Maciel há muito estava envolvida em uma disputa com uma das famílias poderosas da região. Não se sabe exatamente que efeito isto pode ter tido sobre Antônio Conselheiro.

ensinamentos não passavam de uma abordagem do catolicismo que ele próprio não compreendia totalmente" (1944:136).

O Conselheiro respeitava a Igreja e os líderes da igreja local, e se recusava sistematicamente a praticar quaisquer deveres atribuídos aos padres (Pereira de Queiroz 1965a:206). Sua atitude com relação à autoridade leiga era bem mais rígida, especialmente depois da Proclamação da República em 1889. Ele se opunha abertamente à república, considerando-a uma forma de Anticristo que prenunciava o fim do mundo (Pereira de Queiroz 1965a:204). Quando os municípios ganharam sua autonomia e foram promulgados novos regulamentos e impostos, ele queimou os decretos em praça pública no dia da feira, provocando um ataque da polícia local, que seus seguidores facilmente repeliram. Não obstante, este incidente obrigou-os a voltar pata o sertão onde, em 1893, Antônio Conselheiro fundou Belo Monte em Canudos. Este local, uma fazenda de gado abandonada em virtude da seca, iria tornar-se a Nova Jerusalém onde os devotos poderiam esperar o Juízo Final.

No auge desta aventura, cerca de oito mil seguidores reuniam-se em torno de Antônio Conselheiro em Nova Jerusalém (Pereira de Queiroz 1965a:207). A maioria era composta de famílias que haviam escapado do sertão castigado pela seca. Antigos vaqueiros, pequenos agricultores ou posseiros, todos eles afirmavam já terem possuído alguma riqueza material, que haviam sido obrigados a abandonar. Assim que chegavam a Canudos, eram obrigados a entregar um terço de seus bens ao Conselheiro para a manutenção da comunidade. A comunidade em si apresentava uma estratificação interna entre ricos e pobres mas todos observavam rigorosamente os ensinamentos do líder. O Conselheiro dividira os seguidores em diversos grupos, estando ele no ápice. Os comandantes das unidades civis, militares e econômicas, juntamente com um assistente para assuntos religiosos, serviam como os seus quatro apóstolos. Além disso, uma irmandade chamada Santa Companhia, que exigia de seus membros a doação de todos os seus bens à comunidade, realizava encontros de oração e organizava as procissões nos dias santos.

Canudos não era uma comunidade isolada. Os residentes mantinham relações com as povoações vizinhas e havia um florescente comércio que os colocava em contato com a sociedade brasileira, de uma maneira geral. Foi justamente a forma da ligação que provocou, em última análise, a sua

extinção. Inicialmente os proprietários de terras aceitaram dar apoio à comunidade, que lhes fornecia uma força de trabalho imediatamente disponível. No entanto, passaram a se preocupar quando as pessoas começaram a abandonar suas lavouras e se agrupar, em caráter permanente, em torno do profeta. Este formou alianças políticas com alguns dos proprietários, que buscavam seu apoio com vistas a votos e mão-de-obra que ele passara a controlar. No entanto, ao agir desta maneira, Antônio Conselheiro tanto fez amigos quanto inimigos, aumentando o descontentamento destes últimos ao endossar os ataques às suas propriedades.[28] Embora aparentemente tivesse sempre mantido boas relações com o clero do sertão, com o aumento contínuo de seus adeptos, as lideranças da Igreja também começaram a reagir. Já em 1882, uma carta pastoral proibia o Conselheiro de fazer pregações (Cunha 1944:137) e um emissário da Igreja tinha fracassado numa tentativa de reconciliação em 1895, quando tentara convencer os devotos a se dispersarem (ibid., 164). O que parece óbvio é que o clero local e os fazendeiros haviam aceito a presença de Antônio Conselheiro com reservas enquanto o seu trabalho lhes foi útil; mas acabaram por ceder à autoridade da Igreja e às pressões políticas que finalmente se combinaram para provocar sua queda.[29]

Quatro expedições foram enviadas a Canudos entre novembro de 1896 e 5 de outubro de 1897, quando a cidade finalmente foi tomada pelas tropas que a cercavam. Cunha diz que só restaram quatro defensores para enfrentar um exército de 5.000 a 6.000 homens (1944:475). Por mais de um ano, os seguidores de Antônio Conselheiro haviam resistido a um exército bem equipado, com mais de 12.000 soldados (Facó 1965:121). Uma luta armada das massas contra o exército da república havia suplantado as promessas de salvação e de felicidade no Reino do paraíso Terrestre (Facó 1965:103-4).

[28] Della Cava (1968:13) faz uma tentativa no sentido de ligar as alianças de Conselheiro aos acontecimentos políticos nacionais.

[29] Della Cava tenta refutar a argumentação apresentada por Facó de que este movimento nasceu da alienação da classe baixa contra a autoridade da Igreja, ao procurar mostrar que a Igreja do Nordeste começara a se reformar em meados do século dezenove. Uma reforma tripla seria executada com a intenção de reorganizar e revitalizar a Igreja, fazendo-a retornar "ao povo, sobretudo às classes mais baixas" (Della Cava 1968:3fs.). Este argumento, no entanto, não refuta a ideia da alienação. Parece, ao contrário, adicionar mais uma prova de que a Igreja estava tentando tocar, mas não abraçar, as massas rurais.

Os Muckers, 1872-1898

Os movimentos de protesto social não se confinaram às populações rurais do Nordeste. Um movimento messiânico também floresceu entre os colonizadores alemães no Estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, em 1872. Este movimento ocorreu numa zona de pequenas propriedades, marcada por progresso econômico, onde, entretanto, os ensinamentos religiosos e seculares ainda estavam muito limitados em sua esfera de ação. A população local começou a procurar João Jorge Maurer, um curandeiro, e sua mulher, Jacobina, uma epilética, que lia e interpretava a Bíblia. Em pouco tempo, estavam realizando-se reuniões regulares, durante as quais Jacobina aparecia em esvoaçantes vestes brancas com uma coroa na cabeça, cantando hinos protestantes e abençoando todos os presentes.

No dia 19 de maio de 1872, Jacobina declarou ser a reencarnação de Cristo, cujas palavras ela dizia. Fez previsões sobre o fim do mundo e prometeu a imortalidade aos devotos presentes. Das trinta e quatro famílias que se juntaram a ela, escolheu doze apóstolos, começando por seu marido João Jorge. Nomeou igualmente um Conselho Secreto. Seus seguidores estavam proibidos de frequentar serviços religiosos católicos ou protestantes, de beber, jogar ou dançar. As crianças não podiam frequentar escola. Jacobina reservou-se o direito de fazer e de anular casamentos.

A violência irrompeu na comunidade quando Jacobina trocou de marido e ordenou que todos fizessem o mesmo. Um grande número de adeptos abandonou a seita e sofreram represálias. Muitos crentes foram mortos. Os chefes políticos locais, com os quais Jacobina se recusava a cooperar, começaram a atribuir ao grupo qualquer transgressão que ocorresse na região. Jacobina e seus seguidores reagiram com mais violência a esta perseguição. Finalmente, o Governo enviou tropas para combater os Muckers, mas foram derrotadas no primeiro encontro. No entanto, a igreja e o forte da comunidade foram queimados e Jacobina e seus adeptos foram obrigados a se refugiar no campo onde, supostamente, todas as crianças com menos de cinco anos de idade seriam decapitadas. Diante de tal possibilidade, as tropas voltaram a atacar e desta vez mataram as dezessete pessoas que haviam permanecido com Jacobina.

Em 1887, a filha de Jacobina começou a pregar na mesma região e continuou a fazê-lo, com um pequeno séquito, até 1898.

Joazeiro de Padre Cícero, 1872-1934

Cícero Romão Batista, o reverenciado Padre Cícero, foi ordenado em 1870 e logo depois mandado para a cidade de Joazeiro, um pequeno povoado no interior de Vale do Cariri, no Ceará. Naquela época, o Cariri era um vale rico e fértil, semeado de grandes propriedades. Era igualmente o palco da maior parte da disputa da oligarquia, um refúgio para as vítimas da seca, e um lugar propício à fermentação de movimentos insurrecionais que se irradiavam dos centros urbanos do Nordeste (Facó 1965:126ff.). O vale estava bastante integrado na vida econômica e política dos Estados vizinhos e, sob a égide do padre, acabaria se transformando num dos mais importantes centros comerciais do interior brasileiro.

Durante seus primeiros anos em Joazeiro e, especialmente durante a grande seca de 1877-1879, Padre Cícero distinguiu-se como um dedicado pároco do interior, recebendo a alcunha de *cai dos pobres.*[30] Grande número de retirantes ia a Joazeiro em busca de sua ajuda ou de seu conselho. Sua reputação como protetor dos pobres e amigo dos necessitados foi logo ampliada pela crença popular sobre seus poderes milagrosos. Em 1889, a beata Maria de Araújo cuspiu sangue ao receber a hóstia das mãos do Padre Cícero e, assim, foi feito o primeiro de uma série de milagres. Uma comissão, enviada pelo bispo do Ceará, confirmou a ideia do milagre, mas o próprio bispo refutou a conclusão da comissão e atribuiu o acontecimento a causas naturais.[31] O caso foi discutido em investigações subsequentes e numa série de cartas pastorais, culminando com a suspensão do Padre Cícero de todas as suas atribuições clericais. Em 1898, o padre viajou para Roma, onde tentou defender o seu caso diante do Papa Leão XIII, mas sua viagem não teve êxito. Retornou ao Ceará com esperança de absolvição, mas o bispo continuava a recusar-lhe autorização para pregar nas igrejas, confessar os fiéis ou administrar o batismo, exceto em casos de morte. Foi-lhe permitido, no entanto, celebrar missa fora de Joazeiro, e ele continuou a fazer sermões para as multidões que se reuniam do lado de fora de sua casa (Montenegro 1959:29-30).

A fama do Padre Cícero continuou a se espalhar pelo interior do Brasil, em grande parte devido ao testemunho dos peregrinos de Joazeiro, aos cantadores e à venda de lembranças religiosas nos mercados. Entre 1904 e 1909, a própria cidade cresceu de maneira inusitada, com migrantes vindos de todos os Estados vizinhos. Joazeiro tornou-se o centro comercial e agrícola do sertão, e o Padre Cícero contribuía para o fornecimento de mão-de-obra às fazendas vizinhas (Facó 1965:163). Em 1907, ele começou a colaborar com Floro Bartolomeu, médico baiano que viera a Joazeiro para explorar minério de cobre nas terras compradas para a Igreja pelo Padre Cícero.

---

[30] Para um levantamento histórico completo do Joazeiro de Padre Cícero e de sua vida e sua obra, ver Della Cava (1970).

[31] Della Cava afirma que a ideia de um milagre foi evocada e perpetuada entre o próprio clero (1967:9 passim). O próprio bispo mais tarde afirmou que o Padre Cícero lhe havia contado que Maria de Araújo tinha sido sujeita a convulsões e a vomitar sangue desde a infância (Montenegro 1959:28). Não seria a primeira vez que padres no Brasil alegadamente manipularam um milagre:

"Senhor Gama relatou um caso que ocorreu durante a sua ouvidoria aqui, que nos fornece provas razoáveis da profunda sutileza posta em prática, ao menos, por alguns dos padres brasileiros, para o seu benefício pessoal. Uma mulher, que residia relativamente próximo a Sabará, cuja mente estava perturbada pelo fanatismo e que observava todos os preceitos religiosos de maneira extremamente rígida, não deixando passar um dia de santo sem demonstrar a maior devoção, mortificava-se de uma maneira peculiar em todas as ocasiões de jejum, e durante a Quaresma sempre se abstinha de comer, com uma tal resolução que acabou adquirindo a honra de ser considerada uma santa. Sua mente foi tão influenciada por esta ilusão que ela revelou suas próprias inspirações a dois ou três padres que viviam nas proximidades. Eles imediatamente inflamaram sua viva imaginação com apoio e deram crédito público a ideia ao afirmarem que sua alma subiria aos céus em um determinado dia. Já se falava na arrecadação de contribuições para a formação de um estabelecimento que seria dedicado a Santa Harmônica, que era o nome da mulher. Os padres teriam, naturalmente, a administração dos recursos. Sexta-Feira Santa foi a data escolhida para a consumação deste importante acontecimento. Até aí a maquinação havia funcionado muito bem e a aparência exausta da mulher, resultante de um sistemático jejum, garantia a conclusão de que seu desenlace estava próximo. Tornou-se um assunto do interesse geral e tendo chegado ao conhecimento do ouvidor nas vésperas da desejada conclusão do drama, este afirmou que não acreditava numa história tão ridícula: em caso da morte da mulher, ele abriria um inquérito para examinar o corpo. Estaria presente um amigo ou um coadjutor dos padres; ele deixou o local e, a cavalo, correu a comunicar esta determinação do ouvidor aos santos homens. Produziu-se então um efeito totalmente contrário às expectativas dos devotos da mulher. Ela rapidamente se recuperou de sua santa indisposição e permaneceu sadia, senão mentalmente pelo menos fisicamente, a partir daquele dia. Ficou provado que era a intenção destes padres, fundados no maldoso objetivo de tirar proveito do planejado estabelecimento de Santa Harmônica, produzir, através de certos meios, a gradual exaustão da vida da mulher no tempo determinado." (Henderson 1821:277)

Numa luta armada com o proprietário anterior, Floro defendeu os direitos do padre sobre a terra, fato que marcou a entrada do prelado na política. Em 1911, Joazeiro foi elevado à categoria de *vila de paz* e em 1914 à categoria de cidade, da qual o Padre Cícero foi o primeiro prefeito.[32] Seu séquito político aumentou ainda mais após sua mediação numa disputa entre os chefes políticos do Estado.[33] Ele veio a ser confidente político e aliado de algumas dentre as oligarquias regionais, e, mais tarde, vice-presidente do Estado do Ceará. Seu amigo Floro Bartolomeu foi eleito deputado federal.

Segundo seu próprio testemunho, Padre Cícero foi "forçado a entrar na política para evitar que outro assumisse a liderança política daquela gente que não saberia como ou não poderia manter o equilíbrio da ordem que ele sustentava até então" (Montenegro 1959:32). No entanto, uma explicação alternativa é que ele tomou esta atitude a fim de manter o seu próprio prestígio depois da suspensão das atribuições eclesiásticas (*ibid.*, 32). Qualquer que tenha sido o caso, a ascendência do prelado sobre o poder político contribuiu para o estabelecimento de um *modus vivendi* entre ele e a Igreja. Em 1916 o bispo de Crato restabeleceu o seu direito de celebrar missa em Joazeiro.

Conquanto os aspectos políticos e comerciais do movimento cresciam, esmorecia o seu teor religioso. Padre Cícero limitava suas atividades religiosas a benção dos romeiros que se postavam junto à janela de sua casa (Pereira de Queiroz 1965a:236). Os beatos, os seguidores que se haviam organizado em grupos de penitentes e uma Corte Celestial foram dispersados (Montenegro 1959:40,42). O afilhado do Padre Cícero, José Lourenço, figura messiânica secundária que pregava a vinda do milênio, foi preso e o seu Boi Santo, um zebu que lhe fora presenteado pelo Padre Cícero, foi condenado à morte por Floro Bartolomeu em 1926 *(ibid.,* 59).[34]

[32] Della Cava afirma que o Padre Cícero estava ansioso de tornar Joazeiro proeminente, elevando-a a sede do bispado que estava sendo considerado para a região (1968:18). Ver também Della Cava (1972).

[33] .As disputas políticas entre os chefes dos clãs no sertão aumentaram com a prosperidade econômica da região. Facó (1965) acredita que as rivalidades se davam entre as elites tradicionais e as novas elites comerciais e não entre as oligarquias estabelecidas.

[34] Ele foi solto por ordem do padre e mandado para uma fazenda chamada Caldeirão, que se tornou o centro de peregrinações religiosas da região depois da morte do Padre Cícero em 1934. Caldeirão foi transformada em uma irmandade e o trabalho cooperativo transformou a fazenda em um empreendimento modelo. Desavenças com latifundiários vizinhos levou a um conflito armado, em 1938, com tropas federais, resultando na dissolução deste movimento.

Além disto, crescia a importância de Floro como principal conselheiro do padre. José Marrocos, o seu primeiro assistente, e provavelmente o que arquitetou o milagre da hóstia, foi posto de lado, *(ibid.,* 33). Para todos os fins práticos, "Joazeiro deixou de ser um centro de heresia para tornar-se um domínio político" *(ibid.,* 53).

A Guerra Santa do Contestado, 1910-1916

Em meados do século XVIII, uma sucessão de "monges" conhecidos coletivamente pelo nome de monge João Maria e que a população local acreditava ser um único indivíduo, perambulavam pela região do Contestado, no Estado sulista de Santa Catarina.[35] Eles pregavam, praticavam "curas", construíam capelas, erguiam cruzes, e organizavam procissões solenes. Eles anunciavam o fim do mundo e pediam penitência. Um deles acabou por adotar uma atitude antirrepublicana proclamando a monarquia como a verdadeira ordem de Deus. A fama de seus supostos milagres cresceu entre as populações rurais, que se recusavam a acreditar que o último dos monges tivesse morrido no início do século XX.

Em 1911, José Maria, um desertor do exército, curandeiro e profeta, apareceu na região, dizendo-se irmão do monge João Maria. Como seus antecessores, José Maria era um antirrepublicano que pregava a restauração da monarquia. No entanto, diferindo deles, aceitou seguidores e estabeleceu uma comunidade onde pudessem esperar tranquilamente a restauração. Como era de se prever, o grupo não tardou a entrar em disputa política com o coronel da região, que os denunciou ao governador do Estado. Este mandou tropas, forçando o monge e os seus adeptos a se retirarem para uma zona sob litígio escassamente povoada, entre os Estados de Santa Catarina e Paraná. Temendo uma invasão de terras, o governador do Paraná também despachou tropas para a área. Insistindo na sua invencibilidade, José Maria estimulou seus seguidores a resistirem. Ele foi morto na batalha que se

[35] Eles eram chamados de "monges" embora não pertencessem a nenhuma ordem religiosa. Aparentemente o primeiro destes "monges" teria sido um imigrante italiano; o segundo possivelmente um sírio (Vinhas de Queiroz, 1966:49). O leitor encontrará um exame detalhado dos acontecimentos ocorridos em Contestado neste excelente estudo de Vinhas de Queiroz.

travou. No entanto, os devotos insistiam que ele reapareceria passado um ano, juntamente com outros que haviam morrido na batalha. Acreditava-se que eles fariam parte de um grande Exército Encantado, comandado por São Sebastião, que empreenderia uma vitoriosa guerra sagrada contra o inimigo.

Em 1913, um lavrador que fora discípulo de José Maria afirmou que sua sobrinha Teodora tivera visões de que o monge retornara[36] e que criara um núcleo de seguidores em Taquaracu, em Santa Catarina, à espera de um Exército Encantado. Da mesma forma que na ocasião anterior, o grupo rapidamente envolve-se em assuntos políticos locais e as tropas foram novamente convocadas para dispersá-los. Os atacantes foram vencidos na batalha inicial, mas dois meses depois retornaram e, desta vez, conseguiram dispersar o bando. Mais uma vez os dissidentes se reagruparam, desta vez no remoto povoado de Carauata, localizado num pedaço de terra também sob litígio, embora desta vez fosse entre dois reclamantes. Um deles foi imediatamente proclamado imperador (Pereira de Queiroz 1965a:250). A intervenção subsequente do Estado conduziu a uma séria campanha militar de extermínio quando, pouco tempo depois, o movimento lançou uma proclamação, em forma de manifesto monarquista, conclamando a uma guerra santa contra a República a partir de primeiro de setembro de 1914.

Houve desde então uma sucessão de líderes, reunindo em torno de si grande número de adeptos em diversos pontos do interior. No auge do movimento, cerca de 28.000 quilômetros estavam ocupados nos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Vinhas de Queiroz estima que havia um total de 20.000 crentes, dos quais seis mil foram mortos no conflito armado. Cerca de oito mil homens compunham o exército regular de dissidentes, os jagunços (1966:199-200).

Havia uma série de comunidades, que variavam de trezentos a quinhentos habitantes, espalhadas por todo o território ocupado, e organizadas hierarquicamente em grupos distintos, todas sujeitas a estritas medidas disciplinares do Messias. Na vanguarda encontravam-se os Doze Pares de França, uma elite militar formada pelos “apóstolos de São Sebastião”. Havia ministros da guerra, da agricultura e das finanças, assim como “comandos” de oração, “comandos” de campo e as Virgens

[36] Segundo Vinhas de Queiroz, as visões de Teodora eram falsas (1966:122).

Inspiradoras, que marchavam à frente dos soldados a caminho da batalha. Os aldeamentos também eram rigidamente estratificados. Os chefes políticos e os fazendeiros ricos assumiam posições de poder e a propriedade privada foi mantida. Mesmo assim, as qualidades sobrenaturais eram decisivas para a sucessão à liderança suprema, sendo que um dos últimos líderes foi Adeadato, criador de porcos. Havia igualdade na busca mútua de todos os adeptos de um lugar seguro numa sociedade estável.

Santa Brígida, 1945 —

Muito embora se afirme o contrário, existem ainda hoje uma série de movimentos messiânicos e milenaristas.[37] Um dos mais recentes foi dirigido por Pedro Batista da Silva, o Velho Pedro, antigo marinheiro, estivador e soldado, que perambulava pelo interior do Nordeste brasileiro em 1942. Por alguns anos ele viveu como curandeiro e penitente, sofrendo perseguições das autoridades locais. Finalmente, em 1945, ele se radicou em Santa Brígida, no município de Jeremoabo, na região semiárida do Estado da Bahia. A área era muito pobre, com uma economia baseada sobretudo em agricultura de subsistência e com um mercado periódico muito fraco. Não havia estrada e a capela local foi descrita como um curral de cabras na qual elas de fato viviam.

Quando chegou a Santa Brígida, Pedro Batista arrendou um pedaço de terra do coronel de Jeremoabo. Prometeu encerrar suas atividades de profeta e taumaturgo em troca de proteção política. Entretanto, sua reputação de homem santo continuou a atrair para a região romeiros e colonos em grande número (Pereira de Queiroz 1965a:275). Ele começou também a emprestar dinheiro aos colonos sem cobrar juros. Seguiu-se um extraordinário desenvolvimento agrícola e comercial. Pedro Batista comprou dois caminhões e começou a transportar a produção local para as cidades vizinhas. Santa Brígida não tardou a se tornar o mais importante mercado da região. Pedro Batista tornou-se o maior proprietário e comerciante, estabelecendo armazéns de cereais e de algodão e comprando máquinas de desfibrar para aluguel. Ele abriu duas escolas, comprou um motor diesel para fornecer energia à cidade e doou uma fazenda ao Governo federal para uma colônia agrícola experimental. Na ocasião da morte do

[37] Ver o estudo “The Millenium That Never Carne” de René Ribeiro, no livro de R. Chilcote (ed.) *Protest and Resistance in Angola and Brazil.* Berkeley: University of California Press.

coronel, em 1963, ele estabeleceu Santa Brígida como sede do município e transformou-se em seu prefeito.

Os romeiros de Santa Brígida acreditavam que Pedro Batista (que faleceu em 1967) fosse a reencarnação do Padre Cícero. Ele afirmava apenas ser um bom católico, embora tivesse profunda crença espírita. Sempre manteve boas relações com o clero local, que era convidado a celebrar missas na comunidade. No entanto, a Igreja tinha por ela certa inimizade pelas suas atividades religiosas sempre crescentes. Pedro Batista proibia bebidas, dança e jogo e, embora a comunidade fosse igualitária na sua estrutura, havia uma hierarquia de confidentes que exerciam uma série de tarefas religiosas e civis, nas quais estava investida a verdadeira autoridade. Assim, embora o movimento de Pedro Batista tivesse passado por uma transformação considerável nas últimas duas décadas, ainda manifestava alguns dos padrões básicos de organização, crença e reação que caracterizam outros movimentos sociais no Brasil rural.[38]

Movimentos de Protesto e Estrutura Social

Esses movimentos milenaristas e messiânicos refletem a integração total e a participação parcial das populações do Brasil rural nos processos nacionais, sejam eles socioeconômicos, políticos ou culturais.[39] Eles expressam tanto as necessidades religiosas quanto as necessidades seculares das massas de camponeses e de trabalhadores rurais apanhados nas malhas do conflito social e da mudança social desestruturada. Também denunciam a inabilidade da Igreja Católica – e o descaso do Estado brasileiro — em atender aos verdadeiros problemas que enfrentavam, seja historicamente, seja no momento atual. Apoiando-se numa tradição que as afetou profundamente, as massas rurais articularam suas necessidades no idioma religioso da sociedade "folclórica", retirando-se para comunidades remotas onde se organizaram por seus próprios ensinamentos e para sua própria defesa.

Não obstante, não se pode negar que estes movimentos e as ideologias por eles formuladas eram parte consciente da tradição católica do Brasil rural, fornecendo eles um *modelo* alternativo através do qual as necessidades e as reivindicações dos camponeses pudessem ser expressas. Se, basicamente, eles eram reflexos do descontentamento econômico — e há bastante evidência de que as questões de terras eram sempre críticas nas regiões em que eles se desenvolveram[40] — é inegável que sua forma

[38] Na época em que eu estava escrevendo este volume, uma estudante de pós-graduação do Departamento de Antropologia da Universidade de Chicago, Patricia Pessar, estava se preparando para realizar uma pesquisa sobre a transformação dos símbolos no contexto do movimento de Santa Brígida, na medida em que este movimento passou de uma ideologia fortemente milenarista a uma ideologia desenvolvimentista.

[39] A partir da conhecida tese sobre a dualidade da sociedade elaborada para a América Latina por Jacques Lambert (1959), a socióloga brasileira M.I. Pereira de Queiroz acredita que os movimentos messiânicos no Brasil resultaram da desorganização social e da anomia que acompanham avanços do setor urbano sobre o setor "rústico". Os movimentos messiânicos, argumenta a socióloga, servem para contrabalançar a dilaceração nas vidas dos camponeses que vivem em um sistema social essencialmente fechado, que tem uma influência recíproca mínima sobre o setor urbano com o qual ele *coexiste* (1965b:318, 327 passim). Estes movimentos rústicos são classificados em duas categorias. Se a desorganização social for resultante de fatores exógenos ou endógenos, eles são ou reformistas ou conservadores, mas nunca revolucionários. Em um trabalho anterior, ela é de opinião que estes movimentos ocorrem quando os camponeses vivem em uma economia fechada, mas rejeita a ideia defendida por Bastide (1961) de que os movimentos constituem uma reação contra a mudança e o progresso. Ao contrário, ela diz que o Messias é um intermediário entre a economia de subsistência tradicional e a economia monocultora orientada para a exportação que ajuda os camponeses a fazerem a transição, ao estimular a produção de cereais para o mercado interno. O messianismo seria, deste modo, um estágio transicional entre as economias arcaica e moderna, fechada e aberta (1963). Obviamente, eu não estou de acordo com a explicação da sociedade dualista na gênese e na forma dos movimentos milenaristas e messiânicos. No primeiro caso, a liderança messiânica nem sempre teve como objetivo opor-se à sociedade urbana e às suas instituições, como demonstraram vários dos movimentos. Em segundo lugar, a relação simbiótica entre os setores agrários e urbanos do sistema socioeconômico já foi estabelecida, e a transgressão da comercialização na agricultura é certamente uma das causas básicas do descontentamento entre os camponeses.

[40] Há uma correlação óbvia entre aspectos da comercialização e o advento dos movimentos milenaristas e messiânicos. O Contestado, por exemplo, ocorreu em terras que estavam sob litígio, e foi radicalizado pela competição pela terra colocada pela concessão de grandes propriedades a alemães e a poloneses para operar negócios com madeiras, assim como pela colonização estrangeira de modo geral. Vinhas de Queiroz registrou uma queixa formulada frequentemente: "Nós não temos quaisquer direitos à terra, que é toda destinada ao povo da 'Oropa'!" (1966:202). A grande seca que ocorreu em 1877 conduziu grande número de camponeses sem terras para o úmido vale do Cariri, a zona mais comercial da região. Além disso, Padre Cícero passou a contar no seu séquito com milhares de camponeses insatisfeitos que haviam encetado a longa jornada em direção à zona da borracha na Amazônia somente para retornar ao Nordeste em busca de terra. Caldeirão, a propriedade para onde foram mandados o afilhado do Padre Cícero e seus seguidores, cresceu com os camponeses descontentes que não faziam parte direta da comercialização de Joazeiro patrocinada pelo

específica forjou-se na divisão entre a Igreja e a religião popular e floresceu no domínio místico situado entre os ensinamentos do catolicismo ortodoxo e as próprias crenças dos camponeses. Seus líderes foram estimulados pelo reavivamento espiritual do sacerdócio no século XIX e basearam a legitimidade de suas pregações apocalípticas em livros, tais como *Missões Abreviadas,* uma versão, sucinta, dos ensinamentos das missões jesuíticas aos índios brasileiros nos séculos dezoito e dezenove.[41] Todos eles (com exceção do Padre Cícero e de Pedro Batista que conduziram dois movimentos transformados pela ordem social dominante em empreendimentos políticos e econômicos bem sucedidos) pregavam o fim do mundo e a salvação dos devotos e dirigiram seus seguidores a alguma área isolada onde estabeleceram uma comunidade de crentes à espera da chegada do Reino do Paraíso Terrestre.

Embora não exista um estudo sociológico que nos indique precisamente a origem dos membros destes movimentos, eles parecem ter sido formados pelo campesinato, e pelas classes trabalhadoras rurais, pequenos proprietários, arrendatários e parceiros, com um tênue controle sobre a terra (Pereira de Queiroz 1965a: 284, 1965b:64 passim; Vinhas ,de Queiroz 1966:203).[42] Muitos dos adeptos originais eram beatos ativos na

prelado. Há indícios de que o Padre Cícero os tenha removido para Caldeirão a fim de drenar o excesso de população no próprio Joazeiro (Pereira de Queiroz 1965: 261; Facó 1965:200ff.). Uma crescente burguesia comercial no centro urbano mais próximo à comunidade Mucker estava possibilitando uma incipiente estratificação social na colônia alemã, aumentando as tensões entre seus membros mais pobres (Pereira de Queiroz 1965b:228). Do outro lado, os agricultores sem terra eram naturalmente atraídos para estes novos povoamentos pelo seu significativo progresso econômico. Em alguns casos, tais como Canudos, Joazeiro, Caldeirão e Santa Brígida, o desenvolvimento econômico era a política consciente dos líderes do movimento (Pereira de Queiroz 1965a) que lutavam pelo desenvolvimento agrícola, encorajavam o plantio, desenvolviam indústrias artesanais e procuravam novos mercados. Em outros, era um subproduto de uma vida de abstinência ascética e de trabalho sério.

[41] Sou grato ao Dr. Theo Brandão, da Universidade da Alagoas por esta referência. Como assinala Norman Cohn, o messianismo e o milenarismo são parte integrante da tradição judaico-cristã (1957). Segundo Worseley "o maior agente da disseminação, em termos mundiais, do milenarismo tem sido a missão cristã" (1957:245). Seria realmente uma importante tarefa antropológica traçar historicamente a transformação desta tradição através de fontes tais como as *Missões Abreviadas.* Infelizmente, suas cópias são extremamente raras e não pude consultá-las.

[42] "Entre aqueles que se agruparam em torno do *monge* havia um grande número daqueles que, expulsos de suas terras e sem um domicilio fixo, estavam sem fontes de trabalho ou de

construção e na manutenção da propriedade da Igreja. Tudo parecia ser preparado para traduzir suas experiências religiosas cotidianas na fé da qual dependia o milênio. Eles aceitaram seus líderes como emissários de Deus, como reencarnações de Cristo ou mesmo como seres sobrenaturais. Atribuíam-lhes poderes santos e davam-lhes crédito pela realização de uma série de milagres. Atendiam a suas reivindicações religiosas e seculares, acreditavam na afirmação de que o fim do mundo estava próximo e se sacrificavam pelo ideal da salvação dos piedosos numa sociedade que seria melhor para todos. A sua ideologia declarada era a de transformar o mundo, mas não de maneira violenta. Estes movimentos eram compostos por homens que optaram por se retirar em vez de ficar e enfrentar a luta. Estavam preparados para lutar e frequentemente o fizeram até o último homem, mas só quando atacados. Mesmo assim, o fizeram na crença de que São Sebastião viria conduzi-los e torná-los-ia invencíveis. Tratava-se do venerado rei de Portugal que morrera em 1518 em Alcácer-Quibir na guerra santa contra os mouros.[43]

Quanto à estrutura desta nova sociedade, ela refletia muito da tradicional ordem social brasileira. Numa terra tornada fértil, todos os homens trabalhariam com maior empenho, os pobres se tornariam ricos e os ricos ainda mais ricos. Uma ordem severa era imposta, e rigorosos códigos morais aplicados, contribuindo para uma vida de austeridade e de trabalho árduo que, por sua vez, conduzia ao êxito comercial de muitos dos movimentos. Ao mesmo tempo, a organização destes reinos celestiais era muito hierárquica e rigidamente autoritária, refletindo uma ideologia de maior equidade, mas de modo algum igualitária. Os salvadores agiam tanto

renda" (Vinhas de Queiroz 1966:88). Pereira de Queiroz acha que nenhum movimento ocorreu ao longo do litoral porque a sociedade das "plantations" tinha maior estabilidade do que a sociedade do sertão (1965a:300). É difícil identificar membros dos movimentos que possam ter vindo de grandes propriedades costeiras e não existem, em nenhum lugar, referências a eles. No entanto, eu imagino que prevalecia um maior controle religioso e social nas propriedades dedicadas à cana-de-açúcar do que no sertão. Della Cava observa que o movimento do Padre Cícero se derivou da hierarquia eclesiástica e que só mais tarde ele veio a atrair as massas (1967:10).

[43] São Sebastião e o Rei Sebastião parecem ser objeto de confusão na ideologia popular brasileira, principalmente no contexto destes movimentos de protesto. Joyce Riegelhaupt e eu estamos agora efetuando um estudo comparado do sebastianismo em Portugal e no Brasil no qual espero poder resolver este e outros problemas relativos aos sistemas de crença popular através dos tempos.

como porta-vozes quanto como consciências nos assuntos religiosos e seculares das comunidades que dirigiam. Conquanto a grande maioria dos membros fosse constituída por camponeses expulsos e por trabalhadores rurais, suas fileiras foram engrossadas por proprietários e políticos mais ricos, que procuravam manipular o "messias" por causa do controle que este exercia sobre as fontes potenciais de trabalho e de votos. Se nesses reinos o camponês brasileiro pôde transcender a dura realidade de seu quotidiano, nem por isso pôde transcender sua própria submissão.

Estas manifestações públicas de zelo religioso são, então, tanto uma declaração social quanto uma afirmação particular de fé tradicional. Elas só constituem movimentos sociais na medida em que um conjunto de indivíduos se reúne para buscar a salvação num mundo secular de abundância para todos. Na sua vaga enunciação dos objetivos públicos, eles não se mostram nem revolucionários nem reformistas.[44] Ao contrário, a sociedade é reestruturada de acordo com algum modelo alternativo — o sertão vira litoral e o litoral sertão, negros tornam-se brancos e as velhas tornam-se moças num conjunto de inversões que representam mais uma negação do presente do que uma postulação do futuro. Na sua condenação do presente, eles param o tempo, e procuram uma sociedade mais justa e mais perfeita numa vaga recordação, frequentemente invocando o Império para substituir um Governo republicano, o Anticristo. Ainda assim, isto não se assemelha, de modo algum, à emergência de uma nova consciência

[44] "Os movimentos revolucionários modernos têm certamente – implícita ou explicitamente – ideias bastante definidas sobre como a velha sociedade deve ser substituída pela nova, sendo que a parte mais crucial se refere ao que nós podemos chamar de "transferência do poder".... Mas o movimento milenarista "puro" opera de maneira bem diversa, seja em decorrência da inexperiência de seus membros ou da estreiteza de seus horizontes, ou por causa do efeito das ideologias e dos preconceitos milenaristas. Seus seguidores não são os que fazem uma revolução. Eles esperam que ela se faça por si mesma, através de revelação divina, através de um anúncio feito do alto, através de um milagre eles esperam que isto ocorra de alguma maneira. O que compete às pessoas fazer antes da mudança é reunirem-se, prepararem-se, observar os sinais do Juízo Final, ouvir os profetas que predizem a chegada do grande dia, e, talvez, empreender algumas medidas rituais contra o momento da decisão e da mudança, ou se purificarem, descartando-se das vestes do mundo perverso do presente a fim de poderem entrar no novo mundo ostentando uma cristalina pureza. Entre os dois extremos do milenarismo "puro" e o revolucionário político "puro" todos os tipos de posições intermediárias são possíveis (Hobsbawm 1959:58-59).

política, orientada para a ação.[45] Trata-se somente de uma lembrança de um tempo melhor, quando um Imperador justo e nobre e sua corte eram os benfeitores em uma terra onde os escravos haviam sido libertados — e quando não havia ainda um Governo municipal a cobrar impostos. Estes movimentos não representam, por outro lado, uma fuga total do mundo secular, mas apenas uma tentativa de lidar com ele mediante a garantia de prosperidade para a comunidade e de renovação das estruturas políticas locais (Pereira de Queiroz 1965:453).[46] A maioria deles não conseguiu, entretanto, obter uma acomodação tão satisfatória, ou porque a sua liderança optasse por excessos religiosos (às vezes até incluindo sacrifícios humanos) na expressão de suas reivindicações, ou porque não soubesse atuar corretamente no jogo da política local, em ambos os casos convidando ao massacre pelas tropas federais.

[45] Claramente uma visão utópica, a formulação de um ideal histórico em oposição a uma consciência histórica, que entende o presente "como um resultado do passado e como uma potencialidade para o futuro" (de Kadt 1970:87). A consciência histórica informa ao homem "sobre as contradições, os conflitos, os aspectos indesejáveis da realidade, assim como sobre as esperanças do homem ou seus ideais, ou sobre os aspectos altamente valorizados de sua existência concreta". Ela "emerge quando o homem começa a olhar de modo crítico o seu mundo", e se torna consciente do fato de que "a história se desenrola em um espaço de tempo empírico, o qual recebe substância pela ação do homem sob a forma de iniciativa histórica; isto é, ação, que transforma o mundo" *(ibid.,* 87-88).

[46] Como observa Vinhas de Queiroz, a maioria destes movimentos não segue caminhos irracionais. "Mais cedo ou mais tarde, devido a fatores internos e externos, os movimentos tendem a se readaptar ao mundo, mesmo quando permanecem hostis a ele" (1966:290). Um acólito de um dos movimentos registrados mais recentemente demitiu-se de seu cargo como um especialista civil da base aérea de Recife a fim de se dedicar totalmente ao trabalho de Deus. Ele escreveu ao Comandante da II Zona Aérea, explicando que estava seguindo

> a Voz de Jeová, Deus de Abraão e dos Profetas assim como a Voz de seu Divino Mestre, Rei e Juiz, Jesus Cristo que está chegando e que está falando à Terra para formar um pacto de Paz, Amor, Vida e Fraternidade com o Governo Brasileiro de modo que este possa se unir ao Governo Cósmico e ao Governo Planetário para fundar uma Nova Jerusalém e para colocar o Mundo um passo à frente na compreensão de Deus... No caso de o Governo Brasileiro aceitar a aliança com o Governo Cósmico ou Celestial, o Rei de Jerusalém pagará as dividas do Brasil em cerca de vinte anos e abrirá as portas de sua despensa a fim de que todos os brasileiros possam ter suas necessidades satisfeitas e glorifiquem a Deus que está no Céu (Ribeiro 1972:165).

Somente dois dos movimentos, o de Padre Cícero e o de Pedro Batista, tiveram êxito considerável, não só pelo fato de terem simplesmente conseguido sobreviver, mas também por haverem estimulado o progresso econômico e se estabelecido como importantes presenças políticas regionais. Estes objetivos foram alcançados, em grande parte, em decorrência de uma negação de seu zelo religioso, de uma capitulação perante os valores dominantes da sociedade, e de uma reintegração nos processos sociais e políticos de seus respectivos Estados, nos quais os líderes dos dois movimentos assumiram os papéis reservados às chefias políticas tradicionais do sertão, neste caso patrões de seu devoto e fiel rebanho.

Religião e Mudança Social

O recrutamento de camponeses para diversas associações políticas e sindicais nas décadas de 1950 e 1960 foi igualmente realizado através da invocação de símbolos religiosos e da reformulação de seus significados; fosse pela vontade dos padres de fazer com que a justiça social se fizesse ato contínuo, fosse por líderes políticos que bem compreenderam o importante papel da religião popular na formação de uma ideologia política comum. No primeiro caso, "as verdadeiras fontes do radicalismo católico no Brasil foram as pessoas que elaboraram estes princípios contidos nas doutrinas oficiais da Igreja" (de Kadt 1967:205). Como exemplo do último, escreveu o antigo líder das ligas camponesas Francisco Julião:

> Conhecendo por experiência própria o sentimento de legalidade do camponês, isto é, o seu respeito pela lei, assim como sua religiosidade e seu misticismo ingênuo, dois fatores que contribuem de maneira decisiva para a sua imobilização e sua submissão à ordem de coisas existente, nós transformamos o Código Civil e a Bíblia em instrumentos em motores de ação (1968:116).

Nos dois casos, as ações de liderança destes movimentos eram dirigidas quase exclusivamente para finalidades seculares: a legislação trabalhista para obtenção de contratos assinados, aumento de salários e benefícios adicionais para os trabalhadores rurais, – a reforma agrária baseada na redistribuição das propriedades agrícolas entre os camponeses. Recomendando aos leitores o excelente estudo *Radicais Católicos no Brasil* de Emanuel de Kadt (1970), tanto pela história intelectual quanto pelo

conteúdo cultural dos movimentos sindicais e de educação de base, volto-me agora, dentro de um espírito de síntese, para um exame das ligas camponesas.[47]

A mensagem foi espalhada primeiro sob a forma de poesia popular, a "Carta de Alforria do Camponês", de autoria de Julião (Carvalho 1962), numa imitação não muito convincente da literatura de cordel, com o objetivo de propagar as ligas camponesas e explicar a sua organização às massas. Seguiram-se os "Dez Mandamentos das Ligas Camponesas para a Liberação do Camponês da Opressão dos Latifúndios", que incluía as seguintes reivindicações: um imposto territorial progressivo, uma reforma constitucional para a expropriação de terras com pagamento em títulos a longo prazo, regulamentação de arrendamentos e das parcerias, cooperativas de produção e consumo, estritas limitações sobre concentração monopolista da terra, desenvolvimento de projetos de colonização, extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, eliminação dos abusos do intermediário no sistema de comercialização, reestruturação da economia açucareira, e a criação, em âmbito nacional, de ligas camponesas que representassem "a Lei e a Ordem contra a anarquia e a desordem que são os latifúndios". A última carta de Julião aos camponeses, datada de janeiro de 1964 e intitulada "Benção, Mãe", salientava a importância das ligas camponesas em oposição aos sindicatos rurais organizados pela Igreja, insistindo que a organização política seria a única alternativa viável para as massas camponesas brasileiras.

Deste modo, a religião tornou-se a clava na luta secular pelas almas dos homens. A Igreja, a Nação, os reformadores, assim como os

[47] Ver a análise feita por de Kadt sobre o conteúdo de *Viver é Lutar*, a cartilha do Movimento de Educação de Base:

> *Viver é Lutar* fazia parte de um *conjunto didático* – um conjunto educacional. O texto compreende trinta lições, ilustradas de maneira realista com fotografias, dirigidas à experiência do camponês e à situação real de sua vida. O resto do conjunto era composto de mais três livretos mimeografados, elaborados para aqueles que se ocupavam da produção dos programas radiofônicos do MEB. O primeiro se chamava *Mensagem*, e aperfeiçoava a mensagem espiritual de *Viver é Lutar*, referindo-se a textos dos Evangelhos e fazia sugestões para ligações com os programas de catequização. Este livreto era a publicação mais declaradamente cristã que já havia sido algum dia produzida pelo MEB.

proprietários de terras, gritavam os mesmos "slogans" simplistas aos adeptos potenciais de sua causa.[48] Em um comício de organização das ligas camponesas de Julião, realizado em Surubim, Estado de Pernambuco, em 1962, ao qual compareci, travou-se o seguinte diálogo entre o estudante-organizador que viera da capital do Estado e um proprietário de terras na região:

> Proprietário: Só Deus do Céu pode resolver os problemas desta gente. Se o próprio Deus não pode fazer chover, ninguém será capaz de fazê-lo.

[48] Francisco Julião faz o seguinte relato pessoal sobre a luta aberta para os espíritos dos camponeses:

> Um parente meu, um rico latifundiário, ao saber que alguns dos seus moradores haviam aderido à Liga, reuniu todos, mais de uma centena com as mulheres e as crianças, organizou uma procissão em homenagem ao seu santo padroeiro, e colocou-se à frente, rosário na mão, rezando "O Padre Nosso" e a "Ave Maria" até chegarem ao terreiro da casa-grande. Ali ele pediu, em nome de Cristo, que permanecessem em torno dele enquanto proferia um longo sermão cujo tema central era o seguinte: 'A terra onde vocês vivem, eu herdei do meu pai. E vocês, o que vocês herdaram? Nada. Portanto, eu não posso ser culpado por ser rico nem pelo fato de vocês serem pobres. Tudo isto foi determinado por Deus. Ele sabe o que faz. Se ele me concedeu terras e as negou a vocês, todos aqueles dentre vocês que não se conformarem estão se rebelando contra ele. Esta rebelião é um pecado mortal. Aceitem a vontade de Deus para que vocês não atraiam a sua ira e não percam a sua alma. O homem pobre vive na graça de Deus. O homem rico não. Desta forma, vocês são mais felizes do que eu, na medida em que vocês estão mais perto do Céu. Então, porque vocês se desviam do caminho, se recusam a pagar a corveia e o aumento no aluguel? Não foi assim o nosso acordo? Será que eu inventei estas obrigações ou será que elas já existiam desde que Adão e Eva foram expulsos do Paraíso? Escutem o que eu digo e sigam o meu conselho: aquele que já aderiu à Liga, deixe-a. O mesmo demônio que tentou Cristo tenta os cristãos. A Liga tem um pacto com o Diabo porque ela cobiça terras que não lhe pertence. Ela quer desviar as pessoas do caminho que leva à salvação...'. Duas semanas mais tarde, quando nenhum dos moradores que já se haviam associado à Liga demonstrou haver prestado atenção ao sermão, meu parente mandou que a polícia municipal prendesse todo mundo. Tive que conseguir um *habeas carpas* para poder libertá-los. Era um sinal evidente de que a fome pela liberdade tinha tido mais força do que o sermão; de que a Liga começara a ganhar terreno. (1970:111-12).

> Organizador: O senhor não é cristão. Cristo disse: "Ajuda-te a ti mesmo que eu te ajudarei". Cristo não era egoísta. Ele lutava pelo povo. Ele é o Filho de Deus que veio ao mundo para lutar, para sofrer... Nós não queremos tirar Deus do coração de ninguém. O cristianismo é antes de tudo obrigação; depois vem a devoção. Nada vai cair do Céu. Não é suficiente falar em nome de Deus e fazer o sinal da cruz. Qualquer bandido pode fazer isto. A Igreja não é uma árvore completa. Ela tem apenas alguns galhos que são os padres ricos. A fé não é tudo. Temos que viver o cristianismo. O homem deve trabalhar, lutar pela justiça, pela igualdade, pela dignidade. Cristo também foi um revolucionário. Ele não usou o chicote para expulsar os vendilhões do templo? Agora nós temos armas!
>
> Comparado a um destes camponeses, o senhor é rico. O Sr. não pode falar em nome dos camponeses. O Sr. está bem vestido e bem alimentado. Nós aceitamos suas palavras dentro do espírito da democracia e da liberdade, mas não na qualidade dum camponês morrendo de fome. Se nós todos tivéssemos os seus meios, não precisaríamos das ligas camponesas. O Sr. está pedindo salvação para si próprio, mas está se esquecendo de seu irmão. Este espírito é contrário ao espírito das Ligas. Este espírito trará uma outra inundação. Não vá à Igreja pedir a salvação unicamente para si e para sua família. Peça por seu irmão!
>
> Assistência: Com a Graça de Deus!

Quanto aos membros presentes, o apelo de Julião baseava-se na mesma combinação de misticismo e de fé que caracterizava as antigas comunidades de crentes. Um lavrador presente na reunião contou-me que fora lá em busca de "uma defesa na vida, de assistência médica, se algum de nós adoecesse... em busca de conselho". Tinha uma opinião bem definida sobre Francisco Julião: "Ele é o Príncipe da Vida, que nos dará os recursos para viver." Quando lhe perguntaram de que modo isto seria feito, respondeu: "Isto eu não sei pois sou ignorante. Estou esperando uma explicação e então seguirei!".

Este comício terminou abruptamente quando os capangas dos proprietários locais atacaram a multidão que se encontrava na praça, ferindo diversos camponeses e matando um menino, episódio que já narrei na introdução deste livro. As questões que levantei então sobre a capacidade dos camponeses em se arregimentarem, política ou economicamente, dentro do sistema agrário, podem agora ser abordadas numa outra perspectiva. No

decorrer dos anos seguintes, o número de associações políticas e sindicais dos camponeses brasileiros cresceu em proporções significativas em todo o País. No entanto, foi um movimento nacional somente no sentido de que agregava um conjunto de organizações locais compostas de indivíduos que buscavam uma compensação pelos seus sofrimentos pessoais. Estes indivíduos estavam desesperados (em vez de serem desesperançados). Sua segurança pessoal e familiar estava de tal modo minada pela ameaça de expulsão ou mesmo de ataques físicos, que eles tiveram de encarar a realidade objetiva. Neste sentido, estes recentes movimentos sociais diferem das antigas manifestações de protesto social somente na maneira pela qual os seus líderes puderam articular suas reivindicações num clamor, senão totalmente coerente, pelo menos bastante audível. Isto é, o que distingue os movimentos camponeses contemporâneos dos que ocorreram no passado no Brasil não são os processos socioeconômicos que lhes deram origem (embora estes tenham sido acelerados), nem as motivações imediatas dos camponeses que os abraçaram (embora estes tenham aumentado significativamente em número), nem mesmo o modo de pensar (Shill, 1968) de seus membros (o que só então começara a mudar). O que antes os distinguia dos movimentos precedentes foi a capacidade da liderança articular-se, de elas relacionarem uma série de organizações locais às estruturas da política e administração nacionais, sua capacidade de efetuar demandas realistas ao sistema social como porta-vozes de um grupo de pressão significante em termos nacionais.

Neste momento torna-se útil referir-nos novamente à aplicação, feita por Paulo Freire, do conceito de conscientização, o "processo no qual os homens, não na qualidade de receptáculos, mas sim na de seres inteligentes, atingem uma consciência aprofundada tanto da realidade socioestrutural que modela suas vidas quanto das suas capacidades de transformar aquela realidade" (1970a:27). Este processo ocorreu no Brasil, segundo Freire, precisamente no momento em que começaram a se produzir "rachaduras" na estrutura da sociedade, com a rápida penetração da comercialização no interior e a subsequente ruptura dos padrões tradicionais de posse da terra e das formas de alinhamento social. Certamente, a ameaça à subsistência individual, os métodos de recrutamento dos organizadores das associações camponesas, até mesmo o aspecto associativo destas organizações, a aparente receptividade do Governo a algumas de suas reivindicações específicas e a violenta reação das classes proprietárias também podem ser

vistas como parte de um processo de despertar da consciência, no qual o camponês começou a sair da "cultura do silêncio".

> O silêncio não é mais visto como um dado inalterável, mas como o resultado de uma realidade que pode e deve ser transformada... No processo da emergência do silêncio, a capacidade de conscientização popular se expande de modo que os homens começam a poder visualizar e distinguir o que antes não estava claramente definido. (Freire 1970:38).

Considerando que, nesta transição, a "cultura do silêncio" não era total e imediatamente rompida, as massas camponesas não podiam expressar-se em seu próprio nome. Elas ficaram sujeitas aos apelos de lideranças populistas das cidades que, por sua vez, despertaram com os primeiros clamores audíveis do campesinato. Esta liderança engajou politicamente os camponeses brasileiros, mas nunca lhes concedeu poder. Manipulou-os como parte de sua estratégia política burguesa – buscando seus votos e acautelando-os, constantemente, sobre os perigos do uso da violência revolucionária. Recorreu a greves e demonstrações, invasões de terra e ataques a mercados, como instrumentos de pressionar a nação, mas, ao agir assim, encheu a classe proprietária e a emergente e vulnerável classe média de um pavor avassalador do "comunismo e da corrupção", o que conduziu ao forte apoio que deram ao golpe militar de 1964 e à subsequente ditadura.

O Governo militar que tomou as rédeas do poder em 1º de abril de 1964, levou o expurgo do movimento camponês até o nível local. As ligas camponesas e as associações políticas independentes foram dispersadas e muitos de seus líderes foram presos. Francisco Julião passou vários meses numa prisão militar antes de partir para o exílio no México. Os sindicatos rurais patrocinados pela Igreja foram autorizados a continuar, mas com interventores governamentais nos papéis de liderança. Os camponeses foram rápida e facilmente reintegrados na "cultura do silêncio". Houve pouca necessidade de uso de força e o uso dos meios de comunicação na disseminação dos símbolos da nacionalidade e na glorificação dos militares foram considerados desnecessários no campo, isto é, já era suficiente o apelo implícito no conceito de uma revolução "redentora".

O movimento político dos anos cinquenta e sessenta engajou um grande número de camponeses de modo parcial e efêmero no processo

político, porém como um fator "externo" que não podia ser facilmente acomodado. Num sentido importante, a extensão de sua participação pesou mais do que a sua significação. No momento atual, estes camponeses continuam à margem, um aglomerado de seres desesperançados, sonhando com a salvação, ainda buscando o milagre e ainda aquiescendo à vontade de Deus.

Bibliografia

Adams, Richard. 1964. *Rural labor*. John J. Johnson, ed., *Continuity and Change in Latin America*. Stanford, California: Stanford University Press.

Alden, Dauril. 1963. "The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study," publicado na *Hispanic American Historical Review* 43:173-205

Almeida Prado, J. F. de. 1941. *Pernambuco e as capitanias do norte do Brasil 1530-1630*. Tomo II. Rio de Janeiro: Brasiliana.

Andrade, Manuel Correia de. 1959. *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental*. (Os Rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel), Vol. IV. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

__1964. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

__1968. *Paisagens e Problemas do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Antonil, André João (João Antonio Andreoni). 1967. *Cultura e Opulência do Brasil* (1711). São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Azevedo, Fernando de. 1950. *Brazilian Culture*. New York: Macmillam.

Azevedo, Thales de. 1953. "Catholicism in Brazil: a personal evaluation," *Thought* (Fordham University Quarterly). 28 (Summer):253-74.

__1961. "Italian Colonization in Southern Brasil," *Anthropological Quarterly* 34:60-68.

__1963a. "Problemas metodológicos da sociologia do Catolicismo no Brasil," *Revista do Museu Paulista* 14:345-76.

__1963b. *Social Change in Brazil*. Gainesville: University of Florida Press.

Banfield, Edward. 1958. *The Moral Basis of a Backward Society*. Glencoe: Free Press.

Barnes, J. A. 1954. “Class and Committees in a Norwegian Island Parish”, *Human Relations* 7:39-58.

Bastide, Roger. 1960. *Les Religions Africaines du Brésil*. Paris: Presses Universitaires de France.

Bauer, P.T. 1954. *West African Trade.* Cambridge: Cambridge University Press.

Bello, José Maria. 1966. *A History of Modern Brazil, 1889-1964.* Stanford, California: Stanford University Press.

Belshaw, C. 1965. *Traditional Exchange and Modern Market.* Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall.

Bernardes, Nilo. 1967. “Condições geográficas de colonização em Alagoas,” *Revista Brasileira de Geografia* 29(2):65-83.

Beuchler, Hans C., and Beuchler, Judith-Maria. 1971. *The Bolivian Aymara.* New York: Holt, Rinehart and Winston.

Binder, Leonard. 1964. “National integration and political development,” *American Political Science Review* 58:622-31.

Blau, Peter. 1964. *Exchange and Power in Social Life.* New York: John Wiley.

Bloch, Marc. 1964. *Feudal Society.* Chicago: University of Chicago Press.

Blondel, Jean. 1957. *As Condições da Vida Política no Estado da Partilha.* Rio de Janeiro: Instituto de Direito Público e Ciência Política.

Bohannon, Paul & Dalton, George. 1965. “Markets in Africa”. Garden City, N. Y.: Doubleday.

Boissonade, P. 1964. *Life and Work in Medieval Europe.* New York: Harper and Row.

Borges, Fragman Carlos. 1962. “O movimento camponês no Nordeste,” *Estudos Sociais* 14 (15):248-60.

Boxer, Charles. 1965. *Portuguese Society in the Tropics.* Madison: University of Wisconsin Press.

BRASIL. 1962. Ministério do Trabalho. *Sindicalização rural.* Portaria ministerial nº 335-A.

__1963. Superintendência de Política Agrária (SUPRA). *Sindicatos rurais.* Relação nº 1. 31 de dezembro.

__1966-1968. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste.*

__1967a. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). *A Estrutura Agrária Brasileira.* Rio de Janeiro.

__1967b. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). *Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social.* Tomo IV: *Agricultura e Abastecimento;* Vol. I: *Agricultura e Reforma Agrária.*

Brito, Rodrigues de. n.d. . *A Economia Brasileira no Alvorecer do século XIX.* Salvador, Bahia: Livraria Progresso Editora.

Buarque de Hollanda, Sérgio. 1936. *Raízes do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio.

Burns, E. Bradford. 1970. *A History of Brazil.* New York: Columbia University Press.

Calazans, Julieta. 1961. *Cartilha sindical do trabalhador rural.* Natal: Editora Serviço de Assistência Rural.

Caldeira, Clóvis. 1956. *Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Callado, Antonio. 1960. *As Indústrias da Seca e os Galileus de Pernambuco.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

__1967. “Les Ligues Paysannes”, *Les Temps Modernes* 23:751-60.

Camargo, José F. de. 1960. *Êxodo Rural no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Conquista.

Camilo, Manuel. n.d. *Antonio Silvino.* Campina Grande, Paraíba: A Estrella da Poesia.

Campanhole, Adriane. 1963. *Legislação do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra.* São Paulo: Editora Atlas, S.A.

Canabrava, A. P. 1967. “Introduction”. In A. J. Antonil *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Candido, Antonio. 1964. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Carvalho, Rafael de. 1962. *Carta de Alforria do Camponês*. São Paulo: Editora Jotape.

Casa de Rui Barbosa. 1961. *Literatura Popular em Verso: Catálogo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.

__1964. *Literatura Popular em Verso: Antologia*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.

Castro, Josué de. 1966. *Death in me Northeast*. New York: Random House.

Catanhede, Cesar. 1967. *Palestra Proferida na Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro da Reforma Agrária.

Censo Escolar. 1964. *Estado de Alagoas*. Maceió: Ministério da Educação.

Chayanov, A. V. 1966. *The Theory of Peasant Economy*. (Foi inicialmente publicado em russo, em 1925). Homewood, ILL.: Richard D. Irwin.

Cohn, Bernard S. 1961. “The pasts of an Indian Village”, *Comparative Studies in Society and History*. 3:241-49.

Cohn, Bernard S. e M. Marriott. 1958. “Networks and centers in the integration of Indian civilization”, *Journal of Social Research* 1:1-9.

Cohn, Norman. 1957. *The Pursuit of the Millenium*. London: Secker e Warburg.

Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA). 1966. *Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Socioeconômico do Setor Agrícola*. Washington, D.C.: Pan-American Union.

I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. 1961. “Declaração sobre o caráter da reforma agrária: Belo Horizonte. Novembro, dia 17.” Estudos Sociais 3 (12):433-37.

I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais. 1963. “*Mensagem* Conclusões (15 a 20 de julho).” Rio Grande do Norte, Natal.

Correa, Roberto Lobato. 1963. “A Colônia Pindorama: uma modificação na paisagem agrária dos tabuleiros alagoanos,” *Revista Brasileira de Geografia* 25(4):479-84.

Costa Pinto, Luiz de Aguiar. 1942-43. “Lutas de família no Brasil,” *Revista do Archivo Municipal*, ano VIII, vol. 87-88, p. 7-125.

Crespo, Pe. Paulo. 1963. “O problema camponês no Nordeste brasileiro,” *Síntese* 17:55-66.

Cruz Costa, João. 1964. *A History of Ideas in Brazil*. Berkeley: University of California Press.

Cunha, Euclides da. 1944. *Rebellion in the Backlands*. Chicago. University of Chicago Press.

Dalton, George. 1967a. “Traditional production in primative African economics”. In G. Dalton, ed., *Tribal and Peasant Economies*. Garden City, N.Y.: Natural History Press.

__1967b. “The development of subsistence and peasant economies in Africa”. In G. Dalton, ed., *Tribal and Peasant Economies*. Garden City, N.Y.: Natural History Press.

Dandekar, V. M. 1962. “Economic Theory and Agrarian Reform”, *Oxford Economic Papers* 14:69-80.

Dean, Warren. 1971. “Latifundia and land policy in nineteenth century Brazil,” *Hispanic American Historical Review* 51(4):606-25.

de Kadt, Emanuel. 1967. “Religion, the Church, and social change in Brazil.” In Cláudio Veliz, ed., *The Politics of Conformity in Latin America*. London and New York: Oxford University Press.

__1970. Catholics Radicals in Brazil. London and New York: Oxford University Press.

Della Cava, Ralph. 1968. “Brazilian messianism and national institutions: a reappraisal of Canudos and Joazeiro”, *Hispanic American Historical Review* 46(3):402-20.

__1970. *Miracle at Joazeiro*. New York: Columbia University Press.

__1972. "The entry of Padre Cícero into partisan politics, 1907-1909." In R. Chilcote, ed., *Protest and Resistance in Angola and Brazil.* Berkeley: University of California Press.

Desenvolvimento e Conjuntura. 1964a. "A situação social da agricultura em 1963." Ano VIII, Nº 2 (Fevereiro).

__1964b. "O problema do abastecimento alimentar". Ano VIII, Nº 12 (Dezembro).

Dewey, Alice. 1962. *Peasant Marketing in Java.* Glencoe: Free Press.

Diegues Jr., Manuel. 1949. *O Banguê nas Alagoas.* Rio de Janeiro: Edição do Instituto do Açúcar e do Álcool.

__1952. *O Engenho de Açúcar no Nordeste.* Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola.

__1959a. *População e Propriedade da Terra no Brasil* Washington, D.C.: Pan-American Union.

__1969b "Land tenure and use in the Brazilian Plantation System." In *Plantation Systems of the New World.* Washington D.C.: Pan-American Union, Social Science Monograph VII.

__1960. *Regiões Culturais no Brasil.* Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Donald, Carr L. 1959. "The politics of local government financing in Brazil", *Inter-American Economic Affairs,* 8(1): 21-38.

Dulles, John W.F. 1966. "Post-Dictatorship Brazil, 1945-1965." In Eric N. Baklanoff, ed., *New Perspectives of Brazil.* Nashville, Tenn.: Vanderbilt University Press.

Dumoulin, Diana. 1965. *The Rural Labor Movement in Brazil.* Mimeografado. Madison, Wisc.: The Land Tenure Center.

Epstein, David. 1969. *Planned and Spontaneous Urban Settlement in Brazilia.* Tese de Doutoramento, Columbia University.

Espínola, Tomas. 1871. *Geographia Alagoana ou descripção physica, política, e histórica da província das Alagoas.* Maceió: Typografia do Liberal.

Facó, Rui. 1965. *Cangaceiros e Fanáticos.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Fallers, Lloyd. 1963. "Equality, modernity, and democracy in the new states." In C. Geertz, ed., *Old Societies and New States.* Chicago: University of Chicago Press.

Feitosa Martins, Araguaya. 1962. "Alguns aspectos da inquietação trabalhista no campo." *Revista Brasiliense* 40:132-46.

Ferrari, Fernando. 1963. *Escravos da Terra.* Porto Alegre: Editora Globo.

Firth, R. 1964. "Capital, Saving and Credit in Peasant Societies: A Viewpoint from Economic Anthropology". In Raymond Firth & B. S. Yamey, eds., *Capital, Saving and Credit in Peasant Societies.* Chicago: Aldine.

Forman, Leona Shluger. 1970. "Education in Brazil." In *Your Child.* London: IPC Magazines.

Forman, Shepard. 1963a. "Os sinos de São José dobraram em Surubim," *Cadernos Brasileiros* 5(5):48-54.

__1963b. "Up from the parrot's perch." In R. Klein, ed., *Young American Abroad.* New York: Harper and Row.

__1970. *The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy.* Bloomington: Indiana University Press.

__1971. "Disunity and discontent: a study of peasant political movements in Brazil." *Journal of Latin American Studies* 3(1):3-24.

Forman, Shepard & Riegelhaupt, Joyce. 1970. "Market place and marketing system: toward a theory of peasant economic integration", *Comparative Studies in Society and History* 12(2):188-212.

Foster, George. 1961. "The dyadic contract: a model for the social structure of a Mexican peasant village", *American Anthropologist,* 63:1173-92.

__1963. "The dyadic contract in Tzintzuntzan: patron-client relationship", *American Anthropologist* 65:1280-04.

__1965. "Peasant society and the image of limited good," *American Anthropologist* 67:293-315.

Frank, Andrew Gunder. 1967. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America.* New York: Monthly Review Press.

Frei Celso de São Paulo. 1963. *Os Cristãos e o sindicato na cidade e no campo.* São Paulo: Editora Saraiva.

Freire, Paulo. 1970a. *Cultural Action for Freedom.* Cambridge, Mass.: Center for the Study of Development and Social Change.

__1970b. *Pedagogy of the Oppressed.* New York: Herder and Herder.

Freitas Marcondes, J.V. 1948. “Mutirão or mutual aid,” *Rural Sociology* 13:374-84.

__1951. “Social legislation in Brazil”. In T. Lynn Smith & Alexander Marchant, eds., *Brazil: Portrait of Half a Continent.* New York: Dryden Press.

__1962. *First Brazilian Legislation Relating to Rural Labor Unions: A Sociological Study*. The Latin American Monograph Series, Nº 20. Gainesville: University of Florida Press.

__1963. “O estatuto do trabalhador rural e o problema da terra”, *Cadernos Brasileiros* 4:55-59.

__1966. “O sindicalismo rural e a reforma agrária,” *Revista Brasileira de Estudos Políticos* 20:49-58.

Freyre, Gilberto. 1946. *The Masters and the Slaves: A Study in the Development of Brazilian Civilization.* New York: Knopf.

__1959. *New World in the Tropics.* New York: Knopf.

__1963. *The Mansions and the Shanties: The Making of Modern Brazil.* New York: Knopf.

__1964. “The patriarchal basis of Brazilian society.” In Maier & Weatherhead, eds., *Politics of Change in Latin America.* New York: Praeger.

__1970. *Order and Progress.* New York: Knopf.

Furtado, Celso. 1963. *The Economic Growth of Brazil.* Berkeley: University of California Press.

__1965a. *Diagnosis of the Brazilian Crisis.* Berkeley:University of California Press.

__1965b. “Brazil: What kind of revolution”, *Foreign Affairs* 41:526-35.

Galjart, Benno. 1964. “Class and ‘following’ in rural Brazil”, *America Latina* 7(3):3-24.

__1965. “Turnover of farmers in a land settlement in Brazil”, *America Latina* 8(2):48-65.

__1967. *Itaguaí: Old Habits and New Patterns in a Brazilian Land Settlement.* Wageningen, The Netherlands: Centre for Agricultural Publishing and Documentation.

Galvão, Helio. 1959. *O Mutirão no Nordeste.* Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola.

Ganshoff, KL. 1961. *Feudalism.* New York: Harper and Row.

Gardner, George. 1849. *Travels in Brazil*, London. Traduzido com o título de *Viagens no Brasil*, por Albertino Pinheiro. Rio de Janeiro. Editora Nacional, 1942.

Geertz, Clifford. 1960. “The Javanese *Kijaji:* The changing role of culture broker”, *Comparative Studies in Society and History* 2:228-49.

__1966a. *Agricultural involution: The Processes of Ecological Change in Indonesia.* Berkeley: University of California Press.

__1966b. “Religion as a cultural system”. Michael Banton, ed., *Anthropological Approaches to the Study of Religion.* ASA Monograph 3, p. 1-46. London: Tavistock.

__1972. “Afterword: the politics of meaning.” In Claire Holt, ed., *Culture and Politics in Indonesia.* Ithaca, N.Y.: Cornell University Press.

Geertz, Clifford et alii. 1963. *Old Societies and New States.* New York: Free Press.

Georgescu-Rogen, N. 1960. “Economic Theory and Agrarian Economics.” *Oxford Economic Papers* 12:1-40.

Gondim da Fonseca. 1962. *Assim Falou Julião.* São Paulo: Editora Fulger.

Gross, Daniel R. 1970. *Sisal and Social Structure in Northeast Brazil.* Tese de doutoramento, Columbia University.

__1971. “Ritual and conformity: a religious pilgrimage to Northeast Brazil”, *Ethnology* 10129-48.

Gudeman, Stephan. 1972. “The *compadrazgo* as a reflection of the natural and spiritual person.” Ata do Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, p. 45-71. London: Royal Anthropological Institute.

Gusfied, Joseph. 1968. “The study of social movements.” In David Sills, ed., *International Encyclopedia of the Social Sciences*, Vol. 14. New York: Macmillan.

Harding, Timothy. 1964. “Revolution tomorrow: the failure of the left in Brazil,” *Studies on the Left* 4(4):30-54.

Haring, C.H. 1958. *Empire in Brazil.* Cambridge: Harvard University Press.

Harris, Marvin. 1952. “Race relations in Minas Velhas.” In Charles Wagley et al. *Race and Class in Rural Brazil.* New York: UNESCO.

__1956. *Town and Country in Brazil.* New York: Columbia University Press.

Heberle, Rudolf. 1968. “Types and functions of social movements.” In David Sills, ed., *International Encyclopedia of the Social Sciences.* Vol. 14. New York: Macmillan.

Henderson, James. 1821. *A History of Brazil, Comprising its Geography, Commerce, Colonization, Aboriginal Inhabitants.* London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown.

Hobsbawm, E.J, 1959. *Primitive Rebelds.* New York: Horton.

__1969. *Bandits.* New York: Delacorte Press.

Horowitz, Irving Lewis. 1964. *Revolution in Brazil.* New York: Dutton.

Huizer, Gerrit. 1965. “Some notes on community development and rural social research”, *America Latina* 8(3):128-44.

Hutchinson, Bertram. 1966. “The patron-dependent relationship in Brazil: a preliminary examination,” *Sociologia Ruralis* 1:3-30.

Hutchinson, H.W. 1957. *Village and Plantation in Northeast Brazil.* Seattle: University of Washington Press.

Ianni, Octavio. 1965. “Processo político e desenvolvimento econômico”. In Ianni et al., *Política e Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

__1970. *Crisis in Brazil.* New York: Columbia University Press. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. 1967a. *Manual de Prefeito.* Rio de Janeiro.

__1967b. *O Município na Constituição de 1967.* Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1903. *Tipos e Aspectos do Brasil.* Rio de Janeiro.

__1966. *Anuário Estatístico do Brasil.* Rio de Janeiro: IBGE Conselho Nacional de Estatística.

Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. 1967. *Cadastro de Imóveis Rurais-Alagoas.* Rio de Janeiro.

Jaguaribe, Hélio. 1964. “A renúncia do Presidente Quadros e a crise política brasileira”. In Irving L. Horowitz, *Revolution in Brazil.* New York: Dutton.

__1968. *Economic and Political Development. A Theoretical Approach and a Brazilian Case Study*. Cambridge: Harvard University Press.

__1969. “Political Strategies of national development in Brasil.” In Irving L. Horowitz et al., *Latin American Radicalism.* New York: Random House.

Jayawardena, Chandra. 1964. “Review of Clifford Geertz, et al., *Old Societies and New States, American Anthropologist* 66:906-8.

Jesus, Maria Carolina de. 1962. *Child of the Dark.* New York: Signet.

Johnson, Allen. 1972. *Sharecroppers of the Sertão.* Stanford, California: Stanford University Press.

Johnson, H.B.1972. “The donatary captaincy in perspective: Portuguese backgrounds to the settlement of Brasil,” *Hispanic American Historical Review* 52(2):203-14.

Julião, Francisco. 1962. *Que São as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

__1962a. *Escucha campesino.* Montevidéu: Editora Presente.

__1963. “Brasil, a Christian Country.” In Carlos Fuentes, ed., *Whither Latin America?* New York: Monthly Review Press.

__1966. “Interview with Alfonso Gortaire Iturralde,” *CIF reports*, vol. 5. Nº 2 (Novembro). Traduzido de *Comunidad I* (3) Setembro de 1966.

__1968. *Cambão: La Cara Oculta del Brasil.* México: Siglo Veintiuno.

Katzin, Margaret F. 1959. “The Jamaican Country Higgler,” *Social and Economic Studies* 8(4):421-35.

__1960. “The business of higgling in Jamaica,” *Social and Economic Studies* 9:267-331.

Koster, Henry. 1816. *Travels in Brazil.* London. Traduzido com o título de *Viagem ao Nordeste do Brasil* por Luiz da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1942.

Kottak, Conrad. 1966. *The Structure of Equality in a Brazilian Coastal Village.* Tese de Doutoramento, Universidade de Columbia.

Kroeber, Alfred L. 1948. *Anthropology.* New York: Harper and Row.

Lambert, Jacques. 1959. *Os Dois Brasis.* Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

LAMP (Latin American Market Planning Center). 1968. *Market Processes in the Recife Area of Northeast Brazil.* Mimeografado. Lansing: Michigan State University. Relatório da pesquisa.

Leal, Victor N unes. 1948. *Coronelismo: Enxada e Voto* (Com o título alternativo de *O Município e o Regime Representativo no Brasil).* Rio de Janeiro: s. ed.

Leda Barreto. 1963. *Julião, Nordeste, Revolução.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Leeds, Anthony. 1964. *Brazil and the myth of Francisco Julião.* In Joseph Meier & Richard Weatherhead, eds., *Politics of Change in Latin America.* New York: Praeger.

Leers, Frei Bernardo, O.F.M. 1967. “Religiosidade Rural.” *Igreja Hoje* 14:16-36. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.

Lenin, V. I. 1960a. “New economic developments in peasant life”. In *Collected Works*, Vol. 1 Moscou: Foreign Languages Publishing House.

__1960b. “The differentiation of the peasantry”. In *Collected Works*, Vol. III. Moscou: Foreign Languages Publishing House.

Lockhart, James. 1972. “The social history of colonial Spanish America: Evolution and potencial”, *Latin American Research Review* 7(1):6-46.

Lopes, Juarez R:B: 1966. “Some basic developments in brazilian politics and society”. In Eric N. Baklanoff, ed., *New Perspectives of Brazil.* Nashville, Tenn: Vanderbilt University Press.

__1967. *A Crise do Brasil Arcaico.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

__1971. *Desenvolvimento e Mudança Social.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Lourenço Filho. 1929. *Joazeiro do Padre Cícero.* São Paulo.

Love, Joseph L. 1970. “Political participation in Brazil, 1881-1969,” *Luso-Brazilian Review* 7(2):3-24.

__1971. *Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930.* Stanford, Calif.: Stanford University Press.

Ludwig, Armin K. & H.W. Taylor. 1969. *Brazil’s New Agrarian Reform.* New York: Praeger.

Margolis, Maxime. 1973. *The Moving Frontiers: Social and Economic Changes in a Southern Brazilian Community.* Gainesville: University of Florida Press.

Martins, Toiapa. 1962. “Proletariado e inquietação rural,” *Revista Brasiliense* 42:62-81.

Mayer, Adrian C. 1966. “The significance of quasi-groups in the study of complex societies”. In Michael Banton, ed., *The Social Anthropology of Complex Societies.* ASA Monograph 4. London: Tavistock.

Mellor, John W. 1966. *The Economics of Agricultural Development*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press.

Mintz, Sidney. 1955. “The Jamaican Internal Marketing Pattern: some notes and hypotheses”, *Social and Economic Studies* 4(I):95-103.

__1957. “The Role of the Middleman in the Internal Distribution System of a Caribbean Peasant Economy”, *Human Organization* 15(2): 18-23.

__1959. “Internal Market Systems as Mechanisms of Social Articulation”. Ata da Annual Spring Meeting, American Ethnological Society, p. 20-30.

__1960a. “Peasant Markets”, *Scientific American* 203(2): 112-18.

__1960b. “A Tentative Typology of Eight Haitian Market Places;” *Revista de Ciencias Sociales* 4(1):15-58.

__1961. “Pratik: Haitian Personal Economic Relationships.” Ata da Annual Spring Meetings, American Ethnological Society, p. 54-63.

Mintz, S. W. & Wolf, E.R. 1950. “An analysis of ritual coparenthood *(Compadrazgo)*”, *Southwest Journal of Anthropology* 6:341-68.

Miracle, Marvin. 1968. “Subsistence Agriculture: analytical problems and alternate concepts”, *American Journal of Agricultural Economics* 50(2):292-310.

Mitchell, Fanny. 1967. “Padre Crespo and Padre Melo: Two approaches to reform”. Institute of Current Worland Affairs, Letter FM 17 (9 de Novembro).

Montenegro, Abelardo. 1959. *História do Fanatismo Religioso no Ceará.* Fortaleza: Batista Fontenele.

Moore, Barrington. 1966. *The Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Boston: Beacon Press.

Morse, Richard. 1962. “Some themes of Brazilian history,” *South Atlantic Quarterly* 61:2.

Mota, Carlos Guilherme. 1972. *Nordeste: 1817.* São Paulo: Editora da Universidade.

Mota, Leonardo. 1961. *Cantadores.* Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará.

__1962. *Violeiros do Norte.* Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará.

__1965. *Sertão Alegre.* Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará.

Nash, Manning. 1965. *The Golden Road to Modernity*. New York: Wiley.

__1966. *Primitive and Peasant Economic Systems.* San Francisco: Chandler.

Nicholas, Ralph W. 1965. “Factions: a comparative analysis”. In Michael Benton ed., *Political Systems and the Distribution of Power*. London: Tavistock.

Nunes Leal, Victor. 1949. Coronelismo, enxada e voto. Rio de Janeiro: Editora Forense.

Oberg, Kalervo. 1965. “The marginal peasant in Brazil”. *American Anthropologist* 67:1417-1427.

Obregón, Anibal Quijano. 1967. “Contemporary peasant movements”. In Seymour Martin Lipset & Aldo Solari, eds; *Elites in Latin America.* New York: Oxford University Press.

Oliveira Vianna. 1933. *A Evolução do Povo Brasileiro.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

__1938. *Populações Meridionais do Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

__1955. *Instituições Políticas Brasileiras.* Vols. I e II. Rio de Janeiro: José Olympio.

Ortiz, Sutti. 1967. “Colombian rural market organization: An exploratory model”, *Man* (n.s.)2:393-414.

Pacheco, José. 1949. *A Chegada de Lampião no Inferno.* Joazeiro do Norte: Editora Proprietário.

Palmeira, Moacir. 1966. “Nordeste: mudanças políticas no século XX,” *Cadernos Brasileiros* 8:67-78.

Pang, Eul-Soo & Seckinger, Ron L. 1972. “The Mandarins of Brazil,” *Comparative Studies in Society and History* 14(2):215-44.

Paulson, Beldon. 1964. *Local Political Patterns in Northeast Brazil.* Pesquisa nº 12. Madison, Wisc.: Land Tenure Center.

Pendrell, Nan. 1969. *Squatting in Salvador.* Tese de Doutoramento, Columbia University.

Pereira de Queiroz, Maria Isaura. 1963. “Mouvements messianiques et dévelopement économique au Brésil.” *Archive de Sociologie des Religions* 16:109-21.

__1965a. *O Messianismo no Brasil e no Mundo.* São Paulo: Universidade de São Paulo.

__1965b. “Messiahs in Brazil,” *Past and Present* 31:62-110.

__1969. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira.* São Paulo.

Poppino, Rolhe. 1968. *Brazil: The Land and People.* London New York: Oxford University Press.

Powell, John Duncan. 1970. “Peasant society and clientelist politics”, *American Political Science Review* 64 (junho): 411-25. Power, Eileen. 1966. “The peasant Bodo: life on a country estate in the time of Charlemagne”. Na edição revista de *Medieval People.* New York: Barnes and Noble.

Prado Jr., Caio. 1957a. *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Editora Brasiliense.

__1957b. *Evolução Política do Brasil.* São Paulo: Editora Brasiliense.

__1963. “O estatuto do trabalhador rural,” *Revista Brasiliense 47:1-13.*

__1964. *“The agrarian question in Brazil,” Studies on the Left* 4(4):77-84.

__1965. *Formação do Brasil contemporâneo.* São Paulo: Editora Brasiliense.

__1966. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense.

__1967. *The Colonial Background of Modern Brazil.* Berkeley: University of California Press.

Price, Robert. 1964. *Rural Unionization in Brazil.* Pesquisa nº 14. Madison, Wisc.: Land Tenure Center.

Ramos, Graciliano. 1965. *Barren Lives.* Traduzido por Ralph Ellison. Austin: University of Texas Press.

Redfield, Robert. 1960. *Peasant Society and Culture and the Little Community.* Chicago: University of Chicago Press.

Ribeiro, José P. & Wharton Jr., C. 1969. “The ACAR program in Minas Gerais, Brazil”. In C. Wharton Jr., ed., *Subsistence Agriculture and Economic Development.* Chicago: Aldine.

Ribeiro, René.1962. “Brazilian Messianic movements.” In S. Thrupp, ed., *Millenial Dreams in Action. The Hague, Mouton.*

__1972. *“The millenium that never came: the story of a Brazilian prophet.”* In Ronald Chilcote, ed., Protest and Resistance in Angola and Brazil. Berkeley: University of California Press.

Riegelhaupt, Joyce F. 1972. “Village non-politics: peasant participation in an established authoritarian system”. Ensaio apresentado no Seminário do Departamento de Antropologia em Fevereiro de 1972, na Universidade de Chicago.

Riegelhaupt, Joyce & Forman, Shepard. 1970. “Bodo was never Brazilian,” *Journal of Economic History* 30(1):100-16.

Rodrigues, José Honório. s.d. *Conciliação e Reforma no Brasil: um Desafio Histórico-Cultural.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Santos, Adilson Portela. 1961. “Evolução da vida política no município de Picos, Piauí”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos* 10:160-83.

Santos, Antonio Alves dos. s.d. *O Choro dos Brasileiros por Causa do Imposto de Renda.* Itá, Bahia: Editora Proprietário.

__s d *A História da Filha de um Barão Perseguida por 3 Vigários.* Itá, Bahia: Editora Proprietário.

Schattan, Salomão. 1961. "Estrutura econômica da agricultura paulista", *Revista Brasiliense* 37:66-101.

Schmitter, Philippe. 1971. *Interest Conflict and Political Change in Brazil.* Stanford, Calif.: Stanford University Press.

__1971b. "The Portugalization of Brasil." *Authoritarian Brazil: Origins, Policy, and Future.* In Alfred Stepan. ed., New Haven: Yale University Press, 1973.

Schneider, Ronald. 1972. *The Political System of Brazil.* New York: Columbia University Press.

Schuh, G. Edward. 1970. *The Agricultural Development of Brazil.* New York: Praeger.

Schultz, T.W. 1964. *Transforming Traditional Agriculture.* New Haven, Conn.: Yale University Press.

Schwartz, Stuart. 1973. "Free labor in a slave economy: the lavradores de cana of Colonial Bahia." In Darrel Alden ed., *Colonial Roots of Modern Brazil.* Berkeley: University of California Press.

Scott, James C. I972a. "Patron-client politics and political change in Southeast Asia", *American Political Science Review* 66:91-113.

__1972b. "The erosion of patron-client bonds and social change in rural Southeast Asia", *Journal of Asian Studies* 32(1):5-37.

__1973. "How traditional rural patrons lose legitimacy: a theory with special reference to lowland Southeast Asia". Mimeografado. Madison: University of Wisconsin.

Scully, William. 1866. *Brazil: Its Provinces and Chief Cities and the Manners and Customs of the People*. London: Murray.

Shanin, Teodor. 1971. *Peasants and Peasant Societies: Selected Readings.* London: Penguin.

Shils, Edward. 1968a. "Deference." In J. A. Jackson, ed., *Social Stratification.* Sociological Studies nº 1. Cambridge: Cambridge University Press.

__1968b. "The concept and function of Ideology." In David Sills, ed., *International Encyclopedia of the Social Sciences.* Vol. 7. New York: Macmillan.

Shirley, Robert. 1971. *The End of a Tradition.* New York: Columbia University Press.

Siegel, Bernard. 1955. "Social structure and economic change in Brazil." In S. Kuznets, W.E. Moore, & J.J. Spengler, eds., *Economic Growth: Brazil, India, China*. Durham: University of North Carolina Press.

__1959-67. *Biennial Review of Anthropology*. Vols. 1-5. Stanford: Stanford University Press.

Silva, Joaquim N. de Souza de. 1951. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império (1870)*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento.

Silva, José Bernardo da. 1963. *Lampião e as Forças Legais*. Joazeiro do Norte, Ceará: Tipografia São Francisco.

Silva, Manoel. 1961. "I Congresso dos trabalhadores rurais do Paraná", *Revista Brasiliense* 33:56-62.

Silverman, Sydel. 1965. "Patronage and community-nation relationships in Central Italy", *Ethnology* 4:172-89.

__1970. "Exploitation in rural central Italy: structure and ideology in stratification study", *Comparative Studies in Society and History* 12(3):327-39.

Singer, Paulo. 1965. "A política das classes dominantes." In Octavio Ianni et al., *Política e Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Skidmore, Thomas. 1967. *Politics in Brazil*, *1930-1964: An Experiment in Democracy.* London and New York: Oxford University Press.

Skinner, G. W. 1964. "Marketing and Social Structure in Rural China", *Journal of Asian Studies* 24(l):3-43.

Smith, T. Lynn. 1963. *Brazil: People and Institutions,* edição revista. Baton Rouge: Louisiana State University Press.

Soares, Gláucio. 1964. "The political sociology of uneven development in Brazil." In Irving L. Horowitz, ed., *Revolution in Brazil.* New York: Dutton.

Sodré, Nelson Werneck. 1967. *Introdução à Revolução Brasileira.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Sodré, Novais. 1963. *Quem é Francisco Julião.* São Paulo: Redenção Nacional.

SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco). 1967. "Os trabalhadores rurais querem ser agentes do desenvolvimento do Nordeste plantando dois hectares". Mimeografado. Recife.

Souza, Amaury. 1968. "Traditional media and political communication in rural Brazil". Mimeografado. Cambridge: MIT.

__1972. "The Cangaço and the politics of violence in Northeast Brazil". In Ronald Chilcote, ed., *Protest and Resistance in Brazil and Angola.* Berkeley: University of California Press.

Souza, João G. de. 1956. "Some aspects of land tenure in Brazil." In Kenneth T. Parsons, Raymond J. Penn & Philip E. Raup, eds., *Land Tenure.* Madison: University of Wisconsin Press.

Souza Barros, Manoel. 1953. *Êxodo e Fixação.* Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola.

Stein, Stanley. 1957. *Vassouras: A Brazilian Coffee Country.* Cambridge: Harvard University Press.

Stepan, Alfred. 1971. *The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil.* Princeton, N.J.: Princeton University Press.

Steward, Julian. 1950. *Area Research: Theory and Practice.* New York: Social Science Research Council.

__1955. *Theory of Culture Change.* Urbana: University of Illinois Press.

__1956. *The People of Puerto Rico.* Urbana: University of Illinois Press.

Tax, Sol. 1953. *Penny Capitalism.* Institute of Social Anthropology, Nº 16. Washington, D.C.: Smithsonian Institute.

Torres, João Camilo de Oliveira. 1957. *O Positivismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Vozes.

__1965. *Estratificação Social no Brasil.* São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Vallier, Ivan. 1967. "Religious elites: differentiation and developments in Roman Catholicism." In S. M. Lipset & Aldo Solari, eds., *Elites in Latin America.* London and New York: Oxford University Press.

__1970. *Catholicism, Social Control, and Modernization in Latin America.* Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.

Vera, Mestor. 1961. "O II Congresso camponês em Maringá." *Revista Brasiliense* 37:62-65.

__1962. "O congresso camponês em Belo Horizonte," *Revista Brasiliense* 39:94-99.

Vianna, Segadas. 1963. *O estatuto do trabalhador rural e sua aplicação.* São Paulo: Livraria Freitas Bastos.

Vieira da Cunha, Mario Wagner. 1963. *O Sistema Administrativo Brasileiro, 1930-1950.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Vilaça, Marcos V. & Albuquerque, Roberto. 1965. *Coronel, Coronéis.* Rio de Janeiro.

Vilhena, Luiz Santos. 1921. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas.* Bahia (1802).

Vinhas, Moisés. 1962. "As classes e camadas do campo no Estado de São Paulo", *Estudos Sociais* 13 (Junho).

__1963. *Operários e camponeses na revolução brasileira.* São Paulo: Editora Fulgre.

Vinhas de Queiróz, Maurício. 1966. *Messianismo e conflito social.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Wagley, Charles. 1960. "The Brazilian revolution: social change since 1930". In Richard Adams et al., *Social Change in Latin America Today.* New York: Vintage Books.

__1963. *An Introduction to Brazil*. New York: Columbia University Press.

__1964. *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics.* New York: Knopf.

__1968. *The Latin American Tradition.* New York: Columbia University Press.

Wagley, Charles et al. 1952. *Race and Class in Rural Brazil.* New York: UNESCO.

Wagley, Charles & Harris, Marvin. 1955. "A typology of Latin American Subcultures", *American Anthropologist* 57:428-1.

Warriner, Doreen. 1965. Economics of Peasant Farming. 2 ed. New York: Barnes and Noble.

__1969. *Land Reform in Principle and Practice.* Oxford: Clarendon Press.

Weffort, Francisco C. 1965. "Política de massas". In Octavio Ianni et al. *Política e Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

__1970. "State and mass in Brazil". In Irving L. Hoowitz, *Masses in Latin America.* New York: Oxford University Press.

Wells, Henry; Dougherty, Charles; Rowe, James; Schneider, Ronald, eds., 1962. *Brazil: Election Factbooks.* Washington, D.C.: Institute for the Comparative Study of Political Systems.

Weil, Thomas E. et al. 1970. *Area Handbook for Brazil.* Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office.

Wharton, Clifton R. Jr. 1963. "The economic meaning of 'subsistence'", *Malayan Economic Review* 8:22-44.

Wiarda, Howard J. 1969. *The Brazilian Catholic Labor Movement: The Dilemmas of National Development.* Boston: University of Massachusetts Press.

Wilkie, Mary W. 1964. *A Report of Rural Syndicates in Pernambuco.* Mimeografado. Madinson, Wisc.: Land Tenure Center.

Willems, Emilio. 1947. *Cunha: Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil.* São Paulo: Secretaria de Agricultura do Estado.

__1966. "Religious mass movements and social change in Brazil." In E. Baklanoff, ed., *New Perspectives of Brazil.* Nashville: Vanderbilt University Press.

__1967. *Followers of the New Faith.* Nashville: Vanderbilt University Press.

__1970. "Social differentiation in Colonial Brasil", *Comparative Studies in Society and History* 12(1):31-49.

Wolf, Eric R. 1955a. "The Mexican Bajío in the 18th century: an analysis of integration", *Middle American Research Institute Publications,* Nº 17:180-99. New Orleans: Tulane University.

__1955b. "Types of Latin American Peasantry", *American Anthropologist* 57:452-71.

__1956. "Aspects of group relations in a complex society: Mexico", *American Anthropologist* 58(6)1065-78. Republicado in T. Schanin, *Peasants and Peasant Societies*, London: Penguin.

__1966a. *Peasants.* Englewoods Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.

__1966b. "Kinship, friendship, and patron-client relationships in complex societies". In Michael Banton, ed., *The Social Anthropology of Complex Societies.* ASA Monograph 4. London: Tavistock.

__1967. "Reflections on peasant revolutions". Ensaio apresentado no Seminário de Carnegie sobre Desenvolvimento Político e Administrativo em 3 de abril de 1967, na Universidade de Indiana, Bloomington.

__1969. *Peasant Wars of the Twentieth Century.* NewYork: Harper and Row.

Worseley, Peter. 1957. *The Trumpet Shall Sound.* London: Macgibbon and Kee.